

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

ANA PAULA HERMINELLI ROMANO

**ENTRE SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA:
A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA ATUAÇÃO COM GRUPOS NOS
CRAS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP**

**FRANCA
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANA PAULA HERMINELLI ROMANO

**ENTRE SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA:
A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA ATUAÇÃO COM GRUPOS NOS
CRAS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP**

**Dissertação apresentada à Faculdade de
História, Direito e Serviço Social da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” para obtenção do título
de Mestre em Serviço Social. Área de
Concentração: Serviço Social: Trabalho e
Sociedade**

**Orientadora: PROF^a DR^a CIRLENE
APARECIDA HILÁRIO DA SILVA
OLIVEIRA**

**Franca
2009**

Romano, Ana Paula Herminelli

Entre socialização da informação e organização coletiva: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto /SP / Ana Paula Herminelli Romano. – Franca : UNESP, 2009.

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Serviço Social – História – Profissão. 2. Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). 3. Assistência social – Dimensão sócio-educativa. 4. Política social.

CDD – 361.0023

ANA PAULA HERMINELLI ROMANO

**ENTRE SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA:
A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA ATUAÇÃO COM GRUPOS NOS
CRAS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP**

**Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social:
Trabalho e Sociedade**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profª Drª Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1º examinador(a): _____

2ª examinador(a): _____

Franca _____ **de** _____ **de 2009.**

**Aos sujeitos dessa pesquisa:
usuários da política de
assistência
e assistentes sociais.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a superação do grande desafio que se tornou concluir essa dissertação. Pelo grande cansaço, peço desculpas caso tenha esquecido alguém.

A minha orientadora prof^a Cirlene. Obrigada por contribuir na realização desse trabalho, tornando-o possível.

Aos sujeitos dessa pesquisa pelo valioso subsídio no processo de construção coletiva do conhecimento: Aos participantes dos grupos por confiarem e exporem suas opiniões. Aos assistentes sociais pela disponibilidade em, no “meio do furacão” dos CRAS conceder as entrevistas de forma muito solícita e compromissada.

Muito especialmente agradeço à minha família de Cruzeiro:

Aos meus pais (João e Ana) pelo exemplo constante de determinação, garra e luta na vida, os quais me acompanham e inspiram nos momentos mais difíceis. Amo muito vocês dois! Ao meu irmão Julio e minha cunhada Alvina pelas constantes palavras de estímulo.

Incluo aqui como minha família, minhas queridas amigas de Cruzeiro, (Mércia, Vanessa e Lú) pelo forte elo que supera a distância já há 12 anos. A cada reencontro no momento de conclusão dessa dissertação me sentia mais forte. Obrigada pelos deliciosos cafés da tarde!

A minha afilhada Jéssica, pelo carinho e amor que sua presença me traz. A madrinha te ama!

A prima Mônica, pessoa que admiro pela resistência. Tenho muito a aprender com você!

Ao meu grande **companheiro e amor da minha vida, Clayton**. Te agradeço por estar sempre ao meu lado e não me deixar desistir nunca. Sua presença me encoraja e me impulsiona para novas descobertas e crescimento intelectual. **Meu amor, te amo imensamente!**

À minha família de Rio Preto:

Minha sogra e meu sogro (Maria e Alcides), minha cunhada Kelen e seu marido Junior. Dona Maria, um obrigada especial pelas orações, eu sei que não foram poucas.

As minhas sobrinhas que amo de paixão, Drielly e Danielly, pelos raros momentos que me proporcionaram de muita paz e alegria no meio desse turbilhão. A tia ama muito vocês!

As amigas muito especiais, Angélica, Néia e Meire, que mesmo longe sei que torceram muito por mim. Um agradecimento e um pedido de desculpas pela ausência. Angélica, agora que terminei a dissertação vou aí conhecer o Caio, pode me esperar!

As amigas Israild e Ana Luiza, que muito gentilmente, literalmente, me abriram as portas de sua casa. Obrigada pelo acolhimento!

Agradeço também as amigas Raquel e Helô pela torcida constante!

Ao casal de amigos Aretha e Tito. Valeu pela força!

Aos meus companheiros de trabalho: Tito, Tuco e Priscilinha. Obrigada pela compreensão nessa reta final.

Imprescindível agradecer todos os trabalhadores desta faculdade pela dedicação com que realizam seus trabalhos. De forma especial, gostaria de enfatizar meu agradecimento à seção de pós graduação na pessoa da Gigi e Maísa e a biblioteca, aqui representada pela Laura, Silvana e Marcio. O compromisso e dedicação que sempre encontrei em vocês são exemplos a serem seguidos no funcionalismo público.

Minha eterna gratidão e meu muito obrigada a **TODOS!**

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” [...]

Antonio Gramsci

ROMANO, Ana Paula Herminelli. **Entre socialização da informação e organização coletiva:** a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto/SP. 2009. 235 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de análise a dimensão socioeducativa da prática dos assistentes sociais que atuam com grupos nos 04 (quatro) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de São José do Rio Preto/SP (2005-2008), período de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A pesquisa busca identificar a direção política das ações que os assistentes sociais empreendem no processo socioeducativo junto aos usuários participantes desses grupos e sua relação com o projeto ético-político do Serviço Social. O pressuposto teórico fundamenta-se numa concepção sócio-histórica sobre o Serviço Social, a política de assistência e a dimensão socioeducativa, a qual revela um princípio educativo que necessariamente materializa um conteúdo político-pedagógico, articulado a determinado modo de produção e reprodução das relações sociais, o que confere sentido e direção à prática desse profissional. Sendo assim, o assistente social é um dos profissionais que exerce uma função político-pedagógica na organização de determinada cultura, interferindo na maneira de pensar e agir dos usuários participantes dos grupos. Partindo desse pressuposto, priorizamos a utilização da metodologia qualitativa no processo investigativo. Dessa forma, efetuamos pesquisa bibliográfica referente à temática em questão. A coleta de dados primários foi realizada por meio de 06 (seis) entrevistas semi-estruturadas com assistentes sociais que atuam diretamente com grupos nos CRAS, além da aplicação de 60 (sessenta) questionários com perguntas abertas e fechadas junto aos participantes de 05 (cinco) grupos. Constatamos que as ações socioeducativas dos assistentes sociais contribuem na conformação de determinado modo de vida, ou seja, na maneira de pensar e agir dos sujeitos participantes dos grupos, provocando importantes mudanças de hábitos e comportamento, principalmente no âmbito individual e familiar. Os grupos são identificados por seus participantes como um local significativo e importante, denotando-se em uma referência para a maioria deles. Estes espaços configuram-se em momentos de sociabilidade e convivência comunitária. No entanto, identificamos que o trabalho com grupos centra-se nas esferas informativa e reflexiva, cujo foco prioritário das ações socioeducativas situa-se no indivíduo e sua família. E neste aspecto, a construção do “sujeito coletivo” permanece “submersa” na atuação dos profissionais. Concluímos ser necessária a ultrapassagem dessas esferas através de ações socioeducativas que optem politicamente pela materialização dos princípios constantes no projeto ético-político do Serviço Social, sobretudo em seu aspecto coletivo. Essa direção pode contribuir na fomentação da organização coletiva, pois a politização das relações sociais e a intervenção dos sujeitos sociais na realidade constituem processo fundamental para o desencadeamento da esfera organizativa nos grupos, a qual localiza-se na perspectiva da “pedagogia emancipatória”, o que necessariamente requer formação continuada numa perspectiva crítica.

Palavras-chave: dimensão socioeducativa. prática profissional. política de assistência social. projeto ético-político. Serviço Social.

ROMANO, Ana Paula Herminelli. **Entre socialización de la información e organización colectiva**: la dimensión socioeducativa de la actuación con grupos en los CRAS de São José do Rio Preto/SP. 2009. 235 f. Disertación (Pós Grado en trabajo social). Faculdade de Historia, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMEN

Ese trabajo tiene la finalidad de analizar la dimensión socioeducativa de la práctica de los asistentes sociales que actúan con grupos en los 04 Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) de São José do Rio Preto / SP (2005-2008), período de implantación del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS). La investigación busca identificar la dirección política de las acciones que los asistentes sociales emprenden en el proceso socioeducativo junto a los usuarios participantes de esos grupos y su relación con el proyecto ético-político del Trabajo Social. La idea teórica se fundamenta en una concepción socio histórica a respecto del Trabajo Social, la política de asistencia y la dimensión socioeducativa, la cual revela un principio educativo que necesariamente materializa un contenido político-pedagógico, articulado a determinado modo de producción y reproducción de las relaciones sociales, lo que confiere sentido y dirección a la práctica de ese profesional. Siendo así, el asistente social es uno de los profesionales que ejerce una función político-pedagógica en la organización de determinada cultura, interfiriendo en la manera de pensar y actuar de los usuarios participantes de los grupos. Partiendo de ese principio, priorizamos la utilización de la metodología cualitativa en el proceso investigativo. De esa forma, efectuamos una pesquisa bibliográfica referente a la temática en cuestión. La búsqueda de datos primarios fue realizada por medio de 06 (seis) entrevistas semi-estructuradas con asistentes sociales que actúan directamente con grupos en los CRAS, además de la aplicación de 60 (sesenta) cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas junto a los participantes de 05 (cinco) grupos. Constatamos que las acciones socioeducativas de los asistentes sociales contribuyen en la conformación de determinado modo de vida, ES decir, en la manera de pensar y actitudes de los participantes de los grupos, provocando importantes cambios de hábitos y comportamientos, principalmente en el ámbito individual y familiar. Los grupos son identificados por sus participantes como un local importante y significativo, denotándose en una referencia para a mayoría de ellos. Estos espacios se configuran en momentos de sociabilidad y convivencia comunitaria. Sin embargo, identificamos que el trabajo con grupos se centraliza en las esferas informativa y reflexiva, cuyo foco prioritario de las acciones socioeducativas está en El individuo y su familia. En este aspecto, la construcción del “sujeto colectivo” permanece “sumergida” en la actuación de los profesionales. Hemos concluido ser necesario el pasaje de esas esferas a través de acciones socioeducativas que opten políticamente por la materialización de los principios constantes en el proyecto ético-político del Trabajo Social, sobretudo en su aspecto colectivo. Esa dirección puede contribuir en la fomentación de la organización colectiva, pues la politización de las relaciones sociales y la intervención de los sujetos sociales en realidad constituyen proceso fundamental para el desencadenamiento de la esfera organizativa en los grupos, la que se localiza en la perspectiva de la “pedagogía emancipadora”, lo que necesariamente requiere formación continuada en una perspectiva crítica.

Palabras-clave: dimensión socioeducativa. práctica profesional. política de asistencia social. proyecto ético-político. Trabajo Social.

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Nacional de Ensino de Serviço Social
AI	Ato Institucional
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais
AP	Ação Popular
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CMAS	Conselho Municipal da Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DRADS	Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
EBES	Estado de Bem Estar Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação do Bem-Estar do Menor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Índice de Exclusão Social
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família

PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFF/SP/SP	Programa Fortalecendo a Família/São Paulo/São Paulo
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPA	Plano Plurianual de Assistência
PRONAV	Programa Nacional de Voluntários
PTR	Programas de Transferência de Renda
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAS	Secretaria de Assistência Social
TCU	Tribunal de Contas da União
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	
ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE SUA TRAJETÓRIA	
HISTÓRICA.....	19
1.1 Contradição Capital X Trabalho deflagra Assistência como política de Estado	23
1.2 Nacional desenvolvimentismo: Racionalização da assistência social.....	27
1.3 Ditadura militar: Configuração do binômio assistência/repressão.....	31
1.4 Constituição de 1988: Assistência no tripé da seguridade social	36
1.5 (Neo) liberalismo: a “exoneração da constituição de 1988”.....	43
1.6 A constituição do Sistema Único de Assistência (SUAS).....	48
CAPITULO 2	
SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA E DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA: UM	
DIÁLOGO NECESSÁRIO	57
2.1 As bases sociopolíticas de legitimação da função educativa do Serviço Social.....	57
2.2 O assistente social enquanto intelectual orgânico	63
2.3 Refuncionalização do capital e a formatação das políticas sociais.....	71
2.4 Implicações da refuncionalização do capital à dimensão socioeducativa no exercício profissional	75
2.5 A dimensão socioeducativa e o trabalho com grupos.....	79
CAPITULO 3	
O EXERCÍCIO DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA COM GRUPOS NOS CRAS:	
UM DEBATE INADIÁVEL	91
3.1 Caracterização do universo da pesquisa e metodologia utilizada.....	91
<i>3.1.1 A cidade de São José do Rio Preto/SP</i>	<i>91</i>
<i>3.1.2 Os procedimentos metodológicos</i>	<i>97</i>

3.1.3 A caracterização do universo pesquisado	102
3.2 Os grupos na percepção dos profissionais e usuários	109
3.2.1 <i>Contrapartidas no trabalho com grupos: Um mal necessário?</i>	119
3.3 Elementos que configuram a dimensão socioeducativa na atuação com grupos	125
3.3.1 <i>Coordenação: papel fundamental no processo grupal</i>	127
3.3.2 <i>Capacitação e supervisão para o trabalho com grupos</i>	134
3.3.3 <i>Interdisciplinaridade entre Serviço Social e Psicologia</i>	141
3.3.4 <i>Infra-estrutura: Condição primordial à execução do trabalho com grupos</i>	144

CAPITULO 4

DIREÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DO TRABALHO COM GRUPOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	149
4.1 Diretriz teórico-metodológica	149
4.1.1 <i>Conceitos e temáticas adotadas no trabalho com grupos</i>	152
4.1.2 <i>Centralidade na família: determinante na direção do trabalho com grupos</i>	155
4.2 Influência da dimensão socioeducativa na vida dos usuários da política de assistência	165
4.3 Informação e reflexão nos grupos: direção para organização coletiva?	173
4.4 O trabalho com grupos nos CRAS: limites e possibilidades	181
4.4.1 <i>Focalização e Seletividade: contribuição a um sistema de desproteção social...</i>	188
4.4.2 <i>Questionamento ao individualismo: desafio na construção do sujeito coletivo nos grupos</i>	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	216

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Apresentação.....	225
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os profissionais	226
APÊNDICE C – Autorização para gravação.....	227
APÊNDICE D – Caracterização dos sujeitos e dos campos de pesquisa	228
APÊNDICE E – Questionário aplicado com participantes dos grupos	231

ANEXOS

ANEXO A – Instrumental para registro das reuniões dos grupos233

**ANEXO B – Ofício para requisição de abertura da creche Parque da
Cidadania234**

INTRODUÇÃO

Para realização dessa pesquisa, partimos da indissociabilidade entre as dimensões que compõe o Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho no modo de produção capitalista, quais sejam, as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Compreendemos, no entanto, que a dimensão ético político é aquela que atribui significado e direção às demais.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa visa realizar uma reflexão a respeito da dimensão socioeducativa da prática dos assistentes sociais que atuam com grupos nos 4 (quatro) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de São José do Rio Preto/SP, a partir da identificação da direção política da mesma através da apreensão acerca da concepção/ação dos assistentes sociais em suas atividades com os grupos e na forma como os usuários assimilam essa ação. O recorte temporal situa-se entre 2005-2008, período de implantação do Sistema Único de Assistência Social em São José do Rio Preto/SP.

Destacamos que o enfoque dado à dimensão socioeducativa nos trabalhos com grupos nos CRAS reside no fato de compreendermos o grupo como o lócus privilegiado de formação do sujeito coletivo. Entendemos também que o desempenho da função educativa do assistente social se manifesta de forma mais explícita no trabalho com grupos, sendo “[...] mais facilmente visualizada nas reuniões grupais, espaço privilegiado da dimensão socioeducativa do Serviço Social.” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 51)

Portanto, trata-se de um recorte da pesquisa e não de uma hierarquização das ações socioeducativas em face da prestação dos serviços concretos, tendo em vista pautarmos-nos pela concepção da indissociabilidade entre a prestação de serviços concretos e a dimensão socioeducativa da prática profissional.

Tendo em vista a preocupação ética de não identificar os profissionais, as identidades destes foram preservadas, através da substituição dos seus nomes por nomes fictícios, bem como pelo ocultamento de dados que pudessem levar a uma possível associação.

Dado o recorte do objeto da pesquisa, as análises centram-se no trabalho dos assistentes sociais com grupos, portanto, cabe ressaltar que o objetivo da pesquisa não se constituiu na comparação entre as atuações dos referidos profissionais nos diversos CRAS, por isso, os CRAS também não são identificados na pesquisa.

O interesse em pesquisar essa temática surgiu a partir de reflexões, indagações e inquietações a respeito da prática profissional exercida desde 2001. Para delimitação desse enfoque foi determinante a experiência do trabalho desenvolvido com grupos no Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), especificamente no período de maio/2004 a fevereiro/2006, quando observamos empiricamente que a dimensão socioeducativa da prática do assistente social interfere nas formas de pensar e agir dos usuários. E, sendo assim, configurou-se um preceito descrito por Minayo (1994, p. 17), onde “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.”

Dessa forma, a dissertação apresenta em alguns momentos, experiências situadas na prática profissional cotidiana, vivenciada pelo pesquisador enquanto sujeito inserido em uma determinada realidade social. E nessa perspectiva, tentamos articular o elemento teórico e prático, no sentido de contemplar as três dimensões necessárias à prática do assistente social: “teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo” de forma dialética.

A prática profissional situa o pesquisador em uma realidade concreta, objetiva com toda a contraditoriedade revelada e ocultada pelo movimento do real. Portanto o exercício de pensar o real e elevá-lo a categoria de “concreto pensado” (KOSIC, 1995) não foi realizado apenas com o olhar de “expectador”, através dos focos que as lentes da pesquisa científica captaram, mas invariavelmente apresenta o olhar de dentro, de quem “atuou nas cenas”, muitas delas objeto de análise dessa pesquisa. Portanto, essa especificidade permeia todo esse trabalho científico.

Embrenhados nesse processo dialético, cabe ressaltar que todas as vezes que nos referimos ao trabalho **do** assistente social, seja através de expressão própria ou citando outros autores, estamos indicando a prática de uma categoria profissional e claro, fazemos parte dessa categoria, o que significa dizer que: quando analisamos a prática **deles** (os assistentes sociais), na verdade explicitamos um processo de auto-reflexão da nossa própria prática, um processo demarcado pela difícil relação de ser pesquisador e ao mesmo tempo objeto pesquisado, exigindo um exercício constante, de familiarizar-se com o estranho e estranhar-se com o familiar.

Sendo assim, as análises não devem ser interpretadas como uma avaliação da prática de sujeitos individuais, que se explicam por si só, mas sim como um

movimento que pretende a reflexão da dimensão socioeducativa relacionada aos elementos conjunturais e estruturais de determinada realidade concreta.

Um aspecto que merece destaque diz respeito ao fato da dimensão socioeducativa ser uma temática pouco estudada no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, conforme enfatizam as pesquisas de Benatti (2004) e Luz (2005), sobretudo tendo como “chão” o cotidiano de trabalho do assistente social.

Dessa forma encontramos importantes contribuições em Abreu (2002), Iamamoto (1994 e 1998), Yazbek (2006), Silva e Silva (2007), porém faltava-nos um diálogo mais concreto com o exercício profissional, o que nos fez optar por um debate mais intenso com textos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)¹, os quais foram materializados a partir de experiências do cotidiano de trabalho com grupos socioeducativos, fato determinante na seleção dos mesmos.

Importante destacar que todos os elementos trabalhados nos capítulos são interdependentes e dialogam com um eixo central: a direção política das ações dos assistentes sociais na atuação com grupos, a qual contribui na organização de uma cultura que se relaciona com determinado modo de produção e reprodução das relações sociais.

Imbuídos dessa premissa, iniciamos um processo de investigação a respeito da dimensão socioeducativa no Serviço Social através da política de assistência social, com ênfase ao trabalho desenvolvido pelo assistente social com os grupos nos CRAS, cujos resultados se estruturam em quatro capítulos, distribuídos da seguinte forma:

No primeiro capítulo realizamos uma incursão a respeito da trajetória histórica da política de assistência social no Brasil, desde o processo em que o estado a assume como política pública em 1930, até a constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004. Procuramos enfatizar nesse processo o contorno que a política de assistência adquiriu nos diversos períodos históricos, determinado pelos diferentes governos: populista, desenvolvimentista, nacionalista, ditatorial. Ora negada, ora questionada, ou mesmo exaltada, a assistência sempre foi peça fundamental utilizada por todos esses governos, sobretudo pela função política pedagógica exercida pela dimensão socioeducativa que sua prática encerra.

¹ Esses textos encontram-se na obra bibliográfica: WANDERLEY, 2004.

Dessa forma, no segundo capítulo, aprofundamos a relação entre Serviço Social, Assistência e dimensão socioeducativa. Para tanto, problematizamos as bases sociopolíticas de legitimação da função educativa exercida pelo assistente social desde a gênese da profissão, as quais se relacionam com o modo de produção fordista/taylorista e a constituição do americanismo, sob os padrões de regulação do Welfare-State e da política econômica Keynesiana. Nesse contexto, é aprofundada a função do assistente social enquanto intelectual orgânico.

Esses padrões se alteram com a mudança no modo de produzir adotados pelo toyotismo, o que implicará na refuncionalização do capital em relação ao trabalho. As implicações dessa refuncionalização para as políticas sociais, bem como à dimensão socioeducativa do Serviço Social e no trabalho com grupos, também são abordadas nesse capítulo.

No capítulo 3 apresentamos a cidade de São José do Rio Preto/SP, a metodologia utilizada na pesquisa e a caracterização do universo pesquisado. Debates a partir da análise dos dados coletados em campo, a percepção dos profissionais e usuários a respeito dos grupos nos CRAS e refletimos a respeito de alguns elementos que configuram a dimensão socioeducativa na atuação dos assistentes sociais com os grupos nesses equipamentos sociais, sendo eles: o papel da coordenação nesse trabalho, a necessária capacitação e supervisão para tal, a interdisciplinaridade entre Serviço Social e Psicologia e a indispensável infraestrutura material e humana para o bom desempenho do trabalho com grupos.

A direção política pedagógica do trabalho com grupos na política de assistência social é problematizada no capítulo 4, no qual abordamos a diretriz teórico-metodológica, através dos conceitos e temáticas empreendidos nos grupos, cuja ênfase identificada encontra-se na centralidade da família.

Analizamos também a influência que a dimensão socioeducativa exerce na conformação de um modo de vida dos usuários participantes dos grupos nos CRAS. Associado a esta questão, refletimos a respeito da direção que a informação e a reflexão trabalhada no grupo assumem nesse trabalho. Elencamos algumas possibilidades e limites desse trabalho nos espaços da política pública de assistência, sendo um deles relacionada diretamente à forma de execução das políticas públicas no Brasil: a focalização e seletividade, elementos que configuram mais um sistema de desproteção que de proteção social. O outro limite diz respeito à forma de sociabilidade no modo de organização social vigente, o qual impõe

cotidianamente a superação do individualismo, o que se configura um desafio no trabalho com grupos, sobretudo numa perspectiva de construção do sujeito coletivo.

Nas considerações finais ponderamos a respeito do processo de realização dessa pesquisa, com ênfase aos avanços identificados no trabalho com os grupos nos CRAS e os desafios dos mesmos.

Por fim, esperamos que essa pesquisa cumpra sua função social e de alguma maneira contribua para questionamentos e transformações de nossas práticas profissionais para uma direção atrelada ao projeto ético-político da profissão, produzida pela “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe [...]” (BRASIL, 1997)

CAPITULO 1

ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Partindo do pressuposto de que a assistência social no Brasil se constitui em importante elo de interligação entre a esfera de produção da vida material e reprodução ideológica na sociedade de classes, torna-se relevante enfatizá-la a partir dos determinantes históricos que a delinea, pois compreendemos que o discurso é uma dimensão da realidade (SILVA E SILVA, 2007, p. 18), portando desmistificá-lo pressupõe o entendimento a partir de sua contextualização histórica.

Tomando por base essa perspectiva, abordaremos a materialização dos discursos em práticas do Estado condizente às políticas sociais, em específico a assistência, pois a construção e reprodução da vida material partem de determinações concretas e não do plano abstrato, embora constitua uma relação dialética.

A repressão e a assistência social constituíram-se as formas históricas com que o Estado “enfrentou” a pobreza e a miséria no Brasil. A inserção do Serviço Social nos meandros da relação estatal data de 1930, com a política varguista, período em que esta passa a interferir na relação capital-trabalho, tendo como uma das razões o processo de intensificação da industrialização no país, e conseqüentemente a formação da classe operária em função desse processo, deflagrando a contradição capital x trabalho, como questão política.

Até a eclosão dessa contradição e sua interpretação por parte do Estado, de que se tratava de uma questão política e não de polícia, a filantropia às famílias empobrecidas em função do incipiente processo da industrialização, gerador do agravamento das condições sociais, era designada à Igreja e entidades beneficentes.

Posteriormente quando absorvida como mecanismo da política estatal, a assistência às famílias dos operários passa a ser realizada pelo Serviço Social. Nesta perspectiva, as políticas sociais, em especial à assistência surgiram como estratégia oficial do Estado no trato da questão social, confirmando sua dubiedade no modo de produção capitalista, ou seja, ao mesmo tempo em que atende aos interesses dominantes, também reconhece demandas pautadas pela classe trabalhadora, a partir de sua inserção no cenário político nacional, atendendo assim parte de suas necessidades, mesmo que por vezes, esse atendimento tenha se

configurado como antecipação de conflitos por parte do Estado, caracterizando os avanços e limites da categoria “concessão-conquista” (PASTORINI, 1997, p. 92)

Segundo Sposati et al (1998, p. 43) a assistência já nasce negada pelo Serviço Social, pois é interpretada como uma prática menor no interior de uma profissão que ganhava conteúdos técnico-científicos, mesmo que no escopo da doutrina social da Igreja Católica, além de não ter legitimidade diante da demanda a qual é destinada, chegando mesmo a configurar-se como uma imposição para sua “clientela”.

Ao se resgatar a história do Serviço Social no Brasil, constata-se que se concebeu (e se transmitiu) o Serviço Social como a própria superação da assistência. Esta não passava de benemerência oferecida, voluntária e irracionalmente, pela solidariedade da sociedade. Tratava-se de afirmar uma profissão contrapondo-a às ações apostolares voluntárias. [...] Negava-se a assistência, pela dependência nela implícita, que se contrapunha à concepção de autopromoção, como resultado da capacitação das potencialidades de indivíduos, grupos ou comunidades. (SPOSATI et al, 1998, p. 43-44, destaque da autora)

Um dos indícios para tal negação pode se encontrado no fato de que a assistência, mesmo incorporada pelo Estado, não perdeu suas características básicas de origem: o benefício e a benevolência, ethos que acompanhará a prática da assistência por décadas, persistente até quando é instituída como política pública através da Constituição Federal (CF) de 1988, marco histórico da legalidade dessa política no campo dos direitos sociais.

Tais características foram primadas e cultivadas na execução de programas e projetos assistenciais por parte do Estado, justamente por se constituir em uma política estratégica pela possibilidade de seu uso clientelístico, onde a barganha e a troca de favores constituem-se mediação universal nas relações entre as classes sociais.

Até o presente momento, essas são marcas indelévels na cultura política desse país, as quais revelam o estrago causado anos a fio pelas relações calcadas no escravismo, nas relações de mando/obediência personificadas pelo coronelismo, sempre em nome do patrimônio, gerando uma cultura patrimonialista, que garantia e garante até os dias atuais, o poder político e econômico.

Esses três elementos de nossa cultura política: escravismo, coronelismo e patrimonialismo influenciarão a história da assistência no Brasil, moldando-a em seu caráter conservador e disciplinador.

A matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país, penetrando também na política social brasileira. Do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social, vem se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais. (YAZBEK, 2006, p. 40-41)

A questão da assistência é emblemática, assim a define Couto, (2006, p. 161-162) ao situá-la na escolha para explicitar o avanço dos direitos sociais no Brasil, tendo em vista que “[...] sua concepção e sua operacionalização revelam os limites e as possibilidades no que concerne à efetivação dos direitos sociais no Brasil.” Já para Mota (2006, p. 8): “[...] mais do que uma prática e uma política de proteção social, se constitui num fetiche social.”

Tais reflexões evidenciam a necessária interpretação da política de assistência, tomando por base o desvelamento de seu conteúdo e função no movimento contraditório da produção e reprodução da vida no modo de organização social vigente, o qual prioriza o capital em detrimento do trabalho, surgindo dessa relação à questão social², cujas manifestações serão demandadas ao Serviço Social para “resolução” e controle, pela via das políticas governamentais, sobretudo, as de corte assistencial, caracterizadas pelo seu mecanismo compensatório, contemplando assim interesses divergentes das classes sociais em questão. Dessa forma, a contraditoriedade presente na política de assistência a constitui em um

[...] instrumento privilegiado do Estado para enfrentar a questão social sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais. Para isso institui políticas e cria organismos responsáveis pela prestação de serviços destinados aos trabalhadores identificados como pobres, carentes, desamparados. (SPOSATI et al, 1998, p. 27-28)

Nesta perspectiva, as demandas são despolitizadas, sendo os usuários transformados em casos individualizados, onde o conceito de classes sociais sucumbe à falaciosa interpretação de uma “situação problema” relacionada à

² O conceito “questão social” remonta ao processo de industrialização na Inglaterra do século XIX, quando a pauperização a que os operários são submetidos adquirem níveis avassaladores, expondo sem máscaras a contradição entre capital x trabalho.

No Brasil, a questão social é reconhecida na década de 1930 quando a classe trabalhadora é assinalada enquanto classe política, pelos setores do Estado e do empresariado. Segundo Iamamoto e Carvalho (1998, p. 127) “[...] seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente.”

O conceito recorrentemente utilizado pelo Serviço Social refere-se à questão social como “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 1998, p. 27)

condição pessoal dos sujeitos atendidos por essa política. E nesse aspecto é interpretada por alguns autores como uma mediação fundamental na esfera da reprodução da vida social das classes subalternizadas³ (SPOSATI et al, 1998; ABREU, 2002; YASBEK, 2006; MOTA, 2006 e SILVA E SILVA, 2007). Para essas autoras, a assistência assume importante função nos processos de organização da cultura, contribuindo para a reprodução do capital através do exercício da dimensão socioeducativa.⁴

[...] a assistência social passa a ser um mecanismo pedagógico constitutivo de processos de organização da cultura, recolocando-se como uma modalidade do acesso do trabalhador a bens e serviços para o atendimento de necessidades básicas, envolvendo um complexo processo de manipulação ideológica sobre a realidade de vida desse trabalhador, bem como sobre os recursos institucionais. (ABREU, 2002, p. 21)

Ressaltamos que não se trata de negar a assistência, mas sim redimensioná-la na perspectiva dos interesses das classes sociais. A ausência dessa perspectiva, tanto no âmbito das análises e mais ainda na dimensão interventiva da profissão, tem contribuído para o ocultamento da real função da assistência na sociedade capitalista, o que se relaciona a uma “[...] *“cultura política” que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe; tratamos de uma forma a ocultar o conflito e a resistência e de legitimar a dominação.*” (YASBEK, 2006, p. 41, grifo da autora)

Justamente por constituir-se em importante mecanismo pedagógico, a “política” de assistência foi utilizada reiteradamente em vários momentos na história brasileira, através da combinação do “binômio assistência/repressão”, (SILVA E SILVA, 2007, p. 38) cuja ênfase variava de acordo com as intervenções dos governos, ora autoritários, ora populistas e clientelistas, tendo se evidenciado como a forma histórica de tratamento das desigualdades sociais no Brasil, conforme enfatizaremos a seguir.

³ A definição pelo uso da conceituação do termo classe subalternizada foi baseada em Yazbek (2006, p. 67), por corresponder “[...] a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam nas relações de classe.”

⁴ A dimensão socioeducativa da prática profissional constitui objeto de análise descrito no capítulo 2.

1.1 Contradição Capital X Trabalho deflagra Assistência como política de Estado

Deflagrada a crise mundial do capitalismo em 1929, com a conhecida “queda da bolsa de Nova York”, os Estados Nacionais reposicionam-se frente ao liberalismo e começam a regular as relações de mercado via intervenção estatal, utilizando como um dos instrumentos as políticas públicas na mediação da relação capital x trabalho, a qual demarcará ao longo dos anos a condução das políticas através do binômio repressão/assistência.

Dessa forma, os Estados se “conscientizam” de que não podem deixar a cargo exclusivo do mercado a mediação da produção e reprodução das relações sociais, e, nem a população a mercê de todo tipo de intempéries e infortúnios, advindos da livre relação entre capital e trabalho. Dessa forma, o Estado divide com o capital e com os trabalhadores, o custo pela reprodução da força de trabalho, porém numa relação de “dois pesos e duas medidas”, chegando a períodos em que é máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores, perfil assumido pelo Estado brasileiro no momento atual.

A assistência é uma das políticas que adquire ênfase no processo de reprodução da força de trabalho, estabelecendo o Serviço Social como profissão.

É a institucionalização da assistência que historicamente estabelece o Serviço Social como profissão. É este componente que o caracteriza e distingue na divisão sócio-técnica do trabalho. Sem a assistência, o Serviço Social ou o Trabalho Social deixam de ser enquanto tal, passando a ser outra profissão. (SPOSATI et al, 1998, p. 40)

Para Silva e Silva (2007, p. 24-25) as iniciativas assistenciais no processo de institucionalização do Serviço Social constituíram importantes mecanismos de contribuição ao desenvolvimento capitalista no país, tendo em vista a prática ideológica que essas iniciativas exerceram junto aos trabalhadores urbanos.

Até 1930, a assistência ficava a cargo dos organismos de filantropia e solidariedade, sobretudo aqueles ligados à Igreja, constituído por setores representativos das oligarquias da época. Ao aliarem-se Igreja e Estado, na execução da assistência social na década de 1930, este último “[...] se insinuava nesta rede enquanto agente de apoio, um tanto obscuro, ou de fiscalização”, com ênfase nesta última função. (SPOSATI et al, 1998, p. 41)

Em sua trajetória inicial, a assistência se constituiu de forma incipiente enquanto uma área de ação programática do governo, sendo os principais setores de atuação do estado getulista, o trabalho e a educação. (FAUSTO, 2003, p. 335-340). Neste contexto, a assistência era unificada com a saúde, assumindo uma prática marcada pelo “binômio de ajuda médico-social” (SPOSATI et al, 1998, p. 42)

A política trabalhista teve forte intervenção do estado getulista, considerando, sobretudo o processo de industrialização em curso no país e a necessidade de reprimir as forças organizativas da classe trabalhadora. Segundo análise de Fausto (2003, p. 335), essa política objetivava “[...] reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo.”

O primeiro objetivo se cumpriu através da repressão política às organizações de esquerda, principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a segunda por meio da instituição das leis trabalhistas que regulamentaram alguns direitos de proteção ao trabalhador como: férias, trabalho das mulheres e dos menores, limite de oito horas da jornada de trabalho semanal, o que representou um avanço frente à inexistência de uma ação específica na década de 1920, bem como contribuiu para obter apoio dos sindicatos, que sofreram o atrelamento ao Estado, através de uma legislação que definia a unidade sindical. (FAUSTO, 2003, p. 335-336)

A criação em 1930 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as Juntas de Conciliação e Julgamento são bastante ilustrativas da direção desse governo em relação à política trabalhista no sentido de criar condições ao controle da força de trabalho.

A proteção social via direitos trabalhistas é enfocada por Couto (2006, p. 95-119) como a primeira forma de garantia de direitos pelo Estado aos trabalhadores, através de uma “cidadania regulada”, ou seja, aqueles direitos concedidos pelo aparato legal vinculados à inserção no mercado de trabalho formal.

Os direitos sociais na área trabalhista foram os primeiros a ser garantidos na Constituição, sob a égide de um governo paternalista e autoritário, e ampliados num período de ditadura civil (1937-45) [...] Deduzia-se daí ser inerente ao direito social uma característica de concessão, uma vez que ele se instituiu de cima para baixo, a partir da lógica das elites e do governo brasileiro, tendo como objetivo manter alinhados os trabalhadores com o processo de industrialização necessária ao desenvolvimento do País. (COUTO, 2006, p. 184-185)

Exemplo clássico da proteção social via inserção formal no mercado de trabalho são as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPS) por categorias, geridas pelo Estado na década de 1920, através de um fundo retirado do salário dos próprios trabalhadores. A primeira categoria “beneficiada” foi a dos ferroviários, seguidas dos marítimos e portuários.

Esboça-se o primeiro sistema previdenciário do país, pela Lei Elói Mendes formulada em 1923, demonstrando-se assim, a intrínseca relação entre esfera da superestrutura com a estrutura⁵, ou seja, as leis (superestrutura) formuladas pelo Estado buscavam garantir proteção social aos trabalhadores urbanos, fundamentais ao processo de desenvolvimento do país, pela intensificação do sistema produtivo capitalista (estrutura), tendo em vista a alteração do modelo de produção agroexportador pelo urbano industrial, segregando assim, as demais categorias de trabalhadores, “desnecessárias” ao novo modelo produtivo, como por exemplo, os trabalhadores rurais, que terão direito à previdência apenas na década de 1970, “concedida” pela política militar, em função da busca de legitimidade desse regime, a qual se esvaía.

No intuito de evitar percalços ao projeto de industrialização no país, “A assistência começa a se configurar quer como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços, quer como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais.” (SPOSATI et al, 1998, p. 42)

Nesse período o trabalhador está se “libertando” do trabalho nas fazendas de café e constituindo-se em um trabalhador urbano “livre”; tornar-se livre significava ser totalmente despojado dos seus meios de produção e subsistência para vender livremente sua mão de obra para a indústria, transpondo-se do mundo rural para o urbano. O que na realidade, conformará a formação de uma classe proletária submetida e sujeitada a uma superexploração.

A aglutinação dessa classe ocasionada pela industrialização, se constituirá numa possível ameaça de desencadeamento da luta de classes, sobretudo em função da influência exercida no Brasil, pelo movimento operário da Europa.

⁵ O conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade forma sua base ou estrutura, que por sua vez, é o fundamento sobre o qual se constituem as instituições políticas e sociais. [...] Segundo a concepção materialista da história, na produção da vida os homens geram também outra espécie de produtos que não tem forma material: as ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas de sentimentos, ilusões, modos de pensar e concepções de vida diversos e plasmados de um modo peculiar. A classe inteira os cria e os plasma derivando-os de suas bases materiais e das relações sociais correspondentes. Esta é a superestrutura ou supra-estrutura. (QUINTANEIRO, 2002, p. 30-31)

Temendo um episódio de desestabilização da ordem pública, dos valores morais e religiosos, mas, sobretudo, e literalmente dos valores econômicos, a edificação de fortes pilares que garantam a livre expansão do voraz capitalismo industrial no Brasil se colocava na ordem do dia.

As classes dominantes representadas pelo Estado e Igreja⁶ se unificam em torno de interesses comuns – manter a ordem política e econômica, passando a questão social a ser interpretada como a contradição entre a burguesia industrial e o proletariado. Sob o viés dessa interpretação, deixa de ser tratada como caso de polícia, ou como a diferença entre “abençoados e não abençoados pela fortuna” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 129) inserindo-a, na pauta de discussão política.

O Estado antecipando-se ao conflito, começa a intervir através das leis sociais em tal contradição. Essa formatação da intervenção do Estado, terá suas implicações na constituição da demanda para o Serviço Social, que nesse período ficava a cargo dos grupos pertencentes às classes dominantes vinculadas à Igreja Católica, caracterizando-se como uma imposição às classes trabalhadoras, conforme análise em destaque.

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. [...] Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 129)

Essa característica influenciará a forma como a assistência será reconhecida pela profissão em seu processo de institucionalização; num primeiro momento negada pela categoria por ser interpretada como

[...] benemerência oferecida, voluntária e irracionalmente, pela solidariedade. Tratava-se de afirmar uma profissão contrapondo-se às ações apostolares voluntárias. A ação do Serviço Social, trabalhando as potencialidades de indivíduos, grupos e comunidades, faria emergir as “energias” para o autodesenvolvimento. Negava-se a assistência, pela dependência nela implícita, que se contrapunha à concepção de autopromoção, como resultado das potencialidades de indivíduos, grupos e comunidades. (SPOSATI et al, 1998, p. 44, grifo do autor)

⁶ A Igreja num primeiro momento se posiciona contrária aos valores do liberalismo, pois este lhe retirava poderes políticos, ao colocar o Homem no centro das relações (Antropocentrismo) e não mais Deus (Teocentrismo).

A partir da citação acima, verificamos que na década de 1930, a assistência era centrada no indivíduo descolado das relações de classe, em função de uma leitura ingênua da profissão acerca da realidade brasileira e de sua inserção acrítica na correlação de forças no modo de produção capitalista⁷.

Na preocupação de legitimar-se junto aos mandatários da política de assistência, bem como às instituições empregadoras, ocorre na profissão uma busca por reconhecimento e legitimidade, via melhoria do aparato técnico-racional e implementação de benefícios, o que formatará nas décadas posteriores a identidade da assistência social, numa perspectiva mais técnica que política.

1.2 Nacional desenvolvimentismo: Racionalização da assistência social

Sob o “manto” ou para melhor designação, sob o “mando” do Estado, a assistência desenvolve na década de 1940, maior racionalidade na execução dos serviços sociais, através da ampliação governamental nessa área, mantendo duas características básicas: a transmutação do direito em benefício e benevolência, componentes relevantes e estratégicos na mistificação dos reais objetivos do Estado no desempenho da política de assistência social.

Mais precisamente em 1942, cria-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), grande instituição de assistência social articulado pelo Estado, a qual cumpre função precípua na integração social, representando a “[...] simbiose entre a iniciativa privada e pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/caridade X beneficiário/pedinte, conformando a relação básica entre Estado e classes subalternizadas.” (SPOSATI et al, 1998, p. 46)

Essa simbiose se expressa concretamente na construção por parte do Estado das grandes instituições sociais que objetivavam a integração e a qualificação da mão-de-obra alinhada ao projeto do nacional-desenvolvimentismo⁸, apontando assim a consonância do estado com setores do empresariado. Exemplo clássico é a constituição do Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SESC), sendo essa uma demanda a tempos requisitada pelo empresariado, tendo em vista que “O ensino

⁷Tal assertiva não pode ser considerada sem a cautelosa análise do processo de formação profissional da época sob influência da doutrina social da Igreja Católica.

⁸ “A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo, sintetiza, pois uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964.” (FAUSTO, 2003, p. 427)

profissional é objeto de discussão entre o empresariado e governo desde 1936.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 260, nota 21)

Sendo assim, o Estado representando fortemente os interesses do empresariado compõe a base de legitimação do Serviço Social, passando o assistente social a se constituir em uma categoria assalariada para atender a ampliação da demanda por política social, sobretudo os trabalhadores urbanos.

Dessa forma, o Serviço Social passa a integrar os mecanismos de execução das políticas sociais do Estado e dos setores empresariais, enquanto forma de enfrentamento da questão social emergente no contexto do desenvolvimento urbano-industrial. (SILVA E SILVA, 2007, p. 25)

Portanto, as instituições sociais criadas neste contexto, situam-se “[...] dentro de um complexo de medidas assistenciais e educativas necessárias à adequação da força de trabalho às necessidades da indústria em expansão” (SPOSATI et al, 1998, p. 46)

Os parâmetros das análises profissionais nesse período, situam a assistência na contramão das ações designadas à promoção social, ênfase dos programas governamentais, desencadeando a dicotomização entre assistência e a promoção social, permanecendo assim, a análise da década anterior, onde a assistência mais uma vez é negada por ser interpretada como empecilho à “real” promoção social, o que a conforma como

[...] atividades de pronto socorro social, ou sejam, as de ajuda material ou financeira destinadas às populações com problemas agudos de subsistência, em geral procedidas por voluntários ou auxiliares sociais. Tais atividades passam a ser relegadas pelos profissionais de Serviço Social, tanto pelo seu caráter paliativo e clientelístico, quanto pelas limitações que traziam à afirmação do assistente social como profissional no quadro institucional. (SPOSATI et al, 1998, p. 46-47)

Tal interpretação pautava-se na crença da possibilidade de construção do Estado de Bem Estar Social (EBES) brasileiro, a partir do ressoar do contexto dos países europeus e norte americano, os quais empregavam a síntese entre a política econômica Keynesiana⁹ e o Estado de Bem Estar Social – Welfare-State. Essa

⁹ Expressão cunhada para denominar o pensamento de Keynes, cujos preceitos prevêm a necessidade de intervenção do Estado na regulação das relações econômicas e sociais, visando conter as tendências de depressão econômica através de ações, como por exemplo: “redução das taxas de juros” e “redução dos impostos que aumentam a renda disponível e determinam, em conseqüência, um aumento pelo menos no consumo [...], a intervenção do estado através dessas medidas contrariaram na época, o pensamento dos liberais, para quem as leis do Mercado são suficientes para regulação da economia.” (BOBBIO, 2000, p. 971-973)

combinação cumpriu importante função na reconstrução dos países arruinados pelo pós-guerra.

O Serviço Social absorve a teoria e a prática, bem como o discurso da ideologia dominante e compreende sua ação como possibilitadora de incluir indivíduos, grupos e comunidades na perspectiva da evolução e ascensão social explicitados na promoção social, materializados pela via de inclusão no mercado de trabalho para os indivíduos considerados aptos.

Àqueles “hiposuficientes economicamente”, náufragos do mercado, portanto, os que não conseguiam subsistência por essa via, restavam-lhes o “pronto socorro social” – função atribuída à assistência social. Em suma, mais uma vez a assistência social é rechaçada. (SPOSATI et al, 1998, p. 47)

A década de 1950 é marcada por forte intervenção estatal na economia brasileira, conforme contextualização descrita a seguir.

[...] o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial. (FAUSTO, 2003, p. 409)

Estava “inaugurado” o nacional-desenvolvimentismo, projeto em que o Serviço Social “[...] passa a ter uma presença significativa [...] quando, durante a década de 50, a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais se empenham em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade (DC) [...]” (SILVA E SILVA, 2007, p. 26)

Os programas de DC seguem as diretrizes das políticas sociais para a América Latina definidas por organismos supranacionais, através da exportação de seus modelos de intervenção social, baseado em pressupostos acríticos e aclassistas, visando atingir o consenso social acerca dos projetos de “desenvolvimento” para os povos latinos.

A assistência não fugirá a esse objetivo, portanto na área social, esse escopo se manifesta na busca pela modernização e ampliação das políticas sociais, pelo viés, do populismo, signatário da cultura política brasileira, onde a assistência é sua fonte mais preciosa. Sendo assim, “[...] o populismo é reforçado como forma política

de legitimação do poder e comando da chamada burguesia nacional, apoiado na adesão da massa trabalhadora, obtida pela antecipação da concessão de benefícios.” (SPOSATI et al, 1998, p. 47) numa demonstração de como a política social no Estado capitalista cumpre função política e econômica, esboçando sua contradição, ou seja, ao mesmo tempo em que atende as demandas do capital, também assume as da classe trabalhadora¹⁰.

Os programas de DC nessa perspectiva objetivavam atender as comunidades carentes com problemas para desenvolverem-se sócio-economicamente, disseminando ilusoriamente o rompimento com o ciclo de dependência a partir da integração de indivíduos e grupos ao projeto desenvolvimentista. A estratégia de tal empreitada visava também conter a ameaça do socialismo após a instauração da guerra fria, que polarizou a disputa mundial entre Rússia e Estados Unidos, fazendo com que os países capitalistas, sobretudo os Estados Unidos buscassem hegemonia para seu projeto econômico, político e ideológico.

A consolidação do bloco socialista e sua expansão aos países orientais começam a representar um perigo crescente para os países capitalistas simultaneamente atingidos pela perda de suas colônias. Passa então a recém criada ONU a desfraldar a bandeira da social-democracia e a buscar estratégias capazes de garantir a ordem social e de preservar o “mundo livre” dos regimes e ideologias consagradas como não democráticas. (AMMAN, 1992, p. 29, destaque da autora)¹¹

Abreu situa neste contexto a consolidação da pedagogia da “participação” na prática do assistente social, a qual adquire ênfase essencialmente a partir das propostas de Desenvolvimento de Comunidade, “[...] sob influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora.” (ABREU, 2002, 105)

A assistência ganha amplitude no discurso governamental. Os programas de qualificação de mão de obra, bem como os de alfabetização de adultos adquirem destaque nas plataformas governamentais, divulgando enganosamente a possibilidade de todos integrarem-se ao mercado de trabalho pela via da educação e da qualificação profissional.

Posteriormente, inclusive pela entrada da matriz marxista como método de análise utilizado pelo Serviço Social, as perspectivas de inclusão propaladas pelo

¹⁰ Cf. KOVARICK, 1985, p. 5-14.

¹¹ A autora realiza nessa obra importante e minuciosa investigação histórica acerca da função ideológica exercida pelos Programas de DC desde seu surgimento em 1950 até a transição democrática, inscrita no período de 1978-1989.

nacional-desenvolvimentismo, são desmistificadas através da exposição de seu conteúdo político ideológico, possibilitando a seguinte avaliação,

[...] esta ascensão atendia a propósitos do modo de produção capitalista. Isto é, reiterava a subordinação e o anestesiamiento através do atendimento tutelado e ilusório prestados pelos programas assistenciais. E retirava desse exército aqueles que, com maiores potencialidades – seleção dos mais aptos –, podiam rapidamente atender às novas exigências da produção industrial qualificando-os a custos mais baixos. (SPOSATI et al, 1998, p. 47)

1.3 Ditadura militar: Configuração do binômio assistência/repressão

O início da década de 1960, sob o governo de João Goulart, é marcado pelo despertar da consciência nacional, desencadeada pela presença de movimentos sociais, que denunciavam o grau de dependência do país em relação aos países de primeiro mundo, fruto da política adotada na década anterior. Assumia-se então a condição de país terceiro-mundista.

Alguns setores da sociedade e novos atores que já vinham se desenhando adquirem força e sentido político nesse período, como é o caso das Ligas Camponesas e dos estudantes que se tornavam protagonistas na cena política; no caso desses últimos, a intervenção ocorre pelo fortalecimento da União Nacional dos Estudantes (UNE). Parte da Igreja Católica vincula-se à esquerda através da Juventude Universitária Católica (JUC), a qual posteriormente, sob a influência do movimento estudantil, assume posições socialistas, entrando em choque com a hierarquia eclesiástica, resultando de tal conflito o rompimento com a Igreja e a criação da Ação Popular (AP) em 1962, sendo duramente reprimida pelo regime militar. Nesse contexto, as Reformas de Base e o Movimento Operário são referenciados como elementos fundamentais na composição do projeto político do governo Jango¹². (FAUSTO, 2003, p. 443-450)

Esse “caldo cultural” incidirá sob a forma de pensar e atuar do Serviço Social: a categoria profissional começa a desmistificar o conteúdo político e ideológico de sua prática, o qual ocultava os conflitos de classe através de uma ação ditada pela neutralidade, na maioria das vezes não decorrente de uma opção consciente do profissional, mas da visão ingênua da profissão por parte da categoria, decorrente

¹² Outro fato importante no contexto da América Latina, a ser considerado como influenciador nas perspectivas políticas de questionamento do modelo norte americano, realizado por alguns países desse continente, centra-se na Revolução Cubana em 1959 e na experiência chilena do governo Salvador Allende, duramente reprimida pela ditadura militar de Augusto Pinochet em 1973.

dentre outros determinantes, do processo de formação profissional, componente fundamental a ser considerado nas leituras da realidade feita pela categoria naquele momento histórico.

O contexto explicitado influenciou o movimento deflagrado pela categoria, o qual propôs a reconceituacão da prática profissional, possibilitando o desnudar ideológico da ação do Serviço Social numa perspectiva dos interesses conflitantes das classes sociais¹³.

Baseado na análise de Netto (2006, p. 164-267), é possível identificar três vertentes que disputaram a hegemonia desse Movimento – a “Reatualização do Conservadorismo”, pela influência da matriz fenomenológica, a “Intenção de Ruptura”, sob a perspectiva da leitura marxista e a prevalecente, considerada como “Modernizadora”, preconizada pela ênfase na racionalidade do planejamento ditado pelo regime militar, posição marcada nos documentos de Teresópolis produzido em 1969 e o de Araxá em 1967.¹⁴

Esses documentos são considerados como porta-vozes de uma nova racionalidade administrativa no Serviço Social (SPOSATI et al, 1998, p. 49), o que demonstra a sintonia da profissão com aquele momento que preconizava a internacionalização e modernização conservadora do país a partir da racionalidade técnica. Para Silva e Silva (2007, p. 35), os referidos documentos, “[...] explicitam e reafirmam a diretriz tradicional do Serviço Social em busca da integração social, assumindo a perspectiva de modernização colocada no contexto da sociedade brasileira como um todo.”

A tecnocracia¹⁵ ganha visibilidade, sendo o planejamento e a racionalidade fortes elementos do regime militar na conformação das políticas sociais, onde a partir da técnica se oculta os conflitos advindos do agravamento da questão social, fruto da contradição da relação capital x trabalho, buscando-se assim o estabelecimento da ordem e do consenso social.

¹³ Esse movimento, didaticamente falando, configurou-se em dois momentos distintos: Num primeiro momento, sob influência de leituras marxistas, pautadas em autores como Althusser, os profissionais negavam os espaços institucionais por compreendê-los exclusivamente como “aparelhos ideológicos do Estado.” Num segundo momento, influenciados pela inserção de Gramsci no Brasil, mais precisamente a partir de 1978, interpretam as instituições e o Estado enquanto espaços contraditórios passíveis de disputa pela luta de classes. Cf. SILVA E SILVA, 2007, p. 39

¹⁴ O Movimento de Reconceituacão e sua interface com o regime militar é analisado de forma profícua por esse autor. Cf. NETTO, 2006, p. 164-267

¹⁵ “[...] é a tecnocracia que agiliza principalmente a tecnologia organizatória, seja em nível econômico ou político. Coloca-se como detentora de um poder, legitimado por possuir um pretense saber neutro (ou seja, que servirá a todos). Está situada na empresa, no Estado, e mesmo no Estado em seu sentido amplo: sindicato, escola, partido etc.” (COVRE, 1990, p. 81, destaque da autora)

A ideologia da integração e do desenvolvimento define a matriz da política social desse período, sendo utilizada como “[...] estratégia para atenuar sequelas do desenvolvimento do capitalismo monopolista no país, marcado pela superexploração da força de trabalho e pela forte concentração de renda.” (SILVA E SILVA, 2007, p. 31)

O golpe militar¹⁶ no Brasil retoma o processo de internacionalização da década de 1950, substituindo a concepção nacional-desenvolvimentista pela modernização conservadora, onde o capital estrangeiro dita as regras, sendo o grande eixo balizador das relações entre Estado e sociedade civil. Nesse contexto, o Estado torna-se o grande empresário na intermediação entre capital (estrangeiro) e o trabalho. (SILVA E SILVA, 2007, p. 31)

Dessa forma, “As políticas públicas retomam um enquadramento transnacional. O planejamento social constitui-se no corretivo do planejamento econômico.” (SPOSATI et al, 1998, p. 49)

O Serviço Social influenciado por esse contexto sócio histórico assume tal discurso através da articulação entre a teoria e a prática, com ênfase no planejamento como método de trabalho. A assistência, embora adquira destaque por intermédio das LBA e Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com proliferação das secretarias de Bem-Estar Social nos estados, em razão da adesão por parte do Serviço Social à era do planejamento, instalada no país pelo Estado tecnocrático, fica mais uma vez relegada a segundo plano na prática profissional.

[...] No caso brasileiro, já sob a égide do regime militar instalado com o golpe de 1964, o desenvolvimento planejado, ou a então terceira via do planejamento democrático, coloca-se como viabilização da nova sociedade (Covre, 1983). Instala-se a era do planejamento no Serviço Social brasileiro e a assistência permanece rejeitada. (SPOSATI et al, 1998, p. 49)

O caráter assistencial das políticas sociais, sem dúvida é reforçado nesse período, dando ênfase ao binômio assistência/repressão, visando à legitimação do regime. Essa última forma, a repressão, era “legitimada” através dos Atos Institucionais, sendo o Ato Institucional (AI) nº 5 em 1968, o mais conhecido por representar a síntese do regime militar em sua truculência; sem prazo de vigência previamente definido, o AI 5 suspendeu os direitos civis e políticos, durando até

¹⁶ Silva e Silva (2007, p. 29) divide o período militar em três “fases”: de 1964-1968 (definição das bases do estado de segurança nacional); 1969-1974 (maior rigidez com forte truculência); 1974-1985 (distensão, retirada dos militares da cena política como atores de frente).

1979¹⁷. Esse binômio cumpre a função de desmobilização social e desarticulação das forças democráticas afloradas no início de década de 1960. No entanto,

A apreensão do uso do mecanismo combinado repressão-assistência não se deu de imediato para os assistentes sociais. A “saída” hegemônica pela racionalidade do planejamento e pela teorização científica do fim da década de 60 e do início dos anos 70 condicionaram o Serviço Social a uma forma de inserção no Estado tecnocrático. (SPOSATI et al, 1998, p. 50, destaque da autora)

Essa “saída” hegemônica foi consagrada pela vertente nacional modernizadora do Movimento de Reconceituação. Posteriormente essa vertente é fragilizada, ao passo que os profissionais conscientizam-se de que o racionalismo empregado na prática ocultava o conflito de classes e amenizava as contradições sociais.

Um impasse se instala na profissão; retirando-lhe o caráter de classe, do qual essa profissão é embrionária, o Estado requisita os profissionais de Serviço Social para executar programas sociais que respondam mais ao desenvolvimento das forças produtivas que aos interesses populares, constituindo-se no maior empregador dessa categoria, assalariando-a para executarem as políticas sociais.

A questão colocada era a seguinte: como assumir a perspectiva da transformação social no contexto institucional, sob influência da leitura althusseriana em que muitos profissionais se respaldavam para negar veementemente o espaço institucional e a assistência social, pelo entendimento de que o Estado representava unívoca e monoliticamente os interesses da classe dominante.

Esse discurso não apresenta como fonte apenas a leitura althusseriana, mas também a realidade concreta em que são desenvolvidas as práticas nas instituições, onde “Práticas mais conseqüentes terminam configurando demissões coletivas”. (ABRAMIDES, 1980 apud SPOSATI et al, 1998, p. 51)

Conforme já enfatizado, posteriormente, com a inserção de Gramsci na literatura do Serviço Social, a interpretação do Estado é fundamentada numa perspectiva de contraditoriedade, permitindo o entendimento de que as instituições também incorporam as demandas das classes trabalhadoras, as quais dependem do Estado para sua reprodução material, em função da miserabilidade a que estão submetidos, decorrente do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar, o qual priorizou os interesses do capital transnacional.

¹⁷ Cf. FAUSTO, 2003, p. 480

A assistência nesta perspectiva assume caráter de mediação. No entanto, devemos questionar como essa nova interpretação foi absorvida pelo Serviço Social e transmutada na prática. Tal conceito teria possibilitado a execução de um trabalho voltado para a politização das relações sociais, numa perspectiva de desenvolvimento dos interesses coletivos das classes subalternizadas, dentro do aparato do Estado.

Qual a viabilidade da assistência, historicamente negada, em constituir-se numa mediação na prática profissional que contribua na construção e defesa dos interesses das classes populares? Segundo Sposati et al (1998, p. 51), o Movimento de Reconceituação desnuda essa possibilidade, apresentando o seguinte desafio “[...] superar as compartimentações entre assistência/promoção/transformação ou, ainda entre prática institucional/prática alternativa, que trazem em seu bojo fundamentos ideológicos irreduzíveis.”

A assistência teria então adquirido uma posição de destaque, deixando de ser negada tanto pela perspectiva conservadora, quanto pela transformadora, pois num primeiro momento do movimento de reconceituação, a leitura ingênua cede lugar à leitura determinista da realidade e a assistência passa a ser rechaçada, negada tanto pela vertente racional-modernizadora, quanto pela política transformadora, sob a alegação de que era “[...] bloqueadora das forças coletivas para a transformação social”. Sendo assim, a assistência não se faz presente “[...] nem nas soluções tecnocráticas do planejamento social nem nas estratégias de transição social pautadas na organização social.” (SPOSATI et al, 1998, p. 52-53)

O Serviço Social “assume” a assistência influenciada pela consciência adquirida sobre a função das políticas sociais no Estado capitalista, principalmente em relação a sua ineficácia e mascaramento das desigualdades sociais. Tal consciência atrela-se ao contexto do final da década de 70, onde retornam à cena os movimentos sociais (luta contra carestia, melhoria em saúde e habitação, movimento sindical), os quais denunciavam o nível de miserabilidade que assolava a maioria da população, fato que denotava a contradição com o discurso distributivista utilizado pelo governo ditatorial em relação às políticas sociais pós-75.

O posicionamento político do Serviço Social a favor da classe trabalhadora e o questionamento a respeito do caráter político/ideológico da ação profissional se evidenciam no histórico III Congresso Brasileiro de Assistência Social (CBAS), também conhecido como “Congresso da Virada”, ocorrido em 1979, quando o

presidente de honra representante do governo militar é deposto, assumindo em seu lugar um líder sindical. “A partir de 1979, aprofundar e sistematizar a prática social voltada para a transformação das condições de vida da população consubstanciam a corrente hegemônica na profissão, pelo menos à nível do discurso.” (SPOSATI et al, 1998, p. 52-53). Esta autora conclui sua análise a respeito da assistência afirmando que,

Superar a leitura fetichizada do assistencial no Serviço Social é movimento que vai além da questão profissional. Implica, de um lado, apreender o assistencial como mecanismo histórico presente nas políticas brasileiras de corte social. De outro, criar estratégias para reverter essas políticas na conjuntura da crise da sociedade brasileira para os interesses populares. (SPOSATI et al, 1998, p. 53)

Na prática profissional esta superação significa desvelar a assistência como “[...] instância de mediação inerente ao Serviço Social [...]” (SPOSATI et al, 1998, p. 53), o que também é postulado por vários autores como (ABREU, 2002) (COUTO, 2006) (SILVA E SILVA, 2007) (YAZBEK, 2006).

1.4 Constituição de 1988: Assistência no tripé da seguridade social

O Serviço Social adentra a década de 1980 mais amadurecido política, técnica e teoricamente, pois foram quase 50 anos de densas reflexões, muitos questionamentos, avanços, retrocessos, afirmações e negações. Parece ter chegado à vez de “fazer as pazes” com a assistência, afinal essa é a década em que se caminha na direção da configuração da assistência social como política pública, direito do cidadão, dever do Estado.

A década em questão é marcada pelo declínio do “milagre econômico”¹⁸ acompanhado por forte processo inflacionário; é considerada por muitos analistas como a década perdida. O país adentra um período de grandes transformações no campo da política, o que se denominou “transição democrática”, marcado por mobilizações em função de níveis intolerantes a que chegou o custo de vida da população, resultado da política econômica adotada no regime militar, a qual

¹⁸ O “milagre econômico” configurou-se pelo período de extraordinário crescimento econômico entre 1969 a 1973, combinado com taxas relativamente baixas de inflação, tendo Delfim Neto à frente como um de seus planejadores. Cf. FAUSTO (2003, p. 485-488).

adensou a concentração de renda e pobreza, o que conseqüentemente aumentou a população demandatária por políticas sociais.

O padrão de acumulação capitalista adotado pelo regime militar, após quase duas décadas, anuncia seu esgotamento ao expor a população a todo processo de deterioração e exclusão a que foi submetida em função da primazia do crescimento avassalador do capital internacional patrocinado pela ditadura.

A abertura política, sob pressão dos movimentos que pediam “Diretas Já”, foi acompanhada da abertura macroeconômica e neste plano, quase todos os países do mundo assumiam o compromisso com as diretrizes estabelecidas pelo Consenso de Washington em 1989¹⁹. Nesse sentido, podemos afirmar que

[...] a ditadura militar sofreu uma derrota, mas é uma derrota que se caracteriza pela autopreservação. As forças conservadoras descobriram, pelo movimento das diretas, que a inquietação social campeava mais solta e mais forte que em 1964. Avançaram no sentido de uma composição pelo alto, respeitando o seu braço armado, já que em “tempo de democracia” ninguém sabe qual é a veneta do povo [...]. Uma retaguarda guarnecida por militares e, em especial, por militares saídos da aventura ditatorial, tismados por ela e ansiosos por encontrar no “governo eleito”, em composição com antigos sócios civis à testa do poder e do comando de partidos importantes, uma sólida garantia de transição prolongada. (FERNANDES, 1986a, p. 22 apud SILVA E SILVA, 2007, p. 45-46, destaque do autor)

O posicionamento assumido pelos governos da nova república denotava uma contramarcha com o avanço que as políticas sociais adquiriam no Brasil com a promulgação da Constituição Federal em 1988, contramarcha estimulada pelas diretrizes do “consenso” de Washington ou seria mais apropriado falarmos em dissenso: diminuição dos gastos com políticas sociais através da redução da intervenção do Estado nessa área, transferência de tal responsabilidade para a iniciativa privada, o que se configurou chamar de Estado mínimo. Mínimo para quem? Para o social e máximo para o capital. Mais uma vez na história se faz a opção por uma política econômica em detrimento da política social.²⁰

¹⁹ O Consenso de Washington ocorreu em 1989 nessa cidade, reunindo funcionários do governo norte americano e organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e BID) para “[...] fazer uma avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina.” Tal avaliação conclui quanto o sucesso das reformas iniciadas, atrelando a cooperação financeira externa mediante adoção das medidas neoliberais pelos governos dos países latinos. Esse consenso recomenda as seguintes diretrizes: “disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual.” (TEIXEIRA, 1998, p. 224)

²⁰ Alguns exemplos bem contemporâneos da intervenção do Estado a favor do capital são memoráveis: no governo Lula, o perdão da dívida dos usineiros e mais recentemente com a crise do capital, o socorro do estado americano às grandes empresas e bancos.

Apesar desse paradoxo, a definição da seguridade social na CF de 1988 e conseqüentemente a inserção da assistência social, juntamente com saúde e previdência na composição de seu tripé, preconiza indicações da reestruturação da proteção social brasileira expressando a “[...] ampliação e extensão dos direitos sociais [...]”. (SILVA E SILVA, 2007, p. 48-49)

A década de 1980 requisita para a assistência maior racionalização e reorganização, tendo em vista a pulverização dos projetos e programas inaugurados nas décadas precedentes, sobretudo através da política pós-75. Esses programas encontravam-se nos mais variados ministérios, como exemplificação do que isso representava: os recursos para os programas funerários, saúde materno infantil e assistência social geral estavam alocados no Ministério da Saúde, enquanto que assistência comunitária, cujo subprograma visava o desenvolvimento de ações sócio-educativas e culturais para as populações carentes, reiteradamente alvo dessas ações, encontrava-se alocada no Ministério da Educação e Cultura. (SPOSATI et al, 1998, p. 84)

Não existia, portanto, uma especificidade na ação da assistência social, manifestando-se naquele velho chavão, era uma política que realizava “tudo e nada”. O que as outras políticas se negavam a realizar, creditavam à assistência.

O Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), através da Secretaria de Assistência Social (SAS), é o eixo coordenador da execução da Proposta Nacional de Assistência Social, cuja responsabilidade da SAS corresponde a: “[...] *supervisionar a execução da política relativa à prestação de auxílio a pessoas carentes de recursos materiais, educacionais ou culturais e outras medidas de proteção social para cuja concessão não se haja exigido contraprestação direta dos assistidos*”²¹. (SPOSATI et al, 1998, p. 83, grifo da autora)

A partir dessa proposta nacional, constatamos que a programação da assistência na década de 1980 é a mais extensa possível, indo da assistência ao “menor” à atenção primária à saúde, contendo, assim, atividades de responsabilidade das outras políticas públicas: saúde, educação, trabalho, habitação. As atividades socioeducativas incluíam-se na assistência social geral, e objetivavam educar famílias e grupos comunitários. Essa política contava ainda com

²¹ “Proposta Nacional de Assistência Social, Carlos Antonio de Souza Dantas, Secretário de Assistência Social/ Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Rio de Janeiro, Serviço Público Federal, 15-10-84, mimeo” (SPOSATI et al, 1998, p. 83)

o Programa Nacional de Voluntários (PRONAV – LBA) como parte das ações da assistência.

Compreendemos que essa compartimentalização e pulverização dos serviços respondem ao propósito de fragmentação e desarticulação das demandas, sendo esse um objetivo que se configurou ao longo dos anos como uma estratégia do Estado brasileiro ao lidar com a questão social, pela via do esfacelamento da perspectiva de totalidade, tornando particular e singular o que de fato é universal, através da apresentação dos usuários da política de assistência como grupo minoritário, segmentado e particularizado na sociedade.

A falta de organização e definição das competências da assistência frente às demais políticas públicas levava os técnicos a interpretar as instituições assistenciais e seus programas como

[...] “sacos de lixo” onde as demais instituições depositam “o que não querem” ou “não podem resolver”. Nesta interpretação está contida a denúncia de uma irracionalidade e não a leitura de que a *assistência social pública expressa a face oculta do capitalismo.*” (SPOSATI et al, 1998, p. 83, grifo da autora)

Esse percurso histórico esclarece ao mesmo tempo em que denúncia a histórica negligência com que a assistência é tratada pelos poderes constituídos, o que influenciará na percepção e execução dos profissionais que trabalham com essa política.

Nesse contexto, a política de assistência insere-se nos meandros de um movimento de incriminação e absolvição, ora exaltada como política pública de direitos, ora relegada à esfera privada da sociedade, ficando à mercê do solidarismo das classes dominantes, sobretudo a partir da década de 1990, com a introdução do chamado terceiro setor na formatação da condução das políticas sociais por parte do Estado.

Para Sposati et al (1998, p. 85), as ações da assistência na direção dos direitos, “[...] implicaria a explícita atribuição dos órgãos para que as demandas tivessem a clareza do que reivindicar, gerenciar e exigir.” Fato que, no entanto, não desmistificará a face oculta do capitalismo que a assistência contém, tendo em vista que a “explícita atribuição dos órgãos” denota uma análise que aborda a assistência numa perspectiva mais técnica, que política.

Nessa perspectiva, é requisitada na década de 1980, mais especificamente em 1984, uma política de assistência que defina competências através de um sistema hierarquizado entre as três esferas de governo, tendo em vista a fragmentação e a sobreposição das ações na área da assistência, envolvendo, inclusive, as ações da iniciativa privada, conforme já descrito anteriormente.

A proposta para o estabelecimento de uma Política Nacional de Assistência é feita pelo então secretário da Secretaria da Assistência Social (SAS) – Carlos Antônio de Souza Dantas – ao MPAS, em 1984, a qual objetiva a organização de um Sistema Nacional de Assistência Social que fosse capaz de articular as três esferas de governo, federal, estadual e municipal. Essa proposta é sustentada a partir do seguinte diagnóstico:

[...] a ausência de regulamentação do subsistema de assistência social dentro do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas); o aguçamento dos problemas sociais brasileiros; a necessidade de alocação dos recursos do FAS e do Finsocial sob tal Secretaria (SAS); e, ainda, a articulação dos níveis estadual e municipal com o federal. (SPOSATI et al, 1998, p. 86)

Na análise da referida autora, essa proposta se apresenta como simples “racionalização sistêmica”, apartada de uma intervenção política que altere o quadro de agravamento social, no qual se insere a sociedade brasileira no referido período, afirmando que “[...] se faz necessária a hierarquização do poder governamental, mas sobre uma efetiva proposta política que não reitere os órgãos de assistência (já que são necessários) como meros gestores de “trato desigual” dos desiguais”. (SPOSATI et al, 1998, p. 87, destaque da autora)

Ocorre nesse período, uma especialização profissional, principalmente através da execução dos convênios com órgãos governamentais, em função da ampliação destes, o que exigia maior aperfeiçoamento intelectual da categoria, contribuindo para a disseminação dos cursos de pós-graduação no país²².

[...] esses órgãos governamentais irão desenvolver uma nova face, a de “aparelhos formadores” do ideário do pessoal das obras sociais. Complexifica-se a organização burocrática do trabalho institucional²³, com setores de treinamento, supervisão e coordenação das entidades sociais.

²² Em 1981 inicia a primeira turma de doutoramento em Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) no único curso de doutorado na América Latina. Em 1982, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reconhece oficialmente a pesquisa em Serviço Social (SILVA E SILVA, 2007, p. 41)

²³ Expressando em números o patrimônio operacional da Legião Brasileira de Assistência (LBA) nesse período: 6.000 entidades conveniadas; 8.000 servidores e 2.000 equipamentos sociais próprios administrados por voluntários (LEA LEAL, 1984, p. 2 apud SPOSATI et al, 1998, p. 89)

Termina-se por exigir, em alguns casos, a presença do assistente social no quadro da entidade, para que esses convênios se ultimem. (SPOSATI et al, 1998, p. 89)

Para Silva e Silva, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos períodos de 1974 a 1985 repercutiram profundamente nas três dimensões da profissão: política organizativa, acadêmica e na interventiva, essa última com menor intensidade²⁴.

Contrariamente aos avanços profissionais numa perspectiva crítica, as entidades sociais respondem as prioridades governamentais em função de uma dependência financeira para com o Estado, o qual terceiriza a assistência através do predomínio de voluntários da sociedade civil em sua execução, desresponsabilizando-se assim de suas funções sociais. O resultado dessa simbiose: manipulação e complacência entre o público e privado, com sobreposição de serviços, orientações e recursos.

A formatação da política de assistência colide com o avanço dessa década na área social, legitimado pela promulgação da Constituição de 1988, na qual a assistência adquire através do marco legal, o status de política pública, compondo o tripé da seguridade, juntamente com saúde e previdência, sob responsabilidade do Estado.

Segundo análise realizada por Couto (2006, p. 140), esse período é mister de um grande paradoxo: a formulação de políticas sociais universalizantes que são atravancadas pela primazia das políticas macroeconômicas. Contudo, a autora não nega o grande avanço atingido pelo Brasil no campo da seguridade social, principalmente em relação à responsabilização do Estado na função de interventor no campo social.

Porém, a realidade mostrará que essa intervenção priorizará sobremaneira a área econômica em detrimento das políticas sociais, sobretudo pela via da rearticulação das forças conservadoras, as quais impediram as reformas previstas pela constituição, inserindo no país mudanças a partir das diretrizes neoliberais. (COUTO, 2006, p. 144)

²⁴ A título de exemplo: Em 1983 ocorre a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS); do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Associação Nacional de Ensino de Serviço Social (ABESS). Em 1979 é criada a revista Serviço Social e Sociedade, propiciando intenso debate intelectual de forma sistematizada em âmbito nacional na década de 1980. (SILVA E SILVA, 2007, p. 41)

Compreendemos que ao mesmo tempo em que representa uma inovação conceitual, a inserção dessa política no campo da seguridade social assume características conservadoras, tendo em vista a formatação impressa pelo Estado brasileiro. E dessa forma, reitera velhas concepções históricas ao restringir seu acesso àquelas populações em pobreza absoluta; sob a alegação da impossibilidade de garantir a universalidade, atende de forma emergencial e assistencialista a população usuária dos serviços.

Neste aspecto, uma das críticas incorporadas por Sposati et al (1998, p. 22), ao discutir a trajetória da assistência na dinâmica das políticas sociais brasileiras diz respeito ao recorte da população atendida, pelo fato de ser uma política destinada à população permanentemente em situação de risco e vulnerabilidade, o que caracterizará um atendimento sempre emergencial das demandas, sendo o assistencial “[...] uma das características em que se expressa a ação do Estado Brasileiro nas políticas governamentais de corte social.”

Através das políticas governamentais, os programas, projetos e serviços são executados emergencialmente às populações sempre em risco, na eminência de um abismo social. Apesar dessa característica, os usuários da política de assistência, são constantemente avaliados como “dependentes” por recorrerem reiteradas vezes aos serviços, sem, no entanto, considerar que as políticas do Estado são seletivas e focalizadas, respondendo de forma eventual e fragmentada as demandas, em franco descumprimento ao processo de Universalização preconizada pela CF/1988 e pela Lei Orgânica da Assistência (LOAS) /1993.

Conforme já descrito anteriormente, “a passos mais largos” aos que levaram a promulgação da constituição no país em 1988, o governo brasileiro em 1989 assina o Consenso de Washington e o país se torna signatário das premissas ditadas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), dentre as quais, a mais nefasta para a área social centra-se na a orientação de minimização do gasto público com políticas sociais objetivando a geração de superávit primário²⁵, exigido por estes organismos como condição de manter as economias dos países periféricos em segurança para investimentos estrangeiros.

²⁵ Em linhas gerais, o superávit primário significa o saldo entre as receitas e as despesas das contas públicas do governo.

Em especial, essa premissa afetará sobremaneira a execução da política de assistência social, recém alçada à jurisdição de política pública, pois a orientação do governo quanto à mesma reside na sua “gestão” pela solidariedade da sociedade civil, cumprindo assim a risca o receituário neoliberal de esvaziamento das funções sociais do Estado, a partir de uma lógica economicista.

1.5 (Neo) liberalismo: a “exoneração da constituição de 1988”

O governo Collor em 1989, propicia deliberadamente a abertura do país ao mercado externo, sucumbindo a área social em função da prioridade econômica; assume explicitamente a matriz de condução dos governos de orientação neoliberal. Em relação à política de assistência, mantém “[...] o caráter populista, clientelista e assistencialista dos programas sociais de seu governo [...]”, exonerando a Constituição de 1988 durante seu mandato. (COUTO, 2006, p. 145)

[...] a Constituição de 1988, a partir de um enfoque neoliberal, é considerada um fator crucial de instabilidade por reeditar um modelo intervencionista de Estado que já se encontra em colapso, gerando aquilo a que os políticos costumam se referir como “clima de ingovernabilidade” [...]. A perspectiva de universalização dos direitos sociais mínimos, apontada na Constituição, torna-se letra morta, num verdadeiro desrespeito às conquistas constitucionais, ampliando-se, em decorrência, um clima favorável para o clientelismo e favorecimento da corrupção. (SILVA E SILVA, 2007, p. 54-55, grifo da autora)

Baseado nesse preceito, o governo Collor busca a “estabilidade” e a “governabilidade” seguindo as matrizes do projeto neoliberal, tendo em vista tratar-se uma linha teórica que “[...] coaduna-se com a herança oligárquica, patrimonialista e autoritária dos governos de compreensão do papel do Estado brasileiro” (COUTO, 2006, p. 145) Registra-se o seguinte balanço desse governo, referente ao sistema de proteção social:

Rejeição explícita do padrão de seguridade social [...] em vista disso, o governo reiterou a tentativa da administração passada de desvincular os benefícios previdenciários e da Assistência Social do valor do salário mínimo; relutou em aprovar os planos de benefícios e a organização do custeio da seguridade social; vetou integralmente o projeto de lei que regulamentava a assistência social; e represou, por vários meses, a concessão de benefícios previdenciários. (PEREIRA, 2000, p. 163 apud COUTO, 2006, p. 146)

A caminho do grande processo de inclusão do país no cenário globalizado ao custo da exclusão de milhares de brasileiros da participação nas esferas política e econômica, Itamar Franco, após o impedimento de Collor, concluiu a gestão 1990 – 1994. Em 1993, finalmente a Lei Orgânica da Assistência (LOAS), vetada pelo governo Collor²⁶, fora regulamentada, sob pressão de movimentos significativos de parcelas da sociedade civil, contando com participação expressiva de entidades de classe, com destaque para a dos assistentes sociais.

Apesar desse avanço no plano legal, a política de assistência mantém fortes marcas da diretriz neoliberal em sua formatação, a exemplo da instituição do Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida, no mesmo ano de aprovação da LOAS, o qual propugnava a união entre Estado e Sociedade Civil, pautada nos princípios básicos da solidariedade privada; parceria Estado, mercado e sociedade; descentralização da provisão social. (PEREIRA, 2000, p. 166 apud COUTO, 2006, p. 148)

Pautando-se na diretriz da solidariedade privada, cria-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar sob a responsabilidade do sociólogo Hebert de Souza, realizando a transmutação da antiga caridade para o discurso da responsabilidade social²⁷. Reedita-se então a filantropia no trato da questão social.

Fica patente com tal ação, a diluição do Estado na provisão da política de assistência, ao conclamar a sociedade civil para o cumprimento desse papel inaugura a era da “refilantropização” da assistência no Brasil. Os resultados dessa empreitada são desastrosas para a constituição da assistência como política pública, sobretudo ao não referendar os direitos previstos na Constituição e na LOAS, “[...] o programa acabou sendo esvaziado, pois ocorreu uma utilização clientelista do mesmo em vários pontos do país, e uma despriorização política do governo central, que não disponibilizou os recursos necessários a um programa de tal monta.” (COUTO, 2006, p. 148)

Tem-se, então, uma assistência social federal centralizada, principalmente no Ministério de Bem-Estar Social, através de duas grandes agências: Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), apesar de se verificar a tendência à descentralização e municipalização de programas, desde meados da década de 80. (SILVA E SILVA, 2007, p. 57)

²⁶ Em 18.09.1990, Collor veta o projeto de lei que propunha a regulamentação da política de assistência social.

²⁷ Para Couto (2006, p. 148), apesar de uma importante mobilização da população com o chamamento de sua responsabilidade para com a solidariedade social, o programa de combate a fome foi esgotado pelo seu uso clientelístico.

Um marco do governo Itamar Franco foi sua política econômica, que teve como grande mentor o então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o qual introduziu no país o Plano Real, seu “passaporte” para as eleições de 1994. Mais uma vez na história do país, o econômico prevalece, através de uma série de alterações que influenciaram sobremaneira a condução da política social no país, onde o Estado a administra em franco confronto com o caráter universalista previsto na Constituição de 1988 e na recém regulamentada LOAS (1993), sob a alegação de que “[...] os direitos garantidos no texto constitucional tornavam o país ingovernável.” (COUTO, 2006, p. 147)

O governo FHC materializou definitivamente a opção pelo paradigma neoliberal, opção efetuada desde 1991, quando se vinculou ao bloco de centro – direita, primando pela estabilidade econômica, “[...] meta que poderia ser apontada como característica dos governos democráticos pós 1985.” (COUTO, 2006, p. 149)

Em nome da estabilidade econômica, a área social sofreu um verdadeiro atentado por parte da política econômica, permanecendo a Constituição relegada ao plano teórico jurídico, sem efeito concreto na prática. Expressão dessa assertiva, diz respeito à manutenção por parte do governo FHC, da característica clientelista e assistencialista na direção da política de assistência sob sua gestão, a exemplo, tem-se a criação, em 1995 do Programa Comunidade Solidária, o qual “[...] é qualificado, pelo próprio governo, como esforço emergencial, posto que há o reconhecimento de que a fome e a pobreza só serão erradicados mediante a retomada e sustentação do crescimento econômico, que é a proposta do Plano Real.” (SILVA E SILVA, 2007, p. 62)

A formatação desse programa retira do Estado sua precedência na responsabilidade de condução da política de assistência, ficando a reboque da solidariedade da iniciativa privada, configurando-se como um contra senso em relação à CF/1988 e a LOAS/1993, ao desconsiderar os conselhos de direitos nos diversos níveis da administração pública, tendo em vista que estas legislações preconizam o comando único das ações por parte do Estado. (SILVA E SILVA, 2007, p. 63). Dessa forma, o governo FHC assumiu posturas no trato da questão social que descaracterizaram a LOAS, materializada pela

[...] negação da Assistência Social, enquanto uma política pública situada no campo da Seguridade Social, que é transformada numa ação emergencial, pontual e paliativa de socorro ante a miséria, em contraposição à Assistência Social integrada às outras políticas setoriais, para enfrentamento da pobreza; (SILVA E SILVA, 2007, p. 62)

Outra informação que representa o descaso desse governo com a área social, diz respeito ao questionamento por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) em relação aos parcos gastos com políticas sociais durante a gestão FHC. (COUTO, 2006, p. 149)

A combinação, por vezes velada, da priorização do capital com o discurso da solidariedade produziu efeitos nefastos na área social. O balanço do governo FHC apresenta resultados extremamente comprometedores principalmente para as classes empobrecidas.

Ao final do governo, contabilizaram-se: um aumento da concentração de renda, fenômeno muito conhecido no país (Gonçalves, 1999); um altíssimo índice de desemprego (Mattoso, 1999); uma tentativa constante de desmontar os direitos trabalhistas construídos por longas décadas (Netto, 1999); um processo de privatização intenso; e várias reformas na Constituição de 1988, principalmente no que se refere ao campo dos direitos sociais (Comparato, 1999). (COUTO, 2006, p. 150)

Em síntese, o período pós 1985, é marcadamente restritivo à expansão das políticas sociais, em função da exigência do ajuste fiscal em nome da estabilidade econômica do país, fato que comprometerá a universalidade de tais políticas, mantendo-as limitadas, focalizadas, e pontuais ao longo dos governos desse período, alguns exemplos elucidam na prática essa marca: Programa do Leite, de José Sarney, Participação Comunitária de Collor e o maior ícone dessa perspectiva, o Programa Comunidade Solidária, representando assim, a expressão do caráter clientelista e assistencialista que marcou a trajetória da política de assistência no Brasil.

Até o presente momento, esses governos não consolidaram um sistema de proteção social de forma universal conforme preconizado na CF. Couto (2006, p. 155), para explicitar a disputa²⁸ em torno da consolidação de um sistema de proteção social baseada na seguridade social na perspectiva do direito afirma que desde 1891, data da 1ª Constituição Republicana,

²⁸ Nove projetos foram apresentados desde 15.07.1987 até a redação final da CF, aprovada em setembro de 1988.

[...] nenhum texto constitucional havia sido construído com tanto espaço para o contraditório, resultando daí pelo menos duas forças centrais no Congresso Nacional, uma representada por partidos de esquerda, comprometidos com a viabilidade das reformas sociais, e outra representada pelos partidos conservadores, à qual foi dado o nome de “Centrão”. A finalidade da aglutinação política, além de garantir o processo constituinte, acabou sendo a de dar condições de manutenção da estrutura econômica, política e social do país.

A Constituição de 1988 representou um grande avanço no campo da seguridade social, sobretudo ao inserir a assistência no marco legal de proteção social universal a segmentos historicamente a mercê das forças do mercado, ou seja, aqueles que não encontravam proteção através dos direitos trabalhistas garantidos pela colocação no mercado formal de trabalho, haja vista que desde a década de 30, a legislação trabalhista foi a principal via de proteção garantida por lei, porém restritiva aos trabalhadores formais.

Cabe ressaltar que desde sua consolidação na constituição de 1946, os direitos trabalhistas não foram interrompidos, nem nas constituições de 1967 e 1969, elaboradas durante o período mais truculento do regime militar, o que denota a importante presença da legislação trabalhista no asseguramento dos direitos sociais, ou seja, a segurança da proteção social via mundo do trabalho.

No entanto, a proteção por essa via ruiu com a mudança em curso na década de 1990, principalmente com a intensificação das transformações no mundo do trabalho, denominada reestruturação produtiva, associada ao projeto neoliberal, sua base de sustentação.

Considerando a perspectiva do trabalho, Couto (2006, p. 156), pondera que a grande tônica da Constituição de 1988 foi o caráter universalista do direito, evidenciado pela igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais, além de situar o Estado como o condutor de um sistema de seguridade social, rompendo com a lógica fragmentada até então prevalecente na área social.

Essa autora analisa o descompasso entre o tempo histórico de afirmação da Constituição Cidadã de 1988, e o Welfare State implantado na Inglaterra na década de 1940, tendo em vista que este serviu de base conceitual à formulação da constituição brasileira, a qual foi calcada em princípios políticos de um Estado de cunho social-democrata, concebido nos países de capitalismo avançado. Ocorre que na América Latina, os países sofriam a influência dos projetos neoliberais, os quais primam pela destruição dos pilares que sustentam as estruturas dos Estados de

Bem Estar Social, sobretudo com forte investida em reformas do Estado, conforme já descrito.

Analisando os desafios e perspectivas que se apresentam ao Serviço Social no século XXI, Silva e Silva (2007, p. 69) destaca como um dos avanços a “[...] rica discussão em torno do resgate da assistência social, inscrita no âmbito dos direitos sociais e enquanto espaço privilegiado da prática profissional;”

Consideramos como um desafio, a ruptura com a configuração que o sistema de seguridade social assumiu no Brasil, representando a forma histórica da relação entre Estado e sociedade neste país, a qual sempre prezou por um “[...] reformismo lavar e inconcluso, nosso Estado burocratizado e impregnado de interesses particulares, nossa vida política repleta de clientelismo e fisiologia [...].” (NOGUEIRA, 2001, p. 14 apud COUTO, 2006, p. 161)

Conforme já enfatizado, a cultura política no Brasil tem suas raízes históricas pautadas ao longo dos séculos numa tradição centrada no patrimonialismo, no escravismo, e na subordinação mantida por relações de mando. Essa herança colonial brasileira delimitará as fronteiras para a afirmação de um sistema de seguridade social, sobretudo a assistência, enquanto proteção social universal. Significativo o fato de ter sido esta a última política regulamentada no tripé da seguridade, que mesmo depois de sua regulamentação, continuou “implorando” o status de política pública, sendo veementemente implantada com viés assistencialista pelos governos pós Constituição/1988, conforme já explicitado.

1.6 A constituição do Sistema Único de Assistência (SUAS)

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao poder. Um questionamento era feito, quase que como uma afirmação: ocorreriam mudanças expressivas na vida da grande maioria da população brasileira?! Qual lugar da assistência no projeto político desse governo?

Tratar a assistência no campo dos direitos sociais é emblemático, tendo em vista ser “[...] uma área reveladora das heranças dos ideários liberal e social que embasaram as ações do Estado ao longo das décadas de 1930 a 1980 [...]” (COUTO, 2006, p. 162)

Ao ser “acionado” pela política pública de assistência, o mecanismo assistencial caracterizado pelo “[...] imbricamento das políticas governamentais por

uma face assistencial no enfrentamento da questão social” (SPOSATI et al,1998, p. 24), o Estado mistifica o que está no cerne da constituição das demandas pela política de assistência, a histórica e não “nova questão social” ou ainda “nova pobreza”²⁹, fruto da velha conhecida contradição entre capital x trabalho.

Conforme denominação de Sitcovsky (2006, p. 98), o “novo” é a velha contradição entre o capital e o trabalho, explicitada na lei do desenvolvimento capitalista, elaborada por Marx, já no século 19.

Entender o Estado em sua contraditoriedade faz-se de extrema importância para avançarmos na discussão da Assistência como política pública, conforme preconizada pela Política Nacional de Assistência Social/2004 (PNAS).

O Estado no contexto latino Americano, permanece como mediador entre os conflitos de classe, o que Kowarick chamou de “pacto de dominação”, onde os interesses das classes dominadas são incorporados pelas classes dominantes através de benefícios, no sentido de manter a dominação, sobretudo econômica e política.

O “pacto de dominação” representa em última instância a defesa de interesses básicos e fundamentais das frações dominantes. Mas reflete sempre uma dinâmica de oposições e conflitos que ocorrem no âmbito das classes dominantes (contradições secundárias), que se fazem secundárias ante o inimigo principal, na medida em que este põe em risco o caráter básico do “pacto de dominação”, que é o nível onde se inscrevem as contradições principais. De qualquer maneira, é importante ressaltar que as reivindicações e pressões das classes subalternas podem ser incorporadas à medida que não afetem o caráter básico do “pacto de dominação” (KOWARICK, 1985, p. 07, grifo do autor)

Reside nessa contrariedade, a possibilidade da assistência configurar-se num campo estratégico, na perspectiva da garantia de direitos, contribuindo assim para o acesso a bens e serviços produzidos socialmente, mesmo que esse acesso, por vezes constitua-se de forma muito precarizada para as classes que utilizam a política de assistência.

Para Lopes, (2006, p. 77) “[...] o SUAS foi constituído para solapar o flagrante desmonte do sistema de direitos sociais arduamente conquistados, que andava em curso no Brasil até 2003.”

²⁹ Expressões utilizadas pelos autores Rosanvallon (1998), para quem “[...] a antiga “questão social” representada pelo conflito entre proletariado e burguesia já teria sido completamente superada pelo Estado social europeu e, por isso, falar em contradição entre capital e trabalho seria algo velho e ultrapassado”. E por Castel (1998), o qual assume “[...] a idéia de que este é um processo novo e totalmente diferenciado dos conflitos sociais entre capital e trabalho.” (apud MARANHÃO, 2006, p. 17-18)

Por meio da IV Conferência Nacional de Assistência Social, convocada extraordinariamente em dezembro/2003, a qual, na avaliação de Lopes, recoloca “[...] a legitimidade e importância da instância máxima de deliberação da política [...]”, resolve-se através de decisão coletiva pela

[...] implantação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, a partir do paradigma da universalização do direito à proteção social fundado na cidadania e abandonando as idéias tutelares e subalternas que (sub) identificam brasileiros como carentes, necessitados, miseráveis, discriminando-os do reconhecimento de ser de direitos. (LOPES, 2006, p. 79-80)

No entanto, compreendemos que o desmonte dos direitos sociais não foi “estagnado” com a constituição do SUAS, tendo em vista que esse Sistema é contemporâneo de um momento histórico em que os direitos são esfacelados, com predominância dos discursos de integração, participação, empreendedorismo, solidariedade, harmonizando através de um colaboracionismo das classes sociais, os interesses antagônicos, evidenciado em um “pacto de dominação.” O empreendedorismo e o neosolidarismo, são classificados por Sitcovsky (2006, p. 98), como portadores dos “[...] elementos constitutivos da hegemonia da classe dominante.”

Dessa forma, chamamos a atenção para o fato de que o avanço nos marcos legal, pode não significar a superação de práticas calcadas na concepção historicamente conservadora da política de assistência e seu uso numa perspectiva assistencialista e clientelista.

Apesar desse risco, é preciso reconhecer que a PNAS, aprovada em setembro/2004³⁰ pelo Conselho Nacional de Assistência (CNAS), inaugura no país com o SUAS uma “[...] nova ordenação da gestão da assistência social como política pública [...]” (SPOSATI, 2006, p. 111-112) contribuindo para a realização do direito condizente à proteção social no âmbito da seguridade social, recolocando na ordem do dia “[...] os legítimos princípios e as diretrizes emanadas da Carta Magna de 1988 e da LOAS, assim como os anseios e acúmulos da área.” (LOPES, 2006, p. 83)

Enquanto a evolução da assistência social como política é cercada por estigmas desde sua concepção, a partir das mais variadas posições ideológicas (e mesmo no senso comum), o SUAS é apresentado como filho consenso cercado de alegrias e acolhida (Será esse um efeito de impacto ou um efeito duradouro?) Será? (SPOSATI, 2006, p. 102, destaque da autora)

³⁰ Cabe ressaltar que a construção da PNAS/2004 e do SUAS contou com um amplo debate nacional, portanto, essa política contém contribuições de vários setores da sociedade: universidade, conselhos de direitos, órgãos gestores, entre outros, caracterizando-se como um fato histórico na sociedade brasileira. (SPOSATI, 2006, p. 104)

Yazbek (2005, p. 1-2), “quebra” esse consenso elencando dois fatores negativos em relação à PNAS, uma diz respeito à primazia da centralidade na família, pautada numa “[...] visão de que a família pobre precisa ser reestruturada do ponto de vista moral e afetivo [...]” e a outra “[...] é a desconsideração de que essa população pertence a uma classe social e de que a questão social é, sobretudo uma questão política (não está clara a direção política da Política de Assistência Social).”

De fato, concordamos com a autora, pois identificamos que o risco ao darmos centralidade excessiva à família, responsabilizando-a exclusivamente pela sua condição, sem a devida inserção desta nas relações das classes sociais na sociedade brasileira, é real.

A partir dessa problematização, enfatizamos que o discurso do fortalecimento das relações familiares deva ser acompanhado da materialização da proteção social a estas famílias por parte do Estado. E nesse aspecto, o SUAS “[...] não pode se constituir em uma rede mínima de proteção social. Se assim for ele não vai constituir a dimensão de proteção social como política de seguridade social.” (SPOSATI, 2006, p. 112)

Associado a essa questão, outro ponto questionável da PNAS/2004 reside na delimitação dos usuários em situação de risco e vulnerabilidade social.

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, **cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos**, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p. 27, grifo nosso)

Considerando a focalização da política de assistência em grupos considerados vulneráveis, associado à “impossibilidade” do Estado cumprir com o princípio da universalização, pela permanência de sua caracterização como “Estado mínimo”, não estaria essa política imprimindo sob novo discurso a velha e histórica função da assistência, onde a política econômica é preponderante sobre a política social e por isso faz-se necessário a manutenção desse recorte. Ao analisar a Política de Assistência Social no atual contexto, Sitcovsky (2006, p. 103) conclui que a recomposição do velho sobre o novo está posta.

Embora tenha alçado *status* de política pública com a regulamentação da LOAS (1993), é com o SUAS (2004) que a assistência social adquire grande expansão e expressividade. E nesse aspecto cabe-nos perguntar: Quais seriam os reais avanços da PNAS neste “novo” formato?

Para compreendermos os determinantes dessa expansão, faz-se necessário elucidarmos as variáveis que delineiam a presença do Estado nos anos 2000, o qual, do ponto de vista adotado nesse trabalho, mantém a histórica função de intervenção nas expressões da questão social, porém sob nova configuração pautada na PNAS/2004. Cabe questionarmos então, quais são as diferenciações entre a propositura do SUAS, posta em destaque pelo governo Lula e as políticas de assistência dos governos anteriores?

Sitcovsky (2006, p. 88) credita a dois elementos a expansão e expressividade da política de assistência implementada pelo SUAS: “[...] o peso dos programas de transferência de renda e a “nova” relação Estado e sociedade civil assentada na necessidade de construção da rede assistencial, como um dos elementos estruturante do referido sistema.”

[...] a ênfase em programas de combate à pobreza, baseados em transferências financeiras e na atuação direta junto às famílias, reforçam o mecanismo desigual de distribuição do acesso ao provimento de bem-estar. Com isso passou-se a privilegiar a garantia de renda em detrimento do necessário crescimento da provisão estatal de serviços. (CAMPOS, 2004, p. 27)

Confirmando a ênfase dada aos Programas de Transferência de Renda (PTR), Boschetti e Salvador, (2006) ao analisarem o fimeamento e investimento dos recursos da Seguridade Social entre os anos de 1999 a 2005, concluem que houve retração na alocação de recursos para expansão dos serviços estatais em detrimento da priorização do orçamento designado ao pagamento de benefícios desses programas, em especial o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF).

Esses autores destacam a grande compressão de recursos destinados à política de assistência, sobretudo condizente ao desenvolvimento de trabalhos coletivos implementados nos CRAS, a exemplo do PAIF, “[...] o que coloca em questão o próprio SUAS e a instituição dos Centros de Referência da Assistência

Social (CRAS) [...], haja vista a não alocação de recursos para execução de serviços nesses equipamentos.”³¹ (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p.49-50)

TABELA 1 – Execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)

Programa/Atividade	2004	2005
SUAS	0,00 %	0,99%
PAIF	0,62%	0,00%
BPC (PPD + Idoso)	69,49%	72,06%

Fonte: BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p.49-50

Essa preocupação também é pontuada por Sposati (2006, p. 98) a qual destaca a

defasagem entre o montante de recursos para o financiamento de benefícios, face aos serviços, ou à rede socioassistencial. A exemplo, os recursos financeiros para o BPC, no orçamento federal, é oito vezes maior do que o de serviços socioassistenciais. Caso se some, a esse montante, os recursos do Programa Bolsa Família, a discrepância entre benefícios e serviços sobe para quatorze vezes.

A centralidade auferida à assistência social, sobretudo pela via dos PTR, num governo de cunho neoliberal, cujas ações para reforma do Estado , foram iniciadas por Collor e FHC, e “[...] aprofundada com peculiar requinte [...]”, nas palavras de Sitcovsky (2006, p. 103), por Lula, relaciona-se com a estratégia do Estado de, ao desresponsabilizar-se pelo financiamento para expansão dos serviços estatais, contribuindo na retração destes, sustentar um processo de mercantilização da seguridade social, onde a diminuição das despesas com seguridade contribui para o aumento da demanda por assistência social, pois

[...] impõe-se aos trabalhadores uma seletividade na qual aqueles que podem contribuir estarão cobertos pelas instituições públicas ou privadas de seguro social e aqueles que não o podem passarão a fazer parte da clientela atendida pela assistência social. Nesse sentido, pode-se indagar se a contrapartida da desregulamentação da proteção social e do trabalho seria, então, a assistência social estatal focalizada e a solidariedade privada. (DUARTE, 2003, p. 136)

³¹ Realizamos um recorte na tabela para destacar tal discrepância. Para verificar tabela completa, Cf. (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p. 49)

Esse processo de mercantilização, “[...] oferece elementos para analisar as novas tendências da seguridade social no Brasil que incluem: a expansão da assistência social, a privatização da previdência social e da saúde pública” (SITCOVSKY, 2006, p. 92), ou seja, aqueles que têm condições de garantirem a produção e reprodução da vida na esfera do mercado, através da compra das necessidades humanas básicas, incluindo aí a saúde e a aposentadoria, o fazem sem depender da política pública do Estado; aos remanescentes, que não estão “aptos” o suficiente para se manterem pela via do mercado resta-lhes a busca de proteção social, garantida de forma precária pelo tripé da seguridade social estatal: saúde, previdência e assistência, após um longo processo de comprovação da miserabilidade e da doença.

A mercantilização dos serviços sociais essenciais não é fenômeno novo no cenário brasileiro, data do período da ditadura, com empreitadas na área da saúde e previdência, através da propagação dos convênios de saúde e da previdência privada, onde o lucro do capital é a tônica da relação entre Estado e iniciativa privada, “[...] acompanhando as tendências de mundialização financeira com a proliferação dos fundos de pensão privados.” (SITCOVSKY, 2006, p. 92)

É justamente no contexto, onde a saúde e a previdência tornam-se mercadorias, e caras ao consumidor, que a assistência adquire centralidade.

A investida da classe dominante contra a seguridade social brasileira tratou de inflexionar o padrão de enfrentamento à “questão social”, dotando a política de assistência social de uma centralidade no trato das contradições sociais. Esta transformação, do nosso ponto de vista, deu-se de maneira que a assistência social deixa de ser uma política de acesso às demais políticas setoriais, assumindo uma centralidade na política social. (SITCOVSKY, 2006, p. 94)

A política de assistência, a partir da década de 1990, principalmente através dos Programas de Transferência de Renda (PTR) assume a função de integração na vida econômica e social da população atendida por essa política, já que esta passa a ter acesso, mesmo que precário, aos bens de consumo, configurando-se em alguns momentos em um subconsumo, através de um mercado popular destinado às classes de baixo poder aquisitivo, através de uma massificação de produtos focados nessa classe. Cabe destacar que para muitas famílias, os PTR constituem em única fonte de renda.

Sitcovsky (2006, p. 96) cita um exemplo ilustrativo em relação ao aquecimento econômico provocado pelos PTR. A partir de dados coletados em pesquisa coordenada pela prof^a Ana Elizabete Mota, se constatou que em dia de pagamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)³², – atualmente unificado ao Programa Bolsa Família, alguns municípios de pequeno porte do estado de Pernambuco organizam feiras locais, dinamizando as economias desses municípios.

Acrescenta-se a tal análise, o fimeamento em longo prazo de empréstimos, com desconto em folha de pagamento do INSS, sendo os benefícios sociais, como por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), alvo de empresas privadas de crédito, que se multiplicam no país, atraentes por oferecer empréstimos a perder de vista a juros altíssimos.

Portanto, merece destaque e problematização a contraditoriedade apresentada pela política de assistência social no contexto atual: de um lado constitui-se em mecanismo de reprodução social através da amenização dos conflitos e ocultamento e consenso em torno das contradições da realidade, e de outro representa, também importante possibilidade de garantia das condições de sobrevivência de parcela significativa da população brasileira através do reconhecimento dessa política enquanto direito.

E importante destacar que a Assistência Social permaneceu como tarefa do assistente social, embora tenha sido negada em alguns períodos da história da profissão, períodos esses nos quais era entendida apenas como o fornecimento de auxílio material, ou seja, dicotomizava-se o fornecimento de auxílios materiais e a ação educativa. (SANTOS, 2007, p. 38)

Portanto, para Santos, a política de assistência deve ser pensada em sua dupla dimensão: a prestação de serviços concretos e a ação educativa, a qual representa a possibilidade de avançarmos na materialização dos princípios do projeto ético-político³³.

Dessa forma, reconhecer a contraditoriedade dessa política na sociedade brasileira possibilita adentrarmos numa discussão teórico-metodológica técnico-

³²A título de exemplo, de acordo com a execução orçamentária e financeira do FNAS, o recurso para o PETI saltou de 2,17% (2004) para 5,14% (2005). (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p. 49)

³³ Para aprofundamento a respeito da construção do projeto ético-político do Serviço Social. Cf. NETTO, 1999, p. 99-105

operativa e ético-política que balize alguns caminhos a trilharmos na consecução do projeto profissional do Serviço Social.

Essa perspectiva embasará o segundo capítulo, cujo enfoque será o debate a respeito da dimensão socioeducativa no exercício profissional do assistente social, mais especificamente na política de assistência social.

CAPITULO 2

SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA E DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO.

2.1 As bases sociopolíticas de legitimação da função educativa do Serviço Social

A dimensão socioeducativa é intrínseca ao exercício profissional do assistente social, tendo em vista ser inerente ao processo de institucionalização do Serviço Social, quando sua função assume um caráter eminentemente educativo em relação à classe trabalhadora em formação na década de 1930, servindo assim, juntamente com outras profissões aos interesses da classe dominante acuada frente à ameaça de disseminação do comunismo³⁴.

Essa função evidencia-se em Faleiros (2005, p. 13), ao analisar a intervenção dos assistentes sociais no período de institucionalização da profissão, quando estes eram encontrados

[...] subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento [...] e a evitar relações consideradas promiscuas ou perigosas: era a ordem moral e social para harmonizar classes sociais e edificar “a boa família”, o “bom operário”, o homem ou a mulher sadia.

Benatti (2004, p. 09-10), ao estudar a dimensão socioeducativa na área da saúde, afirma que “[...] as práticas socioeducativas são elementos constitutivos da gênese e processualidade da profissão, especialmente na área da saúde”. Acrescentamos com base nos estudos ora empreendidos nessa pesquisa, que a dimensão também se configura como elemento essencial presente na gênese e processualidade histórica da assistência, conforme percurso delineado no capítulo 1.

Procuramos situar a dimensão socioeducativa das práticas profissionais, especificamente relacionada à assistência, pautados na concepção de que as práticas adquirem compreensão e sentido no contexto histórico em que são produzidas, pois respondem a determinada necessidade da sociedade, em determinado momento histórico, contribuindo para manutenção, transformação ou mesmo para ambos os processos, tendo em vista a contraditoriedade presente no movimento dialético das práticas sociais.

³⁴ Processo histórico descrito no capítulo 1.

Abreu, (2002) no primeiro capítulo de sua obra “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional” analisa detalhadamente a função que o Serviço Social cumpriu como um dos instrumentos no processo de formação do americanismo³⁵, ou seja, na formação de um determinado modo de vida a ser impresso ao trabalhador; uma forma de vida condizente ao pleno desenvolvimento das forças produtivas configuradas na implantação do modo de produção fordista/taylorista³⁶.

Portanto, o Serviço Social se institucionaliza enquanto profissão sob as bases do modo de produção fordista, cuja base de sustentação é encontrada na política baseada nos preceitos do Keynesianismo³⁷, os quais serviram de embasamento à formulação do Estado de Bem Estar Social, definido nos países europeus e americanos como Welfare State, cujas ações se fizeram fundamentais para reconstrução dos países europeus no pós guerra. Portanto nesse momento, o Estado cumpre importante função de intervenção na economia para alavancar países arruinados pela guerra.

[...] o nexu americanismo/fordismo refere-se a constituição da hegemonia da burguesia industrial americana – americanismo – erigida sob um padrão de racionalização da produção e do trabalho – fordismo, consubstanciado na filosofia e técnicas organizacionais tayloristas. Tal padrão tem seu início nas primeiras décadas do século XX, aprofundando-se e expandindo-se, mundialmente, após a Segunda Guerra Mundial, associado à regulação do Estado Keynesiano. A combinação fordismo/taylorismo/Keynesianismo resulta na constituição do *Welfare State* – um reordenamento societário sob o domínio do capital – cuja experiência em países avançados mantém-se por três décadas. (ABREU, 2002, p. 18, nota 1, grifo da autora)

Nesse processo, a prática do assistente social institui-se com um caráter eminentemente educativo no que diz respeito à difusão de valores compatíveis a nova racionalidade exigida pelo então modo de produção, o qual necessitava formar o operário massa, tendo em vista que todo modo de produção precisa do consentimento, da adesão das classes que o compõe.

A prática profissional inscreve-se nesses processos a partir da mediação do sistema de controle social em que se situam as práticas assistenciais, considerando, sobretudo, o agravamento da questão social e as exigências postas pelo novo padrão produtivo e de trabalho; vincula-se, pois, à

³⁵ Cf. GRAMSCI, 1978, p. 375-413

³⁶ Fordismo, modo de produzir pautado na produção em massa, cujas técnicas organizacionais respaldavam-se na teoria administrativa de Taylor.

³⁷ Cf. nota 8 capítulo 1

necessidade histórica de imprimir `as referidas práticas um cunho “educativo”, ressocializador”, mediante inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador e sua família, adequado `as necessidades da produção e reprodução social. (ABREU, 2002, p. 39-40)

Dessa forma, o Serviço Social historicamente foi convocado e hoje adquire grande ênfase com o projeto neoliberal³⁸, configurando um paradoxo, pois essa profissão possui um projeto ético-político contra-hegemônico ao projeto neoliberal, fortemente assumido por governos no país a partir de 1990.

Portanto, nessa perspectiva, os profissionais são chamados a trabalhar com o processo de focalização e seletividade, empreendido junto às políticas públicas, tendo em vista a crescente demanda de parcelas da população expulsas do mercado de trabalho, sobretudo o formal, que passam a utilizar a política de assistência. A seletividade é considerada por Abreu (2002, p. 102) como um instrumento pedagógico que oculta a dimensão econômica da assistência, garantindo a “ajuda” nos limites permitidos pelo capital, mantendo o trabalhador em permanente estado de necessidade.

E na “impossibilidade” do Estado exercer o princípio da universalidade, o profissional de Serviço Social é demandado à realização de triagens e mais do que realizá-las, é imprescindível cumprir a função de explicá-las e justificá-las, ocasionando nesse processo uma relação dialógica com o usuário no sentido de educá-lo para receber ou não tal benefício, esclarecendo-o quanto a sua “aptidão e perfil” ou ausência destes, para esse ou aquele programa/projeto.

Segundo Serra (2000, p. 148), a escassez de subsídios e recursos materiais para as políticas sociais gerou uma crise da materialidade do Serviço Social, processo que desencadeou uma supervalorização da dimensão socioeducativa. Essa crise apresenta uma dupla dimensão,

[...] de um lado, a diminuição, por vezes drástica da base material do exercício profissional, isto é, a prestação de serviços sociais, em razão da redução das políticas sociais; de outro, a hipertrofia da função socioeducativa profissional, hipertrofia essa resultante da redução da base material.

³⁸ Tendo em vista o amplo debate já empreendido sobre essa temática, compreendemos que não cabe nesse espaço o detalhamento do projeto neoliberal. Para aprofundamento Cf. ANDERSON, 1995, p. 9-23 e TEIXEIRA, 1998, p. 195-252. Para entender os rebatimentos do Neoliberalismo ao exercício profissional do assistente social Cf. MONTAÑO, 1997 p. 102-125.

Portanto, o exercício da dimensão socioeducativa do Serviço Social numa perspectiva de justificação da focalização e seletividade, é uma das funções que cumpre as necessidades dos empregadores vinculados ao projeto de reprodução do capital.

[...] a função educativa da prática do assistente social é determinante das requisições feitas pelos detentores do capital em relação aos serviços deste profissional junto `as classes subalternas. Isto porque entende-se que esses serviços são demandados pela classe dominante, muito mais para garantir no processo de prestação da assistência social, a fixação (de maneira tecnicamente qualificada) de valores e normas de comportamento junto ao trabalhador e sua família, para o seu enquadramento nos padrões compatíveis `as exigências do processo de acumulação capitalista (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 143)

Cabe ressaltar que é na contraditoriedade dessa profissão que se inscrevem as possibilidades de questionamento dos valores e normas instituídas, através também do exercício da dimensão socioeducativa numa direção contrária as exigências do processo de acumulação capitalista.

Empreender práticas numa ou noutra direção vincula-se necessariamente aos projetos em disputa na sociedade, o que gera constante tensão. Essa disputa se apresenta ao Serviço Social quando sua pratica se vê confrontada entre a formação do trabalhador fordiano, característico do processo de desenvolvimento do americanismo, baseado no padrão cultural do Welfare State, e o movimento de emancipação das classes trabalhadoras, através das lutas desse segmento intensificadas nas décadas de 50/70 em âmbito mundial.

[...] a função pedagógica do assistente social, em seu desenvolvimento, e tencionada por dois movimentos distintos: por um lado, o movimento de formação do trabalhador fordiano no processo de organização do americanismo e, posteriormente do padrão cultural instaurado pelo Welfare State, tendo por base o conformismo mecanicista como princípio educativo; e, por outro, o movimento da classe trabalhadora na perspectiva de sua emancipação, que supõe a construção de uma nova cultura, a partir de um novo conformismo social, este movimento inscreve-se no conjunto dos processos de luta que se intensificam e marcam os anos 50/70 em todo o mundo. (ABREU, 2002, p. 66)

O debate a respeito da dimensão socioeducativa do assistente social adquire pertinência na contemporaneidade e, portanto, faz-se necessário a inserção sócio-histórica da pratica profissional na atualidade, pois, pautado em Abreu, podemos afirmar que essa dimensão se delinea de acordo com o contexto e os movimentos que se apresentam em disputa na sociedade de classes.

O Serviço Social como uma das profissões inseridas na divisão sócio técnica do trabalho na sociedade capitalista, também sofre os impactos da “[...] refuncionalização ditada pelas requisições do capital sob a égide neoliberal”. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 41)

A refuncionalização do capital tem base na reestruturação produtiva, quando a partir de 1970, é deflagrada uma crise cíclica do sistema capitalista, demonstrando o esgotamento do modo de produção fordista, cuja base política pautava-se no Welfare State, o que desencadeou um processo de reestruturação no sistema produtivo, inaugurando uma nova racionalidade na forma de produzir, a partir das técnicas empreendidas pela empresa Toyota, o que se caracterizou por Toyotismo³⁹.

Essa crise teve como um dos pontos de crítica o estado intervencionista, justificando-se a partir de então, a inserção de uma nova racionalidade administrativa no desempenho das funções estatais, configurando-se o que chamamos de Estado Mínimo, sobretudo para as políticas sociais. Nesta perspectiva, o Toyotismo encontra sua base de sustentação política no projeto neoliberal, assumido por esse Estado Mínimo, o qual torna o modo de produzir condizente com as necessidades do capital.

Podemos aferir a partir dessa configuração, que um modo de produção não se sustenta sem um projeto político e ideológico fortemente atrelado aos interesses de determinada classe social, a qual dita às formas de produção e reprodução das relações sociais e materiais da vida em sociedade. E nesse aspecto, o projeto neoliberal sustenta essa reprodução, pois preconiza, dentre suas várias diretrizes, a desresponsabilização das funções assumidas pelo Estado de Bem Estar Social na reprodução da classe que vive do trabalho.

O que queremos demonstrar com essa breve contextualização refere-se à alteração e recomposição das bases sobre as quais o Serviço Social encontrava-se assentado, portanto, este sofre a influência das regras ditadas pela reestruturação produtiva.

O (neo) liberalismo, portanto um novo liberalismo se coloca como “necessário” a reestruturação do sistema capitalista de produção, visando o reestabelecimento e recomposição do pleno desenvolvimento das forças produtivas.

³⁹ Compreendemos que não cabe, nos marcos desta dissertação, aprofundar o processo de reestruturação produtiva. Para detalhamento deste conceito, sobretudo sua implantação no Brasil na década de 1990. Cf. OLIVEIRA, 2004, p. 73-123

O Serviço Social, mais especificamente através da assistência social, não permaneceu refratário a esse processo, pelo contrário, adquire visibilidade, sendo cada vez mais requisitado para atender as “novas” necessidades postas pelo “novo” sistema de produção, conforme elucidado por Couto.

[...] foi no movimento pela redemocratização brasileira, no contexto do período pré-constituinte, com as conseqüências do processo de reestruturação produtiva, que ocorreu em escala mundial e afetou o Brasil, que a assistência social começou a ganhar visibilidade como política social, campo do direito social. (2006, p. 166-167)

O processo de reestruturação produtiva afetou sobremaneira a organização das classes que vivem do trabalho⁴⁰, demanda histórica com as quais o Serviço Social atuou e atua; com a implementação do projeto neoliberal, ocorre uma considerável desarticulação e desagregação dessas classes, incidindo numa desfiguração da face do trabalhador, o qual não se reconhece enquanto figura e muito menos pertencente a uma classe social. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 45)

A desarticulação dos trabalhadores enquanto classe é permeável à forte tendência de cooptação⁴¹ pelas classes dominantes, cujas idéias são materializadas no projeto neoliberal.

A partir das idéias de Castel (1998), consideramos preocupante e alarmante a configuração, ou melhor, dizendo, a desfiguração em que encontra-se os trabalhadores, os quais, conforme já destacado, não se reconhecem enquanto classe, perpassando por um processo de exclusão social denominado por Castel de “desfiliação social”, ou seja um não pertencimento. (apud OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 45-46)

Para além de representar um processo subjetivo, o concebemos como dialético, e, portanto, contraditório, onde as condições materiais determinam o pertencimento social a determinada classe, o que supõe que o “não ter” por ser excluído da divisão dos bens materiais e culturais produzidos coletivamente pela sociedade, carregam potencialmente a possibilidade de desenvolvimento da

⁴⁰ Cf. ANTUNES, 1998

⁴¹ O termo Cooptação é empregado para “[...] designar o acolhimento, por parte de um grupo dirigente em funções, de idéias, orientações e programas políticos propostos por grupo da oposição, com o fim de eliminar ou reduzir as conseqüências dos ataques vindos de fora. [...] Do ponto de vista dos dirigentes que estão no poder, o recurso a formas de Cooptação não só lhes permite debilitar os eventuais grupos de oposição ou impedir sua formação, como também incorporar ao próprio programa orientações e iniciativas apresentadas pela oposição emergente, subtraindo-lhe assim os pontos de apoio e os motivos de propaganda junto da base.” (BOBBIO, 2000, p. 286)

percepção de pertencer a uma determinada classe. Consideramos que essa percepção não ocorrerá de forma natural, mas dependerá de ações para desencadeá-la.

2.2 O assistente social enquanto intelectual orgânico

Para Abreu, (2002) a dimensão socioeducativa conserva relação inseparável com a organização da cultura, compreendida como “modo de vida” (Gramsci, 2004), o que, do ponto de vista empreendido nesse trabalho, torna fundamental a discussão e compreensão da função que os intelectuais exercem nesse processo. Partindo dessa premissa, conceituaremos a categoria intelectual a partir do debate empreendido por Gramsci, por romper com a idéia dicotômica que separa a esfera da produção e do pensamento, tendo em vista que,

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). [...] (GRAMSCI, 2004, p. 18)

Deste modo, toda atividade humana por mais mecânica que seja requer elaboração intelectual, e neste aspecto, a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual cumpre uma função ideológica na sociedade de classes, através da divisão social do trabalho, produzindo assim, de forma desigual o acesso ao conhecimento, conforme especifica Covre.

O acesso desigual a educação (e portanto ao conhecimento) esta vinculado intrinsecamente à divisão social do trabalho. Diz respeito, conforme já dito, à dependência do modo pelo qual os homens se organizam socialmente para produzir suas vidas: como retiram da natureza os bens para satisfazer as necessidades que suprem sua existência. A forma como se efetiva isso, refere-se à distribuição de tarefas desiguais do trabalho sobre a natureza – em que uns organizam e mandam, e outros obedecem. E também se refere a como é distribuído desigualmente o produto social global, fruto do trabalho de todos. Portanto, o cerne da divisão social do trabalho é, num primeiro momento, a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. (COVRE, 1990, p 8-9)

A divisão social do trabalho também foi determinada pela complexificação das sociedades modernas. Nessas sociedades houve a ampliação da categoria de intelectuais, sendo “[...] elaboradas, pelo sistema social democrático – burocrático, imponentes massas, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da

produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante.” (GRAMSCI, 2004, p. 22)

A partir do exposto, podemos concluir que a formação dos intelectuais e o exercício dessa função na sociedade, vinculam-se essencialmente ao mundo da produção, no que se refere ao processo de manutenção ou transformação de determinado modo de produção econômica e a forma de sociabilidade derivada, e ao mesmo tempo conservadora, desse padrão produtivo.

A maneira como os homens se organizam para produzir e reproduzir a vida em sociedade, requer sustentação por parte das superestruturas, lócus privilegiado de atuação dos intelectuais, portanto, para Gramsci (2004), intelectual é aquele que contribui na organização de determinado modo de vida, ou seja, determinada cultura, através do desempenho de sua capacidade técnica e dirigente. Através do processo histórico italiano, o autor destaca duas categorias de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, **organicamente**, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 15, grifo nosso)

Sendo assim, o intelectual atua na difusão dos valores de determinado grupo social, o qual objetiva que suas idéias, representadas por seu projeto político sejam concretizadas e homogeneizadas entre as várias classes sociais, almejando dessa forma a hegemonia de seu projeto. Portanto, o intelectual exerce função essencial no campo da organização das relações sociais. E, para o alcance dessa hegemonia, é necessário que,

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o **organismo estatal**, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa (GRAMSCI, 2004, p. 15-16, grifo nosso)

Nesse contexto, o Estado atua na consecução dos interesses das classes dominantes, e, para realizar tal objetivo, o poder público escolhe seus cargos de

confiança, os quais na perspectiva gramsciana, se constituirão nos “prepostos” e executarão a função de intelectual (dirigente + técnico) dando assim, sustentação ao projeto societário representativo de determinado grupo político, no sentido de garantir a permanência e o não questionamento do projeto instituído.

O que queremos demonstrar com tal analogia refere-se ao fato dos cargos de confiança, como o próprio nome já diz, serem definidos a partir de um “pacto de fidelidade” vinculado ao projeto de classe de determinado grupo social, portanto tal escolha não ocorre apenas pelo seu caráter técnico, embora muitos discursos queiram convencer de que os critérios para a definição desses cargos são meramente técnicos, excluindo propositalmente qualquer análise política.

Cabe ressaltar a contraditoriedade presente na representação do Estado em relação aos interesses das classes sociais, tendo em vista que o organismo estatal não representa unidirecionalmente os interesses de uma classe apenas, embora se faça notória sua vinculação com o projeto das classes dominantes. No contexto macro, por exemplo, ao priorizar a política econômica em detrimento da política social, o Estado cumpre a finalidade última de manutenção do *status quo*.

Nesta perspectiva, como poderíamos definir o assistente social, que encontra-se na execução direta no trabalho com os grupos, seria um intelectual ou somente um técnico? Para problematizarmos tal questão, faz-se importante reafirmarmos que na análise ora empreendida, compreendemos a partir dos aportes gramsciano, que todos os homens são intelectuais, embora nem todos exerçam essa função na sociedade, pois o que define o intelectual é o exercício dessa função vinculado a determinado projeto de classe, nos diversos espaços que venha a ocupar, de forma a desempenhar um papel não apenas técnico, mas também de dirigente.

O **intelectual orgânico**, portanto, é aquele que assume e trabalha na direção da construção de determinado projeto de classe, ou seja, vincula-se a esse projeto organicamente, sem necessariamente pertencer, ter nascido nessa ou naquela classe, portanto, tal vinculação define-se por uma opção de classe feita pelo intelectual. Sendo assim,

[...] determinados segmentos da categoria dos assistentes sociais podem constituir-se intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano, isto é, podem participar da direção de processos de formação de consciência e organização política de uma determinada classe, na luta pela hegemonia na sociedade. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 148)

A segunda categoria de intelectuais trabalhada por Gramsci, refere-se aos intelectuais tradicionais, descrito da seguinte forma:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica⁴², que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instituição, a moral, a justiça, a beneficência, a **assistência**, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 16, grifo nosso)

Os eclesiásticos, como categoria intelectual tradicional, por exemplo, eram organicamente vinculados a classe da aristocracia fundiária; retirava vários benefícios em função dessa vinculação, por exemplo: os poderes políticos, através dos cargos dos representantes da igreja no governo e as grandes extensões de terra em nome da igreja, porém se colocavam como independentes, portanto, [...] estas varias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante.” (GRAMSCI, 2004, p. 17) O que corresponderia a um discurso de neutralidade na perspectiva da filosofia idealista.

Tal conceituação nos possibilita afirmar que, a igreja católica no processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, cria sua categoria de intelectual, o assistente social, sobretudo através da constituição de seus “quadros”, formados pela PUC/SP em 1936, objetivando o exercício da função intelectual junto às famílias operárias, conforme descrito no capítulo 1. Portanto, podemos concluir que essa categoria foi criada em conexão com o grupo social dominante, tendo em vista que historicamente formam-se, “[...] categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.” (GRAMSCI, 2004, p. 18-19)

⁴² O autor está se referindo à fase histórica do período medieval.

Baseado em Martinelli é possível ilustrarmos a materialização da conexão entre a formação dessa categoria acoplada a determinado grupo social importante – a igreja – que, vinculada aos interesses da classe dominante criava suas categorias de intelectuais, entre elas, a dos assistentes sociais, visando a conformação de determinado modo de vida, compatível com a reprodução social. Podemos conferir essa conexão com a elucidativa análise da referida autora.

Desdobrando sua doutrina religiosa em linhas operacionais de ação social, a Igreja oferecia as bases para que os assistentes sociais realizassem sua prática; em contrapartida, eles colocavam a sua prática a serviço da Igreja. [...] A medida que se institucionalizava, exigia de seus agentes procedimentos mais técnicos e eficientes, capazes de exercer sobre as classes o controle social e político determinado pelas classes dominantes. (MARTINELLI, 1991, p. 120-121)⁴³

Considerando o surgimento dessa categoria intelectual pela via da igreja e sua postura inicial de neutralidade e posição autônoma quanto aos projetos das classes fundamentais, no âmbito do discurso, podemos considerar que esse profissional situa-se inicialmente na categoria dos intelectuais tradicionais, vinculada organicamente aos interesses da classe dominante.

Porém, cabe salientar que para Gramsci (2004) não há um critério de distinção intrínseco às atividades intelectuais, o que se deve evidenciar nas análises, portanto, é a relação das atividades intelectuais em perspectiva as relações sociais “regidas” por determinado grupo/ classe social visando à sustentação ou transformação de um modo de produção condizente com seu projeto político. Portanto a categoria dos intelectuais tradicionais pode vir a constituir-se em intelectuais orgânicos de um projeto contra-hegemônico.

Tendo em vista a inseparável relação das atividades intelectuais com o modo de produção em uma dada sociedade, compreendemos que a discussão a respeito da dimensão socioeducativa do Serviço Social deve ser enfrentada a partir dessa vinculação, que nos dizeres de Bastistone, (1989) apud Yazbek, (2006), ocorre de forma mediatizada pela prestação de serviços sociais, confirmando que, “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido

⁴³ A autora traz de maneira detalhada a vinculação dos períodos históricos e seus projetos de classe com o Serviço Social, desde seu processo de institucionalização na década de 1930 até a década de 1980, demonstrando o movimento de ruptura desta profissão com suas bases tradicionais. Cf. MARTINELLI, 1991, p. 121-152

social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários.” (GRAMSCI, 2004, p. 20)

Podemos afirmar então, que a relação do Serviço Social com o mundo da produção ocorre de maneira mediatizada pela superestrutura, sendo o assistente social um funcionário que atua na execução e planejamento das políticas sociais, seja no Estado ou na iniciativa privada, as quais constituem mediação fundamental, na manutenção do equilíbrio das forças sociais no modo de produção capitalista, a fim de garantir a hegemonia do grupo dominante⁴⁴ No que diz respeito à esfera da superestrutura, Gramsci destaca dois grandes “planos”:

[...] a sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado, planos que correspondem, respectivamente à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2004, p. 20-21)

É importante destacarmos que a função da categoria no processo de constituição da hegemonia, pode variar de acordo com a posição que ocupa na superestrutura, cabendo um questionamento quanto ao grau de inserção, ou melhor, de organicidade dessa categoria, haja vista ser “[...] possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto).” (GRAMSCI, 2004, p. 20, grifo do autor)

Portanto, faz-se necessário entendermos a posição e as funções que a categoria ocupa nas superestruturas para compreendermos o grau de conexão com determinado grupo social, porém essa associação não ocorre de forma automática e ausente de ambigüidades, conforme esclarece Iamamoto ao analisar a função intelectual da categoria.

Trata-se de um intelectual *subalterno*, de um *profissional da coerção e do consenso*, predominantemente articulado à burguesia como integrante de seu “partido ideológico.” Mas é também um profissional que vivencia uma tensa ambigüidade: incorporando uma utopia reformista conservadora, de cunho humanitário-cristão, suas representações estão em permanente tensão com os resultados de sua prática. (IAMAMOTO, 1994, p. 53, grifo da autora)

⁴⁴ Para aprofundamento da função das políticas sociais no modo de produção capitalista, Cf. FALEIROS, 1980; PASTORINI, 1997 e KING, 1988

E, nesse aspecto, a categoria pode manifestar um “espírito de grupo” com as classes dominantes que se encontram no poder, assimilando seu discurso e aspirando mesmo o lugar de “prestígio” que ocupam. Gramsci exemplifica tal questão ao citar as complexas gradações de qualificações do organismo militar: “oficiais subalternos”, “oficiais superiores”, cabos, sargentos... e aponta: “É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias, ou, melhor, que os estratos inferiores manifestam um “espírito de grupo” mais evidente, do qual recolhem uma “ vaidade” que freqüentemente os expõe aos gracejos e `as troças” (GRAMSCI, 2004, p. 22, grifo do autor)

Nesta perspectiva, é possível uma analogia em relação à parte da categoria que acriticamente aderem aos projetos de hegemonia da classe dominante, demonstrando certo consentimento em torno de seu projeto, manifestado por esse “espírito de grupo.”

Conforme já descrito, Iamamoto realiza um debate a respeito das funções intelectuais exercidas pelo assistente social e, resguardada as peculiaridades e especificidades da prática profissional, a autora questiona: “Assistente Social: profissional da coerção e do consenso?” (IAMAMOTO, 1994, p. 40-53)

Consideramos na análise ora empreendida que esse questionamento permanece relevante no contexto atual, sobretudo diante da ofensiva neoliberal, onde são requisitados aos intelectuais que “assumam” a função de adquirir o consentimento por parte das classes sociais antagônicas quanto ao projeto societário hegemônico, homogeneizando o pensamento dos diversos grupos através do exercício do convencimento de que aquele projeto – o das classes dominantes – é único e o mais apropriado. E nesse aspecto,

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do **consenso “espontâneo”** dado pelas grandes massas da população `a orientação impressa pelo grupo fundamental dominante `a vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; (GRAMSCI, 2004, p. 21, grifo nosso)

Partindo dessa premissa, estabelece-se como de fundamental importância uma prática socioeducativa exercida pelo assistente social, enquanto intelectual orgânico às classes subalternas, portanto, que objetive a desconstrução dos consensos criados pelo grupo dominante.

Quando falamos de uma atuação na direção dos interesses das classes subalternas, faz-se relevante erigir uma reflexão pautada no conceito “consenso espontâneo”, pois a partir dele é possível supor que o interesse das classes com as quais trabalhamos possa se apresentar, num primeiro momento, como os interesses da classe dominante, tendo em vista a construção ideológica empreendida por esta classe em torno da disseminação de seus valores como universais e os únicos válidos.

Em síntese, as classes subalternas aspiram ascender socialmente e ocupar o espaço de “prestígio” da classe dominante, lugar desejado pelo oprimido que “hospeda” o opressor em si.

O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora. “Reconhecerem-se”, a este nível, contrários ao outro, não significa ainda lutar pela superação da contradição. Daí esta quase aberração: um dos pólos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário. O “homem novo”, em tal caso, para os oprimidos, não é o homem a nascer da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede lugar a uma nova, de libertação. Para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros. A sua visão do homem novo é uma visão individualista. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida. (FREIRE, 1987, p. 32-33, grifo do autor)

Tal análise demonstra que a classe dominante adquire êxito, através do “consenso espontâneo” das classes subalternas na garantia de sua hegemonia, pois a relação de dominação presente nas relações sociais é naturalizada, sendo a o exercício de dominação uma aspiração social. A outra forma de manter a hegemonia reside no uso da força, através

[...] 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2004, p. 21, grifo do autor)

Pelo exposto até o presente momento, podemos inferir que a função intelectual do assistente social reside fundamentalmente na formação de consensos ou, dependendo da direção política assumida no exercício da dimensão socioeducativa, na desconstrução desses, tendo em vista que esse profissional, é, neste sentido

[...] um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. (IAMAMOTO, 1998, p. 69)

Nesta perspectiva, o assistente social pode contribuir para o desenvolvimento dos interesses das classes subalternas, por meio da criação de consensos em torno desses interesses, ou ainda, a partir de uma vinculação institucional acrítica, e muitas vezes meramente técnica, legitimar a desigualdade e os interesses das classes dominantes, através do aprofundando das relações de subalternidade, embora possa considerar, por vezes ingenuamente, que sua atuação caminha na direção dos interesses das classes subalternas, pois se o profissional,

[...] ao encaminhar os processos educativos, desconsidera essa relação conflituosa de interesses, ele tem grandes chances de confundir os objetivos do trabalho com as estratégias e mecanismos persuasivos dominantes, uma vez que a distância entre reprodução e emancipação é muito pequena. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 51-52)

Nesse sentido, é extremamente importante que o profissional adquira consciência, sabendo realizar uma leitura política que o possibilite desmistificar o que se encontra por trás do aparente discurso das instituições e assim conseguir distinguir, entre os objetivos institucionais em suas “estratégias e mecanismos persuasivos” e os objetivos profissionais. Cabe ressaltar que tal apreensão será presumível através da interpretação das contradições presentes nos espaços institucionais⁴⁵, descortinando assim os limites e possibilidades no desempenho de sua função enquanto intelectual orgânico, através do exercício da dimensão socioeducativa intrínseco à prática profissional.

2.3 Refuncionalização do capital e a formação das políticas públicas

Abreu (2002) traz dois elementos fundamentais que influenciam sobremaneira o exercício socioeducativo do assistente social na atualidade: A formação das políticas públicas empreendida pelo Estado Mínimo, cabendo-nos perguntar qual

⁴⁵ Cf. FALEIROS, 2001. Nessa obra, o autor realiza uma ampla discussão a respeito da função das instituições na sociedade capitalista, propondo um enfrentamento teórico da questão da prática institucional por parte do Serviço Social.

princípio educativo sustenta essa configuração e os movimentos que apresentam projetos societários contra-hegemônicos, tencionando assim o projeto neoliberal.

O projeto neoliberal trouxe resultados nefastos ao Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, quando da sua forte inserção no país, através da adoção de uma série de medidas, com base no receituário do Consenso de Washington⁴⁶, implementadas veementemente a partir do governo Collor de Melo, seu precursor, conforme descrito no capítulo 1.

Os efeitos da adoção dessas medidas, sobretudo nos países latino-americanos, foram percebidos por alguns setores e sentido por outros, pela crescente pauperização de amplas camadas da população, ocasionada por um desemprego estrutural sem proporções, desregulamentação dos direitos trabalhistas, implantação de projetos de privatização em detrimento da defesa da esfera pública, a qual sofreu um esvaziamento e “sucateamento” dos serviços oferecidos.

Esse projeto adquire êxito, pelo menos temporariamente, quanto a desagregação e desarticulação da classe trabalhadora, que se esfacela e se mutila em busca de trabalho, o qual assume um caráter cada vez mais temporário e precário, de forma a garantir minimamente sua sobrevivência, muito mais enquanto indivíduo, do que enquanto classe.

Em função da refuncionalização do Estado, ocorre também na década de 1990, forte transmutação dos serviços públicos para o chamado terceiro setor⁴⁷, ou também conhecido como setor não governamental, caracterizado pelas ONGs. A mercantilização dos serviços de seguridade social no Brasil não é fenômeno novo, data do período da ditadura militar a expansão dos planos privados de saúde, quando este governo fomentou a construção de hospitais privados com verba pública. Compreendemos que no momento atual, o Estado Mínimo constitui-se num dos pilares dessa mercantilização, conformando substantivamente a função socioeducativa contida na prática profissional do assistente social.

Na área da **saúde**, por exemplo, a precarização da esfera pública torna-se algo extremamente vantajoso para os interesses dos setores inseridos no processo de acumulação capitalista, tendo em vista o canal aberto para se auferir grandes

⁴⁶ Cf. nota 17 no capítulo 1.

⁴⁷ Para aprofundamento da análise a respeito do terceiro setor na década de 1990. Cf. GOHN, 1998

lucros com os serviços privados, via venda dos planos privados àqueles que podem consumi-los via mercado.

[...] os seguros privados encontram-se em crescente expansão. Trata-se de um setor duplamente beneficiado. De um lado, pela política de subfinanciamento das prestações do Sistema Único de Saúde, que 'expulsa' clientela potencial para esses seguros: ou seja, com a sua política, o governo federal assegura um patamar de demanda para esses seguros. De outro, ele é privilegiado por um financiamento direto e indireto através de subsídios e isenções fiscais, o que tem representado um enorme desvio de recursos públicos para esse setor, abertamente, lucrativo, em detrimento do SUS. (NORONHA E SOARES, 2001, p. 447 apud BENATTI, 2005, p. 18)

A mesma lógica pode ser constatada na política de **previdência**, tendo em vista a expansão dos seguros privados em detrimento da garantia de proteção social universal via sistema público de Seguridade Social.

Sendo assim, essa área também traz os reflexos do processo de mercantilização da proteção social no Brasil, restando à política de assistência, a responsabilidade com os mais pobres, sobretudo com os miseráveis. Expressivo exemplo pode ser encontrado na elegibilidade dos aptos ao BPC, benefício administrado pela previdência, destinado aos idosos e portadores de deficiência, desde que a renda per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo.

A **assistência social**, terceira política a compor esse tripé, não por coincidência, foi a última a alçar status de política pública, através da regulamentação da LOAS, em 1993, num contexto de franca implementação de medidas de desproteção social, por parte do Estado Mínimo brasileiro.

A formatação das políticas sociais pelo Estado Mínimo restringe as ações, aos "miseráveis", os quais se encontram desprotegidos em razão da implantação das premissas do neoliberalismo, especialmente a retração dos gastos públicos na área social, por este mesmo estado que "assume" a responsabilidade por "ampará-los" na forma de prestação dos precários serviços públicos, especificamente a assistência social.

Portanto, os usuários dessa política constituem-se justamente daqueles setores que não encontram, muitas vezes, a proteção social nas demais políticas de seguridade e muito menos conseguem comprá-la, tendo em vista sua transmutação em "mercadoria" na forma de serviços privados de proteção social, ocasionando a mercantilização dos serviços sociais articulada ao processo de refilantropização da questão social. "Dessa forma o Estado se afasta da responsabilidade e dos gastos

com a reprodução da classe trabalhadora, estabelecendo um sistema de seguridade social pautado na combinação entre mercantilização de serviços sociais e o apelo `a solidariedade.” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 44)

Articulado à “ascensão” do Estado Mínimo tem-se na década de 1990 o arrefecimento dos movimentos sociais e populares, em contraposição ao “[...] impacto dos movimentos sociais em 1978 [o qual] levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular [...]” (SADER, 1988, p. 26)

Conforme descrito, compreendemos que os movimentos sociais constituem grandes referências às práticas socioeducativas, portanto esse arrefecimento também influenciará no exercício da função socioeducativa do Serviço Social.

Esse “afrouxamento”, não por acaso ocorre no contexto neoliberal da década de 1990, o que trará sérias implicações à constituição do sujeito coletivo que adentrou em cena nas décadas de 70/80, conforme descrito por Sader, ao estudar as lutas dos trabalhadores da grande São Paulo/SP nessas décadas; o autor discorre detalhadamente sobre o Primeiro de Maio de 1980 demonstrando o processo de aglutinação dos pequenos movimentos que “[...] num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública” (SADER, 1988, p. 29). O sujeito coletivo,

[...] indica ‘uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas’, de sorte que a novidade é tríplice: um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias). (SADER, 1988, p. 11-12)

Interpretamos a partir dessa definição que a criação de direitos necessariamente exige como protagonistas os sujeitos coletivos, no entanto os direitos podem ser exercidos individualmente.

Na década de 1990, o sujeito coletivo se “enfraquece” e adentra em cena o “indivíduo”, sob forte influência dos processos de individualização ora em curso. Os projetos e interesses individuais ganham ênfase em detrimento dos projetos coletivos, portanto o indivíduo adquire centralidade nas relações sociais, sendo o grande responsável pelo próprio fracasso ou sucesso.

Essas condições objetivas comprometem o exercício da dimensão socioeducativa do Serviço Social, em seus diversos espaços ocupacionais,

sobretudo aquelas práticas cuja intencionalidade pretendem direcionar-se pelos princípios constantes no projeto ético-político profissional. Cabe ressaltar que pelo recorte da pesquisa enfatizaremos em específico, o espaço ocupacional na esfera pública estatal e neste o trabalho com grupos.

Dessa forma, constatamos na teoria e na prática que o projeto ético-político da profissão encontra-se em disputa acirrada com o projeto neoliberal⁴⁸, configurando-se em uma contra-direção na prática dos profissionais que assumem posturas pautadas no projeto político profissional, as quais são materializadas pela dimensão socioeducativa.

2.4 Implicações da refuncionalização do capital à dimensão socioeducativa no exercício profissional

A conjuntura atual impõe à prática profissional inflexões em função das “novas demandas” postas pelo reordenamento das relações entre capital/trabalho. (CARDOSO; MACIEL, 2000).

O arrefecimento dos movimentos sociais e a fragmentação/desagregação da classe que vive do trabalho associada à formatação das políticas sociais por parte do Estado Mínimo, trarão implicações diretas ao desenvolvimento da dimensão socioeducativa, expressa no trabalho com grupos.

É, portanto, com essa classe fragmentada, que o assistente social se deparará em suas ações profissionais. Numa perspectiva que coaduna com o projeto ético-político, a direção política do trabalho com grupos deveria contribuir para a constituição de uma identidade de classe, cujo elemento central a ser trabalhado reside na desagregação política e social dessa demanda, onde a privação material compromete em grande medida a sua constituição enquanto sujeito coletivo, pois segundo Marx, o homem deve ter suas necessidades materiais supridas para ter condições de realizar a história.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção

⁴⁸ Netto, (1999) apresenta de forma detalhada o processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social, situando-o no contexto de disputa por hegemonia.

dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como a milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, 1996, p. 39, grifo do autor)

O que significa dizer que

“A esta classe impõe-se ao mesmo tempo a luta pela garantia de meios `a própria reprodução material, ou seja, ao seu desenvolvimento físico e intelectual; e a luta pela reprodução subjetiva referente a reconstituição de sua identidade de classe ou seja, sua recomposição como força política.” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 46)

Compreendemos que essa reconstituição abrange inclusive o reconhecimento da própria categoria como classe trabalhadora, portanto, devemos nos incluir no processo de reconstituição de classe e recomposição como força política.

Quando discutimos o projeto ético-político e a dimensão socioeducativa, a qual imprime direção à prática, muito se tem divulgado na literatura específica, a necessidade de uma ação socioeducativa voltada para a articulação dos “interesses das classes subalternas”, expressão muitas vezes repetida de forma automática, quase que como um jargão, sem questionamentos e aprofundamentos a respeito.

Cabe nos perguntarmos como se apresentam os interesses das classes subalternizadas, diante da conjuntura atual. Possivelmente não são os mesmos presentes na década de 1970/80, conforme elucidado por Sader (1998). Sob este ponto de vista, torna-se indispensável questionarmos e termos clareza enquanto categoria profissional, do significado que assume no presente contexto trabalharmos em consonância com os interesses das classes subalternas.

Essa preocupação significa empreender esforços na compreensão de como esses interesses se manifestam no cotidiano profissional, o que muitas vezes, requisitará dos profissionais uma discussão aberta com a população que participam dos grupos, objetivando uma articulação entre profissional/usuário, a qual contribuirá no desenvolvimento de uma confiança, visando o não julgamento e condenação quando, por exemplo, estes requerem “apenas” a “cesta básica” em detrimento da participação nos grupos.

Uma outra possibilidade que se abre ao exercício da dimensão socioeducativa de forma a fortalecer os sujeitos sociais, situa-se nas esferas de controle social. Com a descentralização e municipalização previstas na Constituição

Federal/1988, o assistente social, juntamente com outros profissionais e grupos organizados da sociedade civil, adquirem um espaço institucional de discussão política, que são os Conselhos de Direitos, os quais prevêm através de sua composição paritária, a participação da população na elaboração, controle e fiscalização na execução das políticas públicas.

Esses espaços são compostos por processos políticos em disputa, embora se esforcem na busca de consenso quanto a direção impressa na elaboração e execução das políticas públicas que implementam.

A formatação que essas políticas adquirem representa determinados projetos societários que disputam hegemonia na sociedade, sendo que esses espaços engendram uma dupla possibilidade de participação da sociedade civil, tendo em vista que,

A qualidade da participação da sociedade civil não se encontra previamente definida, podendo inspirar-se tanto em versões atualizadas dos “coronelismos”, “clientelismos”, e “populismos”, redundando no uso da coisa pública em função dos interesses particularistas; quanto no envolvimento de “maiorias silenciosas” em planejamentos e projetos pré-definidos. (IAMAMOTO, 1998, p. 124, grifo da autora)

O que a realidade tem evidenciado é a manipulação por parte do poder público o qual garante maioria – muitas vezes pela cooptação dos participantes – na condução destes conselhos, inclusive com a conservação da presidência em suas mãos, através de manobra política para que membro do poder público ocupe esse assento⁴⁹, portanto, nesse caso, a participação da sociedade civil encontra-se atrelada ao projeto societário delineado pelo poder público.

Não se trata de darmos uma versão fatalista e determinista a esses espaços, mas sim, a partir da realidade concreta, problematizarmos essa participação justamente por constituir um potencial de trabalho socioeducativo do assistente social, no que diz respeito a discussão com a população, visando a formação de sujeitos para compor tais conselhos de forma crítica, pois

[...] esses espaços requerem habilidade política, visão crítica e capacidade de negociação; de outra forma, os seus membros podem tornar-se facilmente um juguete em meio aos mascarados conflitos de interesses [...]

⁴⁹ No caso específico do Conselho Municipal de Assistência Social do município de São José do Rio Preto/SP, a presidente eleita em 2010 foi a própria Secretária Municipal da Assistência. Compreendemos que a presidência nas mãos de um membro do executivo pode comprometer a função de controle social da administração pública a ser exercida por esse órgão.

visto que pode conformar a suposta parceria entre sujeitos antagônicos, pautados no colaboracionismo entre as classes. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 49)

Portanto, esse é um dos espaços potenciais ao exercício da função educativa do assistente social, pois, conforme já afirmamos, esta se faz presente em todas as ações desenvolvidas por este profissional nos diversos espaços ocupacionais, tendo em vista que a dimensão socioeducativa é constitutiva da prática profissional, pois conforme explicita Iamamoto, “Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras.” (IAMAMOTO, 1994, p. 40)

A participação da sociedade civil em espaços institucionais constitui um avanço, e pode ao mesmo tempo representar um retrocesso, caso os mesmos, como por exemplo, os Conselhos de Direitos, não sejam apropriados de forma crítica pelos profissionais e usuários das políticas, tendo em vista que

[...] a institucionalização dos Conselhos de Direitos, envolta na retórica da participação democrática, enfatiza a parceria entre sujeitos com interesses antagônicos, camuflando as contradições entre classes e o confronto entre projetos societários, na medida em que centra a polarização de interesses entre a burocracia estatal e, sociedade civil. (ABREU, 1999 apud CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 146)

Não se trata de negar esses espaços, que significaram um avanço da sociedade democrática, tangente à constituição de canais de diálogo e negociação das demandas populares, com o processo de descentralização e municipalização previsto na Constituição de 1988, mas urge apropriá-los de forma crítica, pois a realidade tem demonstrado que estes espaços, salvo exceções, tem-se constituído em “mecanismos de colaboracionismo entre as classes”. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 146)

Inclusive, em alguns momentos os Conselhos de Direitos, sobretudo quando atrelados ao projeto político de governos conservadores, se posicionam contrariamente a luta por expansão das políticas públicas, assumindo um discurso dominante apropriado do poder público em relação a ausência de recursos para implantação dos serviços, saindo notadamente, na defesa dos interesses desse poder constituído, em detrimento da constituição de poderes populares, expresso na

luta pela implementação de ações voltadas ao atendimento real das necessidades da maioria da população, sob a forma de políticas públicas⁵⁰

2.5 A dimensão socioeducativa e o trabalho com grupos

O que entendemos por educação e como a colocamos em prática no exercício da dimensão socioeducativa determina em boa medida a direção dos trabalhos com os grupos. E nesse aspecto é muito importante e necessário a desmistificação da função ideológica que os processos educativos cumprem na sociedade de classes.

É muito comum a educação ser situada como a grande saída para as desigualdades, e nesse aspecto, compreendemos que a educação tornou-se um discurso ideológico e enquanto tal camufla a desigualdade social, através da homogeneização entre as classes sociais, tendo em vista que

[...] por trás dos ideários e concepções pedagógicas que sustentam as práticas educativas, por mais humanistas e bem intencionadas que possam parecer, há uma opção de classe que remete para uma visão de processo histórico, para uma compreensão de ser humano e de seu papel na história, para processos transformadores (embora carregados de contradições – o que é humano) ou reificadores da sociedade (também repletos de contradições – o que também é humano) (PALUDO, 2001, p. 75)

Mas afinal o que se configura como socioeducativo e como se manifesta no contexto atual de ofensiva neoliberal. A quem interessa a educação das classes subalternizadas e qual direção tem sido impressa nessa ação? Por estas questões, Oliveira e Elias (2005, p. 41-42) destacam a importância e urgência de refletir a dimensão socioeducativa, relacionando-a ao projeto ético-político do Serviço Social, exigência que,

[...] se torna tarefa premente na contemporaneidade, posto que inúmeras atribuições são conferidas como socioeducativas na prática profissional do assistente e, por serem tão diversas já não se sabe o que as caracterizam. Realizar ou promover uma palestra, oferecer cursos de capacitação profissional, fazer orientações sobre direitos de cidadania, refletir questões sociais presentes no cotidiano, podem ser denominadas ações socioeducativas? O que lhes confere tal significado?

⁵⁰ Um exemplo concreto pode ser citado: Numa “luta” travada através de ações articuladas entre alguns membros do Conselho Tutelar, em parceria com os NAS e CRAS, objetivando a ampliação de vagas nas creches do município de São Jose do Rio Preto/SP, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDA), utilizando-se de várias justificativas e argumentos posicionou-se contrário à solicitação de vagas via Vara da Infância e da Juventude.

Temos como pressuposto que independentemente da consciência que o profissional tenha ou não da ação educativa e da direção que esta assume em sua prática, o mesmo através de seu exercício profissional, necessariamente materializa uma ação política/ideológica, seja através da ação educativa direta com os grupos, ou na prestação de serviços concretos, pois conforme afirma Batistone, a dimensão socioeducativa e a prestação de serviços são indissociáveis, constituindo-se em uma unidade intrinsecamente relacionada na ação profissional.

As ações profissionais dos assistentes sociais apresentam duas dimensões: a prestação de serviços assistenciais e o trabalho socioeducativo, sendo que há uma tendência histórica a hierarquizar a ação educativa em face do serviço concreto. Na realidade, é pela mediação da prestação de serviços sociais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua “clientela”. Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão socioeducativa (e política/ideológica) da profissão, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador a moldar o “cliente” em termos de sua forma de inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas. Neste sentido, a dimensão socioeducativa ‘não é algo que seja exterior à prestação de serviços materiais, mas sim algo que lhe é inerente e que lhe dá sentido e direção’. (BATISTONI, 1989, p. 7 apud YAZBEK, 2006, p. 57-58, grifo da autora)

O assistente social trabalha prioritariamente com a classe que vive do trabalho, sendo assim, compreendemos que a dimensão socioeducativa só pode ser refletida e problematizada se relacionada à forma de produção do trabalho em determinada organização social, da qual se originam as produções e reproduções das relações sociais.

Conforme descrito no capítulo 1, a função educativa do assistente social surge essencialmente no processo de conformação da identidade do trabalhador fordiano e posteriormente a do trabalhador da empresa toyotista, portanto essa função sempre permaneceu e permanece atrelada na atualidade, ao modo como se produz e reproduz a vida do trabalhador e o fruto de seu esforço físico e intelectual: o trabalho.

Sob esta perspectiva, Abreu (2002, p. 18) desenvolve a idéia da prática socioeducativa do Serviço Social inserido na conformação de determinado modo de vida, ou seja, na formação de uma cultura vinculada ao processo de racionalização da produção e do trabalho, se utilizando para tanto do princípio educativo formulado por Gramsci o qual “[...] consubstancia-se na relação entre a racionalização da

produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe [...].”

A partir dessa formulação é possível apreender a interdependência entre a esfera da produção (estrutura) e a esfera da reprodução (superestrutura), pois ambas se respaldam, o que significa que a superestrutura constituída pelo sistema político, o qual encontra forte representação no Estado, e pelo sistema jurídico constituído pelo direito, garante a manutenção da estrutura produtiva.

Ainda podemos identificar na composição da superestrutura as instituições responsáveis por disseminar determinadas ideologias, como por exemplo a arte, a religião, a ciência, a educação, entre outras. Dessa forma, o assistente social no exercício da dimensão socioeducativa da prática, atua na esfera da superestrutura, por desenvolver uma função educativa dentro do aparato do Estado.

Pela relação intrínseca entre estrutura e superestrutura, a dimensão socioeducativa não deve ser analisada descolada da esfera da produção do trabalho, e sim articulada às transformações na forma como se produz, pois conforme enfatizam Oliveira e Elias (2005, p. 54) “A partir de Gramsci é possível compreender que não bastam as realizações na esfera intelectual nos níveis de informação, politização e conscientização, é necessário atuar na modificação dos padrões produtivos e de trabalho.” Com base nessa análise, as autoras concluem que

[...] a instrumentalização política e intelectual dos sujeitos não garantem sua emancipação. Embora os trabalhadores tivessem adquirido uma cultura elaborada, ou seja, um patamar mais universal de compreensão do mundo, com possibilidades mais amplas de ação, as condições materiais de trabalho no modo de produção capitalista continuariam direcionando a classe que vive do trabalho para a fragmentação e fragilização. Além de que as mesmas continuariam moldando os padrões de sociabilidade sob a hegemonia dos detentores do capital. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 54-55)

Porém, interpretamos que a instrumentalização política e intelectual são elementos fundamentais para compor a crítica e negação aos padrões de sociabilidade no modo de produção capitalista.

Compreendemos que esse é o eixo central da dimensão socioeducativa do Serviço Social, onde todas as ações, seja no âmbito público ou privado, devem ter como base de análise a vinculação entre estrutura e superestrutura, o que implica afirmar que,

[...] as funções profissionais dos assistentes sociais se definem e se desenvolvem vinculadas, sobretudo, *as estratégias de reprodução e controle social*, acionadas pelo estado, empresariado, igreja e outros segmentos e organizações da sociedade civil, no enfrentamento de expressões da questão social, respondendo a necessidades e interesses contraditórios das classes sociais. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 141, grifo das autoras)

Oliveira e Elias (2005, p. 49-50), ao analisarem o exercício da dimensão socioeducativa na esfera privada de produção, caracterizada pelo Serviço Social empresarial, afirmam que ocorre uma

[...] substituição [acreditamos que se trata mais de uma recomposição] das bases tradicionais da profissão por princípios articulados ao denominado envolvimento produtivo ou cooperação produtiva e a revalorização de uma ideologia da responsabilização do indivíduo pelos problemas vivenciados por ele e pela instituição.

Essa análise é elucidativa, pois demonstra a relação intrínseca entre a prestação de serviços concretos exercido pela prática do assistente social, tanto no âmbito público quanto privado – plantões, visitas domiciliares, “atendimento de caso”, grupos – e a dimensão socioeducativa, não se caracterizando, portanto, apenas em transferência material no sentido econômico, mas articula-se à esfera ideopolítica, de forma indissociável, cujo produto da prática profissional “[...] interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais.” (IAMAMOTO, 1998, p. 69)

Neste aspecto, o profissional exerce simultaneamente uma ação material e política junto as classes subalternizadas, sendo que a dimensão socioeducativa pode adquirir características distintas, as quais serão debatidas a seguir, baseadas nas análises empreendidas por Oliveira e Elias (2005).

As referidas autoras apresentam quatro esferas fundamentais e possíveis de serem perpetradas pela dimensão socioeducativa do Serviço Social, sendo elas: informativa, reflexiva, participativa e organizativa. Ressaltamos que tais características não ocorrem de maneira linear e contínua, bem como contém especificidades e graus de dificuldades quanto a sua implementação, dadas as características próprias de cada uma, e os espaços ocupacionais em que são efetuadas.

Cabe ressaltar conforme enfatizado pelas autoras, que essa separação em esferas ou características visa apenas favorecer a didática do trabalho, pois as

mesmas encontram-se imbricadas, fazendo parte muitas vezes, de um mesmo e complexo processo inscrito no trabalho com grupos.

“A esfera **(in)formativa** envolve o estímulo, o processo de comunicação, a dialogicidade, as orientações sociais e de direitos de cidadania, a decodificação do real, entre outros”. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 56, grifo nosso)

Podemos considerar a partir dessa assertiva, que o acesso a informação constitui-se a fase inicial do trabalho com grupos, devendo caminhar para um processo reflexivo, participativo e organizativo, dependendo claro, do objetivo que se queira alcançar, objetivo esse que pode ser explícito ou implícito, vinculando-se aos projetos profissionais ou aos objetivos institucionais. A partir dos princípios constantes no projeto ético-político da profissão, acreditamos que,

[...] a informação precisa ser acessível a todos. Ela é o primeiro passo para se assumir controle e responsabilidade sobre as ações de cidadania. Os passos seguintes são reflexão e organização individual e dos diferentes grupos que compõe o território para as ações se efetivarem. O resultado é o exercício do controle social sobre as políticas públicas e sociais. (KAHHALE, 2004, p. 102)

Nesta perspectiva, tendo a clareza dos objetivos a serem alcançado através do trabalho desenvolvido com os grupos, deve-se conduzi-los para um processo reflexivo, culminando na participação e organização dos sujeitos envolvidos na ação. Porém, cabe destacar que na prática não ocorre de maneira tão simples como o descrito em um texto, pois “A esfera **reflexiva** deve envolver a análise da conjuntura, a reflexão sobre os problemas do dia a dia, tendo como conteúdo as contradições econômico-ideológicas da organização social capitalista, sob a luz do saber popular” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 57)

Portanto, prevê a emergência do conflito, o questionamento do instituído, a problematização das situações do cotidiano, de forma a resultar na conscientização política das contradições presentes no contexto social.

Compreendemos que essa forma de condução do trabalho com os grupos, deriva de uma opção política e ideológica, podendo o processo reflexivo não assumir a direção explicitada, permanecendo no âmbito das relações internas do indivíduo e sua família, ou ainda, nem desencadear um processo reflexivo, restringindo-se ao âmbito da informação.

Sem desconsiderar a importância da esfera informativa, questionamos a redução do trabalho com grupos à transmissão de informação, sem um processo reflexivo que oportunize o desvelamento da realidade. Analisando o trabalho restrito ao nível informacional, arriscamos uma analogia com o processo de educação bancária indagada por Freire, a qual apenas transmite conteúdos de forma acrítica, onde o papel central do educador é “O de “encher” os educandos de conteúdos. É o de fazer depósitos de “comunicados” – falso saber – que ele considera como verdadeiro saber”. (FREIRE, 1987, p. 63, grifo do autor)

É fundamental ressaltar que quando o processo informativo associa-se ao processo reflexivo, não podemos atribuí-lo como educação bancária e sim como uma educação problematizadora, pois

[...] enquanto a prática bancária [...] implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade. A primeira pretende manter a imersão; a segunda, pelo contrário, busca a emergência das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade. (FREIRE, 1987, p. 70)

O que enfatizamos com tal comparação, é a necessária ultrapassagem, a superação do momento da informação (por ela mesma) para um processo reflexivo, pois “[...] a tomada de consciência não é espontânea, isto é, a formação da consciência do indivíduo não é inata, exige esforço e atuação de elementos externos e internos ao indivíduo [...]” (GADOTTI, 1997, p. 66 apud. OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 57)

Demarcada por um posicionamento crítico, a articulação entre as esferas informativa e reflexiva no exercício da dimensão socioeducativa da prática do assistente social, pode contribuir para a formação e também reafirmação de uma cultura própria das classes populares, conforme nos indica Abreu (2002), o que necessariamente implica a exposição da ideologia dominante, esmiuçando os elementos que conformam essa ideologia no cotidiano.

A ideologia dominante contribui para o processo de dominação através da disseminação de consensos acerca de determinado modo de vida, pois a classe dominante não mantém sua hegemonia apenas pela coerção, que seriam os aparatos da força, mas substantivamente pela adesão de todas as classes ao projeto societário que a sustenta e é sustentado por ela, ou seja, quando os valores

propagados por essa classe são assumidos e almejados por todas as classes sociais, criando um consenso acerca de seu projeto.

A partir dessa interpretação, torna-se então fundamental o desencadeamento da construção de uma visão de homem e de mundo, embasada por uma nova concepção de sociedade, um novo projeto societário, que não seja o disseminado pela classe dominante.

Esta afirmação enseja uma questão fundamental, a qual não será aprofundada neste trabalho, porém é inevitável sua menção: a crise dos projetos societários, principalmente após a queda do socialismo real, o que trará implicações ao conjunto das práticas sociais voltadas à construção de uma nova ordem societária, tendo em vista a perda de referências neste aspecto⁵¹.

A “terceira” característica seria a **participativa**, a qual contém elementos intrínsecos e extrínsecos ao processo de trabalho do assistente social: intrínseco, no que diz respeito a uma relação que preze pela participação democrática e horizontal entre profissional e usuário na execução da metodologia do trabalho, o que nos dizeres de Abreu (2002), configuraria uma “nova relação pedagógica” e extrínseco quando a população fortalecida politicamente pelo trabalho, adquire condições de participar “[...] nas várias esferas da sociedade na luta pelos anseios e interesses de sua classe social”. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 58)

Para tanto, enfatizamos a necessidade de um trabalho que contribua no entendimento e compreensão da população enquanto pertencentes a uma classe social, caso contrário o que pode ocorrer é uma luta por interesses corporativos e imediatos, não ultrapassando o nível da participação individual. E, nesse aspecto “[...] por mais crítica que seja a cidadania individual, não quer dizer que tenha relevância social, como estratégia de transformação.” (GOHN, 1999, p. 70 apud OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 58)

Na “escala” das características possíveis de serem assumidas na dimensão socioeducativa, encontra-se aquela que se distingue, do nosso ponto de vista, como fundamental por conter um dos maiores desafios colocado a prática socioeducativa: a **organizativa**, cujo objetivo se constitui no processo de organização popular, finalidade do trabalho numa perspectiva crítica. Oliveira e Elias (2005, p. 59/60), concluem que

⁵¹ Para aprofundamento a respeito da crise dos projetos de transformação social e os rebatimentos à prática profissional do Serviço Social Cf. SILVA E SILVA, 1992

[...] a maioria das atividades sócio-educativas dos assistentes sociais não ultrapassam as esferas (in) formativa e reflexiva, sendo este o grande desafio que se coloca na conjuntura atual: possibilitar através da participação e da organização popular a ampliação e efetivação dos direitos de cidadania, com vistas a resgatar o potencial transformador das classes subalternas.

Afirmamos com base no exposto, que o processos informativo e reflexivo articulado a uma participação crítica e coletiva, com vias `a organização popular pode contribuir para “tecer” o sujeito coletivo, o que é considerado por Abreu como uma pedagogia emancipatória, a qual é definida pela presença central de dois elementos: “[...] politização das relações sociais e de intervenção dessas classes no movimento histórico na perspectiva de sua emancipação, processos estes entendidos aqui como principais vetores na constituição de uma pedagogia emancipatória.” (ABREU, 2002, p. 133)

Vale ressaltar que a dimensão socioeducativa encerra uma direção, tendo o profissional consciência ou não, estando em consonância com o projeto ético-político ou não. Portanto, o fato de ter uma direção contrária ao do projeto profissional não nos permite afirmar que não haja direção na prática educativa do assistente social. A questão é que muitas vezes o profissional não assume ou mesmo, não tem consciência dessa direção.

Compreendemos que para o profissional desenvolver uma prática educativa desmistificadora das contradições presentes nas estruturas de poder, faz-se necessário, simultaneamente, desmistificar as relações de poder presentes nas mediações de sua prática em relação aos objetivos institucionais.

Consideramos muito tênue e difícil a identificação do quanto o profissional tem clareza e percepção política da direção que sua prática educativa assume no cotidiano profissional. Muitas vezes, pela falta de leitura política, o profissional não consegue distinguir as relações de poder, assumindo e acreditando nos objetivos institucionais como sendo os seus, ou seja, não consegue dissociar os objetivos institucionais dos profissionais.

Tal análise não significa, de forma alguma, a inviabilidade do espaço institucional enquanto lócus de um fazer pedagógico, porém, enfatizamos que sem uma leitura crítica, que considere os limites e as possibilidades das ações profissionais, dificilmente conseguiremos avançar na direção almejada pelo projeto ético-político.

Portanto, entender a dimensão socioeducativa da prática profissional pressupõe, por parte da categoria profissional um processo de desmistificação e de clareza política quanto a direção impressa na prática, possibilitando assim, a construção de uma “nova relação pedagógica”, Abreu (2002), a qual se concretizara através do exercício da função educativa. Essa nova relação pedagógica supõe a ultrapassagem das relações individuais para uma perspectiva de formação do sujeito coletivo.

[...] Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 144)

Essa dupla dimensão do processo de participação dos sujeitos, possível de ser articulada através de novas relações pedagógicas: o conhecimento crítico da realidade e a mobilização dos sujeitos sociais requerem uma congruência com os princípios fundamentais explicitados no Código de ética profissional, (BRASIL, 1997, p. 17-18), os quais materializam o projeto ético-político da profissão, devendo orientar a ação socioeducativa do assistente social na prática.

Seja qual for a direção dessa ação, (reforço da hegemonia vigente ou contribuição na criação de uma contra-hegemonia) ela necessariamente ocorrerá através do exercício da função educativa junto às classes subalternas por intermédio de uma prática que “[...] responde às condições materiais que servem de suporte a uma determinada direção intelectual e moral. Esta função vincula, portanto, a prática do assistente social à dimensão cultural de um determinado projeto de hegemonia.”(CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 142)

A prestação de serviços concretos encerra um caráter contraditório na sociedade de classes, por vezes é o único acesso do usuário a bens e serviços produzidos socialmente, constituído sob a forma de direitos, mas também, dependendo da direção política impressa na prática, serve ao “enquadramento disciplinador” do trabalhador às normas e regras, contribuindo na manipulação ideológica da realidade vivida por esse trabalhador, o que Cardoso e Maciel (2000, p. 143) denominam de “ideologização do real” pelo exercício da dimensão

socioeducativa numa perspectiva de [...] difusão de normas de conduta, base de sustentação das estratégias de controle do capital sobre o trabalho”

Portanto, é justamente a direção política da prática socioeducativa que nos mostrará, não sem contradições, qual o projeto que a categoria profissional tem fortalecido na esfera interventiva do Serviço Social.

Entendemos que dependendo da direção que assumir, conscientemente ou não, o assistente social incorre no risco de camuflar as expressões da questão social, transmutando-as em questões de ordem pessoal e moral, individual e familiar. Risco presente, sobretudo no contexto atual, onde há uma forte tendência quanto a disseminação de orientação `as ações profissionais focadas unicamente na família, inclusive utilizando-se como justificativa a diretriz do SUAS referente `a “matricialidade familiar”, conforme elucidado no capítulo 1.

Cabe aqui um adendo: a crítica reside na incidência das ações profissionais centradas exclusivamente no âmbito familiar, cujas relações familiares encontram-se desconectadas do contexto social, e não em relação ao trabalho com famílias, portanto, quando a família é excluída das relações políticas e sociais, “[...] os componentes individuais e subjetivos da questão social são priorizados em detrimento de suas manifestações materiais e coletivas, deslocando-se para o campo psicológico o que é expressão dos antagonismos entre as classes”. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 143), o que comumente denominamos de “psicologização da questão social”, fundamento da função pedagógica no processo de institucionalização do Serviço Social.

A função pedagógica dos assistentes sociais no processo de institucionalização do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos, na primeira metade deste século, vinculada ao processo de organização da cultura dominante, funda-se numa visão psicologista da questão social, reduzida às suas manifestações individuais. Este entendimento consubstancia a “ajuda” psicossocial individualizada, modalidade interventiva que traduziu a expressão mais elaborada da prática dos assistentes sociais na referida fase do desenvolvimento profissional. (ABREU, 2002, p. 83-84)

Conforme conceituação de Paiva (2006, p. 8), a psicologização consiste em atribuir “[...] aos indivíduos a responsabilidade por sua condição de pobreza, decorrentes de presumíveis incapacidades morais ou cognitivas, mistificando as contradições próprias da sociedade burguesa [...].”

O que podemos de certa forma concluir com a explanação refere-se à contradição inscrita na prática profissional, a qual perpassa sobretudo a dimensão socioeducativa, pois abre-se através dessa dimensão a possibilidade de optar por direções opostas e divergentes.

Portanto, o profissional no exercício da função de intelectual, no sentido gramsciano, pode contribuir tanto para a “ideologização do real” com a transmutação das manifestações da questão social em problemas de ordem moral e afetivo em âmbito individual, ou, explorando as contradições da realidade, trabalhar na desmistificação das relações sociais, enquanto questões coletivas, sobretudo ao apresentar para os grupos com os quais trabalham elementos de crítica, questionamento e problematização, abrindo assim a perspectiva de negação das relações subalternizantes.

A perspectiva de desmistificação das relações sociais enquanto produto de determinada forma de produzir e reproduzir a vida, em uma sociedade pautada no consentimento para a dominação entre as classes sociais, não ocorre num processo retilíneo e pacífico, requer por parte do profissional assumir a emergência do conflito, inclusive pautado numa discussão que tenha por parâmetro as relações de dominação entre as classes sociais, bem como entre os poderes constituídos.

Dessa forma, personificam-se os desafios em executar um trabalho socioeducativo numa perspectiva de organização das classes subalternas pelo viés institucional do Estado, porém, conforme já enfatizado, não se deve desconsiderar e negar esse espaço, pois se assim o fizermos, retrocederemos a uma análise já superada no Serviço Social referente à negação do espaço institucional enquanto locus do fazer político e pedagógico, numa perspectiva de fortalecimento das classes subalternizadas, negação ocorrida no primeiro momento do movimento de Reconceituacão do Serviço Social.

O que objetivamos com tal arguição é pensar a dimensão socioeducativa à luz do contexto sócio histórico, situando-a em suas determinações objetivas, expressa pela realidade concreta onde as ações se inserem, realidade que traz grandes entraves à execução do trabalho, sobretudo quando a direção deste se posiciona contrariamente à almejada pelo poder dominante, tendo em vista que “[...] a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política.” (GRAMSCI, 2004, p. 23)

Adotamos a perspectiva dialética como eixo de análise, tendo como premissa o conflito e a contradição, por compreendermos que, ao não explicitarmos esses elementos, como constitutivos dos desafios que encerram na prática real do exercício profissional, corremos o risco de romantizarmos a dimensão socioeducativa do Serviço Social, como se dependesse única e exclusivamente da vontade individual dos sujeitos profissionais a sua direção, embora compreendamos que o projeto ético-profissional deva balizar as práticas profissionais.

Sendo assim, a problematização a respeito da dimensão socioeducativa do Serviço Social no trabalho com grupos, visa trazer a tona os reais limites e possibilidades das ações profissionais, sobretudo no âmbito do Estado, mais especificamente na política de assistência executada nos CRAS.

A partir do exposto, tentaremos nos capítulos 3 e 4 evitar análises que atribuam ao profissional isoladamente os resultados das ações socioeducativas, considerando os determinantes políticos e históricos materializados na realidade concreta, num processo dialético entre limites e possibilidades das ações socioeducativas.

CAPITULO 3

O EXERCÍCIO DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA COM GRUPOS NOS CRAS: UM DEBATE INADIÁVEL

3.1 Caracterização do universo da pesquisa e metodologia utilizada

3.1.1 A cidade de São José do Rio Preto/SP

São José do Rio Preto/SP foi fundada em 19 de março de 1852. Sua história se relaciona com o desbravamento e ocupação das terras do sertão paulista. Ainda na primeira metade do século 19, essas terras já eram exploradas por mineiros que se fixavam, exercendo atividades como criação de animais domésticos e cultivo agrícola.

Até 1894 pertencia a Jaboticabal/SP. Em 19 de julho do referido ano, São José do Rio Preto é desmembrada, tornando-se município pela lei 294. Possui 431,31 Km².

Importante destacar que a agricultura cafeeira contribuiu para o povoamento da cidade, sobretudo a partir de 1884, com a expansão do plantio do café, o qual fez migrar um grande número de pessoas para o exercício dessa atividade. “Com o crescimento da agricultura cafeeira, ocorreu, juntamente, uma considerável abertura para o comércio” (BENATTI, 2004, p. 62). Essa abertura também está diretamente relacionada à

[...] estrada de ferro [Araraquarense] instalada em 1912 [que] transformou a cidade em ponto terminal do transporte ferroviário pelo qual se escoava a produção agrícola deste e dos poucos municípios vizinho, transformando Rio Preto, já em 1929, em um núcleo urbano florescente, com 27.800 habitantes. (BOLÇONE, 2008, p. 8)

Localizada ao noroeste do Estado de São Paulo, a 450 km da capital paulista, Rio Preto⁵², como é mais conhecida, é considerada um pólo regional e sede da 8ª região administrativa do estado de SP, composta por 96 municípios. A cidade é dividida em 14 regiões administrativas.

Possui uma localização estratégica ligando as regiões norte e sul pela rodovia Transbrasiliana BR 153 (Federal) e regiões leste e oeste pela Washington

⁵² Em 1906 a cidade teve seu nome reduzido para Rio Preto, retomando o nome original apenas em 1945.

Luis SP 425, Euclides da Cunha e Feliciano Sales Cunha. Porém, essa localização também a insere na rota do tráfico, o que repercutirá nos índices de violência e criminalidade. Conforme enfatizado pelo Plano Plurianual de Assistência Social (PPA), “[...] a mortalidade de adultos jovens por causas externas, principalmente homens 5% e mulheres 1,5% são indícios de violência, principal fator é o tráfico de drogas. Este índice ainda associa a um crescente nº de atos infracionais (834 até 09/05) entre adolescentes.” (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2005, p. 2) O número de ocorrências envolvendo o tráfico de entorpecentes saltou de 111 em 2006 para 274 em 2007 representando um aumento de 146,85% (BOLÇONE, 2008, p. 81)

A prestação de serviços e o comércio de mercadorias são as atividades predominantes na economia do município, conforme descrito na tabela a seguir:

TABELA 2 – Atividade Econômica

ATIVIDADE ECONOMICA	População Economicamente Ativa (PEA)	%
Prestação de serviços	47.217	23%
Comércio de mercadorias	39.098	19%
Indústria de transformação	32.233	16%
Social	21.526	11%
Indústrias da construção civil	19.903	10%
Transporte e comunicação	10.156	5%
Serviços auxiliares da atividade econômica	8.855	4%
Administração pública	8.707	4%
Outras atividades	8.390	4%
Agropecuária, extração vegetal e pesca	5.725	3%
Outras atividades industriais	1.291	1%
TOTAL	203.100	100%

Fonte: BOLÇONE, 2008, p. 25.

A renda per Capita⁵³ em salários mínimos (s.m) gira em torno de 3,38. Os domicílios com per Capita até ¼ do s.m. é de 2,91%, enquanto que a média do estado situa-se em 5,16%. Já a porcentagem dos domicílios com renda per Capita

⁵³ Soma das rendas das pessoas residentes nos domicílios divididos pelo total dessas pessoas. (SEADE, 2000)

até ½ s.m. sobe para 6, 35% e a do estado fica em torno de 11,19%. (SEADE, 2000)

Fato que certamente contribui para a obtenção de alto índice de arrecadação. Os recursos municipais arrecadados em 2007 foram da ordem de 458.136.899 (Quatrocentos e cinquenta e oito milhões, cento e trinta e seis reais e oitocentos e noventa e nove reais), superando o de 2006, cujo montante foi de 379.293.650. (BOLÇONE, 2008, p. 71)

Do orçamento municipal estão previstos para investimentos, no ano de 2006 (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2005, p.4):

- 23% na educação e cultura;
- 24% na saúde e saneamento;
- **3,6% na assistência social.**

Rio Preto possui alguns indicadores compatíveis aos países desenvolvidos: O Índice de Desenvolvimento Humano⁵⁴ (IDH) é de 0,834. (SEADE, 2000) A taxa de mortalidade infantil é de aproximadamente 11,86/1000 e a expectativa de vida gira em torno de 71,3 anos, sendo “[...] considerada uma das melhores cidades do país pra se fazer negócios” (BOLÇONE, 2008, p. 47) e grande referência em termos de qualidade de vida, conforme enfatizado pelo PAA ao pontuar que “Esta localização estratégica faz com que a cidade seja pólo regional. [...] Tem como atrativo a área médica, trabalho, emprego e programas habitacionais” (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2005, p. 2)

Na área de saúde, o município conta com 23 Unidades Básicas de Saúde (UBS). A Fundação Faculdade Regional Medicina – Hospital de Base (HB) se destaca por ser um Hospital Escola e um grande Centro de Referência, com diversas especialidades, o que atrai grande contingente populacional da região e também de outros estados em busca de tratamento médico. De acordo com análise dos dados da Conjuntura Econômica, observamos que o HB é o único dos 08 hospitais instalados no município, em que o número de pacientes internados e atendidos em ambulatório, residentes em outras localidades ultrapassa o número de atendidos residentes em Rio Preto. Veja ilustração na tabela.

⁵⁴ Três índices compõem o IDH, sendo eles: Índice de longevidade, educação e renda. (SEADE, 2000)

TABELA 3 – Número de pacientes

Internados		Atendidos em ambulatório	
Residentes em Rio Preto	Residentes em outras localidades	Residentes em Rio Preto	Residentes em outras localidades
9.648	18.204	142.378	253.745

Fonte: BOLÇONE, 2008, p.40.

Outro importante indicador refere-se aos dados educacionais. Segundo informações da conjuntura econômica, Rio Preto possui um dos mais baixos índices de evasão escolar do país, de 0,87%. “No ensino superior, representando 3,51% da população do Estado, 09 unidades voltadas aos 263 cursos de graduação e 66 cursos de pós graduação, com um total de 22.670 alunos” (BOLÇONE, 2008, p. 47). Em termos do ensino fundamental, 51,70% da população com mais de 25 anos possui menos de 8 anos de estudo. E 51,51% entre a faixa etária de 18 a 24 anos possui o ensino médio completo. A média de anos de estudo entre a população de 15 a 64 anos é de 8,23. A taxa de analfabetismo é de 5,39% (população de 15 e mais anos). (SEADE, 2000)

Exemplo expressivo da forte característica auferida à Rio Preto como uma cidade atrativa pode ser comprovada pela enquete realizada no ano de 2007 por solicitação da Prefeitura Municipal, objetivando a deliberação de uma “marca” para a cidade, cujo resultado a definiu da seguinte forma: “Rio Preto: Terra de Oportunidades”

Em função das “oportunidades” oferecidas, Rio Preto recebe migrações intensas de várias cidades e estados, o que se comprova pelo alto fluxo migratório, conforme ratificado pelos dados constante no documento Conjuntura Econômica: em 1960 a população desta cidade era de 84.039, passando a 358.523 em 2000, com uma projeção de 508.94 para 2.020. Na década de 1980, a taxa de crescimento populacional anual chegou a 4,25%. Atualmente encontra-se em torno de 2,60%. (BOLÇONE, 2008, p. 18). Estima-se que a cidade esteja com cerca de 402.770 mil habitantes, com uma taxa de urbanização em torno de 95%.

Quanto ao gênero a população divide-se em 48% de homens e 52% de mulheres, com uma faixa etária predominantemente jovem, distribuída da seguinte forma:

TABELA 4 – População dividida por grupos de idade

Grupos de idade	Total
00 a 04	28.080
05 a 09	30.320
10 a 14	33.843
15 a 19	37.520
20 a 29	71.601
30 a 39	66.820
40 a 49	55.194
50 a 59	36.515
60 ou + anos	42.877
Total	402.770

Fonte: BOLÇONE, 2008, p. 15

Apesar dessa predominância, em conformidades com a tendência nacional, Rio Preto apresenta acentuado processo de envelhecimento da população. Segundo dados da Conjuntura Econômica, o número de pessoas na faixa etária acima de 60 anos é de 42.877, representando 10,64% da população total do município (402.770).

Confirmando o diagnóstico descrito na Política Nacional de Assistência (2004) em relação a característica das cidades de grande porte, paradoxalmente, São José do Rio Preto/SP convive com uma série de contradições na área social: loteamentos irregulares, alta demanda na área da assistência em decorrência das manifestações da questão social, como desemprego, desigualdade social, violação de direitos, não acessibilidade às demais políticas públicas, projetos de desfavelamento inacabados, transferência de famílias para loteamentos isolados sem equipamentos sociais, alta demanda de adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, entre outras.

O documento “A política de assistência social de São José do Rio Preto/SP”, produzido pela Secretaria Municipal de Assistência aponta 22 bairros e adjacências com focos de famílias em situação de pobreza. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2003 a). De acordo com o Plano Plurianual de Assistência (2006-2009) atualmente a cidade possui em torno de 108 loteamentos irregulares, “[...] com aproximadamente 20 mil pessoas, que no geral encontram-se privados de

equipamentos sociais, de saúde, educação e saneamento básico.” (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2005, p. 2)

O número de famílias inseridas no Cadastro Único do Município é de 10.025, conforme atualização até fevereiro/2008. (BOLÇONE, 2008, p. 34)

O Índice de Exclusão Social (IES) classifica Rio Preto em 17^º lugar no estado de São Paulo em número de habitantes socialmente excluídos e em 39^º entre as cidades do Brasil. De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 19% da população riopretense encontra-se em situação de alta vulnerabilidade social. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2005)

Conforme o Plano Plurianual de Assistência Social (2002-2005) o município iniciou o processo de descentralização da assistência entre os anos de 2001-2002, com a criação de 13 NAS (Núcleos de Assistência Social), mesmo que em espaços precários, objetivando a “participação e organização popular”. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2001)

Segundo o documento “A política de assistência social de São José do Rio Preto”, “[...] até 2001 toda política de assistência social do município era desenvolvida dentro das Unidades Básicas de Saúde, confundindo papéis, descaracterizando o tripé proposto na Lei Orgânica da Assistência Social e a articulação necessária entre as políticas públicas.” (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2003 a, p. 1) Um dos focos de ação dessa nova proposta é “fortalecer o grupo familiar mediante ações com enfoque socioeducativo”, conforme consta no PPA (2002-2005). (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2001).

O município de Rio Preto é caracterizado pela Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) como município de grande porte, perfil para implantação de 04 (quatro) CRAS. Dessa forma, com o início da implantação do Sistema Único de Assistência no município em 2006, a configuração dos 13 NAS se desfaz, desencadeando um processo de reordenamento dessa política, a partir do qual foram implantados 04 (quatro) CRAS nos territórios de maior vulnerabilidade social, sendo eles (João Paulo, Parque da Cidadania, Solo Sagrado e Vila Toninho), os quais se constituíram em universo dessa pesquisa. Apesar desse reordenamento, restaram em funcionamento 07 Núcleos de Assistência, totalizando 11 equipamentos diretamente vinculados à Secretaria de Assistência.

Na área da assistência conta com 171 Instituições Sociais atuando com os diversos segmentos, sendo sua maioria (75) destinada à Assistência Social Geral⁵⁵. Deste total, 96 não possuem registro no Conselho Municipal da Assistência. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2003 a). De acordo com o Plano Municipal da Assistência de 2006-2009, o número de instituições com registro no Conselho Municipal da Assistência subiu para 68 de um total de 100 entidades sociais. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2005, p. 34)

Apesar do avanço impelido pela Política Nacional de Assistência (2004), São José do Rio Preto tem uma histórica e enraizada prática assistencialista, realizada, sobretudo pelas elites conservadoras da cidade, fato que interfere no desenvolvimento e constituição da política pública da assistência como “dever do estado e direito do cidadão”

3.1.2 Os procedimentos metodológicos

Para Martinelli (1999, p. 08) “[...] se aprende a pesquisar, pesquisando, a fazer, fazendo”. E assim iniciamos o nosso caminhar metodológico.

Conforme já enfatizamos na introdução, esta pesquisa expõe muitas indagações, inquietações e questionamentos quanto à prática dos assistentes sociais, especificamente concernentes a dimensão socioeducativa na atuação com grupos.

Sendo assim, abordamos a interface entre a concepção/ação do profissional de Serviço Social quanto a ação socioeducativa desenvolvida nos grupos e a percepção dos usuários da assistência enquanto participantes dos grupos.

A pesquisa tem um enfoque eminentemente qualitativo, por entendermos que o tema proposto necessita de uma abordagem dessa natureza, considerando o fato de trabalharmos com a constituição de valores, significados, crenças, conceitos, o que segundo Minayo (1998, p.22), “[...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

Dessa forma, efetuamos essa pesquisa através de dados secundários, com ênfase nas bibliografias referentes à temática pesquisada, nas quais procuramos

⁵⁵ Terminologia utilizada no referido documento.

compreender a função que a dimensão socioeducativa do Serviço Social cumpre na política de assistência, mais especificamente relacionada ao modo de produção capitalista, com recorte no processo educativo com grupos nos CRAS. Foram imprescindíveis as leituras a respeito do processo histórico da política de assistência no Brasil, a institucionalização do Serviço Social, a dimensão socioeducativa na prática do assistente social e o trabalho com grupos.

Ao realizarmos uma pergunta sugerida por Minayo (1998, p.43) em relação à definição da amostragem para coleta dos dados primários: “[...] quais indivíduos sociais têm uma vinculação para o problema a ser investigado?”, concluímos que tanto profissionais quanto usuários seriam imprescindíveis na abordagem da temática. Sendo assim, foi de extrema importância constituir os participantes dos grupos como sujeitos da pesquisa, tendo em vista a pretensão em compreender de que forma apreendem a ação socioeducativa dos profissionais.

Portanto, a amostragem da pesquisa foi definida pela escolha intencional dos sujeitos significativos, sendo eles: os usuários participantes dos grupos nos CRAS e os profissionais que atuam nesses grupos. Com a definição intencional desses sujeitos, buscou-se aprofundar o tema pesquisado, captando assim as interfaces e a complexidade da ação socioeducativa do assistente social, na ótica de quem a executa e de quem a “recebe”, considerando que “[...] a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. (MINAYO, 1998, p. 43)

Partindo desta perspectiva, a pesquisa constituiu-se por 06 (seis) assistentes sociais que executam ações com grupo, representando os 04 (quatro) CRAS de São Jose de Rio Preto/SP⁵⁶ e 60 participantes vinculados aos grupos.

A delimitação dos grupos ocorreu *a posteriori* à realização das entrevistas com os assistentes sociais, as quais subsidiaram essa escolha com base na vinculação dos profissionais, enquanto coordenadores dos grupos. Segue abaixo amostragem dos grupos pesquisados:

⁵⁶ Cf. item 3.1.3 - Caracterização do universo pesquisado (CRAS, Grupos, Profissionais, Usuários).

TABELA 5 – Amostragem dos grupos pesquisados

Tipo de grupo⁵⁷	Programa vinculado	CRAS
Reflexivo	PAIF	Parque da Cidadania
Reflexivo	CRESCER	Vila Toninho
Transferência de Renda	Renda Cidadã	João Paulo
Transferência de Renda	Renda Cidadã	Solo Sagrado

Fonte: Pesquisa de campo

Tendo em vista a preocupação em tornar representativa e democrática a participação dos usuários dos grupos na pesquisa, atingindo assim o maior número possível de representações, optamos pela utilização do questionário, com perguntas abertas, o que nos possibilitou captar as formas como os participantes apreendem o discurso do assistente social e o significado do grupo para os mesmos.

Dessa forma foram aplicados 60 (sessenta) questionários⁵⁸ nos grupos descritos acima, tendo a seguinte distribuição:

TABELA 6 – Número de questionários aplicados

Grupo	Nº questionários aplicados
Reflexivo – 4ª feira	11
Reflexivo – 5ª feira	20
Reflexivo	12
Transferência de Renda	08
Transferência de Renda	09
Total	60

Fonte: Pesquisa de campo

Primeiramente aplicamos o questionário em forma de teste com o grupo do CRAS João Paulo, o qual subsidiou as alterações para a pesquisa com os grupos posteriores. Cabe ressaltar que as mudanças mais significativas foram na forma de perguntar, sem alteração no conteúdo. Sua aplicação foi definida a partir de contato prévio com o assistente social responsável, o qual agendou um horário, no dia em

⁵⁷ Os grupos de Transferência de Renda são caracterizados pela exigência da presença dos participantes como contrapartida ao benefício financeiro pago pelo programa estadual Renda Cidadã. Os grupos reflexivos não são atrelados a transferência monetária. Cf. aprofundamento a respeito no item 3.2 deste capítulo.

⁵⁸ Cf. Apêndice E

que aconteciam os grupos. Portanto, o número de questionários aplicados corresponde ao número de participantes na reunião determinada pelo profissional.

Quanto aos assistentes sociais, realizamos pessoalmente um convite esclarecendo a temática e os objetivos da pesquisa. Posteriormente, entregamos-lhe uma carta apresentação⁵⁹, solicitando a contribuição dos mesmos com a pesquisa; elucidamos quanto a opção pela livre adesão ou recusa na participação. Ressaltamos que todos os assistentes sociais aceitaram, mostrando-se muito solícitos e disponíveis em colaborar, tendo sido esclarecidos quanto à preservação de suas identidades como cumprimento de uma exigência ética da pesquisa.

Todas as entrevistas foram agendadas previamente de acordo com local, data e horário definido pelo entrevistado, de acordo com sua disponibilidade. Empregamos a técnica da entrevista semi-estruturada para coleta de dados junto aos assistentes sociais, com base em um roteiro⁶⁰ previamente estabelecido. Avaliamos que essa técnica possibilitou a configuração da entrevista como um momento reflexivo sobre a dimensão socioeducativa da prática dos assistentes sociais com grupos.

Aplicamos uma entrevista piloto, a qual foi analisada, sofrendo alterações e adequações, tanto na forma de perguntar, como no conteúdo das questões, dando forma ao roteiro aplicado nas demais. Cabe ressaltar que o profissional que se disponibilizou a conceder a entrevista em forma de teste foi novamente entrevistado com o novo roteiro.

Utilizamos a técnica do gravador, a partir do consentimento prévio do entrevistado, o qual assinou um termo de autorização para gravação da entrevista.⁶¹

Visando situar o leitor em relação às características dos sujeitos entrevistados, bem como do lócus da pesquisa, representados aqui pelos CRAS e grupos, aplicamos questionários para caracterização do universo pesquisado⁶².

A análise documental também compôs a metodologia da pesquisa, principalmente o registro das reuniões⁶³ com os grupos. Após permissão dos

⁵⁹ Cf. Apêndice A

⁶⁰ Cf. Apêndice B

⁶¹ Cf. Apêndice C

⁶² Cf. Apêndice D

⁶³ Cf. Anexo A

profissionais tiramos cópia e tabulamos os dados principais, como por exemplo, tema e objetivo das reuniões. Outros documentos fizeram parte das fontes de análise, como por exemplo: Plano Municipal da Assistência, Plano Plurianual de Assistência, Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) e Programa Renda Cidadã, além de outros documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Assistência de São José do Rio Preto/SP.

Para a caracterização da cidade de São José do Rio Preto, contamos como fontes principais, o Plano Municipal de Assistência, a Conjuntura Econômica/2008 e sites de dados estatísticos, como IBGE e SEADE.

A primeira versão da transcrição das falas foi feita na íntegra. Posteriormente, as falas citadas nas análises passaram por um processo de “limpeza” de palavras repetidas e vícios de linguagem, objetivando deixá-las mais fluidas no momento da leitura do texto, conforme sugerido por Szymanski.

[...] e a primeira versão escrita do texto da fala do entrevistado que deve ser registrada, tanto quanto possível, tal como ela se deu. [...] Numa segunda versão, deve ser feita uma limpeza dos vícios de linguagem e do texto grafado segundo as normas ortográficas e de sintaxe (quando não se tratar de um estudo cujo foco principal seja a construção da linguagem), mas sem substituição de termos. Esse texto passa a ser o principal referente para o pesquisador, daí para diante. (SZYMANSKI, 2002, p.74 apud BENATTI, 2004, p. 52)

Os dados objetivos (caracterização quanto à escolaridade e faixa etária) do questionário aplicado com os participantes dos grupos foram tabulados e apresentados em forma de gráfico. As respostas das questões abertas foram trabalhadas considerando os conteúdos das mesmas, com destaque para os depoimentos mais significativos de acordo com o objeto estudado, os quais são citados nas análises entre aspas; informamos que essas respostas também passaram por correção ortográfica. As categorias de análise foram construídas após organização do material coletado, pois compreendemos que trabalhar com categorias “[...] significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito [...] as que são formuladas a partir da coleta de dados são mais específicas e mais concretas”. (GOMES, 1994, p.70)

Considerando a importância e a expressividade de alguns momentos nas falas dos profissionais, optamos por mantê-las em sua forma extensa, tanto para destacar a sua relevância, quanto para não descontextualizá-las.

3.1.3 Caracterização do universo pesquisado

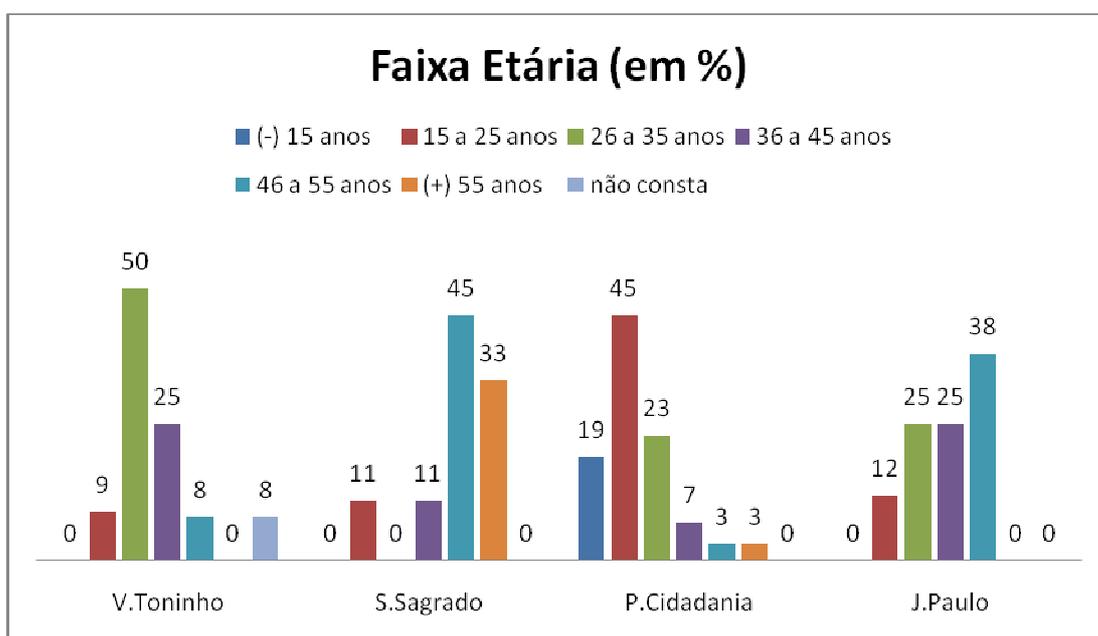


GRÁFICO 1 FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

Fonte: Pesquisa de Campo

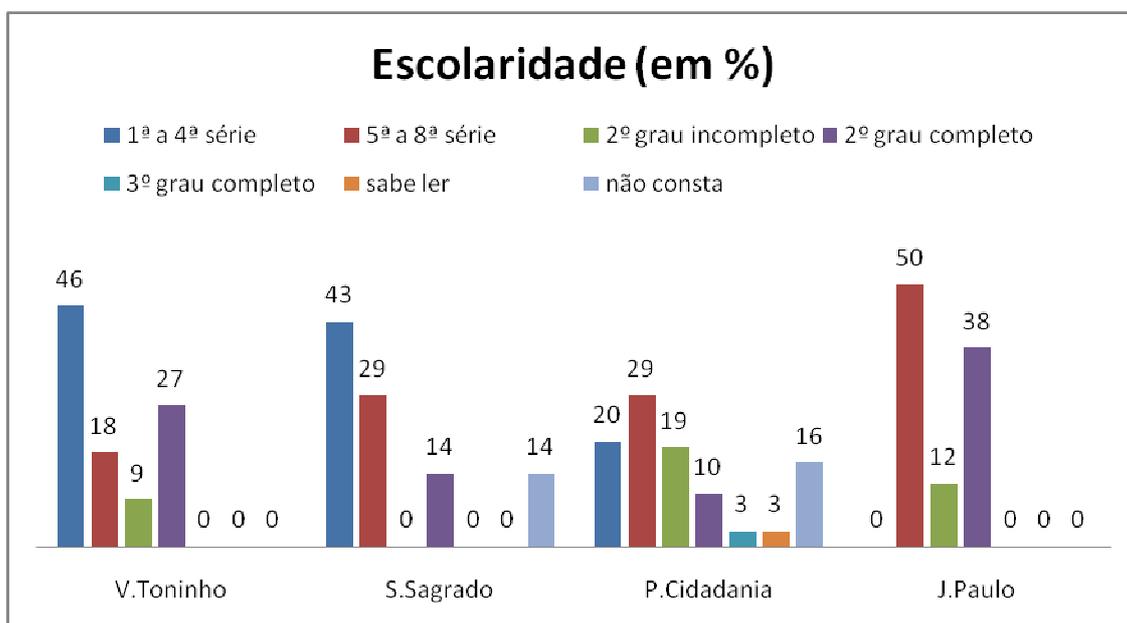


GRÁFICO 2 ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

Fonte: Pesquisa de campo

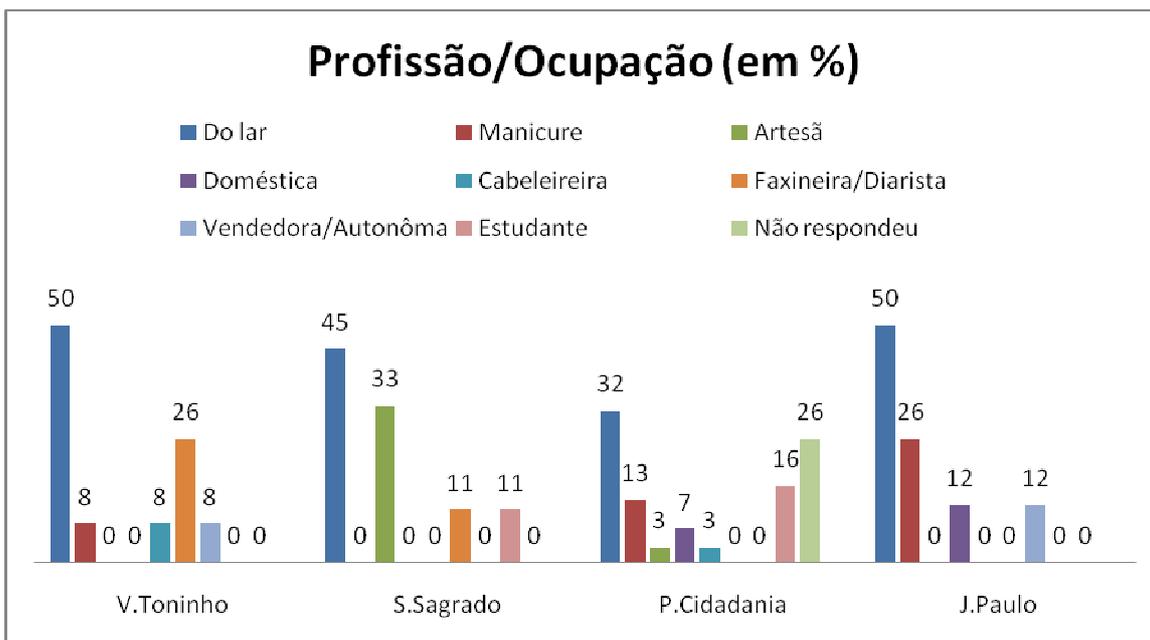


GRÁFICO 3 PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS
 Fonte: Pesquisa de campo

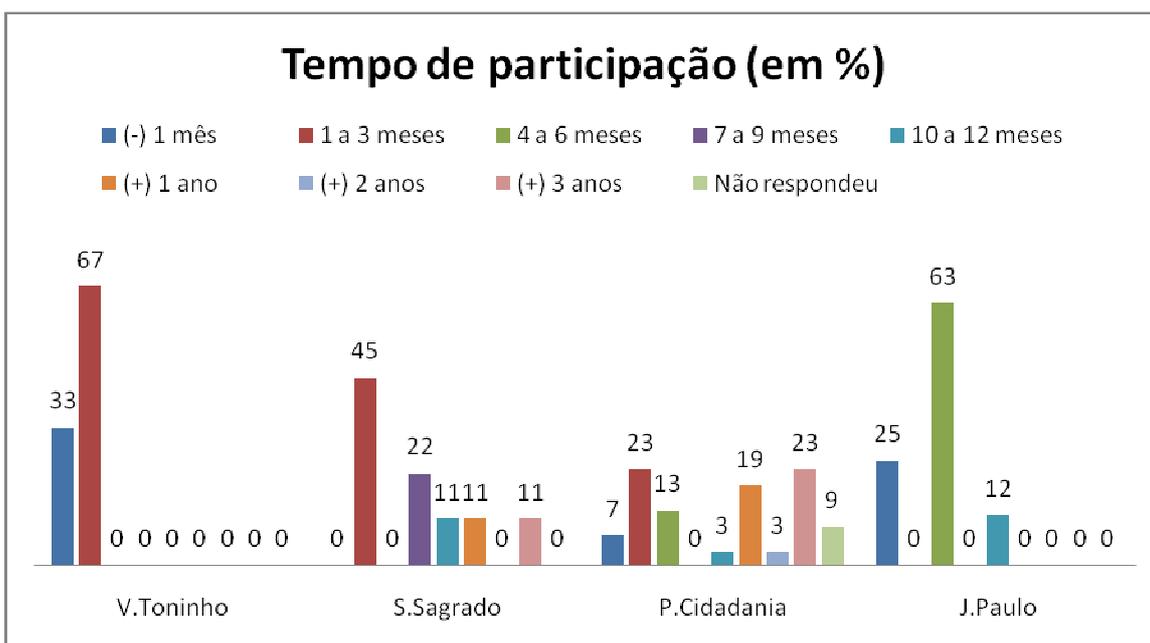


GRÁFICO 4 TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS
 Fonte: Pesquisa de campo

TABELA 7 – Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)

CRAS ⁶⁴	Início da implantação	Co-financiado pelo governo federal	Número de bairros pertencentes à área de abrangência	Número de usuários cadastrados no CRAS	Número médio de atendimento mês	Caracterização mínima dos territórios onde estão instalados
João Paulo II	Jan/2007	Não	37	946	350 (provavelmente os grupos foram incluídos na contagem)	Área de vulnerabilidade: desemprego, tráfico, gravidez na adolescência;
Parque Cidadania	Set/2006	Sim	17	800	80	Famílias em situação de vulnerabilidade social: enfrentando desemprego ou incluídas no trabalho informal, conflitos familiares envolvendo drogas, violência doméstica e álcool;
Solo Sagrado	Jun/2007	Não	45	735	170 ⁶⁵	Somente o bairro Solo Sagrado possui 60 mil habitantes e concentra o maior índice de gravidez na adolescência da cidade; grande número de prostituição e tráfico
Vila Toninho	Fev/2007	Sim, com piso básico de transição	24	1.200	350 (incluídos os atendimentos aos grupos)	Área com famílias em situação de vulnerabilidade social, com restritos equipamentos sociais, extensa área de abrangência, o que dificulta o acesso, inclusive o acesso de moradores da área de loteamentos irregulares.

Fonte: Pesquisa de campo, informações obtidas através das assistentes sociais entrevistadas (Sistematização da pesquisadora)

⁶⁴ Os nomes dos CRAS correspondem aos nomes dos bairros onde estão instalados esses equipamentos.

⁶⁵ Neste caso o profissional passou o número de atendimentos individuais (não computado os grupos) dos meses de jun/jul e ago/2008 e tiramos a média. Os números dos demais CRAS foram informados pelos profissionais.

TABELA 8 – Instalações físicas e equipe técnica dos CRAS⁶⁶

CRAS	Instalações físicas	Equipe técnica
João Paulo	3 salas para atendimento, 1 sala pequena para grupo, 1 recepção (setor administrativo), 1 sala de espera, cozinha, 03 Banheiros, sendo 01 feminino, 01 masculino e 01 funcionário, 1 tenda no quintal utilizada para trabalho com grupos (Instalações precárias e inadequadas)	1 coordenadora que atua no atendimento direto, 1 assistente social, 1 psicóloga, 1 administrativo e 1 serviços gerais, 2 estagiarias de Serviço Social
Parque da Cidadania	1 sala para a equipe do PAIF, 1 sala para coordenação e administrativo, 1 sala de informática, 1 sala de pedagogia, 1 sala para atendimento individual, salão para grupo, 2 banheiros e 1 cozinha.	1 coordenadora, 3 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 estagiária de Serviço Social, 1 estagiária de pedagogia. Exceto a coordenadora e estagiários, os demais profissionais são contratados com recurso do governo federal repassado à ONG Cáritas para execução do PAIF.
Solo Sagrado	1 recepção, 2 salas para atendimento, 1 sala coordenação/administração, 1 sala para psicologia (também para grupos), 1 salão para grupos, 1 cozinha, 2 banheiros (F e M) para usuários e 1 banheiro para funcionários.	1 coordenadora, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 agente administrativo, 2 estagiarias de Serviço Social, 1 serviços gerais.
Vila Toninho	1 recepção/administrativo, 1 sala coordenação, 2 salas equipe técnica/ atendimento, 1 sala para atendimento psicossocial, 1 salão para grupos/ sala de espera, 1 cozinha externa e 1 copa interna, 2 banheiros, sendo 1 para usuários e 1 para funcionários;	1 coordenadora, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 agente administrativo, 2 estagiarias de Serviço Social, 1 serviços gerais.

Fonte: Pesquisa de campo, informações obtidas através das assistentes sociais entrevistadas (Sistematização da pesquisadora)

⁶⁶ Os CRAS João Paulo, Solo Sagrado e Vila Toninho foram contemplados com o projeto CRESCER, pelo qual aumentou temporariamente o número de funcionários nos CRAS, tendo em vista que esse projeto está previsto para 10 meses, cuja equipe técnica compõe-se por: 1 assistente social, 1 psicólogo. No entanto, esses profissionais não podem substituir o profissional dos CRAS na execução direta da política municipal de assistência para que não caracterize duplicidade (exemplos de ações do CRAS: cesta básica e Renda Cidadã). Devem, portanto criar novos serviços, como por exemplo, os grupos de reflexão. O projeto CRESCER foi implantado em julho/2008, sendo uma parceria do governo federal (13.200,00) com o municipal (7.500,00) tendo como executora a ONG Cáritas Diocesana.

TABELA 9 – Grupos pesquisados

Classificação dos grupos	CRAS	Tempo existência	Número inscritos	Número médio participantes	Numero de questionários aplicados ⁶⁷ Total-60	Periodicidade	Duração das reuniões	Condicionalidade
Vinculado ao PTR ⁶⁸ - Renda Cidadã	Solo Sagrado	4 anos Oficina de reflexão desde ago/2006	19	15	09	Oficina de reflexão quinzenal ⁶⁹	45 min	Presença obrigatória
Vinculado ao PTR - Renda Cidadã	Joao Paulo	4 anos	19, sendo 11 Renda e 08 Criando vínculos ⁷⁰	10	08	Reunião Socioeducativa mensal ⁷¹	1 hora	Presença obrigatória
Não vinculado a PTR (Formação e Qualificação profissional)	Vila Toninho	3 meses	24	15	12	Quinzenal	De 1 hora a 1 hora e 30 minutos	Nenhuma
Não vinculado a PTR	Parque da Cidadania – 4ª feira	4 anos	15	15	11	Semanal	1 hora e 30 min.	Nenhuma
Não vinculado a PTR	Parque da Cidadania – 5ª feira	4 anos	25	15	20	Semanal	1 hora e 30 min.	Nenhuma

Fonte: Pesquisa de campo, informações obtidas através das assistentes sociais entrevistadas (Sistematização da pesquisadora)

⁶⁷ Esse número corresponde ao número de participantes nas reuniões no dia da coleta de dados

⁶⁸ PTR = Programa de Transferência de Renda

⁶⁹ O termo oficina de reflexão foi designado pelo profissional. Esse grupo se reúne semanalmente para os cursos, sendo as oficinas de reflexão realizadas quinzenalmente. Curso – das 8:00 as 10:00 e Oficina – das 10:15 as 11:00

⁷⁰ Programa Municipal cujos participantes podem participar das atividades oferecidas pelo Programa Renda Cidadã, porem não recebem o benefício no valor de R\$60,00.

⁷¹ O termo socioeducativa foi designado pelo profissional. Esse grupo também se reúne semanalmente para os cursos. Quinzenalmente há orientação sobre DST com equipe da saúde (15 a 20 minutos)

TABELA 10 – Assistentes sociais entrevistadas

Assistentes sociais entrevistadas	Estado Civil	Ano de formação	Instituição Ensino	Vínculo empregatício	Carga horária mensal	Função desempenhada	Tempo exercício profissional	Tempo exercício assistência	Tempo trabalho com grupos
1.	Casada	1981	Faculdade de Serviço Social de Lins	Estatutária Funcionária Pública	40 horas	Assistente Social Coordenação de CRAS	16 anos	12 anos	8 anos
2.	Casada	1997	Unilago/SJRP	Estatutária Funcionária Pública	40 horas	Assistente Social	11 anos	11 anos	1 ano e 6 meses
3.	Solteira	2002	Unilago/SJRP	Estatutária Funcionária Pública	40 horas	Assistente Social	5 anos	3 anos (Programa Jornada Ampliada)	6 meses
4.	Casada	2003	Toledo – Presidente Prudente	Estatutária Funcionária Pública	40 horas	Assistente Social	3 anos e 6 meses	3 anos e 6 meses	2 anos
5.	Casada	2005	Unilago/SJRP	CLT via ONG	40 horas	Assistente Social	3 anos	3 anos	3 anos
6.	Casada	2006	Unilago/SJRP	CLT via ONG	40 horas	Assistente Social	3 anos	8 meses	8 meses

Fonte: Pesquisa de campo, informações obtidas através das assistentes sociais entrevistadas (Sistematização da pesquisadora)

Classificação da tabela: Ordem crescente do ano de formação

TABELA 11 – Formação continuada e participação política

Assistente social	Pós graduação	Ultima capacitação/ ano	Custeada por	Participação em esferas organizativas ⁷²	Sindicalização
1.	Especialização em políticas públicas	Monitoramento e avaliação como instrumentos de gestão da Política de Assistência Social no Município/2008	SMAS – Prefeitura	Não	Sim
2.	Especialização em políticas públicas	Implantação dos CRAS/2007	SMAS - Prefeitura	Conselhos de direitos (CMDCA)	Não
3.	Nenhuma	Capacitação para coordenadores de grupos/Ago-2008 ⁷³	SMAS - Prefeitura	Nenhuma	Não
4.	Nenhuma	Capacitação para coordenadores de grupo/Ago 2008	SMAS - Prefeitura	Conselhos de Direito (CMDCA)	Não
5.	Nenhuma	Violência Domestica/ 2008	SMAS - Prefeitura	Nenhuma	Não
6.	Nenhuma	Capacitação para coordenadores de grupo/Ago 2008	SMAS - Prefeitura	Nenhuma	Sim

Fonte: Pesquisa de campo, informações obtidas através das assistentes sociais entrevistadas (Sistematização da pesquisadora)

⁷² As alternativas eram: Associação, Sindicato, Conselhos de Direitos, CRESS, Movimentos Sociais, Outro/Qual e Nenhum

⁷³ Capacitação iniciada em Agosto/2008 (em andamento)

3.2 Os grupos na percepção dos profissionais e usuários

A discussão a respeito do trabalho com grupos nos CRAS será pautada por duas premissas fundamentais elencadas por Lane (1984, p.81), a qual considera que

[1] [...] o significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de uma perspectiva histórica que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas; [2] [...] o próprio grupo só poderá ser conhecido enquanto um processo histórico e neste sentido talvez fosse mais correto falarmos em processo grupal, em vez de grupo.

E nesse aspecto, os grupos são fundamentais na constituição dos sujeitos, desde a família, considerada um grupo primário de socialização, até os sindicatos, associações, entre outros, sendo, portanto, mediadores entre os indivíduos e a sociedade. (GUIMARÃES, 2004)

Essa autora toma como base de discussão, os autores relacionados à psicologia latino-americana para debater o conceito de grupos⁷⁴, o qual respaldará a presente pesquisa, tendo em vista abarcar os processos políticos de coletivização e participação social. Essa abordagem considera nos grupos,

[...] características peculiares [que] seriam o interesse pelo coletivo e pelas comunidades, o posicionamento social a favor das minorias oprimidas e dos movimentos sociais, a práxis visando a transformação social e individual, a incorporação das culturas populares, a participação social. (MASSINI, 2000, p. 5 apud GUIMARÃES, 2004, p.125)

Vasconcelos (1999, p.146-267) a partir de pesquisa realizada com profissionais na área da saúde, afirma que: “Os assistentes sociais em sua maioria, ainda que reconheçam a importância do trabalho coletivo, não priorizam a realização de grupos com usuários” (apud VASCONCELOS, 2000, p. 130)

Em relação à ênfase atualmente dada ao trabalho com grupos pela política de assistência, aventamos a hipótese de que tal ênfase, no discurso e na prática profissional ocorre a partir da implementação do SUAS em 2005.

Essa hipótese pode ser comprovada, em certa medida, através da interpretação que os profissionais realizam a respeito do trabalho com grupos nos

⁷⁴ Salientamos que não aprofundaremos o conceito de grupos nessa dissertação. Esse tema encontra amplo debate na psicologia. Lane (1984) apresenta alguns autores que trazem diferentes perspectivas de grupo.

CRAS, o qual é atribuído à determinação legal do SUAS, inclusive referem-se a uma certa pressão para montagem dos grupos – “no atropelo”, nos dizeres de uma assistente social –, em detrimento da expressão de uma diretriz política do processo de trabalho do assistente social.

Cabe destacar que até a implantação dos CRAS, os grupos eram aqueles exigidos como condicionalidade para recebimento do benefício do Programa estadual “Renda Cidadã”.

Vanessa – Então, o reflexivo foi elaborado e montado meio que no atropelo mesmo, veio de cima, falou: tem que montar grupo, vamos montar grupos! [pergunto: Veio de cima, quem? Quem falou?] Resposta – Secretaria colocou, porque assim a proposta [...] é pra desenvolver grupos, e ampliar os grupos nos CRAS e pelo SUAS nós temos que trabalhar grupo.

Carmem - [...] mas que que acontece, o SUAS veio, ele colocou isso como um exigência, a gente vê que é uma das exigências, uma das, um dos trabalhos do CRAS é fazer grupos, só que assim, a gente tem uma dificuldade muito estrutural aqui também, além de, da capacitação não atender a, as vezes muito a nossa..., a gente tem que fazer, mas não é capacitado pra isso, né cada pessoa fica pensando num objetivo que pode levar esse grupo e não lidam com um [...] o objetivo vamos supor, de todos os CRAS, [...] olha nós queremos isso, vamos chegar lá [...]

Os grupos realizados nos CRAS são tipificados pelos profissionais como reflexivos, socioeducativos e de convivência. No que diz respeito aos grupos reflexivos e socioeducativos, não há uma homogeneidade nos conceitos citados pelos diversos profissionais, predominando certa confusão entre essas denominações, sendo os grupos reflexivos focados mais no âmbito das questões pessoais, com forte destaque na mudança de posturas individuais, conforme interpretação da maioria dos entrevistados.

Luciana – [...] eu acredito assim que é um grupo que ele leve a população mesmo a pensar nas dificuldades, a refletir sobre a problemática, dar soluções pra aquilo e começar a caminhar pra sair daquela situação, eu acho que é um trabalho... [...] é um trabalho mais objetivo para aquelas situações, inclusive acho assim o reflexivo ele deva ter uma questão de, de (incompreensível) são problemáticas parecidas pra ser desenvolvido, [...]

Carmem - E o reflexivo eu percebo que ele tenta abranger uma reflexão, uma mudança mesmo de postura de, uma mudança na pessoa, tanto e, eu brinco com as meninas, eu acho que o grupo reflexivo ele ta muito mais dentro do que a psicologia e formada, [...] a formação do psicólogo do que do assistente social, a gente não aprende isso.

Maria – [...] o reflexivo eu já acho assim, que talvez seja uma coisa mais, a partir das dificuldades também, pessoais, você começar a refletir, pra traçar algumas linhas de, algumas metas também pra ser atingidas, entendeu, eu acho que partindo do grupo, das necessidades do pessoal, eu acho que é

um pouco mais próximo, é um grupo que tá tendo um encontro mais, mais de temática, vai ter um acompanhamento, (incompreensível) acho que uma reflexão maior pra você conseguir atingir, [...] geralmente as dificuldades não são muito a nível pessoal assim, são dentro daquilo que (incompreensível) entre elas surge muito assim, depressão, cuidado com os filhos, cuidado com adolescente, álcool, drogas, foram umas coisas que a gente percebe que algumas pessoas estão vivenciando, então nós começamos tratar disso, então, eu vejo, é muito difícil pro Serviço Social (incompreensível) por isso você precisa de ter uma profissional, é difícil pra gente lidar com essas situações, (incompreensível) o psicólogo tem que estar junto [...]

Apenas uma profissional situa o grupo reflexivo num contexto de discussão macro social, colocando em evidencia o processo de conscientização e questionamento crítico da realidade.

Joana - Então, pra mim assim, grupo reflexivo é algo assim, mais intenso, né, você não trabalha só com informações e com, e com que tá, assim com atualidade e informação, você vai refletir mesmo nos problemas do cotidiano, na conjuntura, é algo mais profundo onde você vai tentar fazer com que o grupo, né, tenha um pensamento crítico, conscientização, começa a tentar participar, sai um pouco desse pensamento comum, né, então você vai tentar refletir com eles, então uma coisa mais profunda que demanda muito mais tempo. [...]

Os grupos socioeducativos são identificados pela maioria dos profissionais por seu aspecto informacional,

Maria – [...] eu vejo, assim de uma maneira muito, é, como que eu vou te falar, sem muita fundamentação teórica, né, que o socioeducativo, talvez ele fosse mais assim, no sentido de, de informações, né, com relação às políticas, (incompreensível) o que se leva em comum, a necessidade que é igual a do outro, do outro, do outro, que se mobiliza, e se chega a algum ponto comum, que leve a pessoa ou um grupo a se mobilizar pra atingir os objetivos, sei lá, o que, pelo menos pra transpor as dificuldades, talvez mais no coletivo [...]

Carmem - O socioeducativo eu enxergo como uma, ele é mais grupo informativo né, ele pode, ele deve ter a reflexão porque (incompreensível), só que ele não é focado nisso, né se eu quiser chegar, pra falar sobre um tema, uma palestra, [...]

Joana – [...] O socioeducativo, eu penso que é algo mais informativo mesmo, né, de informação, de deixar a população mais atenta nos problemas sociais, o que tá acontecendo no momento, assim, é uma coisa mais informativa [...]

Compreendemos a partir da perspectiva destacada por Guimarães (2004) que a condução dos grupos socioeducativos, deva valorizar o desenvolvimento da dimensão coletiva entre seus participantes, através de uma educação que priorize os aspectos sociais em detrimento dos individuais, objetivando o exercício político

de seus participantes através da inserção na dinâmica política da sociedade. Sendo assim, o grupo socioeducativo,

Como o próprio nome sugere, as reuniões são situações criadas em que se destacam dois aspectos: socio, do latim sociu, companheiro, indicando a dimensão social, que neste caso, particulariza-se no aspecto grupal. A instância através da qual o trabalho se desenvolve também aponta para uma **forma de inserção e de participação social e política na vida do bairro e da cidade (território)**⁷⁵, que expressa a dimensão socioeducativa. (GUIMARÃES, 2004, p.126, grifo nosso)

A partir do exposto, podemos inferir que o grupo socioeducativo não possui função terapêutica e caracteriza-se pela ultrapassagem do nível informacional/reflexivo para o nível participativo/organizativo, sendo as reuniões o espaço de mediação desse processo, pois

Ao contrário daqueles com finalidade psicoterapêutica, no grupo socioeducativo há sempre um foco a ser considerado, um resultado a ser atingido naquele encontro, naquela reunião ou ao longo das reuniões [...] trabalhar para o desenvolvimento dos participantes a partir de suas capacidades, atitudes, compreensão de sua situação face a questões sociais. E também, dos vínculos e das relações sociais que se estabelecem no grupo socioeducativo, sem pretender fazer psicoterapia, com finalidade curativa. (GUIMARÃES, 2004, p. 137)

Neste aspecto, as atividades, contém um componente educativo, no sentido de conduzir as ações para determinada direção em função de determinado objetivo, o que necessariamente constitui-se em um processo ideo-político. Nesse sentido, “a finalidade de formação do grupo é de aprendizagem, no sentido educativo”. (GUIMARÃES, 2004, p. 137)

Os grupos de convivência foram aqueles que os profissionais apresentaram maior consenso quanto a sua definição, caracterizados pelas atividades de lazer e recreação. No entanto, alguns profissionais questionam a priorização dessas atividades em detrimento dos processos reflexivos com os grupos de terceira idade.

Maria – [...] e o pessoal da terceira idade que a gente tem procurado sair daquele nível que tinha, daquelas reuniões só com bingo, aquelas coisas, tentar colocar algumas coisas mais, trabalhar reflexão, colocar um pouco de reflexão, colocar um pouco mais de, das outras atividades mais recreativas, que é o que eles gostam, com essa verba que veio do [projeto Crescer] tá tendo a chance de sair um pouco mais, foram pro cinema no mês passado, mês passado, sabe, então tem tido algumas coisas legais agora, que nós não tínhamos por conta que a gente não tinha nada que garantisse [...]

⁷⁵ Para aprofundamento do conceito de território Cf. KOGA, 2004

Joana – [...] o de convivência, né, que seria o de terceira idade, que é mais assim, né, hoje em Rio Preto, é mais voltado pra lazer, né, aqui [...], a gente tem tentado fazer um pouquinho diferente, a gente tem tentado fazer com que esse grupo de convivência seja também reflexivo, a gente não tá focando só na questão do lazer, [...]

Vanessa - Olha, terceira idade é meio difícil (rss), de início a gente tem que puxar mesmo, porque assim, é muito forte essa questão do bingo, então assim, a gente leva eles, hoje por exemplo, a gente discute assim: hoje a gente não vai ter bingo, a gente vai discutir outras coisas; ah, mas não vai ter o bingo! [...] porque assim, por eles e só bingo mesmo, bingo e passeio.

Apesar da finalidade dos grupos desenvolvidos nos CRAS não residirem no processo terapêutico, a pesquisa de campo identificou que os mesmos contêm importante potencial “curativo”, pois exercem função terapêutica para muitos de seus participantes, conforme identificado pela aplicação dos questionários nos grupos.

Concluimos a partir da tabulação das respostas que o grupo tem um significado importante no cotidiano dos seus participantes.

Os participantes dos grupos do Renda Cidadã vinculam as respostas ao curso profissionalizante, pois ao descreverem o significado do grupo, o aprendizado aparece como a resposta preponderante: “Aprender a pintar caixinhas”

A socialização também se configura como elemento representativo do grupo para a maioria de seus representantes “Interagir com pessoas”, “Estar em comunidade”, “Aprender a bordar e estar junto as mulheres toda terça-feira”, “Trabalho em equipe e aprender novas técnicas”

Apenas um participante descreveu o auxílio financeiro como sendo o significado de sua participação: “Aprendizagem e o dinheiro R\$60,00”. Uma outra, de forma menos explícita, cita que o grupo (reflexivo) ao oportunizar uma qualificação profissional, representa a possibilidade de sustentação financeira da família.

Considerável também a resposta de uma integrante, para quem o grupo denota um momento de terapia: “Pra mim uma terapia”, demonstrando assim um efeito concreto de bem-estar na vida de seus participantes.

As respostas mais expressivas foram encontradas nos chamados grupos reflexivos, sendo possível constatar que o grupo constitui-se em uma referência considerável para seus participantes, conforme verificado através da resposta de uma participante, para quem o grupo é “Como se fosse uma base para minhas decisões”. Alguns participantes consideram o grupo um apoio psicológico e um local

de busca de informações, aprendizado e também diversão. Uma participante ao responder o que não gosta no grupo, diz gostar de tudo, pois quando está no grupo esquece-se de tudo.

Destacam-se também as apreensões do grupo como um espaço de reflexão, a qual se relaciona com a possibilidade de melhorarias através da introdução de novos valores, conforme ilustra as respostas: “Refletir, ter outras visões, melhorar como pessoa” e “Ter mais respeito e responsabilidade”

E assim, “simultaneamente, cada membro encontra no grupo uma referência afetivo-emocional para suas questões e sofrimentos subjacentes, a partir do momento em que sentimentos de pertencimento e filiação desenvolvem-se como também a identidade grupal. (GUIMARÃES, 2004, p. 137, destaque da autora)

Nesse aspecto, consideramos que o grupo tem cumprindo sua primeira função, de acolhimento das questões subjetivo-individuais, porém enfatizamos a necessária ultrapassagem das demandas individuais para seus aspectos coletivos, o que constitui o segundo momento do trabalho com grupos, conforme nos indica Guimarães (2004, p.137)

[...] do ponto de vista dos aspectos subjetivos dos participantes, o trabalho de grupo caminha na direção de possibilitar acolher e compreender as dificuldades e o sofrimento experimentados pela família devido a violação dos seus direitos em diferentes níveis (familiares, sociais, culturais etc.) Num segundo momento, busca-se a ampliação das questões vividas subjetivamente para uma reflexão que permita ao participante e aos demais membros do grupo encontrar novos significados para a situação vivida, contextualizando-a dentro de uma dimensão mais ampla social, política, cultural.

Além de referência afetivo emocional, acreditamos que o grupo deva se constituir também em referência política de luta por direitos, pois as questões, interpretadas e trabalhadas como pessoais, são produtos do modo de organização em determinada sociedade, tendo em vista que a falta de trabalho, alimentação, habitação adequada, não podem ser considerados sofrimentos pessoais, embora tenha uma repercussão singular na apreensão dos indivíduos sociais.

O conceito de grupo desenvolvido pelo salvadorenho Ignacio Martin Baró, criador da “psicologia social para povos centro americanos”, aproxima-se mais do esperado em um grupo socioeducativo, pois para Baró (1989, p.206) o grupo é concebido “[...] como aquela estrutura de vínculos e de relações entre pessoas que

canaliza em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou interesses coletivos.” (apud GUIMARÃES, 2004, p.128)

O grupo como espaço de busca para satisfação das necessidades individuais foi confirmado pela pesquisa, através das respostas obtidas nos questionários, pelas quais foi possível identificar que o grupo se configura para seus participantes como um importante canalizador dessas necessidades.

Ao responderem o que buscam no grupo, todos referem a procura por melhoria nas condições de vida, seja material ou não.

A centralidade do trabalho se faz presente nas respostas dos participantes de um dos grupos reflexivos, predominando as questões ligadas a qualificação profissional, a qual é atrelada à colocação no mercado de trabalho via consecução dos cursos: “Conseguir me colocar no mercado de trabalho através dos cursos”, “Busco aprender, principalmente os cursos” “Como lidar com várias situações que aparecem no trabalho”

Embora a demanda por trabalho adquira ênfase, a resolução de questões emocionais é buscada pelos participantes desse grupo, conforme demonstram as seguintes respostas: “Ajuda emocionalmente”, “Ajuda, auto-estima muito grande”, “Mais sabedoria”

Já no outro grupo reflexivo, predomina a procura por questões no âmbito relacional como amizade, solução de problemas, apoio familiar.

“Aprender solucionar alguns problemas que às vezes tenho dificuldade”, “Aprender a como lidar com todos os tipos de pessoas”

Verificamos que os participantes expressam através de suas respostas a necessidade por sociabilidade. E nesse aspecto, os grupos têm-se constituído em um espaço significativo, representado pela busca de:

“Alegria, companheirismo, entendimento e explicações”, “Busco aprender mais e fazer amizade”, “Conversar, dar risada” “Carinho, amor, paz, amizade”

A preocupação com o “outro” se manifestou na busca de alguns integrantes do grupo, expressando uma apreensão do coletivo, “saindo de si mesmo”, de acordo com as respostas: “Saber ouvir as outras pessoas” “Tudo, procuro aprender a ensinar a respeitar uns aos outros”, “Aprender mais coisas, incentivar o próximo, etc”, “Ser uma pessoa responsável, alegre e principalmente respeitar”

Os cursos e a profissionalização também aparecem como objetivos pessoais nesse grupo, porém são citados por apenas 04 (quatro), num universo de 31 (trinta e

um) participantes, os quais referem em suas respostas: “Cursos para a gente aprender mais, ter uma profissão”, “Me profissionalizar”

O grupo também é buscado como local de informação e aprendizagem por alguns participantes: “Eu busco conversar sobre assuntos que não sabia”, “Me informar mais”

A resposta de um participante destoa das demais por expressar um sentimento de incompreensão em relação ao grupo “Nada, porque até hoje não entendi nada” Cabe ressaltar que essa participante frequenta o grupo há 4 anos.

Os participantes dos grupos de transferência de renda buscam o aprimoramento do trabalho pela realização dos cursos, como é possível notar na resposta abaixo:

“Busco o aprender pra ter minha própria renda”, “Aperfeiçoar no trabalho de bordado”, “Fazer outros cursos, para conseguir outros objetivos”

Alguns integrantes vêem no grupo uma possibilidade de se livrarem da situação que vivenciam enquanto empregados, buscando assim, o trabalho livre, conforme expressa uma participante: “Preparo profissional – ser minha própria patroa”

Nessa busca, algumas respostas revelam a introjeção de valores presentes na nossa cultura, contrários ao cooperativismo: “Pretendo ter um espaço só meu para vender meus trabalhos”

A socialização também se destaca para algumas participantes: “Aprender e estar com novas amizades”, “Sempre aprender algo novo, dividir assunto entre nós”, “Socialização e aprender mais sobre vários temas falados nos encontros”

Consideramos que a ultrapassagem das necessidades pessoais para a formulação de interesses coletivos não ocorrerá de forma automática e nem através de “discursos ou aulas” informativas, sendo imprescindível a mediação do coordenador do grupo no sentido de contribuir para o desencadeamento desse processo através de vivências práticas, pois acreditamos que se aprende ser coletivo “sendo”, vive-se o coletivo, exercita-se o coletivo, portanto, não é algo que se transmita, como um conteúdo. Porém, neste aspecto, enfrentamos um grande desafio: Como ser coletivo numa era de individualismo, onde o império do “eu” determina as relações sociais.

Por isso falamos em construção social do grupo, a qual necessariamente é permeada por valores e contra-valores, ideologia e contra-ideologia, processos de hegemonia e contra-hegemonia, o que implica trabalhar a partir de conceitos

impregnados por uma visão de homem e de mundo, a qual compõe a direção de um projeto societário.

É relevante que o grupo constitua-se em espaço de consecução dos interesses pessoais, porém, pelo potencial em expressar e representar os interesses coletivos é importante que se desenvolva um trabalho nessa direção, não como algo natural, mas um processo em construção social, e nesse aspecto,

[...] o grupo passa a se compor quando cada membro traz suas questões de forma subjetiva ou pessoal. Quando essas questões sociais passam a ser comuns ao grupo, a formação de vínculos fica favorecida de tal maneira que ele passa a ser uma referência para os integrantes e suas ações. As questões vividas como subjetivas e pessoais acabam compreendidas em seu verdadeiro contexto social e são grupalmente enfrentadas, [um enfrentamento coletivo] não mais apenas e tão somente como particulares, mas como sociais". (GUIMARÃES, 2004, p.128)

A partir da pesquisa de campo, aventamos a hipótese de que à medida que os objetivos individuais dos participantes não se realizam, a tendência é a desistência dos mesmos em freqüentarem os grupos, tendo em vista a não contemplação de suas expectativas. Nesse sentido é fundamental que os profissionais se conscientizem do real alcance institucional do grupo e o potencial a ser trabalhado com os seus participantes, considerando os limites e possibilidades desse trabalho.

Do ponto de vista de uma “nova relação pedagógica” (ABREU, 2002) seria importante e necessária a reflexão entre profissional e usuário dos limites que o grupo encerra em termos da consecução dos objetivos individuais, situando a função do grupo nos marcos dos objetivos institucionais dos CRAS. Não no sentido de descrença e imobilismo, mas numa perspectiva de não iludi-los (usuários) e se iludirem (profissionais) com os objetivos constantes nos planos, programas, projetos, os quais desconsideram a questão estrutural do modo de organização da produção e reprodução da vida em sociedade.

Para ilustrarmos o exposto, referimo-nos ao conceito central da proposta do Programa Fortalecendo a Família⁷⁶ (PFF/SP/SP), o qual se relaciona ao objetivo de autonomização das famílias atendidas, através da

[...] possibilidade de superar situações de privação de liberdade e exclusão social, a partir do acesso a políticas e programas sociais, `as oportunidades

⁷⁶ A PUC-SP assumiu a responsabilidade de operacionalizar todas atividades e tarefas do convênio estabelecido com a Secretaria de Assistência Social – SAS da Prefeitura de São Paulo para implementação e desenvolvimento do Programa Fortalecendo a Família (PFF) nesse município, contando como parceiras a UNICSUL e a UNISA.

de inclusão social, `a pratica cidadã, democrática de participativa. Significa a construção da autonomia no cotidiano de vida das famílias e no contexto sociopolítico e cultural. (WANDERLEY; PAZ; ARREGUI, 2004, p. 188)

Apesar da referência ao contexto sociopolítico e cultural, interpretamos que ocorre, em certa medida, uma mistificação do real alcance dessa proposta a partir do trabalho com grupos, pois a realidade tem demonstrado que os programas sociais, com forte caráter de seletividade e focalização adotados no Brasil, associados aos valores ínfimos dos mesmos, não superam situações de privação e exclusão,

[...] muitas vezes os trabalhos socioeducativos tem sido vinculados a qualificação profissional, quando sabemos que essas atividades não garantem o reestabelecimento financeiro das famílias, muito menos o garantirá os auxílios financeiros reduzidíssimos oferecidos pelos programas do governo federal. [bem como os estaduais e municipais, ou seja os famosos Programas de Transferência de Renda] (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 53)

No entanto, compreendemos que o trabalho com grupos, pode contribuir – dependendo da direção que assuma – para processos de crítica que levem `a inserção de seus membros `a uma participação contestatória, como mecanismo de desenvolvimento do poder de negociação dos grupos na realidade concreta.

A questão do poder dos grupos deve ser analisada como elemento a ser desencadeado por um exercício de aprendizagem, considerando que,

O poder não é algo que se detém, mas é construído por meio de um exercício. Implica analisar as relações sociais de um grupo diante dos demais grupos e da sociedade. O grau de poder de um grupo (ou de uma parte da população) também ocorre em função dos recursos de que dispõe, sejam eles materiais, culturais e pessoais⁷⁷. Quanto maiores forem os recursos, provavelmente maior será o seu poder” (GUIMARÃES, 2004, p. 136)

Essa afirmação revela uma das possíveis funções do assistente social, enquanto “intelectual orgânico” no sentido gramsciano, haja vista que através da coordenação do trabalho com os grupos pode contribuir para “aumentar” os recursos materiais, culturais e pessoais das classes subalternizadas, pelo exercício da dimensão socioeducativa, materializada pela prestação de serviços socioassistenciais. Pois, conforme enfatizado por Iamamoto, o assistente social ao prestar esses serviços, “[...] interfere na reprodução material da força de trabalho e

⁷⁷ Atualmente tem-se difundido muito fortemente um discurso que preconiza o “aumento dos recursos pessoais” através dos trabalhos sociais focados, sobretudo no indivíduo. Avaliamos que esse discurso, quando se restringe aos aspectos pessoais, situa-se dentro das estratégias de responsabilização do indivíduo em detrimento de uma contextualização que considere os determinantes sociais, políticos e econômicos de uma dada sociedade.

no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-política dos indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 1998, p.69)

É na possibilidade de contribuírem no questionamento dos consensos colocados pela classe dominante que essa categoria pode fomentar, juntamente com outros setores da sociedade, processos coletivos, sobretudo ao

[...] socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.69)

Tomando como parâmetro as atuais formas de organização política, social e econômica da nossa sociedade, cabe ressaltar que o patamar socioeconômico, a condição de subalternidade e “exclusão social” em que se encontram a população participante dos grupos nos CRAS, confere baixíssimo poder a essa população, em comparação aos poderes constituídos. No entanto, consideramos que o enfrentamento coletivo, portanto não individual desencadeado pela articulação entre profissional-usuário nos grupos pode contribuir para o fortalecimento político da população atendida.

3.2.1 Contrapartidas no trabalho com grupos: Um mal necessário?

Um dos aspectos importantes para a constituição do processo grupal é a “disposição” de seus membros à participação. Em se tratando dos grupos vinculados a Programas de Transferência de Renda, que exige, na maioria das vezes, como contrapartida a participação obrigatória nas reuniões, essa contrapartida entra em conflito com a livre participação dos integrantes. Esse é um elemento fundamental que determina em variado grau a continuidade e a permanência dos participantes do grupo.

Ao discorrer sobre a constituição dos grupos no PFF/SP, Guimarães (2004, p. 113) afirma que nesse processo inicial, “[...] a desconfiança, a incerteza, o estranhamento, o temor e a reserva tornaram-se matérias primas a serem trabalhadas pela equipe técnica [...]” Pautados por essa análise, podemos

considerar o estabelecimento de relações que propiciem o conhecimento e a confiança “[...] o meio por excelência de formação de grupos.”

A contrapartida tem uma avaliação positiva por parte dos executores do PFF/SP, conforme descrição da referida autora.

A exigência da presença às reuniões do PFF/SP/SP forçou as pessoas a saírem ao encontro de outras. A necessária e inicialmente forçada sociabilidade transformou-se aos poucos. O que começou como uma imposição passou a ter novo significado. É poder sair do isolamento e da solidão, sentir-se vinculado ao grupo, fazer amigos, ter atividades sociais, [...] (GUIMARÃES, 2004, p. 117)

Confirmando a avaliação dessa autora, alguns profissionais interpretam a condicionalidade como uma forma inicial de criação de vínculos, a qual possibilita a permanência dos integrantes nos grupos, sendo a “pressão” da obrigatoriedade superada à medida que os integrantes conhecem e encontram sentido nas temáticas trabalhadas pelo fato de relacionarem com suas vivências.

Maria – [...] mas eu vejo assim, pelo vínculo que você já tinha antes de NAS, né, que agora CRAS, eu acho que a gente, como as famílias que vem, por conta das condicionalidades, eu acho que a condicionalidade é até favorável num sentido assim, já se criou um vínculo por muito tempo, ne, eu vejo que melhorou a participação delas, principalmente nos temas, na hora que fala as coisas que estão vivenciando, [...], você vê que tem participação sim, eu acredito que até maior participação do que não participação, você sente que tem um grupo menor que vem pelo fato de vir, pela condição de, ne, do programa, mas eu acho que isso de certa forma tem sido superado, talvez por ta discutindo coisas que são relevantes pra elas, então eu acho que melhorou, eu consigo ver assim que melhorou.

Identificamos através das entrevistas que há certa ambigüidade no discurso dos profissionais, pois para um mesmo profissional a condicionalidade é elemento facilitador e dificultador do trabalho com grupos.

Cabe ressaltar que o profissional associa a condicionalidade à periodicidade das reuniões como fatores determinantes na desmotivação dos integrantes. O profissional explicita que o grupo semanal com atividades sistemáticas (aulas profissionalizantes) se desenvolve melhor que o grupo mensal.

Luciana [...] nossa dificuldade de trabalhar nesses grupos que são grupos obrigatórios a participação, então tem uma questão de falta, tem a questão do vir obrigado, de não ter a vontade da participação e eram grupos assim que estavam mais com palestras, a população já estava um pouco desmotivada, que nem eu falo que é esse mensal, o semanal já era um pouco mais tranquilo porque tinha as aulas, [...], então o grupo tava sendo desenvolvido um pouco melhor por estar toda semana, então eles vinham e uma vez por mês trabalhava essa socioeducativa (incompreensível) e uma

vez por mês tinha a socioeducativa com temas assim diversos, mas tinha interesse delas, vamos falar por mulheres, geralmente tem filhos, tem uma questão de desemprego na família, todas essas questões de vulnerabilidade sociais que a gente já conhece, então a gente buscava geralmente esses temas e temas até sugeridos por elas.

Esse mesmo profissional avalia que pela ausência de obrigatoriedade nos novos grupos reflexivos, não haverá adesão da população ao trabalho, embora também afirme que a adesão é menor, porém com maior frequência, o que também é destacado por outra profissional.

Luciana [...] mas não tem condicionalidade nenhuma, não tem, as pessoas, até por isso tem poucas pessoas, porque no primeiro dia já perguntaram: tem condicionalidade, não, aí já começam a desistir [...] Eu acredito que até agora essa porta de saída com esses novos cursos que estão sendo oferecidos, é uma opção, tá, pra montar os grupos, acho que a família não vai aderir, a população não vai ter adesão total do grupo porque também esses cursos, esses outros novos cursos eles não foram colocados como obrigatoriedade, é opção da pessoa, a única referência é que é pra quem tem o Bolsa Família, então quem tem Bolsa Família é livre o curso, [...]

Luciana [...] e o interessante, né que eu acho que a gente percebe que quando são esses grupos espontâneos, não tem obrigatoriedade, ele tem um número menor de adesão, mas quem está tem a frequência, porque os [Renda Cidadã] tem aquela coisa assim, já tem algumas pessoas que tem a prática: eu venho dois meses, eu falto um, aí eu venho hoje, falto no outro, tem que ficar indo atrás, ligando e cada hora (incompreensível) uma coisa. Então esse é um grupo que tá diferente [...]

Vanessa – [...] ele é um grupo pequeno [referindo-se ao grupo reflexivo], não é um grupo com várias pessoas, [...] mas essas [...] que vem são frequentes, elas vem, se preocupam com a falta, não é obrigatório, mas “oh, eu tô justificando minha falta, faltei por conta disso”, você vê que são assim faltas que justificam mesmo, que não teve como vir mesmo.

E nesse aspecto, para a maioria dos assistentes sociais, a condicionalidade é o elemento que garante a frequência dos participantes aos grupos, sobretudo aqueles vinculados aos Programas de Transferência de Renda

Norma – [...] a frequência e obrigatoriedade mesmo do programa, se não vier pro curso, né, pra oficina estão excluídos, então tem frequência regular por causa da obrigatoriedade. O Renda Cidadã ainda, apesar deles gostarem dos temas, tudo né, ele é obrigatório, então a família faltou, não veio, é excluída do programa, o programa exclui, então a princípio eles não querem saber de nada que se fale de família né, que a gente de trabalho pra eles pensarem, falou que tem que pensar eles não querem, a gente também, né, então, começar a conversar muito eles acham que tá incomodando eles, então a princípio eles vem por causa do benefício o renda cidadã pros grupos, que são esses três que acontecem na semana.

Alguns profissionais atrelam a existência do trabalho com grupos nos CRAS à uma “moeda de troca”, sem a qual na avaliação dos mesmos o trabalho fica inviabilizado, tendo em vista que a “família vem em busca de algo”.

Maria – [...] a formação do grupo eu acho que isso, é inerente ao nosso trabalho, que é o trabalho com grupo, a nossa angústia e a nossa luta, é, como que a gente vai motivar as pessoas pra vir prum grupo, se eles não tiverem vontade, você entendeu, você tem que ter alguma coisa pra oferecer, eu acredito [...]

Norma - No começo assim você percebia que tinha uma resistência muito grande, tanto é que a [psicóloga], nós conversamos ela montou um grupo, né, é oficina de reflexão [...] aberto, desvinculado da cesta, de qualquer coisa, vinha por tá trabalhando com ele e pronto, no começo veio uma pessoa, numa semana, depois duas, aí nunca mais, não veio, aí esse, não deu certo o grupo, né então porque não tinha essa troca né, a família vem em busca de algo. [...]

A partir dos dados coletados na pesquisa de campo, podemos inferir que a contrapartida em Programas de Transferência de Renda constitui-se

[...] o maior desafio do trabalho socioeducativo: tornar o grupo e as ações significativos quando, de imediato, a sua presença é apenas uma contrapartida do recebimento monetário. A experiência do PFF/SP/SP mostrou que é possível os representantes do grupo deixarem de vir apenas pela obrigação da contrapartida, mas encontrarem nas reuniões socioeducativas elementos que os motivem a participar de suas reuniões, [...] (GUIMARÃES, 2004, p. 136)

O grupo da terceira idade é o principal destaque em termos de adesão espontânea e permanência dos participantes. Esses grupos revelam importantes espaços de socialização entre seus membros, pois segundo os profissionais, são momentos que proporcionam prazer e convivência.

Norma - Da terceira idade, eles vem porque eles gostam, porque ele é aberto, né então não tem essa de faltou é cortado, então eles vem, eles vem conversar, às vezes eles vem pra conversar mesmo com amigo, com profissional, sair de casa, vai ver pessoas novas, então o grupo da terceira idade é legal por isso, porque eles vem porque eles gostam, se não gostou não vem mais, mas assim, é um grupo de 20, 25 pessoas, se pegar dois anos [pra cá], a maioria permanece, então da até pra investir mais neles se for ver, nessa parte aí.

Vanessa - A freqüência e boa, porque assim, como são grupos que você não tem obrigatoriedade de ir, então assim, tem essa, elas vem por gostar, então tem adesão, da terceira idade, vem por opção, por achar assim, gostoso vir, acha interessante, então assim, não tem essa questão de, todo mundo participa das atividades, é aquilo, no começo se trouxe alguma coisa diferente, tem as reclamações, mas todo mundo participa, não tem essa questão de, de, do não participar, assim todos interagem entre eles, tem, então é bem interessante. [...]

Os outros dois grupos pesquisados, chamados “grupos reflexivos” não são atrelados a PTR, portanto, não possuem “contrapartidas”, porém constatamos que há condicionalidades implícitas, tendo em vista que ao oferecerem cursos de qualificação profissional priorizam tal oferta aos participantes assíduos dos grupos.

Joana - Então, assim, nós não pegamos muito nessa questão não, né, de ficar cobrando, oh, se quiser, tem que vir, a única coisa é a questão dos cursos, né, porque a gente percebeu, que em alguns, que quando a gente não tava cobrando muito isso, algumas pessoas vinham, faziam o curso, depois não apareciam mais e aí as outras que tinham compromisso de vir, [...] começou a questionar isso, então a gente colocou como uma condição, de assim, pra fazer os cursos tem que tá participando do grupo, [...], pra depois começar a fazer os cursos, é a única assim, condição que a gente coloca, é, essa questão dos cursos [...], então tem que ser do grupo mesmo, tem que ser participante, porque senão não tem como fazer os cursos, mesmo por conta dessa prestação de contas, tem todo esse problema, mas assim, a gente não força ninguém, a gente tenta a fazer com que (incompreensível) a convencer elas, né, que elas sintam o desejo de vir, não de forçar, nada disso. [...] claro que a gente prioriza pra fazer os cursos, nós priorizamos as pessoas que estão, assim, participantes mesmo, que não faltam dos grupos, que estão sempre envolvidos, então essas pessoas tem prioridade nos cursos, mas assim a gente não fica obrigando as pessoas a participarem, vem mesmo quem quer, quem tá com vontade de debater, conversar, mas é, de certa forma é um critério, é um critérios pros cursos, pra entrar nos cursos sim.

Carmem - [...] uma coisa que nos fazemos é, priorizar as pessoas que estão no grupo pros cursos, se sobrar alguma vaga, que a gente abre pra as pessoas que estão na lista de espera, até porque pra, porque a gente já tá fazendo um trabalho com elas, né, [...]

Maria – [...] quem não participar não quer dizer que não vai [ao curso], então, tanto que tem tido algumas faltas, mas a motivação foi essa, eu vou pro grupo, vou fazer o curso sabendo que eu tenho uma reunião também pra ir, [...]

Foi reconhecido pelo estudo realizado pela PUC/SP e comprovado por essa pesquisa, que num primeiro momento não há cumprimento imediato das condicionalidades exigidas pelos PTR. Levantamos como um dos elementos determinantes dessa questão, a ausência de conhecimento e significado a respeito dos grupos por seus integrantes, tendo em vista que muitos usuários “caem de gaiato” nesses espaços, conforme identificamos a partir da análise de uma assistente social.

Norma – [...], por exemplo, começa fazer o curso: “ah, eu não gosto disso”, mas [...] eles estão adorando o curso [...] a partir [do momento] que conheceram, por acaso né, vieram, caíram de gaiato aqui, né: oh, vai receber o benefício, aí eles vem pra ver, fala o que que é isso, num sei, aí vê o que que é o curso, e assim, tem uma mulher que tá gerando renda, [...]

Dessa forma, podemos considerar que à medida que os participantes encontram significado na participação, a contrapartida deixa de ser o principal elemento de freqüência aos grupos. Adquire destaque neste aspecto, a participação de pessoas que não recebem nenhum benefício, e freqüentam os grupos vinculados ao PTR através do Programa Municipal “Criando Vínculos”. Nos grupos reflexivos também chama a atenção os participantes que não desejam realizar os cursos oferecidos, e que, portanto freqüentam os grupos sem “usufruir das contrapartidas”, conforme demonstram as avaliações em destaque.

Luciana [...] Uma coisa assim que e interessante, por exemplo, nos grupos do Renda Cidadã nos temos um número muito bom de criando vínculos que a pessoa vem pros cursos e ele não recebe nada em troca, então essa pessoa também é espontânea, então a gente percebe que há uma adesão [...], “olha eu não posso ser incluída no renda porque eu não atendo os critérios de inclusão, minha renda per capita é maior, tem alguma questão do Bolsa Família, eu não posso ser incluída, mas eu gostaria de participar do grupo” [...]

Norma – [...] dentro do renda tem o criando vínculos, que é junto né, então esse daí também fica pra oficina, alguns vem porque, fica porque gosta mesmo. [...] Esse daí, o criando vínculos, ele é meio que em conjunto com o renda cidadã, mas não tem, é, benefício, né, eles vem até o curso, pra oficina e não recebe o benefício de 60 reais, e ai tem as famílias que recebem.

Carmem - Olha a gente tem pessoas do grupo que não querem fazer nenhum curso, entendeu, que vieram gostaram, no início falaram que não tinham interesse de fazer nenhum curso e estão no grupo, [...]

Uma das questões abordadas pelo questionário refere-se ao motivo de participação dos usuários nos grupos. Observamos que as respostas preponderantes relacionam-se com o tipo de grupo (reflexivo vinculado a cursos ou de Transferência de Renda).

Num dos grupos reflexivos, as respostas que mais se destacaram foram aquelas que apresentaram como motivo de tal participação a realização de cursos, como possibilidade de profissionalização e geração de renda: “Ser encaminhadas para cursos e poder ter a minha renda”

Já no outro grupo reflexivo, a freqüência representa para seus participantes possibilidade de interação e aprendizado, concebida por palavras como “refletir”, “distrair”, “comunicar-se”, “inteirar”, “passar o tempo”, “tem muitas conversas educativas”

Os grupos do Programa Renda Cidadã explicitam como motivo o aprendizado de coisas novas, principalmente relacionadas à qualificação profissional que realizam semanalmente; as respostas expressam relação direta com o curso, como por exemplo, “Porque eu gosto de pintar e estar no meio de pessoas”

Todos os grupos são representativos para os usuários que dele participam, constituindo-se em importante momento de socialização, além de satisfação de necessidades financeira e ajuda, conforme, resposta de alguns integrantes: “Porque eu estava precisando de ajuda”; “Por necessidade financeira e também para aprender pintar”

3.3 Elementos que configuram a dimensão socioeducativa na atuação com grupos

É muito importante e necessário reconhecermos que a análise a respeito da dimensão socioeducativa da prática do assistente social com grupos é bastante complexa e difícil de ser realizada, tendo em vista o risco que incorremos em dicotimizá-la, através de um processo dualista e simplista que a insere, e, por vezes a julga, em termos de transformadora ou reprodutora das relações sociais.

Portanto, assumimos aqui o elemento contraditoriedade, o qual é intrínseco à prática profissional desenvolvida na sociedade capitalista, em equipamentos públicos mantidos por um estado que contempla interesses tanto das classes detentora do poder político e econômico, como daquelas que não os possui, as quais denominaremos nesse trabalho de classes subalternas ou subalternizadas, conforme conceituação de Yazbek (2006, p. 67), por “[...] apreender a situação de privação social, econômica, cultural e política dos usuários dos serviços assistenciais [...]”

Partindo dessa premissa, empreenderemos todo esforço na realização de uma análise que busque desvendar os processos contraditórios da dimensão socioeducativa da prática do assistente social, e não uma crítica que avalie, julgue e condene aqueles que executam essas práticas, até porque também nos colocamos nesse processo, como assistentes sociais e pesquisadores, condição que certamente implicará em erros, equívocos e contradições, por se tratar de uma discussão baseada em uma realidade dinâmica, com sujeitos igualmente dinâmicos, ambos em constante movimento e transformação.

Sendo assim, cabe considerar, dois ângulos indissociáveis do trabalho do assistente social, os quais constituem uma “unidade contraditória”, a qual se apresenta como, “[...] realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional [...]”, mas também “[...] atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social `a prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais”. (YAZBEK, 1999, p. 90)

Pautados na unidade contraditória da prática, verificamos através da pesquisa de campo como os assistentes sociais apreendem a dimensão socioeducativa de suas práticas através da execução do trabalho com grupos nos CRAS, considerando as circunstâncias objetivas em que tais práticas são desenvolvidas, trazendo à tona um movimento entre aspectos subjetivos/objetivos da prática profissional.

[...] objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio/históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. E, subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora, em sua consciência, o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. (YAZBEK, 1999, p. 90)

Portanto, verificamos a interpretação e análise que o profissional empreende a respeito do trabalho que executa com os grupos a partir de sua inserção em uma dada realidade, que é objetiva, determinada e determinante das ações profissionais.

O trabalho com grupos traz grandes desafios às ações socioeducativas empreendidas pelos profissionais do Serviço Social, entre eles transitar no movimento entre o individual, o familiar e o coletivo, o privado e o público, o micro e o macro, o que requer a articulação entre as categorias Universalidade, Particularidade e Singularidade. Dessa forma,

[...] acredita-se ser urgente o avanço de uma discussão interdisciplinar para a construção de um arcabouço teórico sobre a questão da operacionalidade das ações socioeducativas numa perspectiva crítica. [...] Tudo isso sem incorrer em reducionismos de ordem teórica ou política e permitindo transitar eticamente entre o direito `a proteção e o direito a privacidade das famílias para as quais se dirigem as ações profissionais. (MIOTO, 2004, p. 50)

E, nessa perspectiva, esboçaremos sinteticamente alguns elementos importantes para refletirmos o trabalho com grupos nos CRAS. Ressaltamos que estes elementos apresentam-se de forma inter-relacionada, por constituírem uma

totalidade. Sua apresentação em forma de tópicos visa contemplar uma exposição didática da análise dos dados. Portanto, compreendemos que todos os dados dialogam com um elemento central que compõe o trabalho com grupo: a direção política articulada pela dimensão socioeducativa exercida na prática com os grupos.

3.3.1 Coordenação: papel fundamental no processo grupal

O papel do coordenador adquire centralidade no processo de fortalecimento político do grupo, em razão da função que exerce enquanto “intelectual orgânico” na contribuição para organização de determinada cultura, pois pelo exercício da dimensão socioeducativa, possibilita o desenvolvimento do processo grupal em certa direção intelectual e moral.

Uma atitude fundamental esperada do coordenador dos grupos centra-se na suspensão de julgamentos em relação às formas de expressão dos participantes, no que diz respeito a como falam, se comportam e agem, ou seja, ao seu “modo de vida”. O que não ocorre sem conflito e contradição, pois,

Todos os projetos que misturam educação e cultura, povo e comunidade, partem do pressuposto de que mesmo respeitando seus valores é necessário transformá-los. Por isso toda educação dirigida ao povo não consegue ser mais do que um artifício que buscando mudar a lógica do conteúdo do pensar, modifique uma cultura para que dentro e fora dela tudo se transforme também ou justamente fique como está. (BRANDÃO, 1985, p.87 apud MIOTO, 2004, p. 49)

Apesar de identificarmos alguns avanços⁷⁸ em relação à superação de posturas tradicionais, historicamente impregnadas nas ações do profissional de Serviço Social, ainda persistem análises pautadas no senso comum, reveladoras de certo preconceito em relação aos participantes do grupo, conforme pode ser constatado nas falas a seguir, as quais que se referem a “acomodação” e a “falta de disposição para o trabalho”

Luciana [...] a população é muito difícil pra aderir alguma coisa mesmo [...] a nossa expectativa e que isso aconteça, que outras pessoas comecem a participar pra dar uma cara nova nesse grupo, o objetivo dele é totalmente, é lidar com as questões do bairro mesmo, de relacionamento (incompreensível) trabalhar um pouco essa acomodação mesmo. [...] não tem a adesão para os programas, eles não tem adesão, pra assim, tem uma acomodação já da população [...]

⁷⁸ Os avanços identificados no trabalho do assistente social com os grupos encontram-se descritos no capítulo 4.

Norma – [...] tá meio difícil, [adesão da população aos grupos] porque eles pensam assim que, eles não querem ser cobrados né, eles acham que tem que vir buscar a cesta e pronto, não tem que falar nada pro profissional [...]

Luciana – [...] eles querem ter pão de manhã! Mas eles não estão dispostos a acordar cedo ir pra panificação, fazer esse pão, vender pra população, voltar, trabalhar, não! [...]

O sentimento de pertencimento a um grupo ocorre por meio de um processo de reconhecimento da igualdade de situações vivenciadas e sofridas no cotidiano. (GUIMARÃES, 2004) A partir dessa concepção, avaliamos que os participantes de um grupo ao compreenderem suas vivências em condições semelhantes ao do outro, identificando, portanto que não se trata de uma questão individual emerge desse reconhecimento uma identidade, onde o “outro” passa a ser “um igual” e não mais um estranho portador de situações particulares.

Os coordenadores do grupo são mediadores nesse processo, tendo em vista que o mesmo não germinará de forma natural, sendo necessário trazê-lo à tona, através de ações direcionadas para a construção social dessa identidade. Para tanto, consideramos importante a opção por uma metodologia, cuja direção política possibilite o desencadeamento do processo grupal para a ultrapassagem das demandas individuais em coletivas.

Deste modo, o coordenador do grupo desempenha função primordial na transformação das demandas individuais em coletivas, por tratar-se de uma orientação política a ser impressa no trabalho, sendo importante a condução das reuniões socioeducativas de forma que os participantes compreendam sua situação inserida no contexto macro social. Nessa perspectiva,

São acolhidas e consideradas as dúvidas, os problemas, as preocupações e o sofrimento trazido pelos integrantes do grupo. Ao mesmo tempo, procura-se auxiliar o participante e o conjunto das pessoas a situarem a questão em seu contexto social mais amplo, informando, debatendo, orientando a discussão para uma compreensão do que é vivido e sofrido subjetivamente, articulado ao contexto mais amplo e comum aos membros do grupo: os direitos do cidadão. (GUIMARÃES, 2004, p.114-115)

Podemos dizer então que o coordenador fomenta o processo coletivo, não bastando, portanto apenas acolher a demanda, faz-se necessário incentivar e direcionar a discussão numa perspectiva do coletivo, pois “[...] muitas vezes a demanda é individual. Uma pessoa apresenta seu problema e conforme ele é

trabalhado pela coordenação, pode se tornar uma demanda coletiva e até ensejar ações propostas pelo grupo” (GUIMARÃES, 2004, p. 138)

A partir de tal afirmação concluímos que a direção da discussão nos grupos é de responsabilidade do coordenador, que para tanto, é imprescindível ter consciência dessa direção e habilidade para conduzi-la. E nesse aspecto, ele exerce a função de “[...] facilitador do desenrolar do processo grupal. [...] no sentido de possibilitar que o espaço da reunião possa representar um local significativo e que o grupo se constitua como uma referência para os seus membros.” (GUIMARÃES, 2004, p.131). Nesta perspectiva, abordamos quais reuniões foram mais significativas para os integrantes dos grupos e obtivemos as seguintes respostas:

Os participantes dos grupos reflexivos destacaram como temática interessante, as reuniões referentes às relações familiares, sobretudo aquelas que abordaram a questão da educação dos filhos, num total de 06 (seis) citações: “Como agir com as pessoas, principalmente em casa” “A que falamos sobre educação dos filhos”

Duas participantes fizeram referência as reuniões que abordaram os cursos como tema: “Se a gente estava tendo renda com os cursos”, “Curso manicure”. Duas respostas remeteram a questões mais amplas: “Sobre orgulho, egoísmo das pessoas (última reunião)”, “Desabafo de uma colega sobre discriminação”

Interessante notar que todas as participantes desse grupo citaram alguma reunião que achou interessante, o que de certa forma revela atenção com o conteúdo trabalhado, com exceção de uma integrante iniciante no grupo no dia da aplicação do questionário.

Num dos grupos houve uma diversidade grande de assuntos, sobressaindo a questão da prostituição e da violência doméstica, mas também foram pontuados questões de gênero através das respostas: “Relações entre casais” “Quando a esposa é realizada profissionalmente”; “educação infantil”; “Sobre os assuntos conjugais”.

Em apenas um dos grupos reflexivos surgiram questões relacionadas à uma abordagem mais política das relações sociais, citados por 03 (três) integrantes: “Quando falou dos direitos dos adolescentes” “Drogas no bairro e a violência” “Foi falar sobre os políticos”

As dinâmicas e confraternização ganharam destaque nesse grupo, citados por 04 (quatro) participantes: “Dinâmica do Bom-bom”, “Confraternização festa

junina”, “Sobre as gincanas que fizemos”. A temática família foi citada por 02 (dois) participantes: “Como nós achamos a família dos outros melhor”

Nos grupos do Renda Cidadã os integrantes destacaram as reuniões que abordaram o assunto família, adolescência, educação de filhos. A auto-estima foi pautada por (02) participantes. Houve relevância também as citações sobre saúde, mais especificamente as DST, com 04 citações. Essa temática é desenvolvida pela equipe do DST/Aids, conforme descrito em uma resposta: “De 15 em 15 dias sobre doenças transmissíveis”

Identificamos através da pesquisa de campo, iniciativas pontuais e isoladas de transmutação das demandas individuais em coletivas, permanecendo as intervenções dos coordenadores centradas no âmbito do indivíduo e sua família⁷⁹, fato reconhecido por uma profissional

Maria – [...] hoje a gente tem abordado muito as questões, muito interiores, eu acho, das pessoas, muito, é, particularizadas, eu acho que nós ainda não levamos o grupo a enxergar isso como algo que é meu, que é seu, que é do outro e que nós poderíamos tá fazendo alguma coisa pra melhorar pelo menos onde a gente vive, eu não vejo, não tem, eu não vejo chegando lá [...]

Considerando a relevante função do coordenador nos grupos, esperam-se como atitudes fundamentais deste – compreensão, acolhimento, atitudes que propiciem liberdade de expressão dos participantes para emissão de opiniões, a partir do estímulo a um processo verdadeiramente participativo, evitando a monopolização da fala, inclusive a do próprio coordenador, ou por parte de alguns integrantes.

O estudo empreendido pela PUC/SP apontou que “[...] a disponibilidade e o calor afetivo do coordenador [...] tem permitido que as pessoas fiquem gradativamente à vontade.” (GUIMARÃES, 2004, p.131)

É relevante acrescentarmos que estas qualidades necessitam também de condições objetivas para se desenvolverem, portanto, outros determinantes precisam ser articulados a esta análise, como por exemplo, os espaços onde são executados os grupos e as condições de trabalho dos profissionais, os quais devem ser igualmente acolhedores, pois, em certa medida, contribuem para o desencadeamento e manutenção das atitudes referenciadas e dos bons resultados

⁷⁹ O aprofundamento dessa análise encontra-se no capítulo 4. Cf. 4.1.2 *Centralidade na família: determinante na direção do trabalho com grupos.*

junto aos participantes. No item 3.3.4 discorreremos sobre a insuficiente infraestrutura, tanto de recursos materiais como humanos para a realização do trabalho com grupos nos CRAS.

Outra questão a ser considerada no aspecto da coordenação dos grupos refere-se à diferença entre a posição dos coordenadores e participantes, não de forma vertical, porque desigual e submissa, mas numa perspectiva de horizontalidade, com vias ao estabelecimento de uma “nova relação pedagógica”, pelo fato de que, “[...] mesmo integrando o grupo ele [o coordenador] não é igual aos demais, por sua formação, forma de inserção, finalidade de sua presença”. (GUIMARÃES, 2004, p. 131)

Essa concepção, baseada em uma relação horizontal entre profissional/usuário, o que para Freire (1987), corresponde a uma relação dialógica entre educando/educador, permeada por processos de ação-reflexão-ação em face da intervenção na realidade, possibilita a condução dos grupos

[...] sem paternalismo ou autoritarismo, o coordenador vai propiciar e incentivar a participação e considerar que também os representantes das famílias tem suas próprias formas de conhecer e experiências acumuladas que podem ser postas em comum no grupo. (GUIMARÃES, 2004, p. 131-132)

Tal posição permitirá um processo de aprendizado mútuo, não configurando, portanto, uma educação bancária, onde o educando é depositário das informações “despejadas”, no caso aqui descrito, pelo coordenador.

Na relação entre profissionais/usuários é importante o empreendimento de processos de reflexão e apreensão crítica das demandas e suas formas de encaminhamento por parte do coordenador, tendo em vista que,

[...] o trabalho socioeducativo corre o risco de se desviar da direção pretendida. Papéis como os de “salvador da humanidade”, “mãe acolhedora de todos”, “sabe tudo”, “pai rigoroso e exigente” etc, não apenas desvirtuam o trabalho, mas mantém os participantes dependentes do coordenador. Isso dificulta ou impede que o processo grupal se desenvolva e prejudica a formação dos participantes e do grupo. (GUIMARÃES, 2004, p. 132)

Ao interpretarmos os possíveis papéis que um coordenador pode assumir no trabalho com grupos, dificilmente não nos identificamos com algum desses perfis, portanto, é importante reconhecê-los em nosso trabalho, abrindo assim, as possibilidades de mudança.

Em relação ao aspecto de liderança, precisamos pontuar que o coordenador não exerce uma liderança natural no grupo, pois,

[...] Ele foi colocado no grupo e o desenvolver-se numa liderança reconhecida e aceita dependerá de sua atuação. Portanto, como o **coordenador é um líder institucionalizado**, deve-se contar com a possibilidade de surgirem outras lideranças. Conforme o tema ou a situação, pode surgir uma participação mais expressiva de alguém do grupo, momentânea ou não.” (GUIMARÃES, 2004, p. 132, grifo nosso)

Os questionários aplicados nos grupos possibilitaram identificar que os participantes destes reconhecem os profissionais mais próximos ao grupo, como líderes dos mesmos, ou seja, nos grupos reflexivos, os profissionais (assistentes sociais e psicólogos) são os principais indicados, já nos grupos de Transferência de Renda, a professora do curso é a principal referência para seus integrantes.

Em um dos grupos reflexivos, apenas 5 (cinco) participantes identificaram como líder a psicóloga e a assistente social, citadas sempre conjuntamente pelos membros do grupo. Três escrevem que “ninguém” é líder e o nome de apenas uma participante surge como líder do grupo. Uma outra diz que alguns integrantes puxam mais, porém não se lembra o nome da colega, a quem deseja se referir.

Já em outro grupo reflexivo, o nome da assistente social é citado como líder de maneira separada da psicóloga, tendo 11 (onze) referências. Os participantes desse grupo foram os que mais conseguiram identificar todo o grupo como líder, resposta apontada por 09 (nove) integrantes com expressões do tipo: “Todo grupo é líder”, “Todos são iguais”, “Todos nós somos” expressando assim uma coletividade e certa horizontalidade na condução do grupo. Sete participantes responderam que o grupo não possui líder.

A professora dos grupos vinculados ao Programa de Transferência de Renda (PTR) é identificada por 08 (oito) participantes como líder do grupo, sendo a assistente social citada apenas por um participante. Sete membros afirmam que o grupo não possui líder. E uma refere não saber, respondendo que: “tem várias moças que vem”

“Um dos aspectos importantes do trabalho com o grupo é possibilitar a formação de lideranças que possam coordenar ações na direção de projetos grupais. O coordenador de grupo do Programa está ali por um tempo e uma tarefa delimitados” (GUIMARÃES, 2004, p. 132)

E nesse aspecto é importante trabalhar, por mais contraditório que possa parecer, para que o grupo consiga desenvolver atividades/ações independentemente da presença do coordenador, seja no próprio grupo ou em espaços de representatividade política, como por exemplo, associações de bairro, conselhos de direitos, sindicatos, entre outros.

Poderíamos dizer, então, que essa seria uma das utopias do trabalho com grupos, não como algo irrealizável, mas como um projeto político a alcançar, o da participação ativa dos membros do grupo nos processos decisórios da sociedade. Nesta perspectiva, “o grande desafio, é que os grupos possam caminhar com independência, sem a presença do coordenador do Programa. Afinal, espera-se que os participantes encontrem novas formas de participação social e/ou política no bairro ou na região”. (GUIMARÃES, 2004, p. 135) Apenas uma profissional destaca essa perspectiva no trabalho com os grupos.

Joana - Então assim, nós falamos, né, assim, o grupo ele não era só dos coordenadores, que nós enquanto coordenadores também fazíamos parte do grupo e a gente também não tava ali só pra ensinar, mas pra aprender também junto, então que a partir desse momento a gente não ia vir com temas prontos e que a gente queria que elas fizessem parte disso, se sentissem também donas ali, desse grupo, participantes do grupo e aí a gente perguntou quem que queria trazer alguma questão, algum filme, algum tema, e elas mesmas fizeram os grupos, né, e ficaram responsáveis de cada dia, aquele grupinho, tá montando o grupo e aí assim, elas trouxeram dinâmicas, foi super legal e a gente percebeu que a participação do grupo foi bem maior quando elas trouxeram, do que quando a gente traz, né, o envolvimento do grupo foi maior.

A profissional apresenta um exemplo concreto da experiência de condução do grupo pelos próprios integrantes, conforme descrito a seguir

Joana – [...] ela trouxe um filme sobre a violência contra a mulher, trouxe um rap, um filme bem curtinho, que aí foi uma coisa que ela viveu, que ela teve, sofreu violência dentro de casa e ela conseguiu esse vídeo, então assim, foi muito emocionante, porque ela contou história de vida delas, [...] e também assim, ela já sabia da lei, ela soube falar também, que ela já tinha procurado a delegacia na época, então assim, foi legal porque ela mesmo falou de todas as informações pro grupo, contou a história de vida dela, né, uma outra também, trouxe questão de relacionamento familiar mesmo, com os filhos, com o marido, aí ela fez essa dinâmica pra demonstrar esse relacionamento, então assim, são questões do cotidiano mesmo, de vivências delas, nada fora da realidade.

3.3.2 Capacitação e supervisão para o trabalho com grupos.

A capacitação e supervisão são elementos fundamentais na definição do trabalho com grupos, tendo em vista que “A formação continuada tem por finalidade garantir de forma constante o acompanhamento e a aptidão dos profissionais frente às questões colocadas pelo trabalho socioeducativo” (MORTARA; PARDINI, 2004, p.119)

A ausência de capacitação continuada para o desenvolvimento do trabalho com grupos foi pautada por todas as entrevistadas, sendo uma demanda antiga⁸⁰, e um dos principais dificultadores elencados pelas profissionais, na consecução desse trabalho.

Joana – [...] os dificultadores, porque assim é, a equipe não tem, é, capacitação que deveria ter, faz tempo que a gente vem pedindo pra secretaria uma capacitação, muitas vezes a gente, né, chega na hora, não na hora, mas assim, a gente planeja o grupo, aí chega um momento que a gente fala, o que a gente vai discutir agora, né, então realmente assim, falta uma preparação pra trabalho com grupo e é um trabalho muito importante, precisa ter preparação, capacitação e a gente realmente não tem, as vezes a gente fica assim, muito preocupado e com medo de não cair naquela mesmice, né, vem aqui, como se, dá uma palestrinha, conversa sobre algum assunto e aquilo não modifica nada na vida das pessoas, então, essa tem sido a nossa preocupação e acho que maior dificultador, a gente não tem capacitação pra trabalhar com grupo.

Para Guimarães (2004, p. 136), “O trabalho socioeducativo com os grupos poderá desenvolver-se no sentido desejado com maior rapidez e maior amplitude na medida dos preparos dos coordenadores.”

E nesse aspecto, a pesquisa de campo identificou que a totalidade dos profissionais se sentem despreparados para a realização das ações com grupos, sendo a própria formatação dos grupos nos CRAS um grande questionamento para os profissionais. Interpretamos que a indefinição quanto à direção do trabalho com os grupos conduz os profissionais ao risco de, ao não saber como fazer, realizar o possível, o permitido e, sobretudo, o conveniente para o poder público.

Maria – [...] essa é a grande dificuldade nossa, acho que assim, se perguntar pra gente, qual que é a dificuldade de vocês no CRAS, eu acho que é, até pra se definir isso, até pra se trabalhar isso, eu vejo assim, eu, né, e eu também não tenho todas as informações, inclusive a gente pediu uma capacitação, nós já começamos a capacitação em grupo, tivemos uma

⁸⁰ Essa era uma demanda constantemente pautada pela equipe do PAIF, desde 2004, quando o programa foi implantado, permanecendo até 2008 sem execução. Cabe ressaltar que estamos falando especificamente da capacitação para trabalho com grupos.

aula, vai até o final do ano, exatamente nisso, uma capacitação para trabalho com grupos, não sei se ela vai responder as expectativas nossas, que uma coisa que a gente colocou era isso, o que que é trabalhar o reflexivo, o que que é trabalhar o socioeducativo, o que que é trabalhar o convivência [...]

Luciana- Então, Paula, na verdade né, eu enquanto técnica do Serviço Social, eu não tinha experiência com o trabalho em grupo e havia uma confusão: o que é socioeducativo, o que e reflexivo, sabe, então a gente falava, meu Deus, será que o que eu tô fazendo reflexivo, socioeducativo, o que que é isso, porque até eu acho que até quando você esta conversando, você ta fazendo o reflexivo...ne, a gente...

Joana - Então, nesse sentido, que a gente tivesse uma capacitação nesse sentido, porque assim, hoje a gente trabalha grupo de convivência, reflexivo e socioeducativo, mas será que a gente sabe o que que é cada um deles? Particularmente tem hora que eu me confundo, né, eu não sei definir qual que é qual, nem como trabalhar o reflexivo, como trabalhar o socioeducativo e como trabalhar o convivência. E a gente fala que trabalha todos esses, mas e aí?, será que trabalha mesmo de fato, né, então assim, nesse sentido que eu queria, [...]

Inscreve-se no processo de ausência de preparação para o desenvolvimento de trabalho com grupos, o uso indiscriminado e aleatório de dinâmicas de grupos, o processo de disciplinamento através das ações para normatização e moralização das condutas, via ênfase nas orientações quanto a critérios para o “bom funcionamento” de determinados programas, com destaque para o Programa de Transferência de Renda “Renda Cidadã”.

A utilização de dinâmicas de grupo de forma aleatória é algo que merece problematização quando abordamos o trabalho com grupos, concordamos com Vasconcelos (2000, p. 134) quando questiona esse aspecto: “Como utilizar as dinâmicas de grupo nos espaços coletivos, para que elas não respondam apenas por recreação e/ou sejam utilizadas como instrumentos para extrair informações dos usuários sem parecer autoritário e/ou controlador?”

Notamos em um dos grupos, que as dinâmicas são utilizadas como algo a parte do trabalho socioeducativo, constituindo-se em um momento de descontração, por ser considerada como “uma coisa mais leve”

Luciana – [...] Por exemplo, numa, num mês trabalhava-se saúde da mulher e nesse grupo surgia algum assunto que dava pra pegar um gancho pro próximo e sempre assim havia... a gente intercalava, né, que é o que acontece hoje, nós costumamos intercalar, um mês uma palestra, num mês um trabalho socioeducativo com um tema específico, num mês uma coisa mais leve, só com uma dinâmica e uma atividade mais corporal pra não ficar maçante, porque assim, todo mês palestra eu já percebi que não tinha mais efeito.

A partir da perspectiva de Vasconcelos, compreendemos que a dinâmica integra o processo socioeducativo, portanto não é algo apartado, representando mesmo uma intencionalidade, inclusive com valores e normas de condutas a serem transmitidos.

Para tanto, o interesse e a “boa vontade” dos profissionais são insuficientes no desenvolvimento do trabalho com grupos, sendo necessária, preparação profissional para tal. Neste aspecto os profissionais são unânimes em reconhecerem e reclamarem a falta de capacitação e supervisão para exercerem o trabalho com grupos nos CRAS.

Ressaltamos que a capacitação e a supervisão interferem na qualidade e na direção que o trabalho venha a assumir nos grupos. Sendo assim, o desejo e as boas intenções são elementos a serem superados na execução desse trabalho, sobretudo àqueles cuja direção vise a materialização do projeto ético-político expresso nos princípios formalmente definidos no código de ética. E nesta perspectiva, concordamos com Vasconcelos (2000, p. 134).

Ainda que, frequentemente, reconhecidos pelos usuários por responder algumas de suas demandas imediatas – independente da qualidade do seu encaminhamento – estes espaços, antes de tudo, requerem sistematização, continuidade, preparação profissional, para responderem aos objetivos propostos no projeto profissional hegemônico.

Compreendemos que sistematização e preparo profissional são instrumentos que se articulam em determinada direção, a partir de uma opção política dos profissionais, pois “sistematização, continuidade, preparação profissional” também podem servir como aportes a um projeto diametralmente oposto ao da profissão. E dessa forma, a técnica para consecução dos princípios constantes no projeto ético-político requisita,

[...] compromisso político consciente com o projeto societário das classes subalternas e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 144)

O trabalho com grupos nos CRAS é situado por alguns profissionais como algo e recente novo no contexto da profissão. Uma profissional se refere

especificamente ao grupo reflexivo. Os demais profissionais situam a dificuldade na execução do trabalho com grupos de uma forma geral.

Carmem - Bom, pro Serviço Social grupos, principalmente reflexivo e uma coisa totalmente nova, tanto que eu não vi na faculdade, grupo socioeducativo a gente já tá mais acostumado a fazer [...]

Vanessa – Acho que é mesmo por conta disso, de num ser específico isso no Serviço Social, você não vê isso na faculdade, eu me formei em 2006 e num, num, e uma coisa assim recente, [...]

Maria – [...] mas eu vejo, toda essa questão de trabalho com grupo, que nós ainda não somos capacitados, eu acho que é um serviço novo, é uma área nova nossa, [...]

Duas profissionais creditam a dificuldade de trabalhar com grupos a uma falha do processo de formação na faculdade, o qual não prioriza esse enfoque, tendo em vista o déficit de matéria específica na grade curricular que preconize a formação do assistente social para o trabalho com grupos, comparativamente ao processo de formação do psicólogo. Neste aspecto, afirmam que os psicólogos encontram-se mais preparados para trabalhar na perspectiva de grupos.

Norma - Parte bastante da psicologia, essa questão de, até tem mais, não sei se é mais jeito, né, eu acho que a psicologia ela tá mais preparada. E, eles tem uma disciplina específica né, de trabalho com grupos, de dinâmicas, então eles já vem com uma bagagem da faculdade, que falta pro Serviço Social, então, às vezes em você observar, participar, você percebe que eles tem um jeito, não sei se mais agilidade, não sei se seria a palavra correta, mas eu penso que o profissional de Serviço Social acho que tem que melhorar muito. [...] na nossa formação não tem, vamos falar, uma matéria específica com trabalho com grupos, então, da nossa dificuldade mesmo em trabalhar com grupos, que é porque, e por mais que a gente leia é difícil trabalhar com famílias, com grupos, então a gente colocou toda nossa demanda de, nosso déficit, nós temos um déficit [...]

Luciana [...] então acho que essa capacitação vai proporcionar aos técnicos também um embasamento teórico-prático, nessa questão da prática com grupos, porque nós não temos, ao não ser quem já tem alguma especialização nessa área, que geralmente são os psicólogos, [...]

Norma – [...] eu acho que teria que ter assim, na faculdade mesmo, na formação, já começar na faculdade trabalhar essa questão, porque tem profissional que, por exemplo, [...] como é que trabalha com grupo, [...] um desenvolvimento de um grupo, né, começar do início, né, ter uma disciplina, porque que não tem, acho que falta isso na formação, até porque mesmo se não for trabalhar, as vezes ele nunca trabalha porque nem sabe o que é trabalhar com grupos, acho que falta na formação né, investir mesmo no trabalho com grupos, porque eu acho que mesmo a gente achando que é utópico, né, eu acho que dá pra ter resultados [...]

Interpretamos que a carência de capacitação crítica abre brechas para que o trabalho, sobretudo aquele centrado exclusivamente no sofrimento interno das famílias, permaneça como um instrumento higienizador e disciplinador, mesmo que por vezes, não se tenha consciência desse processo.

A pesquisa averiguou que a prática do assistente social com grupos é atravessada por muitas dúvidas, inseguranças e dificuldades na definição das concepções que embasam o trabalho. Identificamos como um dos elementos responsáveis dessa configuração, associado à carência de capacitação específica para o trabalho com grupos, a omissão na supervisão do trabalho, a qual deveria ser desempenhada pelos órgãos competentes.

A ausência de espaços de reflexão e de supervisão a respeito da ação desenvolvida com os grupos foram questões recorrentemente anunciadas pelos profissionais como determinantes no processo de trabalho com os grupos. E nesse aspecto compreendemos ser “[...] imprescindível criar um espaço de escuta e acolhimento para discutir as demandas da equipe” (GUIMARÃES, 2004, p.121), o que foi requisitado por vários profissionais durante as entrevistas.

Luciana [...] Não tem uma supervisão pra falar é assim, é por esse caminho, então acho que a maior dificuldade com grupo é essa, [...]

Norma – [...] me parece que vai ficar aqui quinzenal ou mensal com a coordenação geral e aí sim a coordenação do CRAS seria aqui, até pra trabalhar todas essas dificuldades mesmo, pra ver o que que pode ser melhorado no serviço, pra atender melhor a população, a equipe tá melhor, como que a equipe tá, se ela está sobrecarregada, acho que tem que tá trabalhando.

Carmem - Oh, o objetivo do, eu acredito, eu vejo, não é que eu acredito, eu vejo que nós, numa perspectiva um pouco mais de, digamos assim de direito, de (incompreensível) a psicologia lida mais com as questões internas, subjetivas, mas eu vejo que a gente tenta, a gente tá caminhado pro mesmo objetivo, talvez falta um pouco de (incompreensível) tentar, organizar um pouco mais, pensar um pouco mais as coisas do que a gente tem feito né, né, avaliar, junto com a coordenação, que, por conta mesmo da demanda de trabalho, mas eu vejo assim que o objetivo ta afinado, do trabalho

A reflexão da prática compõe um momento de extrema importância do trabalho, possibilitando, através da sistematização do saber produzido no cotidiano, um movimento contínuo entre teoria e prática, o que se caracteriza pela práxis, materializada quando a teoria aplica-se à prática, e essa prática refletida nutre a

teoria, que retorna a realidade de forma modificada, iniciando um processo em espiral.

A discussão a respeito do trabalho com os grupos exige um processo de “suspensão” do cotidiano, ou seja, um espaço de reflexão coletiva, no sentido de pensar os caminhos, as direções e as metodologias utilizadas para tal e a partir da ação reflexiva re-conduzir o trabalho, se assim considerar necessário.

Essa “suspensão” do cotidiano equivale ao que os profissionais consideram como “o olhar de fora”. Inclusive para uma das entrevistadas, o momento de diálogo propiciado por essa pesquisa configurou-se como um espaço de reflexão de seu trabalho. A mesma destaca a importância da Universidade nesse processo.

Carmem – [...] acho interessantíssimo porque muitas perguntas que você faz, a gente nunca parou pra pensar né, [...], e assim, as vezes a gente vai fazendo, vai fazendo, vai fazendo, começa e aí assim, qual é meu objetivo?, Quando pára, vixe, a gente não conversou sobre isso, a gente não falou sobre esse assunto, não perguntou, então eu acho fundamental né, a Universidade próxima (incompreensível) quem tá estudando, às vezes enxerga as coisas **que por estar de fora**, que as vezes faz a gente parar e pensar.

Joana - Então, eu volto naquela questão, questão que, a gente sente necessidade de ter alguém de fora, **um olhar de fora**, que olhe pro nosso trabalho e dê um direcionamento, porque a gente que ta envolvida, as vezes não consegue enxergar assim, onde que tá pegando, que a gente tá tão envolvido em tudo, a gente ta dentro daquilo né, e tendo um olhar de fora, vai dá, né, assim um feedback pra gente: olha aqui vocês tão, não tá legal aqui, não que esse olhar vai direcionar o trabalho, mas que vai dá um feedback dá, então a gente tem gritado por isso assim, de ter assim, em outras instituições tem capaci, tem é, supervisão toda semana, e a gente não tem, aqui o CRAS não tem isso e a gente trabalha com todo tipo de atendimento, a gente atende tudo, é a porta de entrada, não é só o grupo, a gente atende casos e é complicado, o profissional fica naquela angústia, a gente precisa de um lugar fora, de uma orientação, a gente não tem, outras instituições tem, [...], e o CRAS não tem, seria importante, senta toda semana e discutir isso.

Consideramos a capacitação e a supervisão em relação ao trabalho compreendido nos grupos uma construção social, e enquanto tal caracteriza-se por ser uma decisão política a inserção desses momentos durante o trabalho, avaliamos de suma importância, embora utópico para a realidade com a qual nos deparamos, a definição de

[...] uma **equipe de formação continuada para a capacitação teórico-prática**. As finalidades são: orientar no desenvolvimento do plano de trabalho com objetivos, conteúdos e estratégias; instrumentalizar a equipe

para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar; contribuir para a reflexão teórico-prática. (MORTARA; PARDINI, 2004, p.120, grifo nosso)⁸¹

Nesta questão, Guimarães (2004) cita como exemplo a capacitação que as equipes do PFF/SP/SP recebiam sobre os temas a serem trabalhados, no mês anterior ao da execução, conforme previsto no cronograma das reuniões, o que contradiz com a fala de duas profissionais a respeito da preparação e planejamento para o trabalho com os grupos.

Luciana: [...] que eu acho que nesse programa de transferência de renda, acontece assim, eles são impostos, jogados: oh, você vai trabalhar isso com tantas pessoas num grupo, eles jogam aquele X de contrapartida, de recurso e a contrapartida é freqüentar o grupo, acho que é até valido freqüentar o grupo, esse curso, mas é, não há um planejamento de começo, meio e fim, e uma porta de entrada, o curso é uma porta de saída, então acho que isso que tem...

Norma - Eu acho que assim na coordenação como um todo mesmo, desde o planejar, até, as metas, o que ele quer com aquele trabalho, né, eu acho que falta, porque a gente sai da faculdade nunca nem viu o que e trabalhar com grupo, né, então a gente tem que fazer a faculdade e a parte se capacitar para os grupos, não assim, jogar assim o profissional de cara já pra trabalhar com grupos, pra ele realmente entender o que e, que não e só ir lá aplicar alguma coisa e pronto falou que é grupo (incompreensível) tem todo um objetivo.

Constatamos através da pesquisa que o momento de supervisão praticamente inexistente no trabalho executado nos CRAS, ficando o profissional assoberbado entre as inúmeras atribuições e demandas que lhe são impostas, comprometendo assim, o processo reflexivo da prática, diferentemente do ocorrido no PFF/SP/SP, onde os profissionais recebiam, por parte da Universidade, especificamente a PUC/SP, acompanhamento para desenvolvimento do trabalho com grupos⁸². Vale ressaltar que esse processo contava com o suporte e atuação de quatro equipes responsáveis pelos trabalhos de: metodologia, monitoramento, gestão e técnica operacional.

⁸¹ As autoras descrevem detalhadamente as modalidades de formação continuada para o trabalho socioeducativo com grupos, citando exemplos concretos de operacionalização na prática, sendo elas:

- 1) Capacitação teórico-prática;
- 2) Acompanhamento programático;
- 3) Acompanhamento das duplas coordenadoras das reuniões (Serviço Social e Psicologia)
- 4) Acompanhamento dos estagiários.

⁸² Merece destaque o papel que a Universidade desempenhou na condução desse trabalho, articulando o conhecimento acadêmico com a execução prática das políticas públicas, o que possibilitou uma estrutura em termos materiais e humanos, permitindo tanto a execução do trabalho com grupos, quanto sua sistematização e produção do conhecimento a partir desse trabalho.

3.3.3 Interdisciplinaridade entre Serviço Social e Psicologia

As práticas educativas que oportunizem processos transformadores, tomando como base o projeto ético-político do Serviço Social, deve conjugar e relacionar de forma dialética os aspectos subjetivo/objetivo, o que se faz passível de realização pela característica interdisciplinar que assume o trabalho com grupos nos CRAS, tendo em vista a interdisciplinaridade e o diálogo entre serviço social e psicologia.

A interdisciplinaridade, embora não seja objeto de análise dessa pesquisa e nem tenha sido abordada nesses termos pelas profissionais entrevistadas, aparece de forma implícita quando as mesmas mencionam o desenvolvimento do trabalho com grupos. Considerando que todos os grupos possuem como coordenadores, psicólogos e assistentes sociais, elencamos após a análise das entrevistas essa categoria, por compreendermos que a interdisciplinaridade, “[...] é requisito fundamental no desenvolvimento do trabalho socioeducativo com grupos sociais.” (MORTARA; PARDINI, 2004, p. 119)

Sendo assim, partimos do pressuposto de que o trabalho com grupos, cujos coordenadores sejam profissionais de psicologia e serviço social torna-se imprescindível uma reflexão com base na interdisciplinaridade, no sentido de estabelecer um intenso diálogo entre essas duas disciplinas, buscando a definição de um “objeto” comum de atuação, um ponto de convergência entre ambas, através da afirmação de conceitos fundamentais compartilhados, o que necessariamente se desencadeará pela definição de uma direção única para condução dos grupos⁸³.

Para Cascino, (1999, p. 35) a perspectiva interdisciplinar no trabalho socioeducativo com grupos caracteriza-se por

[...] um compromisso ético inabalável: ler a realidade social que se apresenta de forma crítica. [na verdade ela não se apresenta de forma crítica, são os profissionais que realizam a leitura nessa perspectiva]. Romper barreiras disciplinares, utilizando-se, sabidamente, da solidez inegável que elas comportam para engendrar o interdisciplinar, considerando o mais pleno exercício de elogio à diversidade e os tempos de cada um. (apud MORTARA; CAVALCANTE, 2004, p.95)

É muito comum no trabalho que envolva conjuntamente as profissões serviço social e psicologia, os profissionais de ambas as áreas questionarem e tentarem

⁸³ A título de exemplo, no PFF/SP/SP o ponto de convergência entre o Serviço Social e a Psicologia, configurou-se como o “trabalho social junto às famílias”, cujo objetivo comum era autonomia e cidadania.

delimitar o específico e o comum nos campos de atuação; por vezes chegam a um “acordo”, demarcando o indivíduo (emocional) ao psicólogo e o grupal (social) ao assistente social. Em alguns casos é assumida a falta de complementaridade entre as duas profissões.

Carmem – [...] eu não acho que o Serviço Social não deveria participar [do grupo reflexivo], eu acho que sim, eu acho que o assistente social ele consegue enxergar algumas coisas de forma que não esteja tanto no subjetivo, as coisas mais....., é.....mais aparentes, que talvez o psicólogo não veja, o grupo reflexivo muitas vezes surgem coisas a nível de orientação, de reflexão que não estão tão interligadas ao emocional e aí que eu vejo que entra o assistente social, mas o grupo reflexivo como ele trata muito de temas que envolve comportamento da pessoa, mexe muito emocionalmente e aí assim, é, demanda o psicólogo, o profissional da psicologia nesse aspecto. Não que a gente também não consiga, eu acho que a gente faria um remendo, o psicólogo ele consegue trabalhar um pouco mais.

Norma - Essa complementação ainda não, a gente às vezes discute, mas assim, também falta bastante essa integração né, e até assim, as idéias é diferentes né, as vezes você pensa uma coisa, ele quer fazer outra, as vezes assim: então vamos fazer, mas também é legal né, eu acho que falta, eu me entendo super bem aqui com a psicóloga, mas assim, não sei como tá em outros lugares, mas falta né, [...]

Essa discussão tende a diluir quando a linha de atuação do psicólogo situa-se na abordagem da “psicologia social”, por contemplar elementos do contexto social como determinantes na formação da identidade do sujeito⁸⁴.

Em um dos grupos a divisão entre as atividades do assistente social e do psicólogo ocorre em termos de trabalho burocrático, mais focado no assistente social e o acompanhamento dos grupos mais enfatizado pelo psicólogo.

Norma - Eu acho que perde-se muito tempo com a parte burocrática, e eu não vejo muito o psicólogo nessa parte, eles estão mais voltados pra essa parte teórica, de estar sempre, vamos falar, se aprimorando, você vê que eles buscam bastante isso também, acho que o profissional, o assistente social perde tempo com o burocrático e o psicólogo nem tanto. [...] toma a frente, muitas vezes parte deles.

Porém, identificamos na fala dessa mesma profissional, que muitas vezes o Serviço Social assume as funções burocráticas, mesmo havendo profissionais atribuídos para execução dessa função no CRAS, que no caso seria o auxiliar administrativo.

Norma - [...] porque ele veio também, sem assim, vamos falar, ninguém falou o que ele tinha que fazer aqui no CRAS, colocou ele aqui dentro né, então ele

⁸⁴ Fato constatado também de forma empírica.

esta perdido nas próprias, o que é dele, ele também não sabe né, ninguém falou pra ele o que ele tem que fazer, qual que é o papel dele, ainda mais na parte que tem que mexer com a população, vamos falar, a população vem até aqui, tem que falar se tem, se não tem, questão de organização também, então tem relatórios, **tudo que é burocrático que eu posso fazer eu faço**, então as vezes você tem que fazer o que não é seu pra você conseguir dar conta do seu serviço, então você pega serviço do outro também, o que o outro tem que fazer, então você se desgasta um pouco.

Mas afinal, é possível, necessário distinguir o que “pertence ao assistente social e o que é do psicólogo” no trabalho com grupos? Na perspectiva adotada nessa dissertação, enfatizamos que não, pois esse trabalho propicia, ou pelo menos deveria propiciar a mediação constante entre os aspectos psicológicos e sociais, entre o indivíduo e o sujeito coletivo, tendo em vista que não encontramos todas as explicações na esfera psicológica, nem no âmbito social exclusivamente, constituindo-se mesmo numa relação dialética, densa e complexa, portanto, não possível de ser explicitada e praticada de forma simplista e dualista.

As ações pautadas nesses questionamentos e preocupações revelam o desafio de “[...] descobrir se é possível a construção de uma prática que rompa a fragmentação disciplinar das especialidades.” (MORTARA; CAVALCANTI, 2004, p.95)

Acreditamos que o trabalho com grupos nos CRAS por contar com profissionais dessas duas áreas do conhecimento, delinea a possibilidade de mediação entre o individual e o coletivo, o interno e o externo, o mundo privado e o público, considerando que alguns profissionais empreendem esforços nessa perspectiva, conforme revelam as falas a seguir.

Luciana [...] o que é interessante aqui, que assim, [o grupo] não vem da [fulana], o grupo não vem da [beltrana], não, vamos sentar pra ver como nós podemos fazer, [...] no sentido de colaboração mesmo, então acho que isso, é um trabalho assim, os grupos são novos, o CRAS é novo, nós somos novos, estamos aprendendo e acho que também, não vou te falar assim, ah, por isso dê certo, não, por isso tá caminhando, a gente vai tentando, [...]

Carmem - A gente tá tentando, mas eu não sinto assim que a gente casou, em alguns momentos tem mais Serviço Social, em outros mais psicologia, mas assim, a gente ainda não consegui afinar, tudo certinho, como dá essa forma, não sei se é um pouco de falta de aprimorar a teoria, principalmente junto, ou se é pelo pouco tempo de trabalho, (incompreensível) eu tenho buscado, (incompreensível) porque eu não fazia isso, esse tipo de trabalho, eu não fazia antes, [...]

Não se trata, portanto, de disputa do espaço de trabalho, ou de “puxar” mais para o psicológico ou para o social, mas da articulação das ações entre essas duas

esferas, o que necessariamente implica um projeto que caminhe numa mesma direção. Ao conseguirmos avançar na execução de um projeto comum, evitamos a psicologização das questões sociais, como também não anulamos o indivíduo em suas subjetividades. Em um dos grupos, o objetivo comum entre psicologia e serviço social configurou-se como a divulgação dos direitos.

Carmem - Eu vejo assim, é a autonomia dessas pessoas, independente se elas vão continuar realizando esses serviços ou não, mas que elas tenham conhecimento dos seus direitos, que elas saibam onde ir pra reivindicá-los, eu sinto que esse objetivo, é um objetivo comum nas duas profissões, né, ...

Essa análise nos permite compreender que vulneráveis não são somente as pessoas, mas também os territórios desprovidos de condições de vida saudável, (KOGA; RAMOS, 2004) de onde deduzimos que muitas vulnerabilidades são criadas socialmente repercutindo na esfera pessoal e psicológica.

3.3.4 Infra-estrutura: Condição primordial à execução do trabalho com grupos

Uma questão recorrente na fala dos assistentes sociais refere-se à falta de condições adequadas para a realização do trabalho com grupos. Falta de condições constatadas nas entrevistas, mas também vivenciadas pela pesquisadora através do exercício profissional desenvolvido nos NAS Parque da Cidadania⁸⁵ e Vila Toninho, no período de 2004 a 2007 – ambos tornaram-se posteriormente CRAS.

Na aplicação do questionário com os participantes dos grupos, constatamos empiricamente o quanto é desumano o local onde alguns grupos são realizados, a exemplo do CRAS João Paulo, onde as reuniões ocorrem em local improvisado, (uma tenda de lona) no quintal da casa. Considerando que a cidade de São José do Rio Preto tem temperaturas elevadíssimas, chegando às máximas observadas a

⁸⁵ Especificamente em relação a esse NAS, houve períodos em que o ambiente de trabalho permanecia sujo, pois a funcionária dos serviços gerais tirava licença e não enviavam outro profissional (como era o mesmo local de entrega do leite, por vezes, cumpríamos a jornada de 8 horas com cheiro de leite azedo); não havia geladeira; houve falta de energia elétrica por determinado período em função de problema na rede do equipamento público, o qual demorou cerca de um mês para ser consertado.

Dois fatores devem ser considerados nessa realidade, os quais agravavam ainda mais as condições já degradantes do trabalho: o intenso calor da cidade e a distância do bairro (último da cidade). Dessa forma, os profissionais que trabalhavam oito horas diárias, não conseguiam se locomover pelo fator distância e pelo pouco tempo de horário de almoço: uma hora.

Indispensável descrever o quanto essas condições eram ofensivas aos profissionais e usuários.

Cabe destacar que essas condições foram por várias vezes refletidas com a população, culminando na ação individual de uma usuária em ameaçar denunciar tais condições, o que resultou em algumas melhoras a partir desse momento.

42° graus⁸⁶, é no mínimo degradante e humilhante essa condição de trabalho, o que certamente influencia na qualidade do trabalho desempenhado com os grupos.

Porém, faz-se necessário enfatizar que as estruturas atuais, onde a política de assistência é executada, melhorou muito, marcadamente a partir da determinação legal do SUAS.

Primeiramente, essa política era executada nas estruturas da saúde, num segundo momento, com o processo de descentralização, passou a ser desenvolvida nos Núcleos de Assistência Social (NAS), que, embora tenha a denominação de “Núcleo”, literalmente, caracterizava-se por **uma** sala dentro de espaços públicos onde funcionam projetos municipais de jornada ampliada. Portanto, nesse contexto, a falta de espaço era fator determinante para não realização de outras atividades para além do plantão social, como por exemplo, o trabalho com grupos.

Igualmente à constituição dos CRAS, não podemos deixar de citar o avanço que representou a constituição desses espaços – os NAS – mesmo que precários, tendo em vista que até aquele momento os assistentes sociais vinculados à Secretaria de Bem-Estar Social (denominação da época) efetuavam as práticas profissionais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que certamente contribuía para uma grande confusão de papéis entre essas duas políticas: saúde e assistência⁸⁷.

Em alguns casos específicos, como o NAS da Vila Toninho que inicialmente funcionou em uma sala da Igreja desse bairro – “Igreja Santa Edwirges” – somente com a implantação do CRAS (2006), os profissionais deixaram de realizar o trabalho com grupos no salão da mesma. Como não associar assistência a caridade e ajuda?

Cabe ressaltar que a infra-estrutura de alguns NAS foram alterados de acordo com a expressa determinação da Política Nacional de Assistência⁸⁸, portanto, a prefeitura implantou os 4 (quatro) CRAS (Parque da Cidadania, João Paulo, Solo

⁸⁶ Segundo dados da conjuntura econômica de 2008.

⁸⁷ A respeito do desmembramento entre as atividades da Secretaria da Saúde e a do Bem-Estar Social ocorrido na gestão 2001-2004, Cf. BENATTI, 2004, p.72

⁸⁸ Sendo eles: NAS Parque da Cidadania (prédio público sob responsabilidade da Associação de Moradores) e Solo Sagrado (prédio público sob responsabilidade da Pastoral da Criança). Essas estruturas foram retomadas integralmente pela prefeitura, com adequações dos espaços para funcionamento dos CRAS. Já os do João Paulo e da Vila Toninho, foram alugados espaços para a constituição dos CRAS, permanecendo os prédios públicos para funcionamento dos projetos de jornada ampliada, sob execução das ONGs Cáritas Diocesana e Adventista respectivamente.

Sagrado e Vila Toninho), permanecendo os demais espaços como NAS, exatamente como descritos anteriormente, ou ainda fechando alguns, como foi o caso do NAS Vitória Régia, cuja demanda dessa região migrou para o CRAS Vila Toninho.

Apesar do avanço nas estruturas de execução da política de assistência, literalmente instituído a partir do SUAS, os profissionais avaliam os espaços para realização das atividades com os grupos insuficientes, por comprometer alguns elementos essenciais ao desenvolvimento do processo grupal, como é o caso do sigilo. Percebe-se que os profissionais esforçam-se para “driblar” essa condição de trabalho.

Carmem – [...] o espaço físico que nós temos, não colabora, é uma sala assim, que é aberta, as pessoas que estão aqui dentro trabalhando, infelizmente acabam ouvido tudo, nós conseguimos restringir pra que nenhum usuário esteja aqui dentro, então assim, no horário do grupo não tem atendimento, as pessoas elas são orientadas ou a voltarem no horário de atendimento ou aguardar, a ficar lá fora, né, debaixo do cobertinho, pra gente pode tentar preservar o máximo ao grupo, mais assim, o espaço físico não colabora de maneira nenhuma, essa é uma das maiores dificuldades que eu enxergo no grupo hoje.

Joana - Assim, a começar pelo espaço físico, o CRAS assim, o SUAS fala, tem que ter um espaço próprio e assim, não tem, aqui é um local impróprio pra grupo, até o grupo de, os grupos também reclamam muito isso, que durante o grupo as vezes tem barulho, as vezes passa um aqui, passa lá, não tem um local reservado, um local assim nosso! né, então assim, isso é muito dificultador porque eu percebo que as vezes deixa-se de conversar algumas coisas no grupo que seria importante por conta dessas coisas, algumas pessoas, por exemplo, que ficam inibidas de contar experiência, de contribuir por conta disso, porque sabe que de repente vai passar alguém, vai ter barulho, pode passar algum usuário, então isso tem sido um dificultador, a gente tem até tentado, na hora dos grupos assim, eu fecho a porta, peço pra ninguém passar, a gente tem tentado, mas as vezes acontece, né, de ter barulho, de chegar gente da prefeitura, essas coisas, é um dificultador muito grande.

Essa falta de estrutura evidencia-se também nas respostas dos participantes dos grupos reflexivos. Ao exporem sobre o que não gostam nos grupos, especificam: “Pessoas passando na hora do grupo”; outra integrante cita que não gosta do grupo ter “Muita criança” o que revela a falta de privacidade para o desenvolvimento do trabalho.

Compreendemos o quadro de recursos humanos como essencial à qualidade do trabalho desenvolvido nos grupos. Portanto, constitui-se em infra-estrutura necessária à atuação dos assistentes sociais, conforme destacado pelos profissionais entrevistados.

Os CRAS (João Paulo, Solo Sagrado e Vila Toninho) funcionaram até julho/2008 com o número de funcionários condizentes ao atendimento de até 500 famílias/ano, no entanto, atendia mais de 500 famílias/ano, contrariando a indicação constante no guia de orientação técnica do SUAS, o qual preconiza que, “O CRAS deve contar com uma equipe mínima para a execução dos serviços e ações necessariamente nele ofertados. Deverá ampliar a referência de profissionais, caso oferte diretamente no CRAS outros serviços, programas, projetos e benefícios. (Brasil, 2006, p. 16)

De acordo com o Item 7.1 desse guia de orientação, “a equipe deverá ser composta por profissionais, preferencialmente do quadro próprio do município, e minimamente dimensionados por categoria profissional, conforme segue:”

TABELA 12 – Composição da equipe de trabalho nos CRAS

Categoria Profissional	Até 500 famílias atendidas/ ano	De 501 a 1000 famílias atendidas/ ano	Carga Horária (sugerida)
Assistente Social	1	2	40 horas semanais
Psicólogo	1	2	40 horas semanais
Auxiliar adm.	1	2	40 horas semanais
Estagiários	4	6	Não consta
Coordenador	1	1	40 horas semanais

Fonte: Brasil, 2006, p. 16

Os profissionais são unânimes quanto à avaliação do insuficiente quadro de recursos humanos para realização do trabalho com grupos. Mesmo considerando que houve aumento na equipe com a contratação terceirizada de mais uma dupla (assistente social e psicólogo) pelo Projeto Crescer, ainda avaliam que o quadro de recursos humanos é precário diante da demanda de trabalho.

Maria – eu acho assim, equipe é necessária, profissional, técnico, profissional precisa, precisa de profissionais pra isso, duas duplas pra dar conta de todo esse trabalho não dá conta, [...]

Luciana – [...] Então como que você implementa grupos? E continua no atendimento, e continua no acesso, continua em todas as coisas, é difícil, [...] Então a gente sabe que, que é difícil, mas eu, do que eu to vendo assim, também tem uma disponibilidade aí das meninas que estão chegando agora [projeto CRESCER], porque se a gente tivesse sozinha aqui, como estava anteriormente, você não tem como fazer isso, faltava RH! [...]

Uma profissional questiona o caráter temporário da ampliação da equipe de trabalho no CRAS, tendo em vista que a execução do projeto Crescer é delimitada em um ano apenas. Dessa forma, a própria continuidade e credibilidade das ações ficam comprometidas, conforme avalia uma das entrevistadas.

Norma - [...] mas que eu acho que tem uma sobrecarga, existe sim, uma pressão, uma sobrecarga em cima do profissional até por falta de recursos humanos né, agora que veio o pessoal do projeto crescer meio que ta um pouquinho aliviando, mas é pontual porque é um projeto que pode acabar a qualquer momento, pode acabar ano que vem porque o projeto é por um ano, então tem, monta todo o trabalho né, abre um monte de grupo pra tentar trabalhar a questão, aí depois de repente, vamos falar: num renova o contrato e aí?, a população fica a ver navios, né, [...] Não tem continuidade nas ações, eu acho assim, você programa uma coisa hoje, amanhã já não é mais aquilo que você programou, então a própria população fica desacreditada do trabalho.

A ausência de recursos humanos apontada pelos profissionais também é alvo de crítica apresentada por Sposati (2006, p. 106, destaque da autora), onde enfatiza que:

Recursos humanos na gestão da assistência social é matéria prima e processo de trabalho fundamental. [...] O diagnóstico das ações municipais e estaduais mostra, a sobejo, a defasagem tecnopolítica da força de trabalho da assistência social. Falo da pesquisa movida pelo CNAS para a V Conferência Nacional de Assistência Social, conhecida como “Álbum de Fotografias”, que analisa o modo de gestão da assistência social no país. Além de pouca em quantidade, e frágil, em qualidade, essa força está desgastada pelo tempo e pelo ausente processo de qualificação.

Dessa forma, constatamos que as condições objetivas onde são realizados os grupos determinam em grande parte a formatação desse trabalho nos CRAS, pois a realidade se apresenta de forma adversa no que diz respeito, sobretudo à infraestrutura (material e humana), bem como à falta de preparação para atuação com grupos.

CAPITULO 4

DIREÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO TRABALHO COM GRUPOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 Diretriz teórico-metodológica

A diretriz teórico-metodológica que direciona o trabalho com grupos, acompanha a ênfase que adquire a teoria sistêmica no serviço social, cuja grande representatividade situa-se na terapia familiar. Nesta perspectiva, algumas profissionais identificam uma “disputa” entre a teoria crítica, “empreendida” pelo Serviço Social e a teoria sistêmica, ou mesmo a psicanalítica, abordagem da maioria dos psicólogos dos CRAS.

Apesar de pautarem as diferenças entre psicologia e serviço social, o que predomina no campo teórico-metodológico é uma ausência de clareza quanto a diretriz efetivada na prática profissional. Porém, cabe ressaltar que acaba prevalecendo a teoria sistêmica, conforme constatamos através das análises das profissionais a esse respeito .

Carmem - Ta uma grande confusão, né, [...] Eu vejo como uma grande confusão, eu ainda não identifiquei, a [psicóloga] tem uma formação psicanalítica, e aí eu procuro trabalhar com uma perspectiva de transformação, assim mais dialética, só que assim, é muito pouco tempo pra gente, não existe uma coisa que..., tamo tentando, vamo vê, mas em alguns momentos a gente, eu vejo que a gente ta mais assim, trabalhando com sistêmica (rss), não tá muito claro.

Norma - Então, a gente tá indo assim mais na linha assim, bom, penso eu do marxismo mesmo, então a gente vai pela teoria de Marx, a psicologia vai mais na sistêmica entendeu, tá meio que no embate [...] Então, a gente tenta assim, uma tem que tá vendo a parte da outra, então, em algumas vezes você tem que [...] aqui eu e a [psicóloga], nos entendemos bem né, ela tem assim, a visão dela é bem ampla dessa parte né, e eu acho que nos entendemos bem, então, ficou meio que na sistêmica [...] Até porque o trabalho como tá encaminhando não dá Marx muito a fundo, então tem que dá meio que uma mesclada mesmo, meio que seria assim eclética.

Alguns profissionais não conseguem definir a diretriz que embasa o trabalho com grupos, assumindo que a intuição conduz o trabalho. Outros enfatizam apenas as técnicas empregadas nos grupos, dissociando assim a dimensão teórico-metodológica da técnico-operativo.

Luciana – Eu acho, eu ainda não, não consigo, oh vou ser bem sincera com você, a gente vai fazendo meio que na intuição, mesmo no grupo [...] e, na

verdade, assim, a gente não trabalha uma linha específica, ou trabalha fenomenologia, ou... não tem, porque a gente vai mesmo que na intuição do grupo, então tem hora, né, que você acha que tá, assim, mesmo nos grupos a gente mistura um pouco, igual eu te falo, não sei se é reflexivo, se é socioeducativo, se é o de convivência, você vai mesclando um pouco, eu acho que isso vai até começar melhorar agora com essa capacitação.

Joana - E, a metodologia a gente até tem ne, assim, a forma de fazer o grupo, a gente procura sempre tá trazendo assim, é filmes que consiga transmitir algum tema, que dê pra discutir, né, usa um pouquinho mais dessa metodologia, agora, um referencial teórico assim, num consigo te responder assim, num...

A ausência de embasamento teórico para o desenvolvimento do trabalho com grupos é apontada como preocupante por uma das profissionais, sendo um questionamento pontuado em sua prática profissional junto à equipe de trabalho.

Joana – [...] eu fico preocupada com isso, tem hora que eu me sinto enquanto profissional um pouco, porque a gente se perde um pouco nesse dia a dia, na reunião a gente sempre conversa sobre isso, que que a gente tá direcionando, né, será que a gente tá se embasando, então assim, a gente realmente ainda não tem assim, uma, um embasamento, uma linha que segue, a gente tem, nesse dia a dia assim tão louco, semana a semana a gente tem planejado os grupos, né, isso tem engolido a gente no dia a dia, porque a gente não cuida só dos grupos, então assim não tem tido nem uma linha teórica que segue assim, [...]

A inserção da teoria sistêmica no Serviço Social trará como já é possível perceber sérios rebatimentos e prejuízos a prática do assistente social, sobretudo aqueles alinhados ao projeto ético-político. Do nosso ponto de vista, o principal princípio exonerado pela teoria sistêmica diz respeito à discussão política que pondere “[...] a construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, [...]” (BRASIL, 1997, p. 18)

Para além de significar apenas uma opção do profissional, interpretamos que tal abordagem denota uma diretriz política/ideológica assumida pelos órgãos gestores, como é possível aventar a partir dos cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria da Assistência, conforme referência de uma assistente social ao processo de capacitação para o trabalho com grupos.

Carmem - [...] eles usam muito a teoria sistêmica e o psicodrama [...] agora o curso tá mais prático né, com vivências, bem psicodrama mesmo [...] não existe aquilo que às vezes muita gente pede, que é: o que eu faço? Formulinha pronta, isso é impossível, o que eles dão de bagagem é, de como fazer uma leitura de grupo, né, que estágio que, está cada grupo, qual é a melhor forma, quais são as alternativas de se atuar, dependendo do estágio de cada grupo, né, isso é muito interessante, tem falado de vários autores que estudam sobre grupo, então eu vejo como, é uma capacitação mesmo muito rápida, que a gente tem que se aprofundar mesmo.

Através da resposta de uma assistente social sobre os critérios utilizados para definição dessa linha teórica para o trabalho com grupos, por parte da SMAS, foi possível identificar que um dos fatores determinantes foi o econômico, conforme descrito a seguir.

Norma - Foi, foi até discutido com a equipe, partiu da secretaria, é, com relação a recurso, esse foi o curso mais barato, né, o outro também era assim, o currículo bem legal, ficou bem mais caro, então pelo preço escolheu esse.

Levantamos como hipótese que o fato da teoria sistêmica fornecer subsídios “mostrando caminhos” concretos ao trabalho com grupos, sobretudo aos considerados grupos reflexivos, ganha espaço e conquista os profissionais que se encontram na busca por embasamento teórico, conforme podemos constatar na fala de uma profissional.

Ressaltamos ainda nessa análise que os grupos realizados nos CRAS são coordenados por assistentes sociais e psicólogos, portanto, a linha terapêutica é uma abordagem que possui “melhor” adequação à formatação que os grupos reflexivos têm assumido nos CRAS.

Carmem – [...] então eu sinto muita dificuldade mesmo no trabalho com grupos assim, grupos de uma forma geral, então assim as vezes eu fico tentando ler algumas coisas da teoria sistêmica, outras (incompreensível) os caminhos ai, e fico tentando ver qual melhor forma, qual o grupo, que abordagem seria melhor, mas assim, pra mim como profissional isso é uma coisa que tá em construção, tô construindo qual o melhor conceito, o objetivo, de forma mesmo que a gente conseguiria junto com a psicologia afinar isso, então...

Identificamos, porém, que não há uma unanimidade entre os profissionais de serviço social quanto à linha terapêutica adotada pela Secretaria da Assistência, via capacitação para o trabalho com grupos. Dessa forma, duas profissionais esboçam suas preocupações a respeito da ausência de diálogo entre as questões pessoais como manifestações da questão social, questionando o enfoque terapêutico empreendido por essa capacitação.

Carmem - Bom, é, eu acho que assim, que não da conta, eu sinto falta (incompreensível) eu ainda não entendi o assistente social no grupo reflexivo, a gente fala aqui, fala muito, qual realmente é o papel, a gente imagina, acredita que seja, como a gente tá trabalhando sem temas fica um pouco mais difícil saber nosso papel, nós assistentes sociais não somos educados a trabalhar com isso, não é capacitado pra isso, então, às vezes eu fico.... é uma forma de trabalhar com grupos sim, reflexivo essa, mas é

assim um pouco mais difícil pro Serviço Social se inserir nessa forma, e eu sinto falta de um assistente social com experiência de trabalho em grupo, eu não sei se não tem (rss) o que que acontece né, [...] mas eu sinto falta disso: de um profissional da área, com conhecimento dos direitos né, tá visualizando isso, a questão, que compreenda que a pessoa (incompreensível) a questão da exclusão social, porque você vê que as pessoas, fica muito no emocional das pessoas e trabalhar aquilo, e, tem coisas muito objetivas que não depende daquela pessoa, e aí? [...]

Joana – [...] a Secretaria iniciou agora uma capacitação com os profissionais, com o trabalho em grupo, a gente teve só a primeira, o primeiro encontro, só que assim, pelo primeiro encontro eu percebi, eu não gostei muito do primeiro encontro, eu achei que foi muito, é, muito aquela coisa de terapia, eu percebi que foi muito pra esse lado, então pelo primeiro encontro não me convenceu muito assim, porque o que a gente precisa não é a questão da terapia, né, é saber trabalhar esse grupo, saber tirar líderes dali, saber discutir, saber fazer, num sei, assim, é nesse sentido que eu tô esperando uma capacitação que a gente ainda não tem, não teve.

4.1.1 Conceitos e temáticas adotadas no trabalho com grupos

Os conceitos e temas abordados no trabalho com grupos necessariamente carregam um conteúdo ideológico, uma determinada visão de homem e de mundo, o que nos faz concluir quanto à impossibilidade de condução das temáticas de forma neutra e apartidária, pois mesmo quando se diz não ter posição a respeito de determinado assunto, esta já é uma posição. A partir dessa concepção, compreendemos que

Os participantes trazem as demandas, mas a forma como estas serão tratadas no grupo e relacionadas ao tema em questão (os direitos sociais) é da responsabilidade da coordenação. Assim, as reuniões precisam ser planejadas. A improvisação pode trazer situações desfavoráveis para o processo grupal e o desenvolvimento educativo. (GUIMARÃES, 2004, p. 137)

Dessa forma, os conceitos e temáticas empregadas pelos coordenadores dos grupos expressam idéias, opiniões, pensamentos, que necessariamente se articulam a uma direção política impressa no trabalho, o que por sua vez relaciona-se com a formação de consensos, tendo em vista que

[...] não há direção política sem consenso. A hegemonia pode criar, também, a subalternidade de outros grupos sociais que não se refere apenas à submissão à força, mas também às idéias. Não se pode perder de vista que a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, que Gramsci denomina de 'aparelhos privados de hegemonia' [...] (SIMIONATTO, 1995, p. 43)

Por isso avaliamos ser importante um processo de análise que contemple esses conceitos, os quais, por vezes são utilizados de forma mecânica, reproduzindo apenas discursos “em moda” ultimamente. Consideramos, portanto fundamental que essa reprodução se torne consciente por parte dos profissionais que trabalham com grupos.

Conceitos bastante valorizados no contexto atual são aqueles que propagam a cidadania, a autonomia, a liberdade, a democracia, os direitos e deveres, a participação, o território, entre outros⁸⁹. Preocupamo-nos quanto a utilização indiscriminada desses conceitos, pois alguns chegam a se transmutar para a esfera do senso-comum, proferido em vários discursos políticos, relacionados `a mais diversas correntes políticas.

É mister que esses conceitos sejam compreendidos de forma contextualizada em relação aos períodos históricos que os produziram, com a devida problematização a respeito das apropriações que realizamos na contemporaneidade.

A título de exemplo, temos o conceito cidadania⁹⁰, em voga ultimamente, o qual, dependendo da forma como é trabalhado, cumpre uma função político ideológica de ocultamento das contradições sociais, principalmente quando imputa ao indivíduo a busca por sua cidadania individual, garantida pelo poder econômico, criando assim cidadãos consumidores, situados exclusivamente no mundo privado e não enquanto uma coletividade, com direito a acessar os bens e riquezas produzidos socialmente.

Dessa forma, chamamos a atenção para que os próprios profissionais desmistifiquem os conceitos que empregam no trabalho com grupos. Tal referência visa atentar para a necessidade de relacioná-los aos processos coletivos e não apenas individuais, tendo em vista que todos esses conceitos carregam a possibilidade de serem abordados numa perspectiva centrada no indivíduo, servindo ao reforço do individualismo na sociedade capitalista, em detrimento da construção do sujeito coletivo.

⁸⁹ Não cabe nos marcos dessa dissertação a descrição da origem histórica de cada conceito, o que pretendemos é chamar atenção para o uso indiscriminado dos mesmos.

⁹⁰ Gouvêa, (1997) apresenta uma importante contribuição para compreensão dos conceitos de cidadania e democracia, relacionando-os ao contexto histórico de sua produção e as implicações `a intervenção do Serviço Social, de acordo com as possíveis facetas teóricas que podem assumir a abordagem desses conceitos na prática profissional.

Cabe ressaltar que alguns princípios como, por exemplo, autonomia e emancipação constam no código de ética profissional, fazendo-se presente no discurso do assistente social, porém, por vezes associados a uma intervenção de caráter individual, tendo em vista serem passíveis de utilização por projetos societários divergentes.

Portanto, o que propomos é a problematização destes conceitos pautados em uma análise da questão estrutural do modo de organização societário vigente, para não cairmos em engodos e discursos vazios.

Constatamos através da pesquisa que os conceitos de autonomia e emancipação são empregados pela maioria dos profissionais como sinônimos de **autonomia econômica**, associada à não dependência do serviço de assistência por parte dos usuários que a utilizam, o que alguns profissionais consideram a porta de saída dessa política.

Luciana [...] agora eu não sei como desenvolver essa questão da evolução e a porta de saída [...] como que você empodera essa pessoa e dá autonomia pra que pegue, saia dos cursos e não precise retornar a assistência, então eu acredito que tenha que se implementar novas ações, [...] agora assim o que a gente percebe na questão da geração de renda, por exemplo, nos grupos do renda cidadã o número de pessoas que conseguem autonomia é muito pequeno.

Norma - Eu acho que assim, eles mesmos entenderem que assim, eles podem mudar a situação deles, entendeu, a questão que eles acham que não tem trabalho, não tem estudo e aí pra eles tá bom, uma cesta básica tá bom, nada mais importa, eu acho assim, que eles reflitam que eles podem viver bem sim, viver com qualidade, que podem se capacitar, que podem gerar renda, que pode se desvincular da assistência social, e se emancipar mesmo, não ficar nessa dependência que eles se encontram, e achar que tá certo, eu acho que assim, mudar essa questão da qual, da vida deles mesmo, o modo de viver, não porque os profissionais achem que tá errado, mas muitos vivem, eles podem viver do jeito que eles achem que tem que viver, mas a gente percebe que eles podem, tem potencial pra mudar, tem habilidades que eles nem conhecem, [...]

Carmem – [...] a gente, o CRAS, ele tem por objetivo a autonomia das pessoas, eu acho que a gente tá vivendo autonomia dentro, por meio do trabalho, a autonomia é igual a: estar trabalhando, não depender da assistência, eu vejo isso de uma forma muito positiva no sentido de: eu procurar alguma coisa, que eu consiga fazer né, eu consigo fazer, eu consigo me sustentar até pela auto-estima [...]

A forma como foram pontuadas essas falas, revelam que os conceitos de autonomia e emancipação descolam do conteúdo político de construção de sujeitos coletivos e protagonistas no questionamento do processo histórico. E nessa perspectiva, avaliamos que refletem mais a necessária inclusão através da

adequação a um lugar social das classes subalternizadas, representando uma exclusão integrativa⁹¹, pois não avançam para o ponto de vista da autonomia política, considerando que

[...] os trabalhos socio-educativos são de extrema relevância a partir do momento em que possibilitam autonomia política, pois os benefícios financeiros são oferecidos num espaço de tempo definido, porém uma vez adquirida autonomia política, o sujeito tem condições de participar de maneira mais ativa na sociedade, na luta por seus direitos de cidadania e pela hegemonia de sua classe. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 53)

Apenas uma profissional, ao discutir o objetivo do trabalho com os grupos, insere o conceito de autonomia no contexto político de busca aos direitos.

Joana - Então, é, o objetivo assim..., [...] é...trazer autonomia e quando você fala de autonomia, não é só financeira, é, ter essa autonomia também assim, de ter uma consciência crítica, de saber buscar os direitos, de conseguir elaborar esse pensamento, né, conseguir ter condições de discutir temas, então o grupo é nesse sentido, de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, porque o grupo ele tem esse poder, a gente começa a trabalhar, os vínculos são fortalecidos, tanto os familiares, quanto os comunitários, tanto é que a gente tá tentando fortalecer os comunitários através da associação, então assim, é nesse sentido, de trazer autonomia, de conscientização, pensamento crítico, é nesse objetivo.

4.1.2 Centralidade na família: determinante na direção do trabalho com grupos

De acordo com Miotto (2004), o trabalho socioeducativo apresenta duas perspectivas, as quais, do nosso ponto de vista, expressam adesão a projetos societários divergentes.

- 1) Educação disciplinadora, cujo foco do trabalho centra-se nas mudanças no âmbito da família;
- 2) Processo de emancipação – participação coletiva para construção de uma agenda pública.

A política social brasileira, através da formatação de seus programas e projetos, elegeu a família como foco prioritário de atuação, perspectiva que adquiriu proeminência a partir da década de 1990⁹².

⁹¹ Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de participação que se define paradoxalmente pela não-participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. A noção de exclusão integrativa não se esgota no plano econômico e político. Ela supõe o nível cultural e o processo de interiorização das condições objetivas vividas pelos subalternos. (YAZBEK, 2006, p. 69)

Devido à complexidade das ações socioeducativas no trabalho com famílias, em programas de transferência de renda, Miotto (2004) afirma que essa tem sido uma das questões que intrigam muito os profissionais.

É importante ressaltar, que do ponto de vista do referencial teórico empregado nesta pesquisa, o fato do trabalho com grupos se desenvolverem com foco na família, numa perspectiva de alteração das relações familiares não o caracteriza como disciplinador, no entanto, constitui um grande problema, principalmente para o Serviço Social, caso restrinja a atuação com grupos no âmbito das relações internas da família, não ultrapassando a esfera do mundo privado.

A partir do exposto, poderíamos afirmar que um trabalho onde a família é constituída a “base de tudo”, e, portanto, centrado única e exclusivamente no movimento interno dessa categoria, adquire características conservadoras, pois desconsiderando o contexto social em que a família encontra-se inserida, a responsabiliza pela superação da condição social em que se encontra, interpretada muitas vezes como fruto da condição psíquica dos indivíduos que a compõe, não ultrapassando a vertente conservadora do trabalho com famílias. É relevante observar que “O trabalho com famílias foi assumido durante longo tempo como uma vertente conservadora do trabalho social. De fato, ele se constituiu como instrumento disciplinador e higienizador dos segmentos populares”. (CASSAB, 2004, p. 41)

Neste aspecto, uma questão levantada por Miotto (2004) em relação ao trabalho com grupos de famílias, refere-se ao fato dos profissionais mais alinhados politicamente à esquerda, negarem a categoria família como foco de intervenção e análise por considerá-lo conservador.

A ausência de análise da categoria família numa perspectiva crítica tem contribuído para que algumas ações profissionais, a partir da utilização indiscriminada da mesma, perpetuem processos de disciplinamento e controle social. Pela deficiência de conteúdo crítico, o trabalho com famílias tem assumido um caráter, por vezes, restrito ao âmbito das relações familiares, focando “[...] de forma maciça as famílias que, por pobreza ou falência nas suas funções, são tidas como incapazes ou “patológicas” (MIOTTO, 2004, p. 47). Essa ênfase no trabalho com famílias,

⁹² O ano internacional da família ocorreu em 1994, fato que derivou uma série de movimentos e ações em torno da família. (KALOUTIAN, 2002)

[...] tem propiciado uma expansão progressiva na área de formação “psi”, em particular da terapia familiar, sem a devida discussão do seu lugar e do seu significado na prática cotidiana com famílias. Dessa forma, corre-se o risco de direcionar as ações profissionais na ótica da “psicologização” dos problemas sociais. (MIOTO, 2004, p. 47)

O modelo de família tem sofrido uma série de alterações no decorrer do processo histórico da sociedade brasileira, sendo importante sua incorporação na esfera da intervenção profissional, o que contribui para a ruptura com características conservadoras e disciplinadoras, persistentes no trabalho social com famílias ao longo da história do Serviço Social. Dessa forma consideramos que “

Do ponto de vista do trabalho socioeducativo, é indispensável reconhecer que, se são aceitas teoricamente as mudanças históricas dos modelos de família – sem, ao mesmo tempo, pretender a imposição de qualquer modelo –, é preciso incorporar esse princípio na prática. (CAMPOS, 2004, p. 85)⁹³

Para Kahhale (2004) o sujeito se constitui em sua história familiar, mas também social. O que significa afirmar que sua história familiar se constitui nas relações estabelecidas em âmbito social, num movimento de interioridade/exterioridade. Por exemplo, uma família que sofre violência doméstica⁹⁴ deve ser analisada não apenas do ponto de vista das relações emocionais, do equilíbrio ou desequilíbrio, mas deve-se entender a que tipos de violência externa essa família foi exposta e a que situações de opressão e pressão estão submetidas no contexto social, problematizando o processo de reprodução no âmbito familiar, seu contexto interno.

Portanto, trabalhar com a categoria família na perspectiva de ruptura com as diretrizes e linhas psicologizantes, exige análises e ações que desenvolvam um processo dialético, possibilitando a contextualização histórica, política e social das famílias participantes dos grupos.

Constatamos através dessa pesquisa, que adquire ênfase na contemporaneidade o discurso teórico-metodológico do assistente social centrado na família, associada à “ideologia da responsabilização do indivíduo”. Esse discurso

⁹³Essa autora traça um perfil das famílias atendidas pelo PFF/SP/SP relacionando-o às mudanças em curso na instituição família e suas implicações ao trabalho socioeducativo.

Aspectos trabalhados pela autora: pobreza e ciclo de vida (p. 79); informalidade e precarização do trabalho feminino (p. 81/82); famílias monoparentais (p. 82); feminilização da pobreza (p. 82) avós responsáveis pelo cuidado dos netos (p. 83); solidariedade familiar no desempenho da política social (p. 84); padrão institucional de família (p. 86); gênero; mulher: mãe e chefe de família (p. 87)

⁹⁴ Cabe ressaltar que o processo de violência doméstica encontra-se presente em todas as classes sociais, pois esse fenômeno não se restringe às classes subalternizadas.

não encontra terreno fértil apenas na esfera privada, como enfatizado por Oliveira; Elias (2005), mas expande-se com muita força nos espaços ocupacionais do serviço público, talvez de forma menos explícita, mas com uma prática igualmente focada no indivíduo e sua família.

Vanessa – [...] já entrou na questão da família, de discutir assuntos assim, entre elas, então elas colocaram assim muito da vida delas, deram sugestões umas pras outras do que é importante, então assim., mais surgiu, assim, no momento do grupo surgiu esse tema de família, porque uma das integrantes tá grávida, então começou com esse assunto de gestação, da forma assim, que elas acham mais correta e importante de, de, de ter filhos, então começou através da conversa de ter filhos que caiu na questão familiar.

Luciana – E, geralmente e, geralmente, e assim, a gente volta mais essas questões mesmo pro convívio familiar, que é um...são situações mais próximas né da pessoa, então a gente percebe mais as atitudes assim no convívio mesmo, com a própria família, ou com vizinho, ou com parente, né, que tenha essas questões, mas geralmente é no [âmbito] da família

Notamos ao referirem-se aos objetivos do trabalho com os grupos e sua execução, foram crescentes as respostas dos profissionais circunscritas na responsabilização do indivíduo e sua família pela superação da condição social em que estão inseridos.

Nessa perspectiva, destacam-se as respostas que atribuem aos próprios usuários a resolução pelos problemas vivenciados. As análises de conjuntura referentes ao contexto social mais amplo de inserção desse indivíduo e/ou família em determinada classe social, praticamente inexistem na fala dos profissionais.

Norma - Porque aí você trabalhando com grupos, você vê que eles começam a refletir sobre o modo de vida deles mesmo e você vê que há uma..., vamos falar, não seria, solução, tá neles, a resposta tá neles pra melhorar o modo de vida deles, em geral né, porque não tem como eles superarem todas as suas dificuldades que eles vivem, a partir deles mesmo, então a gente traz eles pra reflexão [...] não tem um momento pra refletir sobre a vida deles, filhos, família, comunidade, eles não tem nem noção do que que é comunidade, o que é viver em comunidade, né, então acho que amplia a visão deles, [pra] uma visão de mundo mesmo.

Luciana - Olha, Paula eu acho que o objetivo (rss) ele acaba sendo focado pra mesma direção, é empoderar essas famílias, é levar eles a reflexão, é fazer com que essas famílias despertem alguma coisa que tirem elas dessa situação e que busquem outras alternativas de vida, com o renda cidadã [essa família] é meio complicado, né, nós ouvimos aqui, ontem mesmo a gente tava comentando, a gente houve aquela fala: “ah, eu sei hoje, daqui dois anos eu posso voltar” [...] Eu to saindo hoje! Tá terminando minha última reunião, ele vai falar que eu posso voltar? [...]

No entanto, devemos destacar que os profissionais também se referem aos vínculos comunitários como objetivo do trabalho. Porém as falas sugerem mais a reprodução do discurso preconizado pelo SUAS, do que propriamente uma ação concreta nessa direção.

Norma - Então, eu gosto, assim, penso né e tento desenvolver mesmo a potencialidade deles, né, a reflexão, n.e, eles tá ai buscando uma qualidade de vida e ai e na questão dos vínculos mesmo, fortalecer esses vínculos familiares, comunitários, que eu acho que tá fragmentado, muito fragmentado, né.

Apenas uma profissional apresenta os objetivos do trabalho com grupos em termos da formação de uma consciência crítica.

Joana – O principal assim, é você, é, é, da gente aqui é tentar criar uma consciência crítica, né, acho assim, que é algo, porque assim, mudar financeiramente, isso é complicado (incompreensível) conjuntura né, mas acho que se essa pessoa uma consciência crítica, (incompreensível) refletir sobre certas questões, ela, elas mesma vai atrás do direito dela, né, vai tá buscando algo pra melhorar a vida, né, então, o objetivo é esse, é fortalecer esses vínculos também que muitas vezes chegam aqui rompidos, com, é, relações conflituosas, mas o principal acho que é isso, ocasionar assim, uma reflexão mesmo, uma consciência crítica.

Compreendemos que a ênfase no indivíduo e sua família, de forma isolada, constituem elementos de recomposição das bases tradicionais do Serviço Social, o qual no decorrer das exigências do contexto histórico da sociedade brasileira recompõe ou questiona seus alicerces conservadores.

A título de exemplo desse movimento histórico, Netto (2006 p. 117), ao descrever o processo da autocracia burguesa e sua repercussão no Serviço Social, concluiu que “[...] até o final da década de sessenta, e entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamentais há um claro componente de *validação* e *reforço* do que, noutro lugar, caracterizamos como serviço Social tradicional”.

O foco prioritário na família tem como base discursos governamentais, nas três esferas de governo, não podendo ser portanto analisado como uma direção assumida apenas pelo profissional, e neste aspecto a família torna-se uma instituição desconectada do processo concreto de produção e reprodução das relações sociais, passando a ser, “fonte de todo bem e todo mal” (SAWAYA, 2004, 20)

Essa volta à responsabilidade familiar, se em grande parte expressa uma necessidade de humanização das políticas sociais, [o que é bastante questionável] ao mesmo tempo mostra a falência do Estado de resposta, e

uma incapacidade nossa, como setores críticos, de cobrar uma ação efetiva deste Estado. Ao criticar a falha do poder público, assume-se frequentemente, a lógica da cobrança da responsabilidade do núcleo pessoal e familiar quanto a essa necessidade de políticas. (GODINHO, 2004, p. 19)

Portanto tal foco (no indivíduo e na família) coaduna com uma posição estratégica de setores vinculados a ofensiva neoliberal, para fortalecer o projeto de fragmentação da identidade e organização das classes sociais, pois ao centrarem o discurso e a ação no indivíduo e na família, contribuem para um esvaziamento da discussão, e, mais ainda de uma ação pautada na perspectiva de classes. Dessa forma,

[...] a formação de uma vontade coletiva nacional-popular” é atingida pela ofensiva ideológica do capital direcionada para a reconstituição de sua hegemonia, que potencializa a captura da subjetividade das classes subalternas `a lógica do capital, ao mesmo tempo que debilita a solidariedade no interior da classe e a perspectiva classista da mesma, fertilizando o surgimento de uma vontade corporativa em prejuízo do fortalecimento de uma vontade coletiva nacional-popular, o que aponta, pois, uma tendência de fragilização das estratégias de construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas (ABREU, 2002, p. 186)

Essa perspectiva foi confirmada nas entrevistas, quando as assistentes sociais abordaram a direção das discussões realizadas com os grupos, as quais transmutaram as relações de classe em questões de “relacionamento”, seja familiar ou comunitário, conforme podemos constatar nas falas a seguir.

Luciana – E eu acho que essa troca ela é menos desgastante do que o atendimento individual, só que tem um momento que precisa ser o atendimento individual e depois o grupo, mas acho que nesse grupo você consegue atingir algumas coisas de forma menos desgastante, e, tanto pro técnico quanto pro participante do grupo, né, porque ele vai ouvindo, ele vai interiorizando aquelas coisas e ele pega muito do exemplo do outro, da fala do outro acho que isso é, colabora também pro grupo todo, porque todo mundo tem situações parecidas ou com ela própria ou com a família, ou com o namorado ou com o vizinho e daí pra transcender esse aprendizado do grupo, porque o grupo acho que ele cresce junto, né, ele aprende junto, então acho que é um desgaste menor do que o atendimento individual

Carmem - Nas reuniões? Olha uma coisa que tem, que a gente percebe que se discute muito, que elas, que existe muito, que a questão mesmo do relacionamento, né, de trabalho, entre elas, nos cursos, né, (e), a dificuldade mesmo de trabalhar [...] eu trabalho isso, eu trabalho aquilo, a questão de: ah, eu fiz umha, tanto pra aquela mulher ela não me pagou, como é que eu faço, tanto que a gente tem orientado muito nesse sentido, e assim, o grupo ele é muito, tem pessoas de várias idades, então tem pessoas mais experientes que já passou por aquelas situações, então por isso que gente nem precisa tá intervindo, que eles mesmos conversando,

eles descobrem muitas formas de agir naquilo, assim ta sendo muito interessante, [...]

Essas falas são representativas do contexto de desmobilização das atuações profissionais arroladas na perspectiva de emancipação política a partir da categoria classes sociais. Porém, Oliveira; Elias afirmam que é no movimento contraditório da prática que se inscrevem elementos de crítica para avançarmos na “[...] desconstrução das bases de equilíbrio que sustentam o ideário capitalista” (2005, p. 50), caracterizando ao nosso ver um processo de tese-antítese-síntese, onde a realidade, tal como se apresenta é negada, emergindo práticas, cuja direção política contribuam na superado do momento inicial.

A interface entre família e questão de gênero é importante para compreendermos a forte centralização dos programas sociais na categoria família. Para se ter uma idéia da dimensão dessa relação, todos os grupos pesquisados nos 04 (quatro) CRAS são constituídos majoritariamente por mulheres, a maioria “do lar” e com baixa escolaridade, conforme demonstrado nos gráficos 2 e 3. Num universo de 60 (sessenta) questionários aplicados, 59 (cinquenta e nove) são do sexo feminino, o que evidencia uma forte questão de gênero relacionada ao papel da mulher na família e conseqüentemente a participação desta nos grupos pela via dos programas e projetos sociais.

Para Godinho (2004, p. 19), a mulher é considerada boa gestora da pobreza, por “[...] ser capaz de gerir a pobreza sem se revoltar, são mais adequadas para os programas que trabalham com atenção aos núcleos e grupos familiares extremamente necessitados, [...]”

Campos, Mito, Godinho e Sawaya, (2004) apresentam significativos subsídios para compreensão do papel da família na sociedade contemporânea, e dentro dela a mulher, sobretudo no processo de constituição das políticas sociais formuladas pelo Estado, com destaque para o perfil de minimização assumido por este, cuja expressão na área social centra-se na focalização dessas políticas, desencadeando uma atuação localizada na responsabilização da família quanto a resolução de demandas sociais, como por exemplo, aquelas relacionadas às políticas setoriais formuladas de acordo com os ciclos de vida, considerando que “A reestruturação das políticas setoriais – idosos, adolescentes em conflito com a lei, por exemplo – foi feita com base no reforço da responsabilidade da família.” (GODINHO, 2004, p. 18).

E nesse aspecto, muitas vezes, os serviços públicos tornam-se muito mais um estressor, ou seja, um elemento de cobrança da família no cumprimento de suas funções de proteção aos seus membros, do que alicerçam direitos fundamentais, garantindo assim, a real proteção social das mesmas, o que, caso fosse cumprida, aumentaria o desempenho das famílias para efetivação dessa função. Dessa forma, é importante destacar que

[...] o atual “revival” da família ocorre no contexto neoliberal do Estado Mínimo e de valorização do individualismo, do intimismo e do caráter de subjetividade da vida social. Há o que poderíamos chamar de uma ditadura das intimidades, segundo expressão de Sennet, que significa o retraimento da vida pública, o enaltecimento do desejo particular de cada um e a tendência ao encastelamento do homem no “eu” narcísico, conforme evidenciam as expressões da moda: **auto-estima, auto-ajuda, auto-realização**. Esta ênfase no fechamento em si é tão forte que, para fazer face a essa expectativa o eu torna-se um fardo. (SAWAYA, 2004, p. 20, grifo nosso)

Para Sawaya (2004, p. 21), por paradoxal que possa parecer, a família constitui-se em um campo privilegiado das políticas públicas no que diz respeito à sua capacidade em contribuir com o processo de transformação social. Considera para tanto: o momento de privatização do espaço público, onde a família passa a ser um dos raros espaços de sociabilidade e experiência da vida em grupo; ela medeia a reprodução social, ao mesmo tempo em que deseja para seus filhos a libertação desse processo; configura-se em um lócus de indistinção entre poder e afeto.

E nesse aspecto, a categoria família tem adquirido forte proeminência, justamente pela contradição e polêmica que encerra no contexto atual, pois

Por um lado ela tem sido o centro de atenção por ser um espaço privilegiado para arregimentação e fruição da vida emocional de seus componentes. [...] para alguns, família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo. Para outros, a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social; é local onde as neuroses são fabricadas e onde exerce a mais implacável dominação sobre as crianças e mulheres. (REIS, 1984, p. 99)

A direção no trabalho com os grupos desenvolvidos nos CRAS, identificada por essa pesquisa revela que há uma supervalorização do conceito família no que diz respeito à “fruição da vida emocional”, sobretudo ao priorizar as demandas individuais/familiares em detrimento das questões políticas do contexto macro. Chegamos a tal conclusão após sistematizar os dados com base na análise dos

instrumentais⁹⁵ de registro das reuniões com os grupos. Apesar dessa conclusão, é importante destacar que a forma de preenchimento desses instrumentais deixa clara a temática, porém não esclarece o suficiente o desenvolvimento da reunião.

A fala a seguir ilustra que a resolução de questões como melhoria do filho na escola e alcoolismo são restritas ao âmbito familiar.

Norma - [...] a questão dos filhos, elas trazem exemplos, quando a gente trabalhou a questão da adolescência, no entender o filho, a dificuldade escolar né, evasão escolar né, toda uma situação que em outros momentos elas trazem pro grupo: ah eu fiz assim, eu pensei melhor sobre como educar meu filho, que não é batendo, não é agredindo que ele vai melhorar na escola, no convívio em casa, então elas trazem: oh melhorou. Então de pouquinho em pouquinho a gente vê melhora, né, às vezes tem aquela visão, né, fechada, que todos estão errados, né, então elas vão refletindo, vai refletindo com a família. A questão do alcoolismo também trabalha muito a questão da família, né

Questionamos, portanto, o quanto o profissional tem consciência desse processo de transmutação das manifestações da questão social em questões relacionais no âmbito familiar, e o quanto ele não o desmistifica por acreditar e reproduzir o discurso institucional, ou seja, não relaciona a função das instituições à conformação de um modo de vida dos usuários compatível às necessidades de reprodução das relações sociais. (ABREU, 2002)

No entanto, o profissional através do exercício da dimensão socioeducativa pode empreender uma direção no trabalho com grupos, que contribua à criação de consensos ou na desconstrução desses, através de uma concepção que encete através da prática profissional processos de contra-hegemonia.

Dessa forma, dependendo de como o assistente social encaminha essas demandas (individuais/familiares), repercutirá na delimitação de seu objeto de ação, podendo ocorrer uma substituição da esfera coletiva, representada pelas expressões da questão social – objeto de intervenção do Serviço Social – para a esfera individual, representada pelos aspectos subjetivos, onde o indivíduo e a família são atendidos em seu “caso” específico. Sendo assim, enfatizamos que

Para os assistentes sociais, não é a compreensão e a ação sobre a realidade interna e subjetiva dos indivíduos que constitui o objeto da profissão, mas a compreensão e a ação sobre a realidade social – o cotidiano e sua história – objetivando expressar a existência, não só como relações sociais interindividuais, mas como relações sociais de classes, que

⁹⁵ Esse instrumental foi elaborado com base no modelo do PFF/SP/SP. Houve uma adaptação com vários cortes de dados, sob a alegação de que era muito extenso, além da prefeitura não contar com sistema informatizado. Cf. Anexo A.

envolve interesses divergentes, campos adversários e projetos societários alternativos. (VASCONCELOS, 2000, p. 132-133)

Avaliamos que ao restringir o foco de ação na família de forma acrítica, portanto, desconectada do contexto social, os profissionais de Serviço Social podem reeditar o famoso e histórico atendimento de caso, grupo e comunidade, fato constatado pela pesquisa, bem como no exercício profissional; em ambos os espaços (pesquisa e prática profissional) identificamos forte ênfase aos atendimentos de “casos” nos CRAS.

María – a gente faz alguns contatos, mas alguma coisa também pra resolver questões particulares daquela família x, então, aquele caso, você entendeu, então ele não vai muito pro nível da mobilização coletiva pra conseguir alguma coisa, que eu acho que talvez seja isso o socioeducativo, né, pra mudar aquela circunstância, aquela situação daquela determinada localidade, nós estamos, eu acredito muito longe disso.

Ponderamos que o Serviço Social corre o risco na dimensão técnico-operativa, de deslocar seu objeto de intervenção para a busca de alterações dos comportamentos individuais⁹⁶, mantendo, no entanto, as expressões da questão social como objeto na dimensão teórica e política.

Tal afirmação tem base na identificação de uma ausência da categoria classe social nas avaliações efetuadas pelos profissionais a respeito dos processos de trabalho com grupos.

Essa categoria chega por vezes a constituir-se em um tabu, quando lançadas em reuniões, como, por exemplo, nas intersetoriais, cujo foco prioritário das discussões centra-se em situações particulares do indivíduo, “sua família”, “seu caso”, descolado da análise das condições sociais a que estão submetidas essas famílias, muito menos a classe social a que pertencem, conforme destacado por uma das entrevistadas.

María – [...] o intersetorial tem se restringido a situações particulares também, então a nível macro eu acho que não tem sido feito muita coisa não, [...]

⁹⁶ É importante ressaltar que esse enfoque não vem ocorrendo apenas no Serviço Social, sendo uma direção impressa nas políticas públicas em São José do Rio Preto/SP, fato constatado empiricamente através da participação em reuniões intersetoriais, as quais focavam prioritariamente as “discussões de casos”, centrando-se nas “famílias problemas”, com predominância no âmbito moral-afetivo.

Consideramos que a categoria classe social encontra-se cada vez mais banida das análises, sobretudo no âmbito interventivo da profissão, caracterizando-se em algo démodé, arcaico, não mais pertinente em um contexto pós-moderno.

Compreendemos que essa discussão ultrapassa o âmbito e a competência de uma profissão, remetendo-se ao contexto da produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, cujo papel da ciência torna-se imprescindível na manutenção ou transformação de determinado modo de sociabilidade, podendo servir ao ocultamento e reprodução acrítica da realidade, ou ao seu questionamento e desvendamento.

E nesse aspecto, tem-se disseminado com muita força nas ciências humanas “o pensamento único” com esforços empreendidos na supressão de toda e qualquer possibilidade que traga a tona um debate, cujo foco seja a contradição entre as classes sociais, deflagrando um “colaboracionismo entre classes” numa pretensa harmonia que visa abolir interesses conflitantes.

4.2 Influência da dimensão socioeducativa na vida dos usuários da política de assistência.

Conforme debatido no capítulo 2, é através da dimensão socioeducativa que o assistente social interfere nas formas de pensar e agir dos sujeitos com os quais trabalha. A partir dessa premissa, foi possível analisar na fala de algumas profissionais, que a ação educativa junto aos participantes dos grupos nos CRAS, vem contribuindo para a disseminação de valores propícios ao “[...] enquadramento nos padrões compatíveis `as exigências do processo de acumulação capitalista [...]” (CARDOSO;MACIEL, 2000, p. 143)

Contraditoriamente, um dos profissionais descreve sua ação no sentido de desmistificar a realidade, porém, o que ocorre, analisando a partir de uma perspectiva mais crítica, é justamente o ocultamento e a conformação de um modo de vida condizente à reprodução do padrão de sociabilidade vigente, no que diz respeito à categoria trabalho.

Carmem – Oh, é, eu acho assim, a gente busca uma mudança, de, até da questão econômica, social, acho que a partir do momento que você consegue conversar com uma pessoa e mostrar pra ela que a questão do trabalho não é uma culpa dela (rss) que as vezes: “ah, eu tô aqui porque eu não consigo trabalho, então vim pedi uma cesta, [...]”, discutir isso com ela,

que ela não ta desempregada não é por culpa dela, que existe uma coisa muito maior que foge do nosso alcance, que o mercado é assim, que, [...] a gente talvez não converse com a pessoa nesses termos, mas fazer ela compreender que não é assim que funciona, que a gente tem que pensar nas outras alternativas que a gente tem, quando falo isso já, as pessoas já não tem muito isso, de organização, assim, não tem, mas só dela conseguir compreender que é, **o CRAS ele existe [...] e funciona justamente pra conter essa demanda de sobrantes, de pessoas que não vão conseguir trabalho**, e que é um direito deles, eu já vejo isso como a gente ta colocando em prática [...] do nosso projeto ético político, isso com uma ação socioeducativa, isso eu tenho procurado fazer em todos os atendimentos que [...] todos que eu vejo que assim, eu tenho tentado fazer sim.

Não podemos desconsiderar que esse profissional, ao tentar expor que a falta de trabalho faz parte de um contexto macro, expressa uma busca por mudança através da desmistificação da realidade com o usuário, porém seu conteúdo revela uma direção na adequação e na conformação do lugar social que esse trabalhador “sobrante” deve ocupar na sociedade.

Buscamos através dos questionários, compreender se os usuários identificam alguma mudança em suas vidas, tanto no que diz respeito à forma de pensar como de agir, após a inserção nos grupos. A maioria dos participantes reconhecem que o grupo ocasionou mudanças em suas formas de pensar e agir, sendo significativas as respostas relacionadas às alterações internas e no âmbito familiar, conforme destacado nas respostas a seguir: “Com as minhas filhas e minha casa, porque antes eu era brava e aprendi a conversar e o grupo ajudou eu sair da rotina e ver coisas diferentes”; “Sou mais paciente”; “Era desanimada achava que por ter uma idade avançada não teria trabalho no mercado e agora sei que ainda posso fazer muita coisa”; “Mudou que eu estava triste e agora estou muito feliz”.

A resposta de duas participantes remete a questões no âmbito da sociabilidade, como descritas nas respostas: “Estou mais participativa”; “Gosta de conversar mais com as pessoas, diz que não gostava de interagir com as pessoas; quando ficava no meio de muitas pessoas era horrível, isso mudou bastante”.

Apenas 01 (uma) participante afirma que nada mudou em sua forma de pensar e agir.

Em um outro grupo reflexivo, os participantes também apresentam como principais mudanças ocasionadas após a participação no grupo, melhorias nas relações familiares e pessoais, expressas da seguinte forma: “Hoje sei resolver melhor meus problemas”; “Meu modo de agir com filhos e marido”, “A minha relação conjugal para melhor”

Alguns participantes destacaram que a convivência com o grupo possibilitou alterações na convivência com o “outro” provocando mudanças na forma de sociabilidade: “Comecei a pensar antes de falar, a ter mais paciência, não julgar sem saber”; “Mudou que procurei entender a opinião dos outros”; “Vi que cada pessoa pensa diferente”; “Que cada um é importante”; “Ter que pensar mais antes de agir”.

O grupo também possibilitou alteração nas relações internas para alguns membros, através de uma nova percepção sobre si mesmo.

“Eu era uma menina chata e ignorante, agora eu sou uma menina legal”; “Eu era fechada não se abria com ninguém”. Uma outra participante refere que era uma pessoa oprimida antes de participar do grupo.

Uma integrante apontou como principal mudança, uma conquista objetiva e material atribuída à participação no grupo: “Tirei minha carta (CNH)”

Apenas 04 (quatro) participantes disseram que não houve mudanças após a participação no grupo.

As mudanças citadas pelos participantes do grupo vinculado à transferência de renda não se referem à questões de trabalho e profissionalização conforme atreladas pelos mesmos nas demais respostas do questionário, mas sim aos aspectos internos e relacionados à família: “Minha paciência, estou mais calma”; “O jeito de agir em casa com família”; “Penso em coisa melhor para mim”; “Meu bem estar”.

Destacamos a importância de analisarmos a direção política do trabalho com grupos também a partir das funções que as políticas sociais exercem no contexto de reprodução social, não podendo ser analisada, portanto, apenas como uma opção pessoal e individual do profissional, pois “O sistema precisa manter a força de trabalho apta a produzir, concedendo certas vantagens sociais somente para determinadas camadas da classe trabalhadora, enquanto os trabalhadores excluídos da regular relação capital x trabalho são atingidos com um mínimo de benefícios sociais (SILVA E SILVA, 2007, p. 123)

Dessa forma, não se evidencia uma intenção clara e consciente do profissional em adequar o comportamento do usuário à forma de sociabilidade condizente ao processo de acumulação capitalista, ficando mais notório a reprodução de um discurso ideologizado por parte do mesmo, sendo assim, faz-se necessário reconhecer o empenho do mesmo na busca de alternativas diante de realidade tão adversa, correndo o que Oliveira e Elias (2005, p. 49) descrevem como

uma função educativa exercida pelo assistente social diante do quadro de retração do Estado em razão do projeto neoliberal, onde

[...] cabe ao assistente social enquadrar institucionalmente os usuários, adequar as suas necessidades aos limites dos programas assistenciais estatais e privados, inculcar na população os valores que interessam ao capital, administrar as lacunas e defasagem da instituição para garantir minimamente o atendimento das demandas por serviços sociais (mistificação da realidade dos citados serviços). Tais posturas profissionais são totalmente contrárias ao projeto ético-político do Serviço Social.

Daí, a impossibilidade da realização do debate a respeito da dimensão socioeducativa dissociada do modo de produção de determinada sociedade, pois o exercício dessa dimensão na prática profissional é o que propicia a mediação entre a superestrutura e a estrutura, considerando que a determinado modo de produção corresponde determinada forma de pensar e agir (ABREU, 2002). As falas a seguir ilustram esse movimento, pois apontam um princípio educativo que responde às necessidades atuais do mercado de trabalho, bem como a organização/adequação do padrão de consumo das famílias pobres, tendo em vista os poucos recursos dos benefícios sociais.

Luciana - [...] nós começamos refletir um pouco com essas famílias a questão da cesta básica, né, O que é essa cesta básica?!, né, que é um recurso pequeno, você está em outro programa, como é que nós vamos investir esse dinheiro e começamos refletir, porque tinha aquela prática da cesta básica, mês sim; mês não; mês sim; mês não, então vamos refletir isso [...], não é que não tenha as pessoas que venham solicitar a cesta básica, mas assim, diminuiu muuuito, pode colocar nesse grupo [...] 3 ou 4 que solicitam, tem mês que não tem nenhuma, porque tem uma..., nós começamos a trabalhar com essa questão do recurso mesmo, investir em outra coisa, se não der pra gerar renda que elas alega que não da, que tem que pagar energia, então, priorizar alimentação da família pra não ficar mesmo nessa dependência da cesta básica, então o grupo do renda eles já não solicitam mais cesta básica, só em casos de extrema necessidade, casos emergencial aí a gente fornece, não tem problema, não é que a gente não repassa a cesta, mais não é uma prática, é uma discussão que tem no grupo, de como fazer com esse dinheiro.

Carmem - No grupo a gente procura trabalhar sim, que existem coisas que não vão depender delas, é..., a angústia porque eu não consigo um trabalho de carteira assinada, né, é muito difícil a gente sabe, porque pra população que a gente atende se inserir nesse mercado de trabalho que tá aí, então assim, a gente conversa sobre isso também com elas, procura fazer elas entenderem que existe outras formas, outras alternativas....[...] elas já estão sendo trabalhadas, no objetivo né, pra emancipação, então a gente já tá fazendo isso e até, hoje os cursos que surgiram pelo projeto crescer são mais voltados pro consumo, na verdade pro trabalho autônomo, então elas não dependem muito de ingressar nesse mercado de trabalho, que foi manicure e depilação, porque elas podem trabalhar em casa, com as amigas com quem elas conhecem.

Uma das profissionais avança na desmistificação desse processo de “ideologização do real” realizado com os grupos, ao identificar que o poder público não prioriza ações que ultrapassem a capacitação através dos cursos.

Carmem – [...] se a gente for pensar que nós estamos trabalhando com capacitação das pessoas, se a gente formar todas as manicures que quer, daqui a pouco a gente vai ter um monte de manicure, só que algumas sem trabalho, então assim, vai chegar um momento que vão precisar se organizar, a gente já trouxe algumas vezes, falamos de questão de cooperativas, a gente percebe que isso pra elas está muito distante ainda, elas não conseguem enxergar que, mas eu vejo que há possibilidade de caminhar, agora, que essa demanda, a questão do poder público que nós estamos agora, a forma como a gente tá organizando agora, não atende isso, a gente tá fazendo uma coisa que elas não vão ser acolhidas pelo poder público vigente, mas eu acho assim, eu não consigo ver outro caminho, a não ser caminhar pra esse [...]

E nesse aspecto, ponderamos que, em certa medida, o Estado (aqui especificamente a esfera municipal) investe na formação de mão-de-obra voltada a “inserção” no mercado de trabalho, de forma individual, ou mais precisamente, contribui para a construção de um “exército de reserva”, considerando a conjuntura atual.

Dessa forma “o Estado, enquanto expressão de relações sociais, impõe ao Serviço Social um conjunto de demandas que expressam a dinâmica das correlações de forças configurativas das diferentes conjunturas” (SILVA E SILVA, 2007, p. 64) Uma dessas demandas diz respeito ao “desenvolvimento de ações educativas de socialização das massas e de preparação de mão-de-obra para atendimento das necessidades do mercado de trabalho.” (SILVA E SILVA, 2007, p. 65)

Tal afirmação respalda-se no fato de que a SMAS possui um departamento de economia solidária⁹⁷, o qual através de seu “Centro Público,” atua na formação dessa mão-de-obra, sem, no entanto, promover alteração na dinâmica econômica do município de modo a propiciar a real inserção econômica e política dos usuários da política de assistência. Pelo contrário, as capacitações têm contribuído para o processo de terceirização, ou seja, uma inserção da população de forma precarizada no mercado de trabalho informal, conforme pode ser comprovado a partir das seguintes falas.

⁹⁷ Departamento ligado a Secretaria de Assistência, criado com objetivo de “Incentivar e fomentar a constituição, o fortalecimento e a articulação de grupos cooperativos e empreendimentos autogestionários, como alternativa ao desemprego e à exclusão social, através da organização econômica, social e política de trabalhadores, num processo de desenvolvimento solidário sustentável. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2003 b, p.13)

Luciana - [...] É assim que funciona, não tem nenhuma articulação pra cooperativa, tá, isso não tem, agora o Centro Público tá entrando com alguns cursos até pra, que não tinha até então, né uma abrangência grande, né, tinha de corte e costura e o de bijouteria, agora eles estão entrando com novos cursos de alimentação, de (incompreensível) de jardinagem e a gente percebeu que até tem uma colocação maior no mercado de trabalho (incompreensível) desses cursos, são cursos pagos, e eles contratam empresas boas, como SENAC, então tem um nome pra esse curso, a adesão é pequena também, o que a gente percebeu assim, num município como São José do Rio Preto dá o que fazer pra fechar uma turma com todos os NAS, e todos os CRAS, mas, tamo conseguindo, [...]

Luciana - E, é... até porque essa questão foi-se tentado a um tempo atrás uma fábrica (incompreensível) cooperativismo, mas quando você começa trabalhar as questões da cooperativa, o que é, como deve ser, como é o trabalho, como é a retirada, como é a forma, como é a manutenção disso daí (incompreensível) bom, eles desistem, porque eles querem assim: trabalhar e conseguir alguma coisa, por exemplo, [...] algumas pessoas que trabalham com a geração de renda e eles se dizem uma cooperativa, mas na verdade é individual, lá eles tem uma fábrica que pegam um montante de peças pra bordar, tem tantas bordadeiras, então cada uma faz na sua casa, não é dividido o lucro, cada uma pega a sua peça, cada uma pega sua peça [...]

Percebemos que a análise do profissional centra-se na dificuldade da população em exercitar o cooperativismo, o que não deve ser desconsiderado tendo em vista os valores individualistas fortemente edificados pelo contexto atual. Dessa forma, a atuação numa perspectiva do cooperativismo, exige por parte do profissional uma clara opção política de questionamento dos valores da sociedade contemporânea, cujo modo de produção se apresenta de forma conflitante aos valores e princípios do cooperativismo.

Portanto, visando à emancipação econômica pela via da inserção individual no mundo do trabalho, as ações socioeducativas com grupos (PTR e reflexivos) têm sido atreladas a capacitação profissional através da oferta de cursos profissionalizantes, os quais são considerados como grandes portas de saída para os usuários da política de assistência.

Luciana - [...] agora eu não sei como desenvolver essa questão da evolução e a porta de saída num grupo de dois anos que é rotativo, que você trabalha com uma atividade de bordado, de artesanato ou de bijouteria e como que você empodera essa pessoa e dá autonomia pra que pegue saia dos cursos e não precise retornar a assistência, [...] nos grupos do Renda cidadã o número de pessoas que conseguem autonomia é muito pequeno.

Neste aspecto ocorre um processo de naturalização de papéis desempenhados nas relações cotidianas, as quais são determinadas em grande

parte pelas formas dominantes de reprodução social, como por exemplo, a necessária qualificação de um indivíduo para disputar, competir uma vaga no mercado de trabalho, sendo, portanto “normal e natural” que se estabeleça uma competição entre os membros do grupo para tal aquisição, ou ainda diante da impossibilidade dessa forma de inserção que busquem novas alternativas, sendo uma delas o trabalho em casa.

Luciana – Olha, assim que a gente percebe de algumas famílias tem a função por geração de renda mesmo, ne algumas pessoas que começam a trabalhar por conta dos cursos que estão aprendendo, então mesmo em casa elas começam a gerar renda, que esse é o interessante também nesses cursos, que a pessoa não precisa sair de casa, porque tem filhos, tem marido, tem algumas coisas, então, as vezes mora longe [...]

Joana – [...] muitas delas já estão trabalhando, umas em casa, e outras ate já no salão, então e um curso que tem tido, e assim, as pessoas estão conseguindo se colocar no mercado informal ou formal do mercado de trabalho, [...]

Evidencia-se por vezes, a naturalização quanto ao discurso de que há trabalho para todos em nossa sociedade, predominando o discurso de que aquele que não consegue é pela ausência de qualificação, escolaridade ou mesmo por não ter se esforçado o suficiente, desconsiderando em boa parte as formas que o trabalho assume no modo de organização social vigente⁹⁸.

Joana – [...] a gente tava discutindo sobre questões do cotidiano, e uma questão que levantou foi a questão de escolaridade no bairro, que, o próprio grupo viu assim, que a maioria das pessoas que moram aqui tem **a escolaridade muito baixa e por isso não consegue emprego**, vai desencadeando varias questões,

Portanto, nesse aspecto não se efetiva uma prática educativa que desmistifique a “ideologia do trabalho”, pelo contrário, no exemplo citado, desencadeia um reforço dessa ideologia. Claro que não podemos desconsiderar as condições objetivas da realidade, as quais levam indivíduos a tornarem-se competitivos e vorazes, afinal, vivem do trabalho.

Comprovamos através dessa pesquisa que a maioria dos profissionais empreende uma ação educativa com grupos visando à mudança no modo de vida da população, mais precisamente para a adequação ao padrão social, com enfoque

⁹⁸ A respeito das formas que o trabalho assume em nossa sociedade contemporânea e suas repercussões no exercício profissional do Serviço Social, Cf: IAMAMOTO, 1998, p. 83-140

na transformação das relações no âmbito pessoal, conforme explicitado pela perspectiva de duas profissionais

Luciana - [...] mas a gente vê assim que é um recurso pequeno que ela não consegue investir na geração e não vão conseguir autonomia, o que a gente percebe assim que as vezes é assim um pouco gratificante [...] é que há uma mudança de mentalidade, elas começam enxergar algumas outras coisas e procuram outras opções de sobrevivência, conseguem quebrar alguns ciclos viciosos dentro da própria casa, as vezes conseguem lidar diferente com os filhos, mas são poucos casos, [...]

Norma - Porque ai você trabalhando com grupos, você vê que eles começam a refletir sobre o modos de vida deles mesmo e você vê que há uma..., vamos falar, não seria solução, tá neles, a resposta tá neles pra melhorar o modo de vida deles, em geral né, [...]

Observamos que a categoria trabalho adquire centralidade para os usuários, tendo em vista que a maioria deles associa sua participação nos grupos à possibilidade de melhorar suas condições de vida pela via do trabalho, conforme analisam as profissionais coordenadoras desses grupos,

Carmem - [...] uma coisa que eu percebo nelas, todos, todas elas tão procurando mudança, todas as mulheres que vem, tem algumas que vieram acompanhar as mães, tal [...] você percebe que elas querem mudar, que elas querem trabalhar, elas querem..., não querem mais ter que vir aqui pedir cesta, elas não querem mais depender de Bolsa Família. [...] E a questão do trabalho né, é buscar se sustentar por meio do seu próprio trabalho...

Maria – [...] num dos pedidos de temas que eles pediram esse ano foi a questão de direito trabalhista e que a gente tá vendo quem que a gente poderia trazer, que nós não temos todos os conhecimentos, a gente tem uma informação ou outra, [...] num sei, o que que nós vamos fazer com esse pessoal todo, mais de 100 pessoas, 100 fichas que tem aqui de pessoas que colocaram o desejo, de querer fazer alguma coisa no sentido, até pra gerar renda [...]

Vanessa – [...] elas vem muito em relação ao trabalho, a necessidade desse trabalho [...]

Uma dessas profissionais compara os grupos de transferência de renda aos reflexivos, afirmando que o objetivo da participação da população altera de acordo com o tipo de grupo que frequentam.

Luciana – É que assim, o Renda, o objetivo dele... a população alvo, o objetivo dela é voltar daqui dois anos pro renda, já no reflexivo [...] que é o grupo também que só freqüentam mulheres, o objetivo delas é através desses cursos gerar renda e trabalhar, desenvolver isso do curso que ela tá fazendo, gerar renda em cima desse curso, então assim, o enfoque, elas buscam muito, o interesse delas é muito grande por questões, é, de coisas relacionadas ao trabalho, ao mercado de trabalho, então assim, eu acho que o foco muda nesse sentido.

A falta de trabalho e conseqüentemente a impossibilidade de sustento da família interfere na participação dos usuários nos grupos, conforme demonstra a avaliação de duas assistentes sociais. Merece destaque em uma das falas, a centralidade da família e a sobrecarga que a mulher, sobretudo das famílias pobres vem sofrendo ao assumir suas múltiplas funções, sendo uma delas, a de gestora da pobreza. (GODINHO, 2004). Os grupos de certa forma são interpretados por estes profissionais como momentos para os usuários esquecerem seus problemas, sendo um desses a falta de trabalho.

Luciana [...] aproveite esse momento pra você esquecer dos seus problemas em casa, das brigas com os filhos, da briga com o marido, fique aqui pra você, porque talvez esse momento é o único que a pessoa tem, né, a maioria, aqui no CRAS tem muitos casos que é isso, que a pessoa fica tão envolvida na coleta de recicláveis, [...]

Vanessa – Que quando ela vem buscar auxílio nutricional, essa questão do documento, ela vem em busca da família, ela nunca para e pensa nela, porque a gente trabalha com os grupos a maioria são mulheres e essas mulheres elas estão sempre preocupadas, “ah, meu marido que ta desempregado, é a minha família que não tem o alimento”, então quando vem pro grupo, a gente para e reflete com ela, e ela, e a importância dela nessa família, então a gente tenta trabalhar esse lado também, dela enquanto mulher, ne, enquanto mãe, enquanto esposa, eu acho que é nesses momentos que a gente consegue trabalhar essas questões também, acho que no momento que ela vem solicitar alguma coisa da cesta básica, até reflete, mas ela não consegue, pela necessidade que ela vem, ela não consegue refletir, assim acompanhar tanto, ne,

Essas falas confirmam que as implicações do desemprego geram impactos no campo subjetivo, portanto, sendo a subjetividade determinada por condições bastante concretas e objetivas.

“[...] Isso demonstra o enorme equívoco daqueles que, preconceituosamente, usam a preguiça, falta de vontade de trabalhar, malandragem, e vários outros aspectos depreciativos para explicar por que alguém é pobre ou está desempregado. [...]” (GUIMARÃES, 2004, p. 115)

4.3 Informação e reflexão nos grupos: direção para organização coletiva?

Debateremos nesse tópico a ultrapassagem das esferas informativa/reflexiva para uma perspectiva de participação e organização dos integrantes dos grupos

como um produto a ser alcançado através da dimensão socioeducativa da prática profissional, por considerarmos que

[...] o desenvolvimento do sujeito de direitos, apesar de ser o centro das reuniões socioeducativas, ultrapassa os limites destas. O processo do grupo deve proporcionar atividades coletivas externas a eles. Por exemplo, no território próximo ao local das reuniões, no subdistrito e/ou na cidade. O grupo torna-se um processador de políticas públicas (KAHHALE, 2004, p. 103)

Na análise do PFF/SP/SP foram citadas organização e concretização de feiras de oportunidades e/ou talentos na região, como atividades externas ao grupo. Vale ressaltar que essa dimensão do trabalho (inserção territorial e formação de redes sociais) foi fomentada neste programa, pelas gerências regionais junto com as equipes da Secretaria de Assistência Social.

Dessa forma, avaliamos que a atuação numa perspectiva de organização dos grupos objetivando seu movimento externo, ou seja, a participação da população para além das reuniões socioeducativas, requer articulação com os demais setores da administração pública, no caso aqui referimo-nos à prefeitura, pois consideramos que a proteção social deve ser diretriz de uma política municipal e não atribuída exclusivamente, como convém, à política de assistência social. Nesse aspecto, uma assistente social enfatiza a responsabilização das demais políticas na garantia dos direitos sociais.

Maria – [...] mas você sabe que assistência falta muito né, então muita coisa ainda não, você sabe que não chegou, eu acho que a nossa luta é fazer valer isso, sempre, agora que a gente esbarra num monte de situações estruturais aí, que não depende só do serviço, não depende da assistência, depende de outras políticas, eu não posso dizer que a responsabilidade é só da assistência, entendeu, se a pessoa tem o direito dela ou não garantido.

Porém a realidade revela que a política social é subestimada em detrimento das políticas econômicas; ao priorizar este campo, municípios, estados e país abordam as demais políticas como autônomas e independentes das diretrizes econômicas ditadas pelo projeto neoliberal. A análise realizada por Boschetti e Salvador (2006, p. 52, grifo nosso) ilustra com clareza a priorização da política econômica no Brasil, a qual é reproduzida nas esferas estaduais e municipais: “O Brasil pagou mais de 157 bilhões em juros da dívida em 2005. Esse valor e quatro

vezes superior a todo gasto da União com Saúde em 2005 e **dez vezes** mais o montante dos recursos aplicados na política de assistência social.”

E nesse aspecto, torna-se fundamental e imperativo, “[...] analisar e enfrentar fatores econômicos, ambientais, sociais, pessoais. Isso implica numa atuação macro em face de políticas públicas e organizacionais, ou seja, uma reorganização dos serviços e dos equipamentos de atenção social”. (KAHHALE 2004, p. 103)

Para promover a ultrapassagem da esfera informativa/reflexiva para as esferas participativa/organizativa no trabalho com os grupos, elencamos também como um dos elementos importantes, a própria organização da categoria dos assistentes sociais que precisam “primeiramente”, ou “simultaneamente” envolverem-se em processos da luta social, pois

Se a luta social é complexa e árdua, a participação conjunta permite distribuir as diferentes tarefas entre as diferentes cabeças e forças a partir das suas experiências e possibilidades, fortalecendo ao mesmo tempo os indivíduos no seu conjunto, potencializando e agilizando o trabalho e a pressão coletiva. (VASCONCELOS, 2000, p. 130).

Tal elucidação nos remete a conjectura da indispensável organização dos assistentes sociais enquanto categoria, pois não basta repensar o aspecto social e coletivo do trabalho com grupos, sem que esse aspecto seja repensado a partir da participação conjunta da categoria nos processos de luta social.

A organização da categoria contribui para que o assistente social exerça assim, a função de intelectual orgânico, através da opção por uma ação política vinculada ao projeto de determinada classe, ultrapassando assim a função meramente técnica.

Para além de parecer um chavão, a máxima propalada pelos profissionais: “Como organizar a população se a própria categoria não se organiza?” revela uma realidade.

Compreendemos, porém, que essa não é uma questão situada exclusivamente no âmbito do Serviço Social, mas relaciona-se ao forte refluxo que os movimentos sociais e organizações de trabalhadores enfrentam, sobretudo, a partir da década de 1990. Portanto, entendemos que a discussão a respeito da organização da categoria de Serviço Social, enquanto uma das mediadoras do processo de participação e organização coletiva perpassa por esta problematização.

Esse elemento aparece na avaliação de apenas uma assistente social, quando discute a vinculação do projeto ético-político com a dimensão socioeducativa da prática:

Carmem - [...] eu sinto falta de talvez uma articulação maior do, da própria categoria mesmo, né, eu sinto um pouco de falta disso, [...]

Constatamos pela pesquisa que as participações dos usuários dos grupos em espaços mais coletivos e politizados, como por exemplo em conselhos de direitos, associações de moradores, ocorrem de forma individual, sem relação com o trabalho desenvolvido nos grupos. Portanto, podemos inferir que não há nos grupos um trabalho voltado para que os usuários intervenham na realidade do bairro ou da cidade, ficando mesmo restrito ao âmbito familiar, conforme afirma uma assistente social.

Luciana – Tem, tem, na associação, mas assim, é mais a nível local mesmo, ta, Paula, num é muito...[...] você percebe mais a mudança familiar e no meio deles ali, muito próximo, não tem uma abrangência muito grande não

Norma – [...] tinha um senhor que é da terceira idade, ele era do Conselho Municipal do Idoso, né, ele agora não é mais, não quis mais, então não tem, nenhum que participa de nenhuma associação, fica mais na questão individual mesmo. [...] Assim nessa questão legal, assim não, tem alguns que você sabe que participa da igreja, né, algumas ações da comunidade, mas assim, não em conselhos, né, tem uns dois casais que participam da igreja, ações voltadas pra comunidade e um na questão da, participa bastante da comunidade, mais voltado assim pra parte do esporte, [...] mas assim pontual, não tem nada...

Alguns trabalhos esboçam uma proposição, mesmo que pontual, de ultrapassagem da informação/reflexão para uma intervenção na realidade, compreendendo a demanda que se apresenta, de forma mais política e coletivizada, conforme demonstram as falas abaixo

Norma – Tá mais na questão da reflexão, [...] a gente trabalhou essa questão da comunidade, num, num dos encontros né, a comunidade ideal e a real, então foram traçadas algumas ações pra eles tarem levando, as questões da eleições, os candidatos, porque tem a questão da infraestrutura, então eles traçaram algumas assim, ações pra levar além, não ficar só no grupo, mas ainda nós não tivemos assim a resposta, se (incompreensível) se foram atrás, porque ficou combinado no grupo que eles iam se organizar pra reivindicarem a questão, várias questões lá que ele estão necessitando de infraestrutura e outros né, então nós não tivemos ainda o retorno, [...]

Joana – [...] vamos discutir um pouquinho o retorno pra escola, ne, como que fica isso, de voltar a estudar, e aí a partir dessas discussões que foram assim, teve um tempo grande discutindo isso, aí elas mesmas tiveram a iniciativa de tá se dividindo no grupo e tá fazendo uma pesquisa no bairro, foi uma iniciativa delas, então o grupo, nós, junto com elas, elaboramos um instrumental de pesquisa e elas se dividiram e cada grupo ficou responsável por uma rua e fizeram uma pesquisa, elaboramos um documento, mandamos na Secretaria de Educação, infelizmente assim, por isso que aí que eu falo que não teve ainda resultado, porque ainda não conseguimos o supletivo, teve milhões de desculpas pra não ter, não conseguimos ainda, isso deu uma desanimada no grupo até, a gente precisa até retomar isso com elas, mas eu achei assim interessante a iniciativa, né, de elaborar um documento, de fazer pesquisa no bairro, isso eu achei um ponto muito legal e partiu do grupo, não partiu da gente, a gente só foi assim, organizando e conduzindo.

Em um dos grupos o profissional vem fomentando processos de discussão a respeito da importância da inserção dos integrantes na associação de moradores do bairro, como uma forma da população ocupar esse espaço político.

Joana – [...] é um grupo que assim tem pessoas ali que você percebe que tem espírito de liderança, inclusive agora nos estamos tentando trabalhar com elas pra até sair desse grupo, e, presidente do bairro aqui, pra montar uma associação pro bairro, porque hoje, a associação tá assim morta ne, tá legalizada, mas daquele jeito como sempre foi, ne, então a gente tá tentando agora cutucar um pouquinho elas pra desse grupo sair uma função pra representar o bairro [...] a gente percebe que elas estão interessadas porque tão vendo que o bairro tá precisando de uma representação assim, e com essa representação consegue um monte de coisa pro bairro, consegue melhorias, consegue, e elas tão interessadas, a gente vem amadurecendo essa conversa e o ano que vem tem de novo, as eleições pra presidente do bairro, então a gente tá tentando ver se sai alguma coisa daqui desse grupo, que eu acho legal, que são pessoas que estão aqui [...], tão participando, tão sendo informadas, que tem o apoio do CRAS, dos profissionais, então acho que é legal, sai daqui, um grupo assim que vai contribuir pro bairro, que vai contribuir pras reuniões intersetoriais com os profissionais daqui.

As reuniões intersetoriais também se destacam como espaços externos ao grupo, cuja importância de participação da população é ressaltada por essa mesma profissional.

Joana - Então, a gente tem, Rio Preto agora, ne, tá tendo um trabalho intersetorial [...], a gente tá levando muito a sério esse trabalho de intersetorial, nas reuniões a gente tem discutido, com a rede que atende aqui a região de como tá, e, que forma que pode tá fazendo pra melhorar o bairro, pra melhorar, pra ter mais recursos e assim, a gente também tem até pedido a participação de algumas pessoas do grupo nessas reuniões, que é importante a população participar.

A perspectiva de atuação do assistente social com grupos voltada à participação e organização da população para compreensão crítica e intervenção na

realidade é analisada por uma profissional como fruto da apreensão do profissional a respeito do projeto ético-político da profissão, concluindo que o trabalho voltado à ação coletiva não é realizado. Essa profissional confirma a perspectiva assumida nessa dissertação, qual seja: a direção do trabalho com grupos exige clareza quanto à opção política do profissional.

Maria – [...] eu não sei, isso aí, eu vejo assim, eu acho que depende muito de cada profissional, até se ele entende qual que é o projeto, [...] se o profissional ele sabe qual que é esse projeto da profissão, eu vejo assim, se for pruma questão macro, de levar esse grupo a uma participação que ele enxergue o coletivo, e que ele vá ter uma ação coletiva, pra ter algumas mudanças ali, de comunidade, sei lá, a nível mais macro, eu acredito que isso não é feito [...]

Alguns profissionais justificam que a permanência das atividades nos grupos nas esferas informativas e reflexivas ocorre em função da ausência de condições para propor ações que movimente os integrantes para a realidade externa ao grupo, ou ainda referem que por ser um trabalho novo, a população está tomando conhecimento desse processo, situando portanto essas ações no plano futuro, como um estágio a ser atingido pelo trabalho.

Luciana – Não, eu acho que a gente também não tem nem pernas pra isso, ainda não. [...] eu acho que pra eles também é uma coisa muito nova, e, e, é um trabalho diferente que eles tão tomando pé a pouco tempo.

Vanessa – É que é tudo novo esses grupos, acho que ainda não chegou nesse nível ainda ne,

Carmem - [...] futuramente a gente tem que tentar alguma coisa sim, tem que fazer alguma coisa de organização coletiva pra que elas reivindiquem algumas coisas e até assim, esse grupo ele já consegue enxergar a questão de várias situações [...] já sabem bastante dos seus direitos, já conseguem reivindicar pra nós, mas não vão fora reivindicar também, então eu acho assim que ele pode caminhar pra esse, nesse sentido de organização.

Na avaliação de dois profissionais, a privação dos participantes do grupo, sobretudo em termos de falta de infra-estrutura dos bairros onde residem é o motivo que impulsiona o movimento externo para reivindicações mais coletivas

Luciana – As vezes assim, por exemplo, [...] é um bairro que a gente percebe algumas reivindicações, mas eu não te digo que é pelo grupo, é as vezes pela situação que eles vivem, da dificuldade, de falta de estrutura física, de falta de equipamentos sociais, falta tudo lá! [...] eles até tem a participação no grupo, que surgem as coisas no grupo, mas a gente sabe que é uma reivindicação que já vem da vida deles mesmo, cotidiano, da dificuldade diária é que se organizam...

Norma – [...] nesse grupo foi, até porque a realidade deles lá é outra, que aqui eles tem, lá eles não tem coisas que aqui [...] já tem, nessa área já tem, então eles pensam de uma outra forma lá, então foi trabalhado isso daí sim, mas assim, não vê assim, você percebe que parece que vai sair alguma coisa, mas depois conversando você vê que, meio que ficou parado, (incompreensível) tem que tá sempre reforçando, tá voltando, se você ver que não vai da em nada, voltar de novo no tema e voltar na reflexão, tem que fazer a repetição.

Consideramos a interlocução com os movimentos sociais uma importante estratégia de trabalho voltado à participação e organização dos integrantes dos grupos na realidade do bairro ou da cidade. Percebemos nas entrevistas que esse diálogo não é priorizado pelos profissionais. Alguns profissionais elencam a participação de organizações da sociedade civil, conforme demonstra a fala a seguir.

Luciana – [...] tem o SENAC que participa ativamente, tá buscando outras coisas, tem outras Secretarias, tem igrejas, tem Rotary, a gente procura envolver todo mundo, o SENAC é muito presente, só que até hoje não conseguem desenvolver nada ali dentro por conta disso, o que que eles conseguem as vezes sabe, oferecer algumas vagas de curso pra população, aí você percebe que assim, quando tira de lá que vai pra onde tem que ir, porque desenvolver ali é muito difícil, não há adesão, tem uma e, e, e uma...uma apatia da população ali sabe, que já não tem mais interesse, são famílias muito sofridas com muitos problemas [...]

Notamos que na avaliação dos profissionais a respeito de um trabalho voltado ao movimento externo dos participantes, predominam análises que “culpabilizam” os integrantes pela falta de participação e organização, considerar a população apática, pelo contexto de sofrimento em que se encontra inserida, ou como dependentes.

Norma - A questão do grupo do renda ele tem muito a questão da dependência, né, sempre depender de algum outro, a gente percebe muito a questão da dependência deles

Carmem - Eu acho assim, que o território que nós estamos, [...] mas assim, eu não vejo, por exemplo, uma associação de bairros organizada, eu não vejo isso, aqui no território que a gente tá, a gente tava até comentando que a demanda de habitação que tem aqui nesse local é muito grande e assim, e eles não se organizam, não existe uma associação de bairros organizada pra reivindicar isso, acho até que é um dos, o CRAS deveria tá, num sei, tentando mobilizar isso com as pessoas, mas eu acho que assim, que não existe aqui no território essa, uma liderança que consegue abrigar isso, [...] um núcleo único que consiga dá essa força e juntar as pessoas.

Alguns profissionais ressaltam a vontade e a necessidade de desenvolverem um trabalho voltado à organização da população, porém elencam algumas dificuldades de conduzirem a direção dos grupos para essa perspectiva, como por exemplo, a ausência de capacitação e a atuação profissional de forma isolada.

Joana - Então, a gente tá tentando, e um início, tá começando pela associação, mas ainda não tem nada elaborado, por isso que eu falo sabe, é isso, quando eu falo de grupo, é isso que eu tenho vontade, que eu sinto necessidade de conduzir dessa forma, de fazer o grupo participar mesmo desses movimentos, não e só vir aqui discutir “teminha” e vai pra casa, é isso que eu falo, entendeu, essa necessidade que eu sinto de ter uma capacitação, a gente tá tentando por nós mesmos assim, pela associação, mas ainda não tem nenhuma participação grande assim, não tem. [...] Eu acho que falta também assim capacitação, eu confesso profissionalmente a gente não tem essa capacitação, a gente também enquanto profissional a gente também não busca, não... fazer esse trabalho com o grupo, acho que também falta um pouco em nós também, né, essa elaboração, essa organização de como fazer também, nem sei como fazer isso também, então é nesse sentido que eu tenho vontade, acho, eu vejo que é importante fazer um trabalho assim, mas eu não sei como, por isso que eu...

Maria – Eu acho que a reivindicação até tem, mas isso não tem sido assim, levado o pessoal a ter uma participação maior, de mobilizar, de juntar outras, é, eu falo assim, a gente ainda tá muito sozinho, a gente não tem assim, algumas, nós não estamos junto, vamos supor, com uma associação de bairro, nós não estamos junto com conselho da saúde, nós, as ações ainda estão muito perdidas, elas, pode até ser que tenha, mas a gente não conseguiu ainda juntar isso que a pessoa tá levantando aqui, né, com os movimentos que tem, que eu não sei nem se o movimento, (incompreensível) que as vezes pode ter, tem o conselho lá da saúde, né, vamos supor, nós ainda não temos acesso a eles, nós não sabemos o que eles discutem, nós não chegamos nesse estágio [...]

Concluimos, a partir do exposto nesse item, que o exercício da dimensão socioeducativa com grupos carrega a possibilidade de conduzir o trabalho em determinada direção, transformando os processos individuais em demandas politizadas no contexto social considerando suas determinações coletivas.

O entendimento político por parte da população com a qual trabalhamos, e também nosso, por meio de uma metodologia dialógica (FREIRE, 1987), é o que contribui para a compreensão de que o problema “do indivíduo”, embora tenha especificidades e singularidades, as quais devem ser respeitadas e consideradas, faz parte de um contexto social mais amplo.

E, sendo assim, não é somente de um indivíduo, mas relaciona-se a um coletivo vinculado a determinada forma de organização social, tanto micro quanto macro. Essa análise abre a possibilidade para que os interesses e necessidades individuais transformem-se e expressem-se enquanto interesses e necessidades coletivas.

Todavia, é preciso assinalar que esse processo não ocorre de forma espontânea, e nesse sentido, o trabalho do assistente social com grupos pode contribuir na articulação dos interesses e necessidades da população numa

perspectiva de demandas coletivas, ou cooperar para o seu inverso, ou seja, transformar expressões da questão social em demandas individuais, de ordem psicológica e moral. Portanto, trata-se de um movimento, por vezes contraditório e difícil, o qual vincula o micro ao macro, o indivíduo ao coletivo, o imediato ao mediato, o subjetivo ao objetivo.

Tal processo ocorre mediatizado pelo exercício da dimensão socioeducativa, sendo fundamental o empreendimento de uma prática que objetive a desconstrução de consensos tendo em vista que “[...] o assistente social, através do repasse de serviços assistenciais, participa de um processo de ideologização do real e de difusão de normas de conduta, base de sustentação das estratégias de controle do capital sobre o trabalho.” (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 143). Portanto, faz-se necessário uma ação que caminhe na direção da desconstrução da aparência do real, tendo em vista que este se apresenta de forma ideologizada por padrões estabelecidos pelas relações dominantes ora vigentes. E, nessa perspectiva,

[...] ainda que possam resultar em condições psicológicas favoráveis para os participantes, ou em ganhos materiais, o trabalho dos assistentes sociais tem por horizonte a promoção de uma participação efetiva dos envolvidos na luta pela construção de uma organização social sobre outras bases que não sejam a dominação e exploração de classe. (VASCONCELOS, 2000, p. 127)

4.4 Trabalho com grupos nos CRAS: limites e possibilidades

A excessiva demanda de trabalho nos CRAS é pontuada por todos profissionais como dificultadores ao desenvolvimento do trabalho com os grupos, evidencia-se nesse contexto o “atendimento de caso”. Os mesmos relatam que são cobrados e pressionados para executarem o trabalho com grupos, porém não contam com a estrutura necessária, em termos de recursos humanos, bem como infra-estrutura física.

Maria – [...] e o que se quer hoje, e o que se exige, é que se trabalhe com isso aí [famílias do PBF], então a nossa grande luta tá assim, trabalhar o que, aonde a gente quer chegar, o que que a gente tem de proposta e, como que a gente vai também chamar esse pessoal pro CRAS, (incompreensível) recebi uma listagem de 700, quase 700 famílias de Bolsa Família, do território pra visitar e que nos tínhamos que identificar e chamar essas famílias pro CRAS, tava conversando sobre isso também, né, e nos estávamos ontem sentados discutindo como que não dá pra fazer isso, primeiro, você vai chamar pra que, primeiro você tem que ouvir, se você vai ouvir, nós temos pra oferecer aquilo que a gente vai ouvir?, a gente não

sabe, como que nós vamos formar mais grupos com o pessoal pra tratar o que, dentro da estrutura que nós temos, de tempo de trabalho durante a semana, de acesso, acolhimento, psicossocial, nas visitas, com os acompanhamentos de caso, de vara da infância, conselho tutelar, os casos que nos temos acompanhado aqui, mais o atendimento diário, mais demanda de cesta básica, então eu acho muuuito complicado. [...] E tá tendo uma cobrança assim que essa lista já foi entregue já faz, acho que duas semanas e o que foi feito (incompreensível).

Carmem - Agora [...] a gente tenta trabalhar no grupo sim [...] e porque o trabalho que a gente tem, a demanda que a gente tem (rss) não dá pra fazer grupo infelizmente, embora o pessoal veio pra ajudar, é muito trabalho, muito, muito, muito e assim a gente não consegue conquistar nem metade das coisas que o CRAS deveria fazer, busca ativa de famílias é uma coisa que tá longe do nosso pensamento [...] como chegar nisso.

Joana – [...] o que tem também tomado, sugado a equipe é que assim, a equipe [...] a gente tem que dá conta de toda essa demanda que chega, e que chega todos os dias, que não é só o grupo, aí é curso, [...], aí é caso de conselho, é caso de judiciário, é reunião intersetorial, então assim, [...] são coisas, uma diferente da outra, que a gente tem que dá conta de tudo, claro que não fazemos tudo como... é, bem, né, assim, sempre se deixa alguma coisa a desejar, sempre. [...] e isso às vezes suga muito a equipe, e às vezes assim, a gente não consegue dá toda atenção pro grupo como gostaria, né, então aí não tem tempo de tá planejando como gostaria, né, não tem tempo de tá buscando, é, coisas novas pro grupo como gostaria, porque o outro, os outros trabalhos sugam a gente, somos cobrados por isso, né, a gente sempre senta na equipe, sempre conversa sobre isso, porque eles cobram muito do CRAS, [...] isso tem sugado muito a gente, muito, além da falta de capacitação pra grupos [em] específico, também tem essa questão que nós somos cobrados muito, muito, muito, a gente tem que dá conta, [...]

Relacionadas às condições objetivas de realização dos grupos, os profissionais manifestam certo desgaste, frustração, impotência e angústia com o desenvolvimento do trabalho com os grupos. Uma das profissionais amplia a análise, situando as dificuldades encontradas no desenvolvimento desse trabalho à forma como a política de assistência é executada.

Joana – [...] não sei se essa minha angústia assim que eu tenho, a assistência ela não é, tem que organizar, enquanto política ainda não é organizada, você vê a saúde tão organizada e a política, e a assistência ainda não é, você faz tudo, e ao mesmo tempo você acaba não fazendo nada, é uma angústia minha assim, muuuito grande, principalmente no caso do CRAS, ne, que é isso, eu não consigo me dedicar a uma coisa só, ne, eu tenho que dá conta de tudo porque eu sou cobrada por isso e quando eu vejo, eu falo que eu me sinto como se eu não tivesse feito nada, tem sido uma angústia muito grande minha, daí que as vezes a gente tem faltado com os grupos por conta que você não consegue se dedicar, buscar referencial teórico pra trabalhar nos grupos, você não consegue estudar, você não consegue fortalecer mais o que a gente poderia, tem possibilidade de fazer, por conta disso, a gente tá tão assim, engolida com o cotidiano do trabalho, que tem outras demandas, porque assim, a gente trabalha com tudo, e, o grupo é uma coisa, [...] aí você tem um batalhão de casos que chega todos os dias aqui, então são casos novos, casos que estão em andamento, todos os dias, você tem os atendimentos, você tem as

reuniões, você tem os relatórios, você tem prazo pra entregar, então é muita coisa, [...] você tem que dá conta, então é uma angustia muuito forte minha, que tem hora que dá vontade de sair correndo.

Norma - [...] agora o limite é o próprio trabalho com grupo né, que é difícil montar um grupo, (incompreensível) conseguir essa integração, é, que mais, os profissionais são insuficientes né, então às vezes você tem que se desdobrar em várias pra dar conta da demanda, né que a demanda é grande, então as dificuldades acho que é isso, acho que deveria assim investir mais no trabalho com grupos e na equipe técnica pra poder trabalhar com, o próprio profissional trabalhar legal né, senão até ele trabalha desgastado, já vai desgastado pros grupos né, [...]

Luciana [...] alguma coisa do grupo acho ele leva, eu acredito que ele leva, então isso é que deixa a gente um pouquinho mais aliviado, mas enquanto profissional, enquanto técnico atuando tem uma frustração muito grande, tem uma, uma, um sentimento de impotência, e de não saber o que fazer, como fazer, mistura tudo isso, o que que você tá proporcionando, o que que você ta melhorando na vida da pessoa quando e o grupo que ela e obrigada a participar, quando e um grupo que ela não veio por adesão, e já em outros casos você sabe que há essa mudança, que tem essa disponibilidade

Outro dificultador elencado pelos assistentes sociais que atuam com os grupos refere-se ao fato do atendimento emergencial com cesta básica permanecer na estrutura do CRAS, o que na avaliação destes, embora seja uma forma de estabelecer vínculo com a população, configurando-se em “uma porta de entrada”, compromete o desenvolvimento do trabalho com grupos.

Maria - [...] eu acho que tinha que ter uma mudança, do trabalho as vezes, de algumas coisas que é feita aqui, não devia ser feito, principalmente com relação de cesta, entrega de cesta, eu acho que não devia estar aqui, [...] Ainda esta no CRAS e isso requer um tempo muito grande de cada profissional, fica no acesso, ne, ela ta fazendo esse serviço, tudo bem, ta sendo a porta de entrada do CRAS e através disso a gente tem conseguido, é, criar um vinculo e se aproximar um pouco mais das pessoas, mas isso ainda ta muito empregnado e tá difícil de sair porque demandou muito tempo nisso, [...] eu acho que essa questão de, o atendimento emergencial ai, né, esse atendimento de cesta básica, ele tinha que nem ter entrado no CRAS, eu acho que, porque a gente compara isso com os CRAS que fazem isso, com os CRAS que não faz, o trabalho é totalmente diferenciado, os resultados são outros, então talvez se tirasse isso, acho que a primeira coisa que tinha que tirar, era isso.

Norma - [...] eu acho assim, a cesta básica é um grande, ela emperra o trabalho do CRAS, porque a gente fica, às vezes a gente fica desgastado com a cesta básica, era pra não ter cesta básica no CRAS, (incompreensível) que nem, tem vários cursos que são previstos para as famílias do programa bolsa família, cursos, cursos até que você acha importante né, e eles querem a cesta básica, eles não querem curso, então a gente tá meio que levando pra refletir a questão da capacitação, que seria a porta de saída do CRAS, né, entra com a cesta, sai capacitado né, não sei, a idéia é essa, então né a busca também ativa, né, das famílias do bolsa família e do BPC, ainda falta muito...

Luciana – [...] a gente aqui ainda faz trabalho de NAS, né, nos temos atendimento da cesta, nos temos o atendimento da documentação e nesses atendimentos e que a gente busca as pessoas para o grupo... [...] Olha, eu to vendo de forma positiva, eu acho que ta tendo adesão...e....

Apesar desses limites, é de suma importância destacar que a pesquisa identificou muitas possibilidades abertas pelo desenvolvimento do trabalho com grupos nos CRAS.

Notamos que os profissionais encontram-se num processo de indagação e avaliação quanto às práticas executadas com os grupos. Cabe reafirmar que os entrevistados consideram a perspectiva de trabalho com grupos algo novo, cuja ênfase foi introduzida a partir do SUAS.

Luciana – [...] eu tenho plena consciência que a gente erra muito também, ne, a gente tenta as vezes... [...] A gente tenta acertar e acaba errando, a gente ainda não tem definido qual é o caminho de trabalho pra esses grupos, eu acho que a gente ta começando agora, ta aprendendo agora.

Maria – [...] sempre foi-se assim, tem que se trabalhar com grupos, tem que se trabalhar com grupos, mas eu acho assim, que que a gente quer com o grupo, aonde a gente quer chegar com esse grupo, a gente não, não, não estabelece algumas metas, então, eu vou formar esse grupo pra que?, aonde que a gente quer chegar com isso?

Relacionado à esse processo, os profissionais se mostram preocupados em discutir como os participantes temas a partir das demandas e necessidades colocadas por estes, o que revela a busca por uma postura pedagógica preconizada pela dialogicidade entre profissionais e usuário.

Vanessa – A gente ouve muito as famílias, qual é a necessidade dessas famílias, tamo fazendo isso [...]

Norma - Tudo deles né, a gente faz um levantamento, que eles querem tá sabendo, né e ai de acordo com o que eles queiram saber a gente ta buscando, então a gente busca (incompreensível) a definição dos temas.

Joana – [...] a gente não planeja isso só com a equipe, a gente planeja com os grupos também, a gente tenta sempre ta perguntando pra eles, ne, que que eles querem, se aquele tema já ta bom, se já esgotou, se já pode passar pro próximo, sempre pede também pra eles trazerem coisas novas, e dessa forma que a gente...

Maria – [...] porque geralmente quando você faz essas reuniões, que você levanta assuntos, você tem que discutir aquilo que ta de interesse deles, [...]

Associado ao estabelecimento da busca por novas atitudes profissionais destacamos algumas análises das entrevistadas que questionam a imposição do

trabalho às famílias, como algo de “de cima para baixo”, o que podemos considerar como posturas tradicionais no Serviço Social.

Vanessa – O que é interessante desses cursos que estão vindo agora é o seguinte, eles não são assim impostos, e, escuta-se a população, vê qual é a melhor adesão a esses cursos e a partir daí busca-se os cursos que a população mais tem adesão e procura mesmo, então não tá assim dentro, isso que é interessante, que vem de novo né, porque até então era tudo imposto e esses cursos tão vindo aquilo que a população adere.

Joana – [...] a gente tem também que respeitar o que a família quer no momento, as vezes a família não quer, não quer participar de grupo, não tá interessada, e as vezes a gente também critica: ah, a família não tá nem aí, não quer, então a gente também precisa ter maturidade de entender isso, de respeitar o que a família quer também, tem famílias que só querem aquele encaminhamento e pronto, ela não quer outra intervenção, então precisa respeitar, mas a gente tenta, tenta ver se é isso mesmo, tenta buscar um pouquinho, tenta estabelecer esse vínculo, se a gente percebe que a família, se aquilo pra ela tá bom, é aquilo só e pronto, a gente tenta respeitar, e colocar a disposição da família pra quando ela precisar a gente tá aqui, então, precisa também ter essa leitura.

A constituição dos grupos nos CRAS traz a perspectiva de sociabilidade comunitária, considerando o contexto de privatização do espaço público, o qual é abordado por Luz, (2005), a partir do esvaziamento e perdas de vínculos com associações e órgãos de classe, tendo em vista o papel fundamental que desempenhavam no processo político educativo, como por exemplo, na luta por direitos trabalhistas.

Nesse aspecto, a pesquisa identificou que os grupos se compõem para seus participantes em importantes espaços públicos de sociabilidade, comprovando que, “[...] o trabalho comunitário pode sintetizar um veículo imprescindível de alcance desta população que deixa de conviver nas fábricas (por exemplo), mas não deixa de viver nos territórios.” (LUZ, 2005, p. 16)

Nesse contexto, merece destaque o grupo da terceira idade por caracterizar-se como um grupo de convivência, o qual provoca alterações no bem-estar físico e emocional de seus integrantes, conforme demonstra a avaliação de uma assistente social.

Vanessa [...] por exemplo, no grupo de terceira idade, você percebe assim, tem muitos depoimentos assim, “ah, eu tinha uma depressão muito forte, só ficava em casa, só tomava medicamento e depois que começou a participar desses grupos teve um desenvolvimento muito grande dessas pessoas, de medicação, do ficar em casa, tem uma senhora que ela desenvolveu muito, até no caminhar, nos movimentos dela mesmo porque tem uma dança

terapia que tem ações com a terceira idade também, (incompreensível) então você vê um desenvolvimento muito grande nesses grupos.

A partir das entrevistas com as assistentes sociais e dos questionários aplicados com os componentes dos grupos foi possível identificar, o quanto estes lugares tornam-se representativos para seus participantes, possibilitando a alguns de seus membros transformações concretas no cotidiano de opressão e violência pessoal/social a que estão submetidos.

Através das respostas à questão do que os participantes mais gostam no grupo, foi possível constatar que este espaço têm um significado muito importante para seus membros, sendo uma das questões que mais obtivemos respostas diretas e menos evasivas. Dos 60 questionários aplicados, apenas 1 (uma) participante, de um dos grupos, diz não gostar de nada e outra não respondeu.

Nos grupos reflexivos sobressai a questão da sociabilidade entre os membros, representada por palavras como amizade, sinceridade, aprendizado, sendo as declarações mais expressivas: “A relação com os colegas, os ensinamentos das reuniões, ter mais diálogo com as pessoas” “Contato com outras pessoas”, “Conheci muitas pessoas”, “A participação das pessoas e diversidade de opiniões”

A relação com os funcionários foi destacada por um participante como algo que mais gosta no grupo: “O companheirismo dos funcionários em nos ajudar e esclarecerem coisas” Apenas 1(uma) participante citou os cursos.

A questão da sociabilidade também foi associada à informação, conforme podemos constatar nas respostas: “Ficar atualizada”, “Conversar coisa que agente não sabe”, “Tudo, porque as reuniões ensinam o que precisamos ouvir”, “As discussões, os temas, os cursos”, “Dos assuntos, as conversas, as risadas”.

Alguns membros também realçaram através de suas respostas, as atividades mais práticas e externas ao grupo: “Ir para piscina, se divertir com as pessoas”, “Das atividades e dinâmicas”, “Passeios e dinâmicas”, “Das gincanas”. Prevaleceu as descrições que pontuam o relacionamento entre os integrantes desses grupos reflexivos, com 16 (dezesesseis) afirmações do tipo: “A amizade e também a harmonia entre nos”, “Conversar com pessoas que eu não conheço”, “Dividir os meus sentimentos” “De tudo, mais das amizade” “Das pessoas”

Nos grupos de transferência de renda, os participantes também enfatizaram o grupo como algo muito positivo em suas vidas, denotando igualmente aos demais

grupos, que este se configura em um lócus privilegiado de sociabilidade, conforme demonstram as respostas: “Das amizades”, “Se reunir troca de idéia, o fato de estar aqui e importante”, “Da amizade e da união entre as pessoas”.

Como se trata de um grupo vinculado a cursos, os integrantes destacaram a questão do trabalho, do aprendizado, porém é importante destacar que a maioria das respostas referentes a esse ponto somaram-se ao relacionamento com os integrantes do grupo: “Do trabalho da caixinha e as colegas”, “De todas as pessoas, gosta de trabalhar, pintar”, “Da amizades e ao mesmo tempo aprender”, “De aprender, pedraria – e das amizades”, “Encontrar todas as meninas, bater papo, aprender algo diferente”, “Do meu trabalho de bordar e também de estar com as pessoas”

O trabalho isoladamente também é citado por 3 (três) participantes: “Pintar”, “Aprender um trabalho novo”, “Aprender nova profissão”, “Eu gosto muito de trabalhos manuais” Portanto constatamos que a questão do trabalho adquire destaque nos grupos de transferência de renda, seja citado isoladamente ou associado com outras respostas.

Duas integrantes afirmam que o que mais gostam é a palestra da saúde, realizada pela equipe do DST/Aids.

Dessa forma, os grupos se configuram em espaços potencialmente capazes de provocarem rupturas com processos de subalternização, como por exemplo, pelo debate e divulgação de órgãos de direitos anteriormente desconhecidos, como podemos identificar nas falas sobre as mudanças de atitudes de algumas mulheres em relação à violência doméstica.

Norma - A questão da violência doméstica, né, quando se trabalhou a lei Maria da Penha, né, você vê que elas mesmas, né, trazem os exemplos delas, né, [...] foram atrás dos direitos, denunciaram né, a questão...foram atrás dos seus direitos mesmo, não conheciam, muitos não conheciam né, nem o que era a DDM [Delegacia de Defesa da Mulher], o Centro de Referência [da mulher], então elas foram atrás dessa questão, de denunciar, dos direitos delas mesmo, de liberdade, de ser mulher, então elas tão indo atrás, [...]

Luciana [...] nós temos algumas questões de pessoas que melhoram o relacionamento com o filho, melhora o relacionamento com o marido, quebra um ciclo vicioso, com o marido, se separa, e isso você depois começa a perceber que, é assim, numa fala que teve no grupo, a pessoa consegue despertar e aí ela mesma já começa a evoluir nessa mudança pra vida dela, mas não são, é, assim, de primeiro atendimento, de primeira vez de participação, a gente percebe isso quando a pessoa tem uma participação efetiva no grupo, ela vem já de algum tempo, então, depois ela relata que ela, “olha, aquele dia no grupo eu consegui, depois chegar em

casa fazer isso, eu consegui mudar minha atitude enquanto meu marido, porque nos temos também uma parceria com a Secretaria de Defesa da Mulher, tem palestras, tem o pessoal do GL DST/Aids, GLBT participam conosco, tanto na orientação de doenças sexualmente transmissíveis quanto das outras questões, então há uma mudança de postura, pequena! pequena!, a gente queria até maior, mas você percebe que em alguns casos há uma mudança sim, [...]

A maioria das análises profissionais a respeito dos resultados alcançados através do trabalho com os grupos os situam no âmbito da mudança individual de alguns participantes, com forte ênfase à questão da auto-estima. Cabe ressaltar nessas falas que a questão da auto-estima encontra-se relacionada ao trabalho.

Carmem - Olha, do curso que já acabou, que vai terminar agora no final do mês, mas a gente [...] nós temos umas três mulheres que conseguem trabalhar como manicure, uma delas, ela procurou o CRAS numa situação muito difícil, assim, deprimida, [...] totalmente depende dos pais, você percebe, ela é uma outra pessoa, ela tinha vergonha de vir aqui, vergonha de conversar, vergonha de pedir, você percebe assim, que houve uma mudança sim, positiva nela, tanto em termos de auto-estima, de renda, de conseguir trabalho, de tá... de fazer alguma coisa, foi interessante que quando ela teve aqui no grupo, a gente falou assim: óh, nos vamos ter um curso de manicure, ela disse assim “esse é meu sonho” mas assim, é muito legal poder atender os sonho das pessoas, que elas queriam fazer, então ela, então são três que estão assim, realmente conseguiu trabalhar [...] trabalhar todos os dias, que já tem isso fixo, estão com os clientes fixos...

Joana – [...] a gente percebeu isso, assim, que foram, que tão buscando, que tão melhorando, a auto-estima, muitas delas a gente percebe assim, quando entrou tinha uma auto-estima muito baixa, muito assim, até no jeito de vestir, de se comportar e hoje estão até mais bonitas, tão buscando, tão indo atrás, como mulher estão mais fortalecidas, eu tenho percebido isso, nesse sentido até, no modo físico mesmo, esses dias eu tava falando com uma usuária que quando ela entrou, ela tava falando isso pra mim, que assim, ela tava de um jeito tão pra baixo, com a auto-estima dela tão lá embaixo, que ela não conseguia nem passar um batom, nem assim, se arrumar pra ela mesmo, ela não conseguia fazer isso e hoje como ela tá bonita, ela já sai, tá trabalhando, tá tendo o dinheiro dela, conseguiu várias coisas assim, de direito dela, ela conseguiu melhorar o relacionamento com o mari, com o companheiro que tava complicado, situação de violência também e hoje ela conseguiu mudar isso e assim como ela mudou assim, você olha pra ela, você conversa com ela, é uma outra pessoa e ela até disse pra mim que isso foi a partir da participação no grupo, que as vezes a gente acha que isso não acontece, a gente não acredita que o grupo e capaz disso.

4.4.1 Focalização e Seletividade: contribuição a um sistema de desproteção social

A proteção social no Brasil, conforme descrito no capítulo 1 caracterizou-se como uma proteção via inserção no mercado formal de trabalho, o que nos leva a

afirmar que hoje, dada a informalidade do trabalho na sociedade brasileira, a maioria da população encontra-se em situação de desproteção social, garantida por essa via.⁹⁹ A estes desprotegidos socialmente,

[...] Existe ainda uma rede assistencial, de administração privada e estatal, destinada aos não incluídos na provisão previdenciária e de saúde. Assim, paralelamente, desenvolveu-se uma assistência aos pobres, em geral associada ao estigma de pobreza e dependência, considerada decorrente de falha no mercado. (CAMPOS, 2004, p. 27)

Portanto, o “sistema de proteção social brasileiro” revela em grande medida uma estruturação baseada no discurso da inclusão social, sobretudo pelo trabalho, tendo se instalado nesses moldes a partir dos anos 1960-1970, quando avança no Brasil um projeto de priorização do econômico em detrimento das demandas sociais, o qual resguardou os interesses internacionais, fato comprovado através da forte intervenção do capital estrangeiro no país.

Portanto, esse sistema instala-se a partir de “[...] uma hierarquia em três níveis de atendimento aos riscos: o grupo dos pobres com ajuda direta do Estado; um segmento intermediário aberto pelos seguros sociais¹⁰⁰, e os ricos, providos pelo mercado.” (CAMPOS, 2004, p. 27)

É precisamente com “o grupo dos pobres com ajuda direta do Estado” que a política de assistência vai executar suas ações, porém de forma restrita em função da característica de focalização e seletividade, marcas permanentes na condução das políticas sociais brasileiras.

Essa característica exclui grande parte da população usuária dos serviços oferecidos, sendo o assistente social um dos profissionais requisitados para atuar no processo de exclusão, onde, através do exercício de uma de suas atribuições – a triagem social – impõe-se a delimitação de quem será atendido, a partir de uma escala hierarquizada de níveis de pobreza que possibilite selecionar dentre os mais pobres, os miseráveis, fato comprovado através da descrição de uma assistente social a respeito ao que ela denomina de “excluir os excluídos”

Maria – [...] nós estamos aqui no CRAS ta vindo em média de 15 a 20 pessoas mês nova, nós continuamos com o mesmo tipo de, de serviço, de

⁹⁹ A previdência exclui cerca de 49% da população economicamente ativa do seu sistema de proteção social, tendo em vista não estarem inseridos no mercado formal. (CAMPOS, 2004, p. 26)

¹⁰⁰ Cabe ressaltar que esse segmento intermediário, mais popularmente conhecido como classe média, tem feito, muitas vezes, um esforço para comprar os seguros sociais da iniciativa privada, os quais são oferecidos pelo Estado, porém com qualidade bastante questionável, como por exemplo, saúde e educação, os quais estão sendo pagos duplamente, pois estes serviços já foram saldados via pagamento de impostos.

(incompreensível) aí a gente entra naquele sistema que você conhece, de atender, **excluir os excluídos**, pra ver quem que nós vamos tirar, no serviço, às vezes no atendimento fazemos essa prática, nós temos tido pessoas que estão com uma renda fixa, que tem uma condição um pouco melhor daquela que não tem nenhuma renda, que tem maior número de filhos, [...] aí tira o direito dele, passa pro direito do outro, [...] que não tem como atender todo mundo, entra nessa questão, a pessoa tem direito a habitação, você até informa, você fala, mas quando chega na hora da pessoa vale seu direito, ela não tem, [...]

A partir do exposto, consideramos que a focalização tem contribuído para o processo de exclusão integrativa, conferindo às ações profissionais um caráter de seletividade, representativo de uma perversidade tanto para usuários, demandatários da política de assistência, quanto para os profissionais executores da mesma. Essa perspectiva legitima a desigualdade social no contexto macro e micro, contrariando assim a garantia formalmente garantida no texto constitucional de 1988 que versa sobre a universalização dos direitos sociais.

Essa ótica da chamada “focalização¹⁰¹”, a partir de indicadores de diferentes condições sociais dos beneficiários, é recorrente como tendência da política social após os anos 1990. Seu objetivo é garantir gastos localizados para resolver problemas específicos de sobrevivência de uma população selecionada por critérios firmes (CAMPOS, 2004, p. 29)

Conforme já descrito na metodologia, dos quatro grupos pesquisados, dois são atrelados ao Programa Estadual de Transferência de Renda “Renda Cidadã” vinculado a Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), e executado nos CRAS, sendo utilizados como o grande mote do trabalho socioeducativo, tendo em vista exigirem como contrapartida ao recebimento do benefício financeiro, a presença no curso ou reuniões.

Na prática esse programa revela o processo de focalização presente nas políticas sociais brasileiras, o qual tem excluído grandes contingentes populacionais da garantia do direito a assistência social, seja pela burocratização na comprovação da miserabilidade dos usuários que pleiteiam essa política, seja pelo acirramento dos critérios, cada vez mais excludentes, como por exemplo, o achatamento da renda per capita para acesso aos Programas Sociais, conforme exemplifica

Maria – [...] nosso público alvo, prioritariamente Bolsa Família e BPC, então nos levantamentos que a gente tem feito, vamos supor passa pelo serviço

¹⁰¹ Essa diretriz programática decorre de relatório do Banco Mundial (1990), o qual justifica a focalização sob o argumento de que o atendimento universal tende a beneficiar os segmentos médios da população já posicionados na sociedade. (CAMPOS, 2004, p. 29)

150 pessoas mês no atendimento, do acesso, individual, sem contar grupo, [...] acho que 80 pessoas, 80 e poucas pessoas não estão incluídos em nenhum benefício, e você me pergunta, você sabe por quê? Não, não sei, tem algumas questões relacionadas que a gente teria que identificar, falta de documento, não consegue colocar no cadastro, e questão de renda per capita, se lá é 120, eles tem 130, eles não entram, então tem algumas coisas juntas, então a grande, a grande maioria não é Bolsa Família [...]

Mas como isso ocorre no cotidiano de trabalho do assistente social? O exemplo que vamos discorrer, por partir da realidade concreta, ilustra de forma ímpar a perspectiva conservadora da política de assistência no Brasil, a qual “[...] obstina-se também em impregnar as ações socioassistenciais de forte ênfase particularista, meritocrática e focalista, e metamorfoseá-las em “adjutórios” caritativos e compensatórios [...]” (PAIVA, 2006, p. 10)

A configuração assumida no Programa “Renda Cidadã” evidencia de forma a não deixar dúvidas a implementação de ações carregadas pelo caráter “adjutórios” caritativos e compensatórios que encerram na prática a política de assistência no Brasil. Esse programa, na prática tem alterado constantemente os critérios de inclusão dos usuários, objetivando diminuir o número de atendidos, caracterizando um verdadeiro “processo de inclusão/exclusão social”, típico dos programas de transferência de renda, os quais

[...] estabelece[m] critérios de acesso ao benefício de acordo com a insuficiência da renda familiar e a existência de filhos em idade escolar. Procede, portanto, a um determinado enfoque das famílias beneficiárias dentro de um conjunto maior, da população local, num processo de inclusão/exclusão social. (CAMPOS, 2004, p 28)

A título de contextualização, em 2006, a prefeitura de São José do Rio Preto/SP, recebeu aproximadamente mil vagas do estado de São Paulo para inclusão da população rio pretense no programa “Renda Cidadã”, que até então contava com apenas 120 vagas¹⁰² distribuída em 6 (seis) dos 13 (treze) NAS do município – os CRAS, encontravam-se em processo de implantação, somente o do Parque da Cidadania estava mais estruturado em função da verba federal do PAIF – em execução desde 2004. Esse aumento de vagas foi configurado por uma profissional como um “Boom de Inclusão”

¹⁰²Atendimento a 120 (cento e vinte) famílias em situação de extrema pobreza com repasse financeiro no valor de R\$60,00 (sessenta reais) e inserção de ações sócio educativas. Grupos nos bairros: Vila Toninho, Gonzaga de Campos, João Paulo II, Jardim Planalto, Solo Sagrado e Jardim Antunes. Todas atividades artesanais estão voltadas para geração de renda”. (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2003 b, p. 11)

Luciana - [...] por isso que eu te falo que é uma tendência acabar esse programa ou diminuir muito, ele vai diminuir muito, que era o que acontecia antigamente, era um número de vagas e depois foi assim um **boom de inclusão** e houve isso aí, então acho que agora eles vão começar a recuar, então, eu não sei quais são as mudanças, [...]

Esse “boom” contou com ampla divulgação e mobilização para inclusão da população. Objetivando que o município não perdesse as mil vagas, a Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS) organizou o preenchimento dos cadastros em forma de mutirões entre os profissionais (assistentes sociais), inclusive com locomoção de seus funcionários internos para ajudar nesse processo. Com a finalidade de preenchê-los no prazo estipulado, não houve rigidez nos critérios, nem pela DRADS, nem pela esfera municipal, o que importava naquele momento era a **inclusão** da população no programa. E assim foi feito, todos os cidadãos devidamente incluídos no “Renda Cidadã”.

Importante destacar que a execução desse programa tem o formato de reuniões semanais, onde são desenvolvidos cursos de capacitação profissional como contrapartida da prefeitura.

Tendo em vista a alegação da não existência de recursos para contratação de profissionais e materiais para execução dos cursos junto à nova demanda incluída, o programa adquiriu um novo formato para os novos participantes: a população era obrigada a participar de reuniões mensais (“grupão”), denominadas socioeducativas, com o assistente social, permanecendo os grupos semanais de capacitação que já existiam anteriormente. Havia maleabilidade para troca entre os participantes que migravam do grupo semanal para o mensal e vice-versa.

Luciana - [...] e nos grupos mensais, né de transferência de renda, eles vinham nesse grupão porque não tinham opção, com um monte de inclusão, de adesão no renda cidadã, não tinha como trabalhar, eles não tinham profissionais disponíveis para colocar na geração de renda, então ficou uma socioeducativa uma vez por mês, [...]

Após um ano de permanência dessas mil famílias, em 2007 iniciou-se uma verdadeira “caça as bruxas”, leia-se, pressão em relação aos profissionais e usuários, para a “necessária” **exclusão** da população incluída, visando diminuir o “exorbitante” número de vagas. E, seguiram-se, dia após dia, a inserção de inúmeros critérios para exclusão, perseguidos de forma obstinada pela esfera

municipal, objetivando cumprir as exigências da Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social do estado de São Paulo (DRADS).

Uma das estratégias de exclusão das famílias, criadas pelo estado de São Paulo, que alcançou grande êxito foi a determinação de um critério estritamente monetário, de incompatibilidade entre a somatória dos Programas Bolsa Família (PBF) e Renda Cidadã, cuja soma dos dois não pode ultrapassar R\$95,00. Por exemplo, uma família que receba R\$60,00 (valor mensal pago aos integrantes do programa “Renda Cidadã”), deve necessariamente receber somente R\$38,00 do Programa Bolsa Família, o que equivale dizer que essa família não recebe o piso básico desse programa, e possui no máximo dois filhos em idade de receber o benefício no valor de R\$18,00/filho. Conforme enfatizamos, esse critério possibilitou o desligamento de muitas famílias do Programa Renda Cidadã.

Em entrevista, uma assistente social explicita que com o aumento do valor individual do PBF para R\$20,00/filho, o processo de exclusão das famílias do “Renda” aumentou ainda mais, pois aquelas com dois filhos passaram a receber R\$40,00 perfazendo o total de R\$100,00 a somatória dos dois programas, portanto, ultrapassando R\$5,00 o permitido para permanência no referido programa.

A profissional realiza uma importante análise em relação ao processo de exclusão empreendido pelos critérios dos programas sociais, em destaque, pelo Renda Cidadã, que literalmente excluí as famílias em situação de maior vulnerabilidade social, as quais, pelo fato de estarem incluídas a partir dos critérios do Bolsa Família, seriam aquelas com maior número de filhos e com recebimento do piso básico.

Luciana: “[...] porque esses grupos de transferência de renda, a gente sabe que é muito complicado, eles vão acabar, ele tá indo prum ritmo agora, você sabe das condicionalidades do Bolsa Família que eles vão acabar, não vai ter mais jeito de continuar porque a nossa população é uma população extremamente desprovida de recurso, baixa renda, número alto de filhos, então pra você achar uma família que receba R\$20,00 de Bolsa Família, você procura de lanterna, não é fácil, mas a gente tá, tem conseguido, tá trabalhando, [...], mas nós temos dificuldades na ação.

Luciana – [...] não teve alteração na per capita, não tem essa alteração a anos, você não consegue incluir ninguém, então eu não sei, eu acredito, e na verdade hoje quem a gente consegue incluir no programa são pessoas que tem uma condição de vida um pouco melhor, com menos filhos, [...], porque na verdade hoje quem a gente consegue incluir não são as famílias que estão em pior situação de vulnerabilidade, [...]

Consideramos que o delineamento atual do Programa “Renda Cidadã” nem ao menos atende aqueles considerados “grupos em situação de risco e vulnerabilidade social”, perspectiva em que:

Os riscos considerados “maus” costumam ser mais bem localizados por meio de um corte de classe – mães solteiras, pessoas declaradamente pobres, portadoras de deficiência, por exemplo. A absorção desses riscos tende a incluir um tratamento residual a grupos específicos, de níveis financeiros baixos, com exigências de comprovação de necessidade. Para não incorrer na probabilidade, freqüentemente mencionada, de contribuir apenas para aumentar a indigência entre desocupados, também são exigidas contrapartidas dos beneficiários. (CAMPOS, 2004, p. 27)

Esse processo de inclusão/exclusão ocasiona grande rotatividade nos grupos, o que compromete o desenvolvimento do trabalho com os mesmos. Portanto, a focalização/seletividade compromete o processo grupal, conforme constatamos na fala de duas profissionais. Uma delas, ao discorrer sobre as melhoras alcançadas no grupo Renda Cidadã, afirma que de repente o grupo com o qual trabalhava teve vários integrantes desligados em função dos rígidos critérios. Essa questão da inclusão X exclusão gera uma alta rotatividade nos grupos, o que foi identificada pela maioria dos profissionais como um dificultador no desenvolvimento do processo grupal. Tal rotatividade pode ser comprovada no gráfico 4, referente ao tempo de participação dos usuários.

Luciana – Agora... tá mudando [o grupo], de repente eu chego e falo: olha, você vai ser excluído do programa porque você tem dois filhos, então você não pode participar do Renda Cidadã por conta que você recebe 40 reais do Bolsa Família e aí? Nós tivemos uma exclusão no começo do ano Paula, que foi uma coisa de louco e assim, tem uma discussão que tem vaga pra todo mundo, vamos colocar e você não acha pra colocar [...]

Norma - [...] agora no renda cidadã, é impossível essa integração porque é um programa assim, meio rotativo, né, então, entra, fica 15 dias, não dá nem pra conhecer o outro já tá excluindo, **inclui e exclui muito rápido**, então ele é bem rotativo, a integração é meio difícil [...]

Outro critério não menos excludente refere-se à prioridade de famílias com filhos para inclusão nesse programa, denotando que pessoas residentes só ou casais sem filhos, independente de sua condição social estão automaticamente excluídas do mesmo. Este critério é analisado por Godinho, como uma política social centrada na descendência familiar, pois “[...] a noção de família ainda prevaiente na política social pressupõe, como elemento constitutivo muito importante, a presença da descendência.” (GODINHO, 2004, p. 18)

Interpretamos tal recorte como mais uma das estratégias de focalização e seletividade que configuram as políticas públicas no Brasil, tendo em vista que,

Trata-se de um recorte que restringe bastante o número de famílias atingidas. Ao dar prioridade as que têm membros em idade escolar, reduz-se drasticamente a verba necessária para cobertura da população no Brasil. (LOBATO, 1998). Dessa forma prevalece um modelo de família que supõe descendentes, em detrimento de casais sem filhos (CAMPOS, 2004, p. 28)

Podemos questionar dessa forma, como fica então a pessoa que reside sozinha e encontra-se em condição de vulnerabilidade social, ela não teria direito a receber proteção social do Estado? Campos conclui que pelo formato como vem sendo implementados os PTR no Brasil denota a

[...] presença implícita de uma concepção socioeducativa assistencialista. Chega-se a essa conclusão ao constatar a posição em que são colocados os beneficiários: receptores do dinheiro via bancária e controlados tanto quanto a sua elegibilidade como no tocante ao destino e aos resultados obtidos com a renda recebida. (2004, p. 29)

Essa análise demonstra uma certa direção política conduzida pela dimensão socioeducativa da prática profissional, pois aponta para uma educação da população com vistas a administração e controle dos recursos que recebem, desnudando assim, a função ideológica da assistência social, na conformação de um modo de vida do usuário dessa política. (ABREU, 2002) As falas a seguir ilustram o exposto.

Luciana – [...] a destinação desse recurso que vem do, do Renda Cidadã é pra gerar renda, só que a pessoa tem que pegar esse recurso, adquirir esse produto pra ela trabalhar em cima do que... mas na verdade a nossa população é uma população que não tem o que comer dentro de casa, então eles pegam esse, quando a gente faz avaliação, com o que você gasta o seu dinheiro, eles não investem em material de trabalho, eles investem na alimentação, eles investem em vestuário para os filhos e você vai falar o que pra pessoa: você deixa de comprar comida pra comprar a peça pra bijouteria, é uma coisa que a gente sempre trabalha, mas não é isso que acontece, a gente não vê isso, [...]

Maria – O argumento [para o usuário em relação a impossibilidade do atendimento] é que não deixa de ser um direito, só que, o recurso não esta dando pra atender todos aqueles que tem o direito e que nós temos que priorizar aqueles que a situação está pior do que daquele, então eu falo, fica na questão da comparação, você tem, vamos supor, 58 reais de bolsa família e você tem um BPC e você mora sozinho, eu tô aqui com uma família, composta por uma mãe, 4 crianças e ela cata papelão na rua, quem precisa mais?, não você tem razão, você entendeu, então tem uns que realmente consegue ver isso, tem uns que ficam só no patamar assim, “não, mais eu tenho direito porque cada dois meses eu vinha”, ai a questão não é

cada dois meses você tem direito, você tem direito dentro de uma situação emergencial, se hoje, mesmo com essa renda, você chegasse pra mim e falasse que tinha acontecido uma situação que tivesse envolvido, todo o seu, a sua renda mensal ou praticamente metade dela, se você vamos supor morasse numa casa (incompreensível) você foi pagar um aluguel, entre aspas, e hoje você não poderia, hoje o direito era seu, você entendeu, então não é que você não tem direito, tem, mas, por conta dos recursos a gente tá atendendo outros que estão numa necessidade maior, então a gente se presta a fazer, a esse serviço.

Nesse aspecto, Campos questiona a representação que o benefício dos PTR adquire para o usuário que o recebe, sobretudo quando comparado ao sistema previdenciário, o qual se encontra mais organizado em termos de representatividade dos trabalhadores, ainda que resguardado a fragilidade de uma representação popular mais ampliada e a ocorrência da cooptação das lideranças, e conclui “[...] Imagine-se, então, o que ocorre numa política social destinada ao conjunto dos pobres, sem intermediação de associações representativas. O subsídio financeiro dificilmente deixará de aparecer como ajuda do governo aos pobres” (CAMPOS, 2004, p. 30)

Nesse contexto compreendemos que o trabalho socioeducativo desenvolvido com os grupos, sobretudo os vinculados aos PTR, constitui-se num espaço potencial de desmistificação do real significado dos benefícios “fornecidos” pelo governo, desconstruindo assim, as representações criadas em torno da política de assistência, – como ela se apresenta ao usuário. Em certa medida, os profissionais têm responsabilidade nessa representação, pois conduzem o trabalho em determinada direção política.

Sendo assim, dependendo da maneira como trabalhamos com os grupos podemos ocultar ainda mais a questão das desigualdades sociais, as quais são reproduzidas em nossa sociedade pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida; a qual é consentida em grande medida na esfera da reprodução política ideológica.

Embora reconhecidamente um direito da população, interpretamos os PTR como resultado da desigualdade na sociedade de classes, pois ao mesmo tempo em que cumpre a função de reprodução material das classes subalternas, também conserva essa desigualdade.

Considerando essa contradição, os objetivos dos Programas de Transferência de Renda, sobretudo quando executados no formato conservador da política de assistência social brasileira, têm-se apresentado de maneira a mistificar a

realidade, devendo, portanto, ocorrer à busca pelo seu contrário, através da desmistificação, primeiramente pelo próprio profissional, que por vezes, almeja resultados ilusórios propagados por esses programas, desconsiderando a questão estrutural em que são engendrados.

Luciana - [...] a gente sabe que o programa ajuda essas famílias, mas até que ponto ajuda, 60 reais por mês e não conseguir atingir os objetivos que é o trabalho, porque o programa ele visa a geração de renda e autonomia dessas famílias e [...] não conseguimos [...]

Dessa forma, o discurso representado na busca pela inclusão, muitas vezes camufla o conflito de classes e mascara a realidade, cuja forma de sociabilidade se pauta pelo movimento de exclusão, o qual constitui o pilar de sustentação do modo de organização social vigente, e nesse sentido, deve-se empreender uma leitura crítica que ocasione a desmistificação desse binômio inclusão/exclusão, para que os próprios profissionais em seu cotidiano de trabalho, não criem ilusões de “incluir” aqueles que estruturalmente encontram-se excluídos, tendo em vista fazerem parte de uma “exclusão integrativa” e sendo assim, cumprem uma importante função social nesse modo de produção capitalista.

Apesar dessa problematização, cabe lembrar que os PTR são importantes e necessários, por constituírem-se muitas vezes, na única fonte de renda “fixa” que garante a sobrevivência de muitas famílias, as quais se encontram nessa situação justamente pelo processo de concentração da riqueza. E nesse aspecto, a consciência sobre o real alcance das ações com os grupos é extremamente importante para definição da direção do trabalho.

Portanto, consideramos os grupos como espaços privilegiados pela possibilidade de serem estrategicamente utilizados, no sentido de desnudar o engodo que se constituem os objetivos de alguns programas, tendo em vista a ausência de condições objetivas para realização dos mesmos, considerando a necessária mudança estrutural, sendo assim, “[...] não basta intervir na melhora do consumo privado, familiar. Um plano de superação da pobreza e de atendimento `as famílias [vale dizer, `a população] vai além disso. [...] deve ser acompanhadas por essas outras modalidades de intervenção estatal. (CAMPOS, 2004, p. 30, grifo da autora). A autora se refere ao aprimoramento de oportunidade do consumo coletivo através das demais políticas públicas, como por exemplo, saúde, segurança, educação.

Acreditamos que o “desenho” atual da política de assistência, centrado na focalização e seletividade, que persiste (não por acaso) no atendimento emergencial e fragmentado, perpetua a subordinação, além de provocar entre os usuários dessa política, uma disputa para o atendimento, gerando a elegibilidade de alguns indivíduos frente a grande demanda, transformando aqueles que conseguem atendimento em “privilegiados”. Reitera-se, assim, a estratégia para não consolidação das práticas profissionais no âmbito da assistência como política pública universal de direito.

É importante considerarmos os limites impostos por essa configuração ao trabalho socioeducativo no que diz respeito, sobretudo ao modelo de política implementada no país após a década de 1990: de recorte focalista, o que necessariamente implica em trabalhar com longos e penosos processos de seletividade, contrariando o princípio constitucional, que preconiza a Universalização.

Portanto o profissional se vê em uma “sinuca de bico”: a de trabalhar com a população na perspectiva dos processos de coletivização, que implica em debater e divulgar as políticas como direito de todos, portanto, universais, e na prática realizar e explicar os extensos critérios de seletividade/elegibilidade, os quais focam os direitos apenas em alguns segmentos, tornando-os elegíveis para o atendimento. Uma das entrevistadas explicita a angústia que vivencia em seu cotidiano de trabalho

Maria – [...] muitas vezes, você sabe das nossas angustias, que você se sente totalmente impotente, [...] a gente lida com situações bem mais difícil que você num vê alternativa, você não vê, sabe assim, não vê, não vê como propor alguma coisa, que esbarra mesmo, como que eu vou dizer, que já não depende da pessoa, não depende do serviço, depende de uma política maior, que a gente não consegue lidar, se a gente fosse ver todas as questões habitacionais, que o pessoal vive, eu fico pensando, você vai levantar uma questão que todo mundo tem direito a moradia, que que adianta você ter direito a moradia se quando acessa o serviço, você indica o serviço, você tenta acessar, é o único que tem pra acessar, a pessoa chega lá e não consegue, então não é uma questão de só informar um direito e a pessoa ter noção do seu direito, por isso que eu falo, então nós estamos longe ainda da mobilização pra atingir isso aí, chega lá, não tem, pronto, não tem e continua do mesmo jeito [...]

Compreendemos que reside no exercício da dimensão socioeducativa, a possibilidade de contestação desse processo, a partir da desmistificação da contradição entre o que é preconizado como direito – Universal e como de fato se transfigura na

prática – focalizado. Mas esse exercício pode igualmente contribuir para o disciplinamento e a adequação a esse padrão de execução das políticas públicas.

Nesse aspecto, Mito, avalia que as ações socioeducativas constituem um enorme desafio, tendo em vista o contexto adverso dos programas de transferência de renda no Brasil, onde elementos significativos determinam em grande medida o real alcance das ações profissionais, sendo eles:

[...] o desmantelamento do sistema de proteção gerido pelo Estado¹⁰³ com a responsabilização da sociedade civil pela proteção social e a emergência do discurso da solidariedade (BIANCO, 1995; DE MARTINO, 2000; NOGUEIRA, 2002); a escassa produção teórica sobre o problema; a persistência de abordagens disciplinadoras nos processos de trabalho com famílias (MIOTO, 2004, p. 48)

A garantia do direito a proteção social requer alterações na perspectiva do alargamento do Estado/Sociedade Civil, bem como a ultrapassagem da esfera econômica e individual para a social e coletiva. (KOGA; RAMOS, 2004, p. 64) Portanto, sem realizá-las dificilmente a sociedade brasileira atingirá um nível de proteção social universal, pois, conforme já enfatizado, somente o trabalho com grupos não é capaz de garantir essa proteção, tendo em vista a necessidade de alteração nas políticas macro estrutural.

4.4.2 Questionamento ao individualismo: desafio na construção do sujeito coletivo nos grupos

Os grupos são espaços coletivos onde a população expressa das mais variadas formas suas expectativas, desejos, projetos, impressões, angústias... Cabendo ao profissional interferir nesses processos pelo exercício da dimensão socioeducativa, a qual pode assumir uma perspectiva mais intimista/subjetiva ou coletiva/objetiva, relacionada às demandas `as condições objetivas e concretas que as engendraram.

“A modernidade trouxe a afirmação da individualidade, diminuindo as possibilidades de ampliação da solidariedade familiar e comunitária” (CAMPOS, 2004, p. 81) Do nosso ponto de vista, mais do que a afirmação da individualidade, o contexto atual acirrou um individualismo sem precedente.

¹⁰³ Do nosso ponto de vista, compreendemos que o estado Brasileiro nunca erigiu um Sistema de Proteção Social sob os moldes de um Estado de Bem Estar Social, sobretudo no aspecto do atendimento universal.

O trabalho com grupos pode se configurar num espaço de exercício de novas relações ou ainda o seu contrário; potencialmente pode contrapor valores individualistas ou ainda reforçá-los. A contraposição desses valores só ocorrerá quando o profissional tiver consciência e conseguir desmistificá-los nos aspectos mais sutis do cotidiano, e assim, projetar em sua prática profissional, a direção do trabalho nesta perspectiva.

Já o reforço de valores individualistas pode ocorrer de forma inconsciente, ou seja, quando o profissional executa o trabalho sem questionar os fins a alcançar. Exemplo dessa perspectiva pode ser visualizado através da aplicação de dinâmicas aparentemente ingênuas, que reforçam a disputa entre os membros do grupo, a centralização do poder através da eleição de um único líder, não permitindo assim o rodízio desse exercício entre os demais participantes e reproduzindo, mesmo que inconscientemente as relações de dominação presentes sem nossa sociedade, pois

Nessa luta coletiva, os homens estabelecem relações sociais entre si, reproduzindo as relações dominantes na sociedade capitalista (baseadas em mando e obediência; individualismo; competição e disputa; preconceito...); mas, através da participação social consciente, também produzem espaços, vivenciam e exercitam relações democráticas, tendo como base a liberdade, a igualdade e a justiça, compreendendo e enfrentando relações contrárias aos seus interesses e necessidades. (VASCONCELOS, 2000, p. 128)

Tentamos identificar através do questionário se os participantes dos grupos conseguiam perceber um objetivo comum entre todos os membros no grupo, ou seja, o grupo enquanto um coletivo. A maioria dos participantes ao descreverem os objetivos do grupo refere-se a objetivos pessoais a serem alcançados **por meio** do grupo e não um objetivo coletivo que envolva todo o grupo.

Dessa forma, o objetivo do grupo reflexivo foi identificado pela maioria dos participantes relacionado à questão da profissionalização e geração de renda, como forma de progressão na vida, conforme descrição de duas participantes: “Subir na vida com esses cursos”, “progredir na vida”.

O trabalho é apontado como o principal objetivo buscado pelos participantes: “Ajudar as pessoas a fazer seus negócios e assim se manter com o que aprendeu”, “Afirmação em algum trabalho”. Duas participantes destacam objetivos que ultrapassam a questão do trabalho, porém articuladas à mesma: “Em formar

pessoas responsáveis e informados, e oportunidades de trabalho”, “Formar pessoas conscientes e responsáveis”

A dimensão coletiva dos objetivos do grupo foi identificada de forma mais evidente pelos integrantes de um outro grupo reflexivo, onde o bairro/a comunidade foram citados como o centro das ações do grupo em relação a melhorias para um coletivo, conforme podemos identificar nas seguintes respostas: “Ajudar as pessoas do nosso bairro que precisa do Cras”, “a gente sempre ta conversando sobre o que melhor para a nossa comunidade”.

As respostas citadas pela maioria dos participantes esboçaram um movimento de “saída do eu” para uma compreensão do “nós”: “Lutar pelos objetivos juntos”, Ajudar muitas pessoas, “De ajudar e passar para outras pessoas”, “Objetivo é passar mais informações as pessoas” Três participantes afirmaram não saber ; Apenas uma disse que o grupo não possui objetivo em comum e três não responderam.

Três participantes do grupo “Renda Cidadã” também identificaram objetivos mais coletivos, expressos da seguinte forma: “De aprender e viver em comunidade”, “Ajudar uns aos outros”

O aprendizado nos cursos e a formação de cooperativa foi o enfoque dado aos objetivos do grupo, conforme propagado por 06 (seis) integrantes. Quatro participantes dizem que o grupo não possui objetivo em comum e duas referem não saber. Uma participante reconhece a importância do grupo na consecução dos objetivos pessoais: “Me ajudou a dar mais um passo na vida.”

A dimensão coletiva do trabalho com grupos constitui elemento fundamental, pois, conforme nos aponta Vasconcelos, “[...] O caráter politizante da democratização de informações está exatamente no acesso coletivo e crítico ao conhecimento e na realização e ampliação dos direitos sociais garantidos na legislação” (VASCONCELOS, 2000, p. 129)

Para Gohn (1999) apud Oliveira; Elias, (2005), os direitos garantidos individualmente são importantes, porém reside no aspecto coletivo a execução da perspectiva política no trabalho com grupos.

Na análise de Vasconcelos, os profissionais contribuem para a subalternidade do social em detrimento do capital quando espaços de democratização, coletivização, participação são optativos ou relegados a segundo plano no âmbito

das ações institucionais. A esse respeito utiliza como exemplo as salas de espera em saúde, que:

[...] mesmo sendo espaços privilegiados para discussão das rotinas institucionais, dos recursos existentes e disponíveis, espaços de incentivo, mobilização e qualificação para a participação sistemática e contínua em fóruns de controle social e de discussão dos direitos, são tidas pela maioria dos profissionais como ações alternativas ou optativas no interior das unidades institucionais. (VASCONCELOS, 2000, p.131)

Em capacitação realizada no ano de 2005¹⁰⁴ para implantação dos CRAS no município de Rio Preto, esse ponto foi amplamente debatido, constituindo-se num desafio para os profissionais o desenvolvimento e execução de um projeto de intervenção que priorizasse o aspecto coletivo, sobretudo com a experiência até então vivenciada nos NAS, cujas ações centravam-se no plantão social, cuja ênfase era dada ao atendimento individual.

Este movimento – entre o individual e o coletivo – não se encontra previamente definido no trabalho, precisando, portanto, ser delineado. Partimos do pressuposto de que, colocar em evidência o coletivo não significa excluir o espaço individual, pelo contrário, este deve ser resguardado para que o indivíduo encontre possibilidades de apresentar questões que considere pessoais, adquirindo assim o direito a receber atendimento individual no âmbito do serviço público, sobretudo na área da saúde.

J. F. Costa, ao eleger a psicoterapia de grupo, no atendimento às camadas da população assistida nos ambulatórios públicos dos serviços de Psiquiatria, repudia, com razão, a *idéia de que a população pobre deva ser assistida em massa pelo fato de ser pobre* (COSTA, 1989, p. 15). No Serviço Social, é exatamente por lidar com a pobreza que a ação profissional junto aos diferentes segmentos populares requer prioritariamente um trabalho coletivo. (VASCONCELOS, 2000, p. 128, grifo da autora)

Consideramos o enfoque exclusivo no atendimento individualizado, “atualmente” denominado com atendimento psicossocial, uma das artimanhas da transmutação das expressões da questão social para o âmbito individual, “tratadas” em seus aspectos emocionais. Cabe notar que as manifestações da questão social

¹⁰⁴ Capacitação fornecida pela Secretaria Municipal da Assistência da Prefeitura de São José do Rio Preto; ministrada pela professora e doutoranda Maria Cristina de Souza, com início em 25/08/2006 e término em 01/12/2006. Conteúdo trabalhado: História da Assistência Social; Pobreza e exclusão; Risco e Vulnerabilidades; Território e Redes; Intersetorialidade e Interdisciplinaridade; Definição de critérios para execução da política social no município; Planejamento estratégico em conjunto com Secretaria da Assistência.

são vivenciadas e subjetivadas pelo indivíduo, ou seja, este sente, expressa e age em relação às privações objetivas no seu cotidiano de vida, considerando que,

[...] os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade. (YAZBEK, 2006, p.61)

Não podemos deixar de ponderar sobre o risco de trabalharmos numa perspectiva determinista ou romantizada, “desculpando” todas as ações desses indivíduos a partir da justificativa de sua inserção social, o que seria o outro extremo, pois os destituiríamos da condição de sujeito social, potencialmente capaz de provocar mudanças.

Acreditamos que o “meio termo”, encontra-se no delineamento de ações que contribuam na transformação desses indivíduos em sujeitos coletivos. Sendo assim, o trabalho com grupos pode se configurar em um espaço nessa perspectiva, porém, requer necessariamente uma mudança na leitura dos assistentes sociais em relação às demandas de trabalho, leitura que determinará em grande medida a execução da dimensão socioeducativa na prática profissional.

Para os assistentes sociais que trabalham com grupos e indivíduos na busca de solução para problemas de ordem psicológica/individual ou material (viabilização de recursos materiais visando diminuição da pobreza), as reuniões e entrevistas são utilizadas para orientação, encaminhamento, apoio e, freqüentemente, aconselhamento. Assim priorizando questões pessoais e/ou materiais esses assistentes sociais perdem a dimensão do seu papel na busca de universalização e ampliação dos direitos. Acolhem, assim, isoladamente, como demanda para o Serviço Social, as realidades internas dos indivíduos e/ou problemas psicológicos, de gênero, etnia... – que permeiam as relações entre indivíduos e/ou famílias –, em detrimento da questão social, [...] (VASCONCELOS, 2000, p. 127)

Faz-se relevante assegurar que não desconsideramos as demandas reais apresentadas pelos sujeitos atendidos, pelo contrário, cremos ser necessário um processo de reflexão a respeito da apropriação dessas demandas e sua forma de condução no cotidiano de trabalho.

Dessa forma podemos questionar: As análises empreendidas sobre essas demandas trazem em seu bojo as contradições da questão social produzida pela

sociedade de classes? São pautadas como expressões da questão social ou atribuídas às características individuais e psicológicas da população atendida?

Consideramos tal indagação importante por compreendermos que as análises realizadas a respeito da realidade determinam em boa medida as estratégias de trabalho adotadas, por exemplo, se consideramos determinada demanda exclusivamente como problema individual/psicológico, o encaminhamento do trabalho será numa perspectiva de cuidado e atendimento psicológico, assim, os questionamentos feitos à realidade contribuem na construção de respostas que delimitam a direção do trabalho com os grupos.

Para análise da direção das ações profissionais empreendidas nos grupos, assumimos como premissa que as demandas apresentadas ao Serviço Social, via política de assistência, configura um processo dialético entre as expressões da questão social e o processo de subjetivação dessas expressões, ou seja, o modo como os indivíduos sociais pensam e agem diante da realidade concreta em que estão inseridos.

Pautados por esse pressuposto, identificamos através da pesquisa que há certa priorização dos aspectos individuais em detrimento da politização das relações sociais. Embora os profissionais destaquem o aspecto de coletividade dos grupos, as demandas trabalhadas nesses espaços raramente ultrapassam a dimensão individual, restringindo-se muitas vezes a aspectos relacionais, como por exemplo, a “transferência de papéis” entre os indivíduos, técnica utilizada em processos terapêuticos. Os exemplos a seguir referem-se aos grupos reflexivos iniciantes nos CRAS.

Vanessa – Acho que o grupo, ele colabora, um colabora com o outro, acho que a questão do individual é muito assim é você, a pessoa, o refletir entre duas pessoas, você tenta refletir com a pessoa, com o usuário, com a pessoa, agora o grupo tem outra experiência diferente, então é um tipo de abordagem diferente, de você parar, analisar, então assim a gente tá com um grupo onde tem uma mãe que tinha uma filha que era, que é usuária de droga, e tinha ao mesmo tempo [no grupo], uma filha que é usuária de droga que dá várias preocupações pra mãe, então ela coloca a experiência dela enquanto mãe e a filha ouve enquanto filha, então tem essa troca, né então que eu acho que é o que contribui muito.

Carmem - Nas reuniões? Olha uma coisa que tem, que a gente percebe que se discute muito, que elas, que existe muito, que é a questão mesmo do relacionamento, né, de trabalho, entre elas, nos cursos, né, (e), a dificuldade mesmo de trabalhar [...] eu trabalho isso, eu trabalho aquilo, a questão de: ah, eu fiz unha, tanto pra aquela mulher ela não me pagou, como é que eu faço, tanto que a gente tem orientado muito nesse sentido, e assim, o grupo ele é muito, tem pessoas de várias idades, então tem

peças mais experientes que já passou por aquelas situações, então por isso que gente nem precisa tá intervindo, que eles mesmos conversando, eles descobrem muitas formas de agir naquilo, assim tá sendo muito interessante, [...]

Tomando como parâmetro esse processo, consideramos que a ação socioeducativa deva caminhar na perspectiva de construção de uma cultura que priorize o coletivo, tendo como um dos elementos a reconstituição do sentimento de pertencimento a uma classe social, oportunizando o reconhecer-se no outro como um igual, que vivencia as mesmas situações, não por fracasso, mas por pertencer a determinada classe social expropriada dos bens materiais e culturais produzidos socialmente. E, nesse aspecto, o trabalho socioeducativo pode contribuir para contrarrestar o processo de individualismo, o qual

[...] desconecta os indivíduos de sua classe desmanchando progressivamente sua condição de indivíduo social para restringi-lo ao mundo privado. Seus dramas, destino e experiências são escritos fora de sua classe social, mas apenas nos domínios de uma biografia atravessada por dores, solidão e pobreza. (CASSAB, 2004, p.43).

A partir da análise apresentada pela autora, podemos considerar que a transformação das demandas individuais em demandas de classe é o que possibilita a consciência das contradições inscritas na divisão de classes na sociedade capitalista, ultrapassando a separação dicotômica entre indivíduo e sociedade. Essa separação relaciona-se ao processo de desenvolvimento da ciência positiva, a qual cumpriu importante papel na amortização dos debates na perspectiva de classes. Para Kahhale (2004, p. 99), essa dicotomia,

[...] é fruto do processo de desenvolvimento das ciências humanas, especialmente da psicologia. Esta, para compreender e explicar o homem, sujeito individual portador de uma experiência subjetiva particular, tentou fazê-lo dentro dos parâmetros da ciência moderna (objetiva, metódica, sistemática, empírica e experimental).

Questionando tal dicotomia, essa autora introduz a categoria “subjetividade social” como uma forma de “[...] romper com a visão de que a subjetividade seria um fenômeno apenas individual. É a oportunidade de entendê-la como um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e no individual, [...]” (KAHHALE, 2004, p.101)

No trabalho empreendido com grupos, Sawaya (2004, p. 21) destaca um conceito considerado por nós fundamental, o qual contribui na ultrapassagem da perspectiva individualizante, que diz respeito ao “sofrimento ético-político” definido como “[...] um sofrimento que é agravado pela pobreza [...]” a qual provoca a mutilação da vida em seus aspectos sociais e subjetivos, onde

[...] embora seja o indivíduo quem sofre, a gênese de seu sofrimento não estaria nele próprio, mas nas intersubjetividades delineadas socialmente. O conceito de sofrimento ético político define a dor produzida por situações e condições que implicam relações sociais de opressão, exploração, subalternidade e submissão. (SAWAYA, 2004, p 21)

Sendo assim, poderíamos afirmar, que em determinadas circunstâncias, o sofrimento é ocasionado pela pobreza. Essa perspectiva possibilita a ruptura com análises psicologizantes, impregnadas nos processos de trabalho social e necessariamente implica a articulação entre as esferas social e psicológica da vida em sociedade. Interpretamos esse conceito como essencial para pensarmos a direção das atuações no trabalho com grupos, buscando assim, uma interação dialética, através do processo de mediação entre essas duas esferas: o indivíduo e a sociedade em que este se encontra inserido.

Para tanto, faz-se necessário a compreensão das formas de inserção não apenas de indivíduos, mas de indivíduos pertencentes à determinada classe social, e que, portanto, não se inserem como querem, mas a partir de condições objetivas delineadas por determinado modo de organização social.

A partir desse pressuposto, consideramos o grupo um espaço potencial de constituição social dos indivíduos vinculados a uma classe social, sendo, portanto, fundamental as discussões pautarem-se a partir desse parâmetro, dependendo, no entanto, da direção que se queira imprimir na condução do trabalho.

Por exemplo, não basta discutir o preconceito entre raças, sendo necessário situá-lo na posição de classe; na sociedade em que vivemos possivelmente um negro pobre sofra mais discriminação que um negro rico, devido a sua posição de classe.

Na perspectiva apresentada, mais do que reconhecer as demandas básicas das famílias com as quais convivemos no cotidiano profissional, interpretamos que a convivência propiciada através dos grupos permite aos profissionais, transmutá-las em demandas sociais coletivas, a partir de um processo informativo/reflexivo, o qual

deverá resultar na participação e organização da população, conforme abordado por Oliveira e Elias, (2005). A articulação dessas demandas para uma participação social no contexto mais amplo, também é enfatizado por Kahhale (2004, p. 104), ao afirmar que

As demandas e necessidades expressas devem ser articuladas para uma participação social mais ampla. Isso possibilita e desenvolve ações coletivas de controle social e podem resultar em implementação e aperfeiçoamento do atendimento público em termos de serviços, programas e políticas públicas. É a passagem da necessidade ao direito, do indivíduo ao sujeito que expressa o exercício da cidadania, construído na relação com os outros.

Objetivando a ultrapassagem do plano da abstração, para a real possibilidade da articulação entre as demandas individuais e a participação social coletiva, como um resultado desencadeado no cotidiano de trabalho com grupos, ilustraremos através de um relato de experiência, vivenciado pela pesquisadora no exercício profissional com grupos, desenvolvido no PAIF, no período de 2004 a 2005, no então NAS Parque da Cidadania.

Em determinado grupo, surgiu a queixa de algumas mulheres que não conseguiam inserir seus filhos nas creches, circunvizinhas ao Parque da Cidadania, sendo que esse bairro contava com uma creche praticamente concluída, aguardando inauguração, sob alegação de que não havia móveis e equipamentos necessários.

Num primeiro momento surgiu como demanda individual, inclusive com a acusação e julgamento entre os integrantes do grupo em relação àquelas mães que possuíam filhos em creche embora não trabalhassem.

Partindo dessa demanda, iniciamos (Serviço Social e Psicologia) um amplo debate através da inserção dessa demanda no contexto social e político, visando assim sua transformação em demanda coletiva, o que necessariamente implicou a desmistificação de que não se tratava de problema restrito e individual de uma família, mas na realidade expressava as contradições da questão social, tendo em vista que pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), todas as crianças possuem o direito a creche, independente das mães trabalharem ou não.

O critério implementado a época, pela Secretaria da Educação, de que as mães deviam apresentar atestado de trabalho, caso contrário não possuíam direito à creche para os filhos, foi um discurso assimilado (discurso dominante) e

reproduzido pela população, que acusavam-se entre si, sobre quem tinha direito e quem não tinha, ocultando assim as reais contradições da questão social, expressa pela não prioridade do atendimento universal por parte do poder público, conforme preconizado pela legislação.

O encaminhamento da reflexão com a população, na perspectiva da universalidade do direito, desencadeou a participação de usuários, escolhidos no grupo, para representá-lo nas reuniões intersetoriais do bairro – até aquele momento espaço restrito a profissionais – visando a apresentação dessa demanda que havia se tornado coletiva. Importante registrar que uma das representantes do grupo nas intersetoriais não apresentava o problema de falta de vaga na creche, portanto, não buscava ali a satisfação de um interesse individual, mas sim a luta pela efetivação de um direito coletivo.

Para coleta de dados a respeito da real demanda de crianças fora da creche, os participantes do grupo organizaram-se através da divisão por ruas, realizando esse levantamento em todo o bairro; utilizaram para tanto instrumental próprio construído pela equipe técnica do programa.

Dessa forma, começou-se a trabalhar essa demanda nas reuniões intersetoriais, culminando na construção coletiva de um ofício¹⁰⁵ o qual solicitava a abertura da creche no bairro. Esse ofício foi entregue pessoalmente na Secretaria da Educação, pelas representantes do grupo. Aproximadamente um mês depois desse processo, coincidência ou não, a creche foi inaugurada.

Podemos afirmar que todo esse processo possibilitou ao grupo a compreensão das estruturas públicas e seu funcionamento, com vista a democratização de espaços, que muitas vezes se configuram como inacessíveis a população, inclusive por desconhecimento das possíveis formas de participação.

Imprescindível falar quão rica e desafiante se constituiu essa experiência, tanto para os profissionais quanto para a população, que naquele momento tornaram-se conjuntamente atores sociais de um movimento coletivo, desencadeado pelo exercício da dimensão socioeducativa da prática profissional.

Fundamental destacar que todo esse processo só foi possível em decorrência de equipe e coordenação concatenadas com um projeto, o qual se transmutava na prática em ações numa mesma direção.

¹⁰⁵ Cf. Anexo B

A partir da experiência explicitada, avaliamos que a formação de sujeitos coletivos, objetivando a superação do individualismo, essencialmente exige articulação profissional numa mesma direção, tendo em vista que, de forma alguma será fruto de uma atuação profissional individual e isolada.

Apesar de todos os limites, dificuldades e equívocos presentes no cotidiano desse trabalho, podemos afirmar que essa equipe assumiu, ou pelo menos buscou uma postura teórica, metodológica e política – acreditamos que não se trata apenas de uma questão metodológica, tendo em vista a indissociabilidade que essas posturas carregam – compreendendo

[...] por metodologia uma construção teórico-prática, onde se expressam concepções de mundo, sociedade e homem, ao mesmo tempo em que se elaboram propostas e ações concretas de intervenção sobre o real. Estão envolvidas construção conjunta e coletiva, articulação entre teoria e prática. Essa articulação significa que a teoria serve de norte, pois contém a visão de mundo e homem. Ao mesmo tempo, é a prática que sustentará ou redimensionará a teoria. É o que se chama práxis, a reflexão metódica da ação concreta, apreendendo os sentidos e significados contidos no real. (MORTARA; CAVALCANTE, 2004, p. 93)

Deste modo, a postura dos profissionais, despida de preconceito e pautada por uma visão de homem e de mundo que se posicionava a favor de uma população desprovida de direitos, mas potencialmente capaz de conquistá-los coletivamente, possibilitou uma “[...] metodologia socioeducativa da autonomia, da família, da territorialidade, da interdisciplinaridade, da subjetividade, da cidadania”. (MORTARA; CAVALCANTI, 2004, p. 96)

Para a constituição do sujeito de direitos associada ao desenvolvimento da consciência grupal, outro fator é elencado como determinante: o trabalho não deve se restringir a população em situação de risco, conforme pontuado por Ayres (1997); Coordenação Nacional de DST/AIDS, por caracterizar-se como “[...] um processo diretamente relacionado com a construção da subjetividade individual e social que se expressa no desenvolvimento da consciência individual e do grupo. Envolve trabalhar com toda a população e não só com a população em situação de risco ou vulnerável.” (apud KAHHALE, 2004, p.102)

Partindo de uma coordenação nacional de programa governamental poderíamos afirmar que, do ponto de vista do discurso é pertinente tal afirmação, porém do ponto de vista da realidade concreta, sobretudo aquela que encontramos nos CRAS, constitui-se mesmo uma impossibilidade a ampliação do trabalho com

toda população, dada as condições objetivas da realidade, denotando uma enorme distância entre o ideal e o real, segundo demonstra a fala de uma das profissionais entrevistadas, a qual tem consciência da necessidade e importância das informações trabalhadas nos grupos alcançarem um público maior.

Maria – [...] precisava atingir outras pessoas, você entendeu, essa é uma idéia nossa, de atingir uma, um, não outro público, porque o público é o mesmo, mas assim esse trabalho com grupos, ele teria que ser estendido e aquelas informações que nós estamos dando, (incompreensível), talvez fosse importante pra outros que nós não estamos conseguindo por conta de demanda de trabalho, por conta de espaço, de estar formando outros, eu acho que, talvez vá muito na estrutura do trabalho, na estrutura da questão do trabalho, de recursos humanos [...]

Dessa forma, a perspectiva de se trabalhar com toda a população e não apenas com a população em situação de risco, pelo menos no âmbito da assistência fica extremamente comprometida e inviabilizada por algumas questões, como por exemplo, as explicitadas a seguir:

- 1) As políticas públicas no Brasil, entre elas, a assistência, centram-se no princípio da focalização e seletividade nas três esferas de governo;
- 2) O público dessa política constitui-se majoritariamente pela população em situação de risco, a qual ainda passa por um processo de seletividade para ser atendida, mesmo enquadrando-se nos critérios de elegibilidade;
- 3) O próprio SUAS através da Política Nacional de Assistência Social define que o atendimento deve ser prestado à população em situação de risco, de acordo com os graus de vulnerabilidade em que se encontram¹⁰⁶;
- 4) O insuficiente quadro de funcionários para execução do trabalho nos CRAS, em decorrência da debilidade das políticas de RH empreendidas pelo setor público, que optou por processos de terceirização de funcionários.

Diante desse quadro, fica uma pergunta, como trabalhar com toda população e não apenas com aquelas em situação de risco?

Concluimos com base em Cardoso; Maciel (2000) que os processos educativos, cujos objetivos sejam a realização da práxis, materializam-se pela via da mobilização social, o que para Oliveira; Elias (2005) consolidam-se na esfera organizativa do trabalho socioeducativo exercido pelo assistente social, portanto na ultrapassagem da dimensão individual.

¹⁰⁶ Cf. Política Nacional de Assistência, 2004.

Interpretamos que quando a mobilização social ocorre como resultado do trabalho socioeducativo do assistente social, numa perspectiva de busca e garantia por direitos coletivos, a dimensão socioeducativa caminha na direção do projeto ético-político.

Consideramos a não mobilização também como resultado de uma direção impressa no trabalho com grupos, ficando restrito ao nível informacional e individual, não avançando para as esferas reflexiva, participativa e organizativa.

No entanto, ressaltamos o cuidado que devemos assumir para não rotular o trabalho pelo fato de permanecer nas esferas (informativa e reflexiva), tendo em vista que também pode basear-se nos princípios do projeto ético-político. Temos, ao contrário, que buscar elementos de análise para compreensão quanto a essa restrição, ou seja, o motivo do exercício da dimensão socioeducativa não avançar para um processo organizativo, com vias a mobilização popular.

Uma das possíveis hipóteses relaciona-se ao objeto da presente pesquisa, a qual aborda a dimensão socioeducativa dos assistentes sociais nos equipamentos públicos do Estado – os CRAS, portanto espaços institucionais, fato que necessariamente suscita um debate sobre quais os limites ao exercício socioeducativo na direção da organização popular impostos por estes espaços.

Tal assertiva permite aventarmos que as esferas informativa e reflexiva são as “permitidas” no espaço institucional, pelo menos no plano das ações explícitas, e as participativas, sobretudo a organizativa situam-se enquanto estratégias desenvolvidas pelos profissionais de forma mais implícita, ou de forma mais enfática em instâncias que “teoricamente”, e de acordo com o contexto histórico, teriam como função, a organização coletiva das classes subalternas, pela possibilidade de maior autonomia em relação ao Estado.

[...] torna-se cada vez mais urgente a organização das classes subalternas na multiplicidade de instâncias da sociedade civil (movimentos sociais populares urbanos e rurais, sindicatos, partidos políticos, associações locais, comitês de empresa etc) que, **autônomas em relação ao Estado** e `a classe dominante, articuladas entre si, sejam capazes de planejar para a sociedade e levar em frente o projeto de uma nova organização social, política, e cultural, voltado para a construção de novas relações hegemônicas na sociedade e para a superação da condição de submissão das classes subalternas. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p.147, grifo nosso)

Tomando por base essa afirmação, ponderamos que as dificuldades em se implementar ações nessa direção no âmbito estatal, são inúmeras, constituindo-se em desafios cotidianos ao profissional.

Uma reflexão importante deve ser realizada a respeito do papel que o assistente social desempenha nesse processo, tendo em vista que não podemos atribuir a uma categoria profissional a organização das classes subalternas, porém devemos considerar que as categorias profissionais podem fomentar discussões e ações que permitam a interlocução com as instâncias da sociedade civil representativas dessas classes, e assim,

No desempenho destas funções, determinados segmentos da categoria dos assistentes sociais podem constituir-se intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano, isto é, podem participar da direção de processos de formação de consciência e organização política de uma determinada classe, na luta pela hegemonia na sociedade. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 148)

Portanto, reafirmamos que a organização das classes subalternas não será conduzida pelo profissional de forma individual, mas requer articulação com outros setores da sociedade, movimentos sociais, outros “intelectuais orgânicos” que compactuem com o projeto societário contra-hegemônico, no caso específico da categoria de Serviço Social, em consonância com o projeto ético-político. O profissional de forma individual e isoladamente não conseguirá desencadear um processo de contra hegemonia, pois este é concebido como uma ação de proporções coletivas entre vários atores sociais.

CONCLUSÃO

Chegar ao ponto de conclusão desse trabalho materializa a superação de um grande desafio, pois, parafraseando Marx, realizamos essa dissertação de acordo com determinadas condições históricas, portanto, não como gostaríamos.

Esta pesquisa buscou compreender a materialização da dimensão socioeducativa na prática do assistente social com grupos nos CRAS e a percepção dos usuários enquanto participantes desses grupos. Dessa forma, identificamos através dessa pesquisa muitos limites, mas também inúmeras possibilidades inscritas no trabalho com os grupos nos equipamentos públicos que se constituem os CRAS.

Um das principais possibilidades situa-se no fato de que os grupos configuram-se em importantes espaços públicos de socialização, conforme constatado pela aplicação dos questionários com os usuários. E, pautados na percepção destes, afirmamos que o grupo é um importante locus fomentador de processos de sociabilidade entre seus participantes, adquirindo grande significado em tempos de “privatização” e individualização das relações sociais no contexto neoliberal, onde a supremacia do indivíduo e os interesses privados constituem-se os pilares dessas relações.

E, nesse sentido, a dimensão socioeducativa exercida no grupo pela prática do assistente social revela um grande potencial de provocar alteração no modo de pensar e agir de seus participantes. Portanto, foi possível apreender que essa prática interfere nos processos de cultura, confirmando análise de Abreu (2002).

Outro elemento significativo refere-se à relação entre usuário e profissional, a qual é pautada pela busca de uma metodologia dialógica, onde os usuários avaliam o grupo e conseqüentemente o processo de trabalho empreendido pelos profissionais. Os temas abordados nos grupos são moderados por elementos do cotidiano do usuário, o qual sugere assuntos de seu interesse.

Os profissionais valorizam os grupos, destacando-os como espaços relevantes em seus processos de trabalho. Os mesmos se encontram empenhados no desenvolvimento do trabalho grupal; demonstram preocupação em como realizá-lo, conforme revelam através da crítica quanto a ausência de capacitação e supervisão para atuação com grupos.

Em termos da direção política, o trabalho é centrado nas esferas informativas e reflexivas, constituindo-se um grande desafio a ultrapassagem para o processo organizativo dos participantes dos grupos. E nessa perspectiva, o trabalho localiza-se mais na esfera individual e familiar do que no desenvolvimento de um sujeito coletivo, pois identificamos através das entrevistas, bem como na análise documental (registro das reuniões) a ausência de direcionamento nas reuniões voltado para a politização das relações sociais e organização dos participantes para intervenção no movimento histórico da realidade, elementos definidores da “pedagogia emancipatória”.

Dessa forma, as demandas apresentadas em sua forma individual nos grupos não são transmutadas em demandas coletivas constextualizadas numa perspectiva de classe, permanecendo o trabalho na dimensão da “ajuda” psicossocial individualizada ou mesmo na “pedagogia participativa”, cuja participação volta-se para a integração social e não o seu questionamento. Portanto, tanto no exercício de uma pedagogia da “ajuda” quanto da “participação”, as manifestações da questão social são reduzidas à esfera individual, mesmo que o trabalho se desenvolva em um espaço coletivo de grupo.

Consideramos estas perspectivas como um direcionamento enfatizado pelos coordenadores dos grupos, mas também vinculada à função pedagógica que a assistência cumpre no modo de produção capitalista desde sua racionalização e reorganização em bases técnico-científicas, cuja base das práticas dos assistentes sociais é a dimensão individual, visando, sobretudo a reintegração social.

E nessa perspectiva, constitui um grande desafio que a dimensão socioeducativa das práticas profissionais com grupos articule a socialização da informação na direção da organização coletiva. Para tanto, compreendemos ser imprescindível o desvelamento por parte da categoria profissional do significado social da profissão no modo de produção da sociedade capitalista, compreendendo as implicações políticas da prática social nesse contexto. Sendo assim, é importante ressaltar que essa determinação histórica ultrapassa a própria vontade e consciência dos agentes individuais.

A compreensão dessa determinação histórica é indispensável para a configuração da direção social a ser impressa no trabalho com grupos. Dessa forma o processo formativo em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, constitui um dos grandes desafios para o desencadeamento de

ações profissionais que optem politicamente pela defesa e prática concreta do projeto ético-político do Serviço Social, pois a capacitação para leitura crítica da realidade contribuirá na transmutação dos “problemas individuais” em demandas coletivas contextualizadas numa perspectiva de classes.

Destacamos nesse processo a importante contribuição da Universidade para o necessário avanço na construção teórico-metodológica do projeto profissional nas esferas formativas e na prática cotidiana dos assistentes sociais.

Por fim, esperamos que o conhecimento produzido por esta pesquisa suscite novas inquietações e muitos questionamentos quanto a dimensão socioeducativa do assistente social em sua atuação com grupos, pois concluir, não significa terminar, por um ponto final, pelo contrário, expressa um momento de se trazer `a tona elementos para uma nova etapa, com novas reflexões e proposições para as velhas indagações que permaneceram como pontos de interrogação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

AMMAN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos. **A dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais que atuam nas unidades básicas de saúde de São José do Rio Preto/SP (1997-2003)**. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000. v. 1.

_____. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000. v. 2.

BOLÇONE, Orlando José. (Org.) **Conjuntura econômica de São José do Rio Preto/SP**. 23. ed. São José do Rio Preto/SP: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p.25-57, set. 2006. edição especial.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros passos, 20).

BRASIL. **Proteção básica do Sistema Único de Assistência Social: orientações técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. **Plano Nacional de Atendimento Integral à Família PAIF**. Brasília, DF: Ministério da Assistência Social, 2003.

_____. **Código de ética do assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 3. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

CAMPOS, Marta Silva. Fortalecendo famílias. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias**: textos de apoio. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

_____. Possibilidades abertas pelo Programa Fortalecendo a Família – PFF/SP/SP. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias**: textos de apoio. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas**: um desafio para o serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

_____; MACIEL, Marina. Mobilização social e práticas educativas. **CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Assistência social: reflexões sobre a política e sua regulação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p.123-131, set. 2006. edição especial.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Seguridade social e cidadania. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias**: textos de apoio. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

CAVALCANTE, Osmar; MORTARA, Cintia. Interdisciplinaridade no trabalho socioeducativo. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias**: textos de apoio. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Primeiros passos, 13).

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito social e a assistência social na sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **Educação, tecnocracia e democratização**. São Paulo: Ática, 1990. (Princípios, 189).

DUARTE, Adriana. O processo de reforma da previdência social pública: um novo padrão de regulação social do Estado? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 73, p.120-141, mar. 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Estratégias em Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Saber profissional e poder institucional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODINHO, Tatau. Que família é essa? Na família, a mulher é boa gestora da pobreza; é capaz de se 'virar' com pouca renda para tornar a socialização menos rebelde. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio.** São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MYNAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o terceiro setor. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 58, p. 9-23, nov. 1998.

GOUVÊA, Maria das Graças. Serviço Social: que cidadania buscamos? **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 6, n. 2, p. 31-50, dez. 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Chica Hatakeyama et. al. O registro da reunião socioeducativa. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio.** São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

GUIMARÃES, Chica Hatakeyama. O grupo socioeducativo com famílias. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio.** São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

_____. O trabalho socioeducativo sob o olhar da psicologia. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio.** São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. **CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Mod. 1. Brasília, DF: Ed. UNB, 1999.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 8 dez. 2008.

KAHHALE, Edna Maria Peters. Subjetividade e transformação social. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KING, Desmond. O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 22, p. 53-76, 1988.

KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico. Território e políticas públicas. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1995.

KOWARICK, Lúcio. Processo de desenvolvimento do Estado na América Latina e políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 6, n. 17, p.5-14, abr. 1985.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. O processo grupal. In: _____.; WANDERLEY, Codo. (Org.). **O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOPES, Marcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p.76-95, ed. esp, set. 2006.

LUZ, Luziene Aparecida da. **A dimensão educativa na prática profissional do assistente social no trabalho com comunidades em Campinas/SP (2001-2004)**. 2005. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

MARANHÃO. César Henrique. Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Elizabeth (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. Recife: Ed. UFPE, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Identidade e Alienação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Ações socioeducativas em programas de transferência de renda. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 102-125, jul. 1997.

MORTARA, Patrícia; PARDINI, Marília da Silva. A formação continuada de equipes técnicas em trabalho com famílias. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

MOTA, Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. Recife: Ed. UFPE, 2006.

MYNAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Cultura política, prática ideológica e formação de servidores públicos no Brasil**. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/treze/gizlene_neder_13.htm> Acesso em: 18 jul. 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Mod. 1. Brasília, DF: Ed. UNB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da; ELIAS, Wiataiana de Freitas. A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 14, n. 1 p. 41-62, jun. 2005.

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p.05-24, ed. esp, set. 2006.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP, ano 18, n. 53, p.80-101, jul. 1997.

PAZ, Rosângela. Conferência Nacional de AS quer tirar SUAS do “papel”. **Jornal Ação do CRESS/SP**, São Paulo, p. 7, jul-set. 2005,

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; WANDERLEY, Codo. (Org.). **O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Meire Cristina de Souza. **Açúcar Amargo**: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela política pública de assistência social no município de Pitangueiras/SP. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Plano Municipal de Assistência Social**. São José do Rio Preto, SP: Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania, Conselho Municipal da Assistência Social, 2008.

_____. **Plano Plurianual de Assistência Social (2006/2009)**. São José do Rio Preto, SP: Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania, 2005.

_____. **A política de assistência social de São José do Rio Preto/SP**. São José do Rio Preto/SP: Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania, 2003 a.

_____. **Saiba quais são e como utilizar os serviços prestados ao cidadão em São José do Rio Preto**. São José do Rio Preto/SP: Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania, 2003 b.

_____. **Plano Plurianual de Assistência Social (2002-2005)**. São José do Rio Preto/SP: Secretaria Municipal do Bem Estar Social: Conselho Municipal da Assistência Social, 2001.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

SAWAYA, Bader Burian. Que família é essa? A família, fonte de todo bem e todo mal. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/php>> . Acesso em: 8 fev. 2008.

SEADS. **Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br>>. Acesso em: 8 fev. 2008.

SERRA, Rose Mary Sousa. **A crise da materialidade do Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ademir Alves. Desafios para a implantação do SUAS. **Jornal Ação do CRESS/SP**, São Paulo, p. 3, jul-set. 2005.

SILVA, Maria Aparecida Trazzi Vernucci. **Informações sobre o município de São José do Rio Preto: diagnóstico da realidade local**. São José do Rio Preto/SP, 2004.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Um novo fazer profissional. CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF, Ed. UNB, 2000.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (Coord.). **Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A crise dos projetos de transformação social e a prática profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP, n. 40, dez. 1992.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SITCOVSKY, Marcelo. As particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. Recife: Universitária da UFPE, 2006.

SPOSATI, Aldaisa. O primeiro ano do Sistema único de assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p.96-122, ed. esp. set. 2006.

_____. et. al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: _____. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. **CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; PAZ, Rosangela Dias de Oliveira; ARREGUI, Carola Carbajal. Gestão de programas sociais – Referenciais teóricos para monitoramento e avaliação. In: _____. (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v. 2.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Entrevista sobre o Sistema Único de Assistência Social e a Política de assistência social no governo Lula. Caderno Especial, n. 5, dez.-jan. 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em: 18 jul. 2008.

_____. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. **CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 33-40, 2001.

APÉNDICES

APÊNDICE A - Carta de apresentação

À _____

Coordenadora do CRAS _____

A pesquisa que pretendo realizar tem como objetivo *Analisar a dimensão socioeducativa da prática do assistente social que atua com grupos socioeducativos nos CRAS de São José do Rio Preto/SP.*

Tal pesquisa terá abordagem qualitativa, com amostragem intencional, ou seja, os sujeitos serão escolhidos intencionalmente pela vinculação do trabalho com a temática (maior tempo de atuação com grupos socioeducativos). Na pesquisa está previsto um profissional por CRAS, bem como os usuários dos grupos. No entanto, caso haja mais interessados, a participação está aberta.

Dessa forma, sua participação é muito importante para refletirmos o processo de nosso trabalho socioeducativo, possibilitando assim, a construção democrática do saber, a fim de contribuirmos na construção da Política de Assistência a partir dos parâmetros preconizados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Antecipadamente agradeço e me coloco a disposição para maiores informações.

Atenciosamente,

Ana Paula Herminelli Romano
Assistente Social
CRESS 31.583

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com profissionais

TRABALHO COM OS GRUPOS

Desenvolvimento do trabalho com grupos (planejamento das reuniões, definição dos temas, coordenação, participação de outros profissionais e serviços, capacitação).

Motivo da formação do grupo

Perfil dos usuários participantes dos grupos socioeducativos

Objetivo, finalidade do trabalho socioeducativo, resultados que pretende alcançar

Temas, assuntos e orientações mais recorrentes no trabalho grupal. Afinidade por algum tema.

Avaliação da participação dos usuários nas atividades desenvolvidas no grupo (frequência, interação grupal, demanda espontânea ou não)

Exemplo de bons resultados alcançados através do trabalho com os grupos

Pressupostos que direcionam o desenvolvimento do trabalho socioeducativo. Referencial teórico-metodológico

PROCESSO ORGANIZATIVO

Ação dos participantes do grupo na realidade do bairro, cidade, grupos, associações, representação em conselhos de direitos, reivindicação pontual.

Relação com movimentos sociais, outras instituições, associações, sindicatos...

Produção de conhecimento no grupo e instrumentalização para processo de ação organizativa

Relação entre Trabalho individual X Coletivo (transformação de indivíduos em sujeitos coletivos)

ANÁLISE SOBRE O SOCIOEDUCATIVO

Possibilidades e Limites do trabalho socioeducativo. Pontos facilitadores e dificultadores na execução do trabalho com grupos.

Efeitos de nossa ação educativa na forma de pensar dos usuários

Articulação entre prestação de serviços assistenciais e ação socioeducativa

Representação da dimensão socioeducativo na prática profissional do assistente social.

APÊNDICE C – Autorização para gravação

Eu _____, RG nº _____
autorizo a gravação da entrevista para coleta de dados a ser utilizada na pesquisa *A função socioeducativa do assistente social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em São José do Rio Preto/SP*, desenvolvida pela mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UNESP campus de Franca/SP, Ana Paula Herminelli Romano, sob orientação da Prof^a Dr^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

São José do Rio Preto ____/____/____

Entrevistado

Pesquisadora

APÊNDICE D - Caracterização dos sujeitos e dos campos de pesquisa

Profissionais

Data da entrevista: ___/___/___ Entrevistador _____

CRAS: _____

Nome: _____ Fone: _____

Ano de formação: _____

Instituição de ensino: _____

Vínculo empregatício: _____

Salário: _____

Carga horária: _____

Função desempenhada: _____

Tempo total de exercício profissional: _____

Tempo de exercício na assistência: _____

Tempo de trabalho com grupos socioeducativos: _____

Pós-graduação: (especialização, mestrado, doutorado)/ano _____

Última capacitação profissional realizada (Temática e ano): _____

Custeada por: _____

Participação em: Associação, Sindicato, Conselhos de direitos, CRESS
 Movimentos sociais Outro Qual: _____ Nenhum

Sindicalizado Sim Não

OBS: _____

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS E DOS CAMPOS DE PESQUISA

CRAS

Data da entrevista: ___/___/___ Entrevistador _____

CRAS: _____ Fone: _____

Início de implantação: _____

Co-financiado pelo Governo Federal Sim Não

Instalações físicas: _____

Composição da equipe técnica: _____

Caracterização mínima dos territórios onde estão instalados: _____

Nº de bairros pertencentes à área de abrangência do CRAS: _____

Nº de usuários cadastrados no Serviço: _____

Nº médio de atendimentos mês: _____

Quantidade de grupos socioeducativos: _____

OBS: _____

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS E DOS CAMPOS DE PESQUISA

Grupos

Data da entrevista: ___/___/___ Entrevistador _____

CRAS: _____

Tempo de existência do grupo: _____

Número de inscritos: _____

Número médio de participantes nas reuniões: _____

Gênero - Constituído majoritariamente por: Mulheres Homens Ambos

Motivo para esta constituição: _____

Faixa Etária: _____

Periodicidade das reuniões: _____

Horário: _____

Duração das reuniões: _____

Vinculado a algum Programa de Transferência de Renda? Qual: _____

Vinculado a cumprimento de condicionalidade: Sim Não

Qual: _____

OBS: _____

APÊNDICE E - Questionário aplicado com participantes dos grupos

Sexo () Feminino () Masculino

Data de Nascimento ___/___/_____

Escolaridade _____

Profissão _____

Ocupação _____

Além do grupo, que tipo de atendimento recebe no CRAS? _____

1. Há quanto tempo você participa desse grupo? _____
2. Por que esse grupo foi formado? _____
3. Por que **você** faz parte desse grupo? _____
4. Que assuntos conversam nas reuniões? _____
5. O que significa para você participar desse grupo? _____
6. Teve alguma reunião que achou mais interessante. () Sim () Não Qual era o assunto dessa reunião? _____
7. O que mais gosta no grupo? _____
8. O que não gosta no grupo? _____
9. Você sugeriu assuntos para as reuniões? () Sim () Não Qual? _____
10. Esse grupo busca algo em conjunto, ou seja, tem um objetivo em comum. () Sim () Não Qual seria? _____
11. O que **você** busca nesse grupo? _____
12. O grupo tem um “líder”? () Sim () Não Quem seria? _____
13. Você mudou sua forma de pensar e de agir depois que começou a participar do grupo? () Sim () Não O que mudou? _____
14. Existe alguma cooperação (ajuda) entre os participantes do grupo () Sim () Não Para que _____
15. O grupo se organiza para atividades além das reuniões () Sim () Não Quais atividades? _____
16. Vocês se organizam em espaços fora do CRAS () Sim () Não Para que _____
17. Se você acha que tem algo importante sobre o grupo, que não foi perguntado escreva aqui _____
18. Gostaria de dar uma entrevista para contribuir com essa pesquisa () Sim () Não. Telefone para contato _____
Se for de recado, falar com _____

ANEXOS

ANEXO A – Instrumental para registro das reuniões dos grupos



REGISTRO DE REUNIÃO _____

I – IDENTIFICAÇÃO:

Local: _____

Grupo: _____

Data: _____

Horário: _____

Nº de participantes: _____

Tema abordado: _____

II – PLANO

Resultados pretendidos: _____

Estratégia de ação: _____

III – DESENVOLVIMENTO





IV – FECHAMENTO

Avaliação do encontro com o grupo:

Propostas do grupo para a próxima reunião:

V – ANÁLISE DA REUNIÃO

Resultados atingidos:

VI – PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Coordenador da reunião



Estagiário

ANEXO B – Ofício para requisição de abertura da creche Parque da Cidadania

Ementa: Informações sobre creches em funcionamento e as que serão abertas.

Senhor Presidente

Considerando:

- O papel fiscalizador do Executivo;
- Os vários questionamentos feitos a Associação de Moradores do Bairro;
- A falta de vagas em creches ter sido um assunto muito discutido durante a campanha eleitoral de 2004;
- O alto índice de crianças fora da creche em São José do Rio Preto, aproximadamente em torno de 3000 (três mil).
- A entrada da mulher no mercado de trabalho torna-se nos dias de hoje uma forma de ampliação da renda familiar, portanto uma necessidade;
- Que muitas mães recusam trabalho por não ter local seguro para deixar os filhos e por não reunirem condições econômicas para efetuarem pagamento à terceiros.
- A cidade de São José do Rio Preto destaca-se entre as demais da região por tratar-se de um pólo em desenvolvimento, o que tem contribuído para o alto fluxo migratório, gerando demandas por serviços, entre estes, a creche.
- Segundos dados do PSF (Programa Saúde da Família) do Parque da Cidadania, cerca de 5 a 6 crianças nascem por mês no bairro. Este dado demonstra a futura demanda por este equipamento social.
- O direito a creche está garantido na Constituição:

Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define em seu Art. 54 que:

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

IV. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade;

- A passagem da criança pela creche constitui uma fase importante do processo de aprendizagem e estimulação do desenvolvimento infantil. A falta de vagas em creche cria uma diferença (defasagem) entre crianças que tiveram acesso ao desenvolvimento proporcionado por este espaço e àquelas que foram privadas deste;

- Muitas crianças por não terem o direito a creche garantido, encontram-se em situações de risco como: carência nutricional, exposição a rua, ausência dos pais, ficando sob os cuidados de irmãos, cujas idades muitas vezes não ultrapassam os 10 (dez) anos de idade. Portanto, a creche torna-se para a sociedade, a família e crianças um importante mecanismo de proteção social.

- A comunidade realizou um levantamento do número de crianças que encontram-se fora da creche no bairro. Esta demanda é de 262 crianças de 4 meses a 6 anos. Segue em anexo tal levantamento.

- O único equipamento que atua no bairro nesta área é a Organização Não Governamental (ONG) Cadeca, a qual possui uma demanda reprimida de 77 crianças, tendo em vista que essa instituição atende a faixa etária de 4 a 6 anos.

Requeiro, ouvido o plenário que o Senhor Prefeito Edinho Araújo seja oficiado para determinar ao setor competente que informe a relação das creches em funcionamento e aquelas cujos prédios encontram-se concluídos e suas datas de início de funcionamento.

São José do Rio Preto, 13 de maio, de 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)